

O VICE-REINADO DE D. AFONSO DE NORONHA (1550-1554): UMA PERSPECTIVA POLÍTICA DA ÁSIA PORTUGUESA EM MEADOS DE QUINHENTOS

Nome do Autor

Nuno Luís de Vila-Santa Braga Campos

**Dissertação
de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos**

(SETEMBRO, 2009)



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica de Prof. Doutora Alexandra Maria Pinheiro Pelúcia

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada (o) pelo júri a designar.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação / Relatório / Tese se encontra em condições de ser apreciada (o) pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Lisboa, de de

À minha irmã com muito amor e estima

AGRADECIMENTOS

A conclusão de qualquer trabalho académico constitui sempre um momento em que nos sentimos aliviados e gratos. Quero, por isso, manifestar a minha gratidão a todas as pessoas que acompanharam o meu percurso e que sempre me incentivaram. Jamais esquecerei aquele dia do meu segundo ano de licenciatura em que conheci a Professora Doutora Alexandra Pelúcia e fiquei fascinado com a sua simplicidade, magnetismo e devoção ao seu ofício. A ela devo a descoberta de tantas paixões na História, que seria fastidioso enumerar todas! Igualmente a ela estarei eternamente reconhecido pelo acompanhamento constante e dedicado. Ao Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa sou devedor do estímulo, inspiração e apoio entusiástico que sempre me transmitiu. Desejo também deixar uma palavra de forte apreço à Professora Doutora Ana Isabel Buescu pela generosidade no acolhimento que sempre me prestou, pelas importantes dicas e suporte que imprimiu a este trabalho. À Professora Doutora Maria Augusta Lima da Cruz agradeço a simpatia do sua disponibilidade, sugestões e material facultado. Ao Doutor Vítor Gaspar Rodrigues agradeço uma conversa assaz iluminadora de horizontes.

Quero também expressar um voto de reconhecimento a todos os meus colegas do Centro de História de Além-Mar que comigo se cruzaram e sempre me ajudaram com a sua simpatia: a Cátia Carvalho e a Maria do Céu; a Silvana Silvério pela sua dedicada ajuda, amabilidade e simplicidade; a Sofia Diniz, sempre pronta a ajudar-me em mais uma busca complicada; a Inês Pinto Coelho pela sua generosa simpatia; Aos meus colegas de licenciatura e mestrado Sara Ceia, Cláudio Neto, Hugo Serpa e João Pedro Vieira devo as longas conversas e o estímulo fornecido pelas seus exemplos de dedicação. Deixo ainda uma menção especial para a Cristina Pinhel e o Camilo Pinhel, sem os quais a apresentação deste trabalho, seria, de certo, outra. Em especial, à Cristina devo a dedicada paciência de comigo colaborar na apresentação das genealogias.

Aos meus Pais, para quem as palavras nunca chegarão para expressar a minha eterna gratidão, devo o incondicional apoio na feitura deste trabalho. À minha mãe, em particular, ficarei sempre devedor de inúmeras sugestões de escrita, abordagem e o apoio inspirador. À minha irmã agradeço a forma dedicada como se empenhou em apoiar-me nos momentos mais difíceis, razão pela qual lhe dedico este trabalho.

[RESUMO]

[ABSTRACT]

[O Vice-Reinado de D. Afonso de Noronha (1550-1554): Uma Perspectiva Política da Ásia Portuguesa em meados de Quinhentos]

[The Vice-Royalty of D. Afonso de Noronha (1550-1554): a Political Perspective on the Portuguese Asia in middle Sixteenth Century]

[Nuno Luís de Vila-Santa Braga Campos]

PALAVRAS-CHAVE: Noronha, Ceuta, vice-rei

KEYWORDS: Noronha, Ceuta, vice-roy

O presente trabalho pretende apresentar os principais dados da biografia política de D. Afonso de Noronha, e não apenas o seu governo da Índia, embora tal seja o tema principal a desenvolver. Neste sentido, inicia-se o estudo com a análise da vida do fidalgo desde os seus primeiros anos, procurando enquadrá-lo na poderosa família dos Noronhas de Vila Real, até aos seus bem documentados feitos de guerra em Ceuta. Após este enquadramento inicial, a bússola toma o rumo definitivo da Ásia Portuguesa, procurando perceber as condições em que decorreu a nomeação do aposentador-mor do rei para aquele cargo, conjugando cronologias políticas orientais e reinóis. Em seguida, analisa-se com detalhe o governo afonsino de uma perspectiva sobretudo política, embora perpassando temas da história económica, religiosa e militar. O debate acerca do impacto do governo do vice-rei é aprofundado com a análise da sucessão de D. Pedro Mascarenhas e ainda complementado com o estudo dos últimos anos de vida de D. Afonso de Noronha. Desta forma, pretende-se colmatar a falta de estudos para uma época de transição na História do Estado da Índia e perceber em que medida o referido governo marcou ou não o início de uma nova fase na História da presença portuguesa no Índico.

In spite of what its main title indicates, this work intends to present the principal facts concerning the political biography of D. Afonso de Noronha, and not only his government of India. In this sense, the study begins with the analysis of this nobleman's life since his first years, trying to embody him in the powerful family of the Noronhas de Vila Real, until his well-documented warrior acts in Ceuta. After this initial framework, we take the direction of Portuguese Asia, trying to understand the conditions in which D. Afonso's nomination for vice-roy occurred, conjugating oriental and kingdom political cronologies. Next, we analyse in detail the afonsine government in political perspective, although passing through economic, religious and military historical themes. The debate about the impact on this vice-roy's government is also deepened with the analysis of the succession of D. Pedro Mascarenhas and also completed with the study of D. Afonso's last years of life. Thus, we hope to fulfill the lack of studies for this period of transition in the History of the Estado da Índia and understand whether this government marked a new phase of the portuguese presence in the Indian Ocean.

ÍNDICE

Lista de abreviaturas	9
Introdução	11
Capítulo I: Antes da Índia (1495-1498?-1549) ...	19
I. 1. Nascido filho de Marquês: D. Afonso e a política da Casa de Vila Real (1495/1498?-1538)	19
I. 2. Em terras do infiel: D. Afonso e a capitania de Ceuta (1538-1548):	
I. 2. 1. Indefinições ameaçadoras: Fez, Tetutão, Barba Roxa e o Xerife (1538-1546)	29
I. 2.2. O “Zelosossimo” del Rey: da viagem ao Reino (1547-1548) ao abortado projecto do Seinal (1549)	36
Capítulo II: A caminho da Índia (1548-1550)	43
II. 1. O Estado da Índia depois da morte de D. João de Castro (1548-1550): linhas gerais	43
II. 2. A nomeação (1549-1550)	52
II. 2. 1. O contexto	52
II. 2. 2. As mercês e o regimento	58
II. 2. 3. Uma difícil viagem	63
Capítulo III: O Vice-Reinado da Índia (1550-1554)	65
III. 1. Anatomia de uma política global:	65
III. 1. 1. O confronto com os Turcos: a prioridade cimeira	65
III. 1. 2. As Praças do Norte: implicações e consequências de um Confronto	72
III. 1.3. Ceilão: do acidente à fortaleza	76
III. 1. 4. Malabar: as guerras da pimenta e a Carreira da Índia	81
III. 1. 5. Intervenções vice-reais em Malaca e nas Molucas	85

III. 1. 6. África Oriental e Madagáscar: “O Eldorado”	90
III. 2. Uma base da governação: a aliança com os Jesuítas	91
III. 3. Administração e Fazenda Real: reformulações	98
III. 4. A corte vice-real: D. Afonso e os fidalgos da Índia	102
III. 5. Oposições	108
III. 6. A “crise de meados” de Quinhentos	113
Capítulo IV: Depois da Índia (1555-1573/1581)	118
IV. 1. “Grandes e boas nouas”: a sucessão de D. Pedro Mascarenhas, o regresso e as mercês (1554- 1557)	118
IV. 2. De novo Ceuta (1557-1564)	125
IV. 3. Assegurar uma descendência (1562-1573/1581): a consolidação patrimonial e as políticas matrimoniais	129
Conclusão	143
Fontes e Bibliografia	147
Anexos	169
Anexo A: Mercês dos Noronhas	170
Anexo B: Cronologia do vice-reinado de D. Afonso de Noronha	194
Apêndice A: Genealogia dos Marqueses de Vila Real (Século XVI)	221
Apêndice B: Ascendência e descendência de D. Afonso de Noronha (Séculos XVI- XVII)..	222

LISTA DE ABREVIATURAS

1. Arquivos:

- **BA:** Biblioteca da Ajuda
- **BN:** Biblioteca Nacional
- **BPE:** Biblioteca Pública de Évora
- **ANTT:** Arquivo Nacional Torre do Tombo

2. Fundos documentais:

- **CC:** Corpo Cronológico (parte em numeração romana, maço-documento)
- **CDM:** Chancelaria de D. Manuel I
- **CDJ:** Chancelaria de D. João III
- **CDS DH:** Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique
- **CAOC:** Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo
- **NA:** Núcleo Antigo
- **MCRDC:** Moradias da Casa da Rainha D. Catarina
- **MCIDL:** Moradias da Casa do Infante D. Luís
- **CM:** Cartas missivas de e para o rei
- **CGV:** Cartas dos governadores de África
- **CVGI:** Cartas dos vice-reis e governadores da Índia
- **CSV:** Colecção São Vicente

3. Fontes Publicadas, Crónicas e Obras de Referência

- **Anais:** *Anais de D. João III* de Frei Luís de Sousa, edição de M. Rodrigues Lapa (seguido de volume, indicação de livro e capítulo ou somente de página no caso de se tratar dos sumários do volume II)
- **APO:** Archivo Portuguez Oriental
- **Ásia:** Ásia de Diogo do Couto. *Dos feitos que os Portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do Oriente*, edição da Livraria de San Carlos (seguido de década, livro e capítulo)
- **BFUP:** *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa* (seguido de número e página em questão)
- **Brasões:** A. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (seguido de volume e página em questão)
- **CDIHE:** BARANDA, D. Pedro SAINZ, SALVÁ, D. Miguel (ed.), *Coleccion de Documentos Inéditos para la Historia de España* (seguido de volume e páginas do documento em questão)
- **Ceylon:** *Ceylon zur Zeit des Königs Bhuvaneka Bahu und Franz Xavers 1539-1552*, edição de Georg S. J. e E. A. Voretzsch (refere-se sempre ao II volume, surgindo indicação do documento logo a seguir ao título)
- **Crónica:** ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III* (seguido de livro, parte e capítulo)
- **CSL:** Colecção de São Lourenço, prefácio e notas de Elaine Sanceau (seguido de volume e número do documento)
- **DHDP:** *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*

- **DHMPPPO:** *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, direcção de António da Silva Rego (seguido de volume e número do documento)
- **DI:** *Documenta Indica*, direcção de Joseph Wicki (seguido de volume e número do documento)
- **Ditos:** *Ditos Portugueses Dignos de Memória*, edição de José Hermano Saraiva (seguido de referência à página em questão)
- **DM:** *Documenta Malucensia*, edição de Hurbert Jacobs (seguido de volume e número do documento)
- **DPMAC:** *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840* (seguido de volume e número do documento)
- **DUP:** *Documentação Ultramarina Portuguesa*, edição de A. da Silva Rego (seguido de volume e página)
- **Gavetas:** As Gavetas da Torre do Tombo (seguido de volume e número do documento)
- **História Genealógica:** História Genealógica da Casa Real Portuguesa (seguido de volume e página em questão)
- **Lendas:** Gaspar Correia, *Lendas da Índia* (seguido de volume e página)
- **Relações:** *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde de Idanha do tempo em que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*, edição de Ernesto Campos de Andrada
- **Sources:** *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, edições de Pierre de Cenival e Robert Ricard (seguido de volume e número do documento)
- **RCI:** Luciano Ribeiro, *Registo da Casa da Índia* (seguido de volume e página em questão)

4. Outras

- **CEHU:** Centro de Estudos Históricos Ultramarinos
- **Cf.:** Conferir
- **CHAM:** Centro de História de Além-Mar
- **CNCDP:** Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
- **Cód.:** Códice
- **FCG:** Fundação Calouste Gulbenkian
- **FCSH-UNL:** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- **Fl.:** fólio
- **FLUL:** Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- **Liv.:** livro
- **Mç.:** Maço
- **Ms.:** Manuscrito
- **Op. Cit.:** obra citada
- **Pub:** Publicado
- **SHIP:** Sociedade Histórica da Independência de Portugal
- **S.l.:** Sem local
- **UNL:** Universidade Nova de Lisboa
- **Vol.:** volume

Introdução

Nos últimos anos a expansão da historiografia tocante à História Moderna e dos Descobrimentos, nas suas mais diversas áreas e temáticas, tornou-se um dado incontornável, impossibilitando o domínio de toda a mesma sob qualquer tema. No entanto, e apesar desta condicionante, novas e variadas perspectivas têm vindo a ser abertas nos campos da História Política e Social da Expansão que nos interessam particularmente para o presente tema. Reflectindo sobre as dinâmicas de estudo da História Social, concluía em 2000, Ângela Barreto Xavier¹, em consonância com outros “alertas” de Geneviève Bouchon² e de Luís Filipe Thomaz³, feitos durante a década de 1990, que ainda muito havia a trabalhar neste domínio.

Cremos, todavia, que nos últimos anos a História Social da Expansão tem merecido maior atenção por parte dos historiadores. De facto, desde o já longínquo ano de 2000, não só têm sido publicados diversos estudos sobre percursos individuais⁴, como importantes projectos vêm sendo dedicados ao tema⁵. Além disso algumas teses de mestrado e de doutoramento têm incidido especialmente nas histórias de vida de diversos homens do século XVI, insistindo sobretudo na necessidade de integração dos mesmos nos seus respectivos contextos familiares e na reconstrução de redes

¹ Cf. XAVIER, Ângela Barreto, “Tendências na Historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre os destinos da história social” in *Penélope*, nº 22, 2000, p. 141-179.

² Cf. BOUCHON, Geneviève, “Dix ans d’histoire Indo-Portugaise (1978-1988): Billan et perspectives pour l’étude du XVIe siècle” in *La Decouverte, le Portugal et l’Europe, Actes du Colloque*, FCG (Centro Cultural Português) e CNCDP, Lisboa-Paris, 1999, pp. 345-356.

³ Por exemplo no livro publicado com Geneviève Bouchon *Voyage dans les Deltas du Gange et de l’Irraouaddy. Relation Portugaise Anonyme (1521)*, Paris, FCG (Centro Cultural Português), 1988, além das múltiplas referências em diversos artigos que foi publicando, alguns dos quais compilados no *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.

⁴ Vejam-se os diversos artigos biográficos contidos em obras coordenadas como COSTA, João Paulo (coord.), *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimónia, 2000 ou ainda em obra coordenada pelo mesmo autor *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, SHIP, 2000.

⁵ A este título refira-se o projecto do CHAM financiado pela Fundação Ciência e Tecnologia sobre a *Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, coordenado por João Paulo Costa e Vítor Gaspar Rodrigues, e que redundou na organização de um colóquio em 2001 e na publicação de importantes actas respeitantes aos alinhamentos das diversas casas nobiliárquicas face à criação do Estado da Índia. Cf. COSTA, João Paulo, RODRIGUES, Vítor Gaspar (ed.), *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia, Actas do colóquio internacional*, Lisboa, CHAM, 2004. Também neste quadro enquadrámos a publicação de CARDIM, Pedro, CUNHA, Mafalda Soares, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (ed.), *Optima Pars: elites ibero-americanas no Antigo Regime*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005 avançando já para os séculos XVII e XVIII.

clientelares⁶. Em suma, se bem que no âmbito da História Social haja ainda muito a trabalhar, estamos já longe do panorama historiográfico da década de 1990.

Um rumo semelhante seguiu a História Política da Expansão, em especial no que se refere ao Estado da Índia. Após a publicação de duas obras de índole geral sobre o Estado da Índia, que mostraram à sociedade como ainda muito havia a estudar sobre as diversas conjunturas políticas dos séculos XVI e XVII⁷, seguiram-se diversos estudos publicados por ocasião das Comemorações da chegada de Vasco da Gama a Índia e de Pedro Álvares Cabral ao Brasil. Cruzando sempre dimensões sociais e políticas, estes estudos acabaram por aclarar parte da história política oriental do reinado de D. Manuel I (1495-1521). Figuras como D. Francisco da Almeida⁸, Afonso de Albuquerque⁹ ou o próprio Vasco da Gama¹⁰ beneficiaram de estudos biográficos assinaláveis. No entanto, outros personagens não mereceram ainda estudos de igual rigor histórico, apesar dos já existentes, como são os casos dos governadores Lopo Soares de Albergaria¹¹ e de certa forma Diogo Lopes Sequeira¹². A par dos estudos biográficos, diversas monografias regionais de maior alcance cronológico já haviam procurado enquadrar a presença portuguesa em diversas regiões da Ásia nas diferentes conjunturas políticas. Mas apenas desde então, o estudo clássico de Luís Filipe Thomaz¹³ sobre Malaca, conheceu

⁶ Elucidativas quanto a este ponto são as seguintes teses: CARVALHO, Andreia Martins de, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)*, Lisboa, dissertação de mestrado policopiada apresentada à FCSH-UNL, 2006 sobretudo o primeiro capítulo e PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: A elite dirigente do Império Português nos reinados de D. João III e D. Sebastião*, dissertação de doutoramento apresentada à FCSH-UNL, Lisboa, 2007. Também a tese de Teresa Lacerda pode ser incluída nestas embora seja dedicada não a uma análise individual mas colectiva. Cf. LACERDA, Teresa, *Os capitães das armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*, dissertação de mestrado policopiada apresentada à FCSH-UNL, Lisboa, 2006.

⁷ Referimo-nos a COSTA, João Paulo, RODRIGUES, Vítor Gaspar, *Portugal y Oriente: El Proyecto Indiano del Rey Juan*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992 e SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português 1500-1700 – Uma História Política e Económica*, s.l., Difel, s.d.

⁸ Cf. SILVA, Joaquim Candeias, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996.

⁹ Cf. BOUCHON, Geneviève, *Afonso de Albuquerque. O Leão dos Mares da Ásia*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000.

¹⁰ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998.

¹¹ Cf. SMITH, Ronald Bishop, *Lopo Soares de Alvarenga: better known as Albergaria*, Lisboa, Silvas-Coop., 1992. Para este polémico personagem e sua interpretação, nomeadamente o contexto cortesão da sua nomeação, veja-se ainda PELÚCIA, Alexandra, “A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista” in *A Alta Nobreza e a fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, edição de João Paulo Costa e Vítor Gaspar Rodrigues, Lisboa, CHAM e IICT, 2004, pp. 279-300.

¹² Cf. SMITH, Ronald Bishop, *Diogo Lopes de Sequeira*, Lisboa, s. n., 1975. Este personagem ainda aguarda a feitura de uma atenta biografia.

¹³ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses em Malaca (1511-1580)*, dissertação de licenciatura apresentada à FLUL, 2 volumes, Lisboa, 1964.

sucessores para o Malabar¹⁴, o Ceilão¹⁵, o Sião¹⁶, a Birmânia¹⁷, uma vez mais Malaca¹⁸ e as Molucas¹⁹. Não obstante, áreas há que carecem ainda de estudos mais pormenorizados, como é o caso das Praças do Norte²⁰ ou ainda do Golfo Pérsico²¹.

Tradicionalmente encarado como um reinado marcado pelo impulso expansionista, a governação manuelina sempre atraiu mais a atenção dos historiadores do que a governação de D. João III (1521-1557). Retratado inicialmente como um período de crescente declínio político e económico, o reinado do *Piedoso* só mais recentemente tem vindo a ser resgatado pelos historiadores desta imagem à qual se encontrava agrilhado.

¹⁴ Cf. CORREIA, José Manuel, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, CNCDP-INCM, 1997. Para suprir algumas lacunas deste estudo consulte-se a tese de doutoramento de TAVIM, José Alberto, *Judeus e cristãos-novos em Cochim. História e Memória (1500-1662)*, Braga, Edições da APPACDM, 2003.

¹⁵ Cf. FLORES, Jorge, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2004. Para uma visão de conjunto num âmbito cronológico mais alargado veja-se BIEDERMANN, Zoltán, *A aprendizagem de Ceilão. A presença portuguesa em Sri Lanka entre estratégia talassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598)*, dissertação de doutoramento policopiada apresentada à FCSH-UNL, Lisboa, 2005.

¹⁶ Cf. FLORES, Maria da Conceição, *Os Portugueses e o Sião no Século XVI*, CNCDP e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

¹⁷ Cf. GUEDES, Maria Ana Marques, *Interferência e integração dos Portugueses na Birmânia, c. 1580-1630*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994.

¹⁸ Cf. PINTO, Paulo Jorge de Sousa Pinto, *Portugueses e Malaaios: Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém 1575-1619*, Lisboa, SHIP, 1997. Para as relações com o Achém consulte-se também ALVES, Jorge Manuel Santos, *O domínio do Norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera – Pacém e Achém e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Lisboa, SHIP, 1999.

¹⁹ Após o artigo de SOUSA, Esther Tiago de, “Capitães Portugueses nas Ilhas Molucas” in *Stvdia*, nº 43-44, 1980, pp. 183-281, a tese de LOBATO, Manuel, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, s.l., Instituto Português do Oriente, 1999 veio contribuir decisivamente para o conhecimento da presença lusa naquelas ilhas. Mais recentemente FRADE, Florbela Veiga, *A presença portuguesa nas ilhas de Maluco. 1511-1605*, dissertação de mestrado apresentada à FLUL, Lisboa, 2001 retoca em apêndice os apontamentos relativos aos capitães portugueses daquelas ilhas.

²⁰ Por Praças do Norte entendemos a faixa costeira e interior, contendo as fortalezas portuguesas de Chaul, Baçaim, Damão e Diu bem como as áreas dominadas pelos Portugueses em seu redor. O estudo de LEÃO, Mário César, *A Província do Norte do Estado da Índia*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996 é bastante incompleto e carece de revisão. Apesar de faltar uma monografia sobre a presença portuguesa em Diu, conhecemos melhor a presença portuguesa na região de Goa devido ao referido estudo de Catarina Madeira Santos e à tese de doutoramento de XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2008. Aguardamos ainda pela tese de doutoramento de André Teixeira para desbravar os caminhos da presença portuguesa em Baçaim intitulada *Baçaim e o seu território (1534-1738): administração, economia e sociedade*. O CHAM dispõe ainda de um projecto, dirigido por Walter Rosa, dedicado a esta região intitulado *Bombaim antes dos Ingleses: A marca portuguesa na península de Bombaim*.

²¹ A bibliografia sobre a presença portuguesa no Golfo Pérsico é bastante extensa, bastando para tal consultar os diversos artigos de Jean Aubin e de Dejanirah Couto, entre outros. Entre as obras mais recentes sobre esta região destacamos *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, edição de Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, Wiebaden, FCG, 2008, embora nos pareça que falta ainda uma obra de síntese sobre esta área comparável às existentes para outras áreas como o Ceilão ou as Molucas. Também sobre esta área o CHAM dispõe de um projecto intitulado *Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica. Os “comentários” de D. Garcia da Silva y Figueiroa*.

A publicação das Actas sobre a governação joanina²² bem como os estudos de Ana Isabel Buescu²³ e de João Paulo Costa²⁴ constituíram um passo relevante na demonstração que o Reino e o Império na cronologia do *Piedoso* mantêm uma vitalidade própria por estudar. Todavia, esta visão arreigada da decadência precoce poderá explicar porque razão algumas figuras do Estado da Índia não tenham sido objecto da atenção devida. Figuras como os governadores D. Duarte de Meneses (1521-1524)²⁵ ou D. Henrique de Meneses (1524-1526)²⁶ ou ainda o próprio vice-rei D. Garcia de Noronha (1538-1540)²⁷ não foram alvo das análises sistemáticas que se impõem. Ainda assim cumpre salientar, que se conhecem bem os governadores Lopo Vaz de Sampaio (1526-1529)²⁸, Nuno da Cunha (1529-1538)²⁹, Martim Afonso de Sousa (1542-1545)³⁰ e D. João de Castro (1545-1548)³¹.

Chegados, porém, à segunda metade do século XVI, o panorama altera-se, começando os estudos a escassear possivelmente em virtude de tradicionalmente se encarar este período como de decadência, entre outros motivos, devido à batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, à União Ibérica e pela relutância que durante anos a historiografia portuguesa

²² Cf. CARNEIRO, Roberto, MATOS, Artur Teodoro de (ed.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM, 2004.

²³ Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, s.l., Círculo de Leitores, 2005 e ainda da mesma autora *Catarina de Áustria (1507-1578). Infanta de Tordesilhas. Rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007 com importantes contributos para o estudo da rainha enquanto agente de poder político.

²⁴ Cf. COSTA, João Paulo, *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.

²⁵ O triénio de D. Duarte de Meneses na Índia carece de um estudo sistemático embora conheçamos os seus traços gerais graças a COSTA, João Paulo, “Dom Duarte de Meneses and the government of India (1521-1524)” in *Global Trends Proceedings of XI – International Seminar on Indo-Portuguese History*, Goa, 2003, pp. 129-143, pp. 95-116.

²⁶ O problema da sucessão do conde-almirante em 1524 foi também abordado por COSTA, João Paulo, “A estrutura de comando do Estado da Índia durante o governo de D. Henrique de Meneses” in *Op. Cit.*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, pp. 307-318, mas necessita ainda de maior atenção.

²⁷ Parte da problemática da sucessão de D. Garcia é abordada na supracitada tese de Andreia Martins de Carvalho e no artigo de PELÚCIA, Alexandra, “From Dom Garcia de Noronha do Dom João de Castro: appointment mechanisms for the government of the Estado da Índia” in *Op. Cit.*, pp. 129-143, e embora muitos historiadores se refiram a este vice-rei, a sua carreira ultramarina ainda não foi estudada de forma sistemática.

²⁸ Cf. LIVERMORE, Harold, “The crisis in Portuguese India of 1526” in *Studia*, nº 53, 1994, pp. 187-204 ou o clássico MACEDO, Jorge Borges, *Um caso de luta pelo poder e a sua interpretação n’Os Lusíadas*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976.

²⁹ Além da tese de Andreia Martins de Carvalho (Cf. *Op. Cit.*), pode conferir-se COSTA, Melba Maria Olívia Ferreira Lopes da, *Nuno da Cunha, Governador da Índia (1528-1538)*, 2 volumes, Lisboa, tese de mestrado policopiada apresentada à FLUL, 1997.

³⁰ Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Op. Cit.*

³¹ Vejam-se as biografias de AQUARONE, J. B., *D. João de Castro: Gouverneur et Vice-Roi des Indes Orientales (1545-1548). Contribution à l’histoire de la domination portugaise en Asie et à l’étude de l’aéronautique, de la géographie et de l’humanisme au XVI siècle*, 2 volumes, Paris, Presses Universitaires de France, 1968 e SANCEAU, Elaine, *D. João de Castro*, 3ª edição, tradução de António Álvaro Dória, Porto, Livraria Civilização, 1978.

demonstrou em estudar este último período³². Além das duas referidas obras gerais³³, apenas dois vice-reis da Índia mereceram até agora alguma atenção: D. Constantino de Bragança (1558-1561)³⁴ e D. Luís de Ataíde (1568-1571; 1578-1581), 3º conde de Atouguia³⁵. Além destes personagens, conhecemos a conjuntura do Estado da Índia nas décadas de 1560 e 1570³⁶, e um pouco do período filipino graças aos estudos de Artur Teodoro de Matos³⁷.

No que respeita, especificamente, à década de 1550 nenhum trabalho sistemático foi feito e a tendência natural da historiografia foi a de saltar directamente dos feitos militares de D. João de Castro³⁸ para os do vice-reinado de D. Constantino de Bragança³⁹. A acrescentar a este “salto”, ao qual não será alheia alguma mitificação de ambas as figuras, e que deixa na sombra o vice-rei que nos propomos estudar, bem como o vice-rei D. Pedro Mascarenhas (1554-1555) e o governador Francisco Barreto (1555-1558), haverá que salientar o tom de “crise” com que os poucos estudos retratam esta época⁴⁰. Por esta razão nos propusemos estudar o vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554). À partida, os principais eventos político-militares do seu governo (nomeadamente os sucedidos em 1551-1552: expedições de Catifa, do Ceilão, do Chembé⁴¹ e cerco de Malaca) pareciam sugerir a conjuntura descrita por Luís Filipe

³² Felizmente esta tendência têm vindo a ser quebrada por uma série de historiadores que têm ressaltado a importância do período filipino para a História do Reino e do Império. Entre estes destacamos os diversos estudos de Fernando Bouza Álvarez, Pedro Cardim e Rafael Valadares.

³³ Ver nota 7.

³⁴ Cf. RIBEIRO, Aquilino, *Constantino de Bragança VII Vizo-Rei da Índia*, Venda Nova, Bertrand Editora (Coleção Obras Completas de Aquilino Ribeiro), 1984.

³⁵ Cf. COSTA, João Paulo, RODRIGUES, Vítor Gaspar, *Portugal y Oriente...*, pp. 294-309.

³⁶ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A crise de 1565-1575 na história do Estado da Índia” in *Mare Liberum*, nº 9, Junho de 1995, pp. 481-519; MATOS, Artur Teodoro, *O orçamento do Estado da Índia 1571*, Lisboa, CNCDP, 1999; *Diogo do Couto e a Década Oitava da História da Ásia*, edição de Maria Augusta Limda da Cruz, 2 volumes, Lisboa, CNCDP, 1994. Para um período anterior anote-se ainda CUNHA, Ana Cannas da, *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560)*, Lisboa, ANTT, 1995.

³⁷ Cf. MATOS, Artur Teodoro de, “The financial situation of the State of India during the Philippine period : 1581-1635” in separata *Indo-Portuguese History : old issues, new questions*, New Deli, Concept Publishing Company, 1980 e ainda do mesmo autor *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588: estrutura administrativa e económica: alguns elementos para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982. Sobre questões financeiras veja-se: MIRANDA, Susana Munch, *A administração da Fazenda Real do Estado da Índia (1517-1640)*, dissertação de doutoramento apresentada à FCSH-UNL, Lisboa, 2007. Somos ainda informados que recentemente foi defendida uma tese cujas referências não temos sobre o vice-rei D. Francisco da Gama (1597-1600; 1622-1628).

³⁸ Referimo-nos ao segundo cerco de Diu de 1546 e à acção de D. João amplamente descrita em crónicas e fontes da época.

³⁹ Referimo-nos à conquista de Damão em 1559 e à de Jafanapatão em 1560.

⁴⁰ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, *Op. Cit.*, pp. 114-152.

⁴¹ Nas fontes portuguesas surge indiferenciadamente como “rei da pimenta” ou “rei de Chembé”. Trata-se do rei de Vadakkenkur, vassalo do rei de Cochim, e nos domínios do qual se produzia a pimenta que os Portugueses compravam em Cochim para depois trazerem para o Reino.

Thomaz para 1565-1575⁴², e portanto um tempo que poderíamos adjectivar comodamente de “crise”. Porém, uma análise mais pormenorizada levou-nos a questionar até que ponto se poderá falar ou não de “crise” para um período tão recheado de vitórias militares, como é o da década de 1550⁴³. E mesmo que estivéssemos perante uma “crise”, qual seria a sua exacta natureza? Que respostas teriam procurado os dirigentes máximos do Estado da Índia para a mesma? Teria a “crise” aberto novas portas, novos horizontes ou pelo contrário teria contribuído para o início de uma decadência irreversível, tal como Diogo do Couto nos dá conta em partes das suas Décadas e nos diálogos do *Soldado Prático*⁴⁴? A este conjunto de questões de imediato se sucedeu outra pergunta: qual o contexto da nomeação de D. Afonso de Noronha? As principais fontes narrativas⁴⁵ retratam claramente a sua nomeação como distinta de todas as anteriores, quer pelo título de vice-rei, que a partir de então todos os nomeados em Lisboa passam a ostentar, quer sobretudo pelas mercês que D. Afonso levava à sua partida. Este ponto levou-nos mesmo a questionar até que ponto não teria D. Afonso sido percebido por D. João III como o “digno” sucessor de D. João de Castro pois os perfis de ambos apontam para algumas semelhanças⁴⁶.

Neste quadro propusémo-nos analisar a figura de D. Afonso de Noronha não só pela sua nomeação e feitos militares como, especialmente, para entender até que ponto é pertinente qualificar a década de 1550 como um período de “crise”. No entanto, é impossível falar em “crise” exclusivamente para esta década, sem olhar aos governadores e vice-reis da década de 1560 e 1570 até porque para esse período a historiografia reconhece uma “crise”. A este respeito atente-se que a cronística por vezes exagera deliberadamente os feitos militares de alguns governadores e vice-reis. O caso de D. Constantino de Bragança parece-nos paradigmático, nomeadamente a sua entrada em Damão, em 1559, descrita por Faria e Sousa que ressalva as boas acções de

⁴² Cf. nota 36.

⁴³ Atentem-se em especial à vitória de 1554 sobre a armada turca de Seydi Ali Reis e que permitiria a D. Pedro Mascarenhas quebrar o bloqueio marítimo de acesso à Etiópia e fazer chegar às terras do sempre distante Preste os primeiros jesuítas, ou ainda às vitórias já referidas em Damão e Jafanapatão.

⁴⁴ Cf. COUTO, Diogo do, *O Soldado Prático*, 3ª edição, edição de M. Rodrigues Lapa, Livraria Sá da Costa, 1980.

⁴⁵ Cf. *Crónica*, Parte IV, caps. LXIX-LXXII; *Ásia*, VI, ix, 1; SOUSA, Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa*, tradução de Manuel Burquets de Aguiar, vol. III, Porto, Livraria Civilização, 1945, Parte 2, cap. IX.

⁴⁶ Importa relembrar que D. João III havia concedido, em 1548, o título de vice-rei a D. João de Castro e a governança da Índia por mais 3 anos, na sequência do seu sucesso em Diu. Quanto às semelhanças de perfis deixá-las-emos para o capítulo da nomeação.

um homem, num contexto já de crise⁴⁷. O mesmo tipo de analogias encontramos quando Diogo do Couto descreve os cercos que o Estado da Índia enfrentou no primeiro governo de D. Luís de Ataíde (1568-1571). Mas, por detrás deste discurso estão figuras mais esquecidas como os governadores Francisco Barreto, mais conhecido pela sua expedição à África Oriental em 1570-73 do que pelo seu governo, e que Couto tanto elogia nas suas *Décadas*⁴⁸, ou ainda o vice-rei D. Antão de Noronha (1564-1568). Em ambos os casos cremos estar em presença de figuras que exigem estudos profundos para se poder compreender na totalidade quer D. Constantino de Bragança, quer D. Luís de Ataíde. Quanto a Barreto, é importante não esquecer a sua política face a Damão e as duas embaixadas por ele gizadas ao senhor daquela cidade, as quais antecederam a conquista por D. Constantino. Além disso, nunca é de mais relembrar que Barreto preparara a maior armada que a Índia viu até ao seu tempo com o fito de partir à conquista do Achém e que tal intento foi abortado pela chegada de D. Constantino⁴⁹. No que se refere a D. Antão de Noronha, os feitos militares de D. Luís de Ataíde não devem obscurecer quer a conquista de Mangalor por D. Antão, em 1568, quer o próprio facto de ter sido ele o primeiro a gizar a reacção portuguesa à crise de 1565-1575, em especial a política de fortificação de Goa, que tão importante se revelou para o sucesso na sua defesa por D. Luís de Ataíde em 1570-71. Em suma, consideramos que as figuras destes homens e dos seus governos não podem ser entendidas na sua plenitude sem estudos comparativos. E não será de descartar a possibilidade destes estudos comparativos virem a revelar conclusões diferentes sobre a situação política do Estado da Índia nas décadas de 1550, 1560 e 1570 e, em especial, sobre a referida “crise”.

Regressando aos anos finais da década de 1540, importará relembrar que os governos de Garcia de Sá (1548-1549) e de Jorge Cabral (1549-1550), os sucessores de D. João de Castro na Índia antes da nomeação de D. Afonso de Noronha, permanecem ainda por avaliar. Em ambos os casos estamos perante personagens que construíram verdadeiras vidas e carreiras na Índia, ao contrário do que sucedeu com boa parte dos governadores ou vice-reis anteriores. Este facto, bem como o contexto que se vive no Estado da Índia após Junho de 1548, designadamente a tentativa de apaziguamento de tensões, fortemente contrastante com o belicismo que caracterizou o governo de D. João

⁴⁷ Cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *Op. Cit.*, vol. III, Parte 2, cap. XIV.

⁴⁸ Cf. MONIZ, Maria Celeste, *Glória e Miséria nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 71 e 204-205.

⁴⁹ Cf. *Ásia*, VII, v, 8. Além disso, D. Constantino utilizou esta para armada na conquista de Damão.

de Castro, veio reforçar a nossa convicção sobre a necessidade de estudar a década de 1550. Todavia, e na linha dos estudos elaborados recentemente quer por Andreia Martins de Carvalho para Nuno da Cunha, quer por Alexandra Pelúcia para Martim Afonso de Sousa, consideramos que não bastará estudar o governo do Noronha e que será necessário olhar à carreira anterior e posterior deste. Por esta razão e atendendo a que este vice-rei era oriundo de uma das Casas de nobreza mais prestigiadas do Reino, a Casa de Vila Real, dedicaremos dois capítulos à reconstituição da vida de D. Afonso antes da Índia e depois dela. Um outro capítulo procurará reconstituir a sua nomeação, enquanto outro visará o seu governo na Índia, procurando-se destrinçar na Conclusão as questões que acima colocámos: a “crise” de meados de Quinhentos e a importância ou não deste governo na História do Estado da Índia no século XVI.

A tarefa de reconstituir a carreira de D. Afonso, pela sua própria amplitude, não foi de forma alguma fácil. Quanto à vida de D. Afonso, antes e depois da Índia, nem sempre foi possível recuperá-la na totalidade face a diversas omissões documentais. Quanto ao estudo do seu governo, o principal desafio sentido foi o enquadramento dos acontecimentos regionais, quer com acontecimentos anteriores e posteriores, quer especialmente com as diferentes monografias regionais que têm sido produzidas. Este desafio impôs-nos assim escolhas. A principal escolha no que se refere ao governo da Índia foi a de tentar, tanto quanto possível, centrar a atenção na política de D. Afonso face a cada região e não tanto em todos os acontecimentos que em cada uma decorreram entre 1550 e 1554. Além disso, por motivos de tempo e espaço, a abstinência sobre o estudo das relações clientelares foi-nos imposta, ainda que consagremos um subcapítulo à análise da corte vice-real. O mesmo facto se registou quanto à consulta de arquivos estrangeiros nos quais poderiam ser encontradas referências a D. Afonso de Noronha. Serão os casos do arquivo de Simancas, da Companhia de Jesus, em Roma, e ainda do arquivo de Goa. Ainda assim e tendo em conta as presentes condicionantes, pretendemos elaborar um estudo de caso: social, pelo enquadramento de vida de D. Afonso, mas acima de tudo político, pela análise da sua governação. Por fim, esperamos conseguir chamar a atenção para a necessidade de estudo do Estado da Índia na segunda metade da centúria quinhentista, não apenas como forma de relativizar os mitos de decadência a que boa parte do período está associado, bem à semelhança do que referimos para o reinado de D. João III e para o período filipino, mas ainda de forma a melhor percepcionar a História do Estado da Índia no século XVI no seu todo.

Capítulo I: Antes da Índia (1495-1498?-1549)

“Fazei-o duque e tirai-lhe o que tem”
(Tristão da Cunha ao Rei⁵⁰)

I.1. Nascido filho de Marquês: D. Afonso e a política da Casa de Vila Real (1495/1498?-1538)

A frase que inicia este capítulo pareceu-nos elucidativa do ambiente em que D. Afonso de Noronha terá nascido nos finais da centúria quatrocentista, entre 1495 e 1498, em data que não podemos precisar com exactidão⁵¹. A Casa de Vila Real era então uma das mais importantes e prestigiadas do Reino, talvez mesmo a mais proeminente a seguir à Casa de Bragança⁵², se considerarmos que o futuro duque de Coimbra, D. Jorge de Lencastre, filho bastardo de D. João II, ainda aguardava de D. Manuel I a concessão daquele título, o que só ocorreria em 1500. Na qualidade de descendentes do conde de Gijón e de D. Pedro de Meneses⁵³, 1º capitão de Ceuta entre 1415 e 1437, os Noronhas da Casa de Vila Real bem poderiam exaltar a sua ascendência real⁵⁴. Esta, aliada ao facto de, em 1489, D. Pedro de Meneses, 3º conde de Vila Real, ter sido feito pelo *Príncipe Perfeito* 1º marquês de Vila Real⁵⁵, na sequência das

⁵⁰ Cf. *Ditos*, p. 489. Não sabemos se a frase terá sido dita a D. Manuel I ou a D. João III, mas parece-nos mais provável que tenha sido dita a D. Manuel.

⁵¹ Segundo uma relação anónima dos governadores da Índia, provavelmente do século XVI, D. Afonso teria falecido em Lisboa aos 78 anos (Cf. *DUP*, vol. I, p. 619). Como sabemos por documento de chancelaria que D. Afonso faleceu em Janeiro de 1573, o natural seria ter nascido em 1495 (ANTT, *CDS DH*, liv. 35, fl. 57v., Almeirim, 21.IX.1574 ou ver anexo A: Mercês dos Noronhas). Trata-se de uma mercê registada na chancelaria a D. Afonso de Noronha em que este delegava a D. Maria de Eça, sua esposa, um padrão de tença no valor de 56 mil reais. Diogo do Couto refere apenas que “morreo de mais de setenta e cinco anos” (Cf. *Ásia*, VII, i, 6) enquanto Georg Schurhammer, baseando-se numa informação do 5º conde de Linhares, D. Fernando de Noronha, afirma que D. Afonso morreu aos 75 anos mas, em 1571, e que teria cerca de 60 anos em 1551. Seguindo os cálculos de Schurhammer, D. Afonso teria então nascido em 1498. Parece-nos mais provável esta segunda data e, para a idade da sua morte 75 anos; no entanto, não podemos dar certezas quanto a este ponto.

⁵² Sobre a Casa de Bragança vejam-se os estudos de CUNHA, Mafalda Soares: *Linhagem, Parentesco e Poder: A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1990 e *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000.

⁵³ Para pormenores da fundação da Casa de Vila Real e sua evolução vejam-se: TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, “Uma linhagem ao serviço da ideia imperial manuelina: Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia” in *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia, Actas do colóquio internacional*, edição de João Paulo Costa e Vítor Gaspar Rodrigues, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 109-174 e ainda CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Colibri e Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004.

⁵⁴ O conde de Gijón era filho bastardo de Henrique II de Castela. Cf. TEIXEIRA, André, *Op. Cit.*, pp. 110-111.

⁵⁵ Garcia de Resende descreve com pormenor a cerimónia na sua *Crónica de D. João II e Miscelânea*, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991, cap. LXXVIII.

execuções dos duques de Bragança e Viseu, e da extinção da Casa de Bragança, catapultava automaticamente a Casa de Vila Real ao lugar antes detido pelos Bragança⁵⁶, na imediata sequência da família real⁵⁷. A restauração dos Bragança, operada por D. Manuel I em 1496, foi deste ponto de vista o primeiro golpe na ambição dos membros da Casa em alcançarem a primazia nobiliárquica no Reino e o título ducal. Porém, aquando do nascimento de D. Afonso de Noronha, nada fazia prever os conflitos que seu pai, D. Fernando de Meneses, iria alimentar com D. Manuel.

Uma precisão terminológica impõe-se. Linhagisticamente todos os membros da Casa de Vila Real são Noronhas, embora o seu titular seja sempre um Meneses. Tal devia-se ao facto de D. Pedro de Meneses, 1º conde de Vila Real e 2º conde de Viana do Alentejo, ter imposto à sua única descendente que o herdeiro da Casa que nascesse do seu casamento com D. Fernando de Noronha, filho segundo do conde de Gijón, utilizasse sempre o apelido Meneses, o que doravante sucedeu. De forma a evitar confusões com outros ramos dos Meneses, nomeadamente no Portugal quinhentista, optou-se por referenciar os membros da Casa de Vila Real como Noronhas e não como Meneses. Usaremos, assim, a expressão Noronhas de Vila Real, em especial, quando nos referirmos a vários membros da Casa.

Nascido em 1463, D. Fernando de Meneses era o filho primogénito de D. Pedro de Meneses, 1º marquês de Vila Real, tendo casado, em 1496, com D. Maria Freire, filha e herdeira do senhor de Alcoutim e aposentador-mor da Casa Real, João Freire de Andrade, e da sua segunda esposa D. Leonor da Silva⁵⁸. Por via matrimonial, D. Fernando recebera aquele senhorio que D. Manuel, em atenção aos seus anteriores serviços em Ceuta onde fora capitão durante a década de 1490, transformaria em

⁵⁶ Sobre as conspirações de 1483-84, sua conjuntura e política prosseguida por D. João II confira-se: FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, s.l., Círculo de Leitores, 2005, pp. 59-81 e MORENO, Humberto Baquero, “A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, 1970, pp. 47-103.

⁵⁷ Cf. AUBIN, Jean, “Vieille noblesse et temps nouveaux. Les amertumes du 2º marquis de Vila Real” in *Le Latin et l’astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521*, edição póstuma organizada por Maria da Conceição Flores, Luís Filipe Thomaz e Françoise Aubin, vol. III, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 66. Neste artigo o autor esboçou o relacionamento de D. Fernando de Meneses, pai de D. Afonso de Noronha, com D. Manuel. O trabalho de Aubin não foi prosseguido para os reinados de D. João III e D. Sebastião e a Casa de Vila Real só mereceu nova atenção já no contexto da conspiração de 1641. O estudo de WAGNER, Mafalda de Noronha, *A Casa de Vila Real e a conspiração de 1641 contra D. João IV*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, se bem que focado na posição dos membros da Casa de Vila Real nas décadas de 1630 e 1640, contém um estudo genealógico de todos os membros da Casa desde a titulação ducal por D. Filipe I, em 1585.

⁵⁸ Cf. *Brasões*, vol. III, p. 349. O avô de D. Maria, Pedro Gonçalves, fora vedor da fazenda de D. João I. Cf. *História Genealógica*, tomo V, p. 119. Veja-se ainda a genealogia 1 em apêndice.

condado⁵⁹. Ainda nesse mesmo ano, a proximidade ao rei, que já o havia incumbido de tratar com Diogo da Silva Meneses do seu casamento com a princesa D. Isabel, filha dos *Reis Católicos*, em 1495-96⁶⁰, valeria a D. Fernando a nomeação de fronteiro-mor do Algarve⁶¹. Por aqueles anos, o casal teve vários filhos⁶²: D. Pedro de Meneses, futuro 3º marquês de Vila Real, D. João de Noronha, D. Nuno Álvares Pereira de Noronha, D. Afonso de Noronha e D. Leonor de Noronha. Em 1498, num momento tão relevante quanto o do juramento de D. Manuel como herdeiro das Coroas de Castela e de Aragão, que motivou a sua deslocação ao Reino vizinho, D. Fernando e o seu irmão D. Diogo de Noronha acompanharam o monarca nessa jornada⁶³, enquanto era confiada a D. Pedro de Meneses, 1º marquês de Vila Real, a guarda de D. Jorge⁶⁴, então ainda à espera da concessão dos títulos e benesses que o seu pai D. João II havia deixado em testamento e que D. Manuel não viria a outorgar na totalidade.

Os anos seguintes, até 1502, continuariam a revelar-se profícuos para os Noronhas de Vila Real. O juramento português do príncipe D. Miguel, filho de D. Manuel e de D. Isabel, e herdeiro de todos os reinos ibéricos, realizado em 1499, foi já feito com D. Fernando presente pois D. Pedro, certamente, encontrava-se já doente, vindo a falecer no final desse ano⁶⁵. *O Venturoso* não tardou a confirmar todos os senhorios e títulos a D. Fernando de Meneses, à exceção do condado de Ourém que pertencera ao duque de Bragança e que então lhe era restituído, sendo o 2º marquês de Vila Real compensado com a atribuição do condado de Valença e de outras mercês⁶⁶. Apesar da tensão inerente

⁵⁹ Cf. COSTA, João Paulo, *D. Manuel I*, p. 78.

⁶⁰ Cf. *Ibidem*, p. 82. Sobre a figura de Diogo da Silva Meneses, 1º conde de Portalegre e uma das figuras então em ascensão na corte manuelina consulte-se: MARQUES, Marisa Pires, SILVÉRIO, Silvina, “Diogo da Silva de Meneses e a política régia ultramarina” in *Op. Cit.*, edição de João Paulo Costa e Vítor Gaspar Rodrigues, pp. 239-258.

⁶¹ Cf. *História Genealógica*, tomo V, p. 118.

⁶² Cf. FARIA, António Machado de, *Livro das linhagens do século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1957, p. 227. A ordem de nascimento pode não ter sido exactamente aquela que é apontada pelos genealogistas. Por exemplo, é sabido que D. Leonor de Noronha nasceu em 1485, o que a colocaria antes de D. Afonso e D. Nuno Álvares e até antes da oficialização do enlace dos seus pais. O mesmo sucede com D. Nuno Álvares que, segundo os dados disponíveis, teria nascido cerca de 1497, ou seja, depois de D. Leonor. No entanto, por D. Fernando de Meneses se ter casado por “paixão” por D. Maria Freire é possível que alguns filhos tenham nascido antes do casamento.

⁶³ Cf. GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, prefácio e notas de Joaquim Teixeira Martins e David Lopes, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, cap. XXIII.

⁶⁴ Cf. COSTA, João Paulo, *Op. Cit.*, p. 88.

⁶⁵ Damião de Góis refere a tristeza do rei perante esta notícia, tendo o próprio cronista dificuldades ao escrever este passo da sua crónica, tida por ofensiva pelo conde de Tentúgal que considerou exageradas as palavras do humanista, quando comparadas às que dedicou à morte de D. Álvaro de Bragança. Por detrás das críticas estava a rivalidade entre ambas as Casas, como adiante constataremos. Cf. GÓIS, *Op. Cit.*, vol. I, cap. XXXIII.

⁶⁶ Cf. TEIXEIRA, André, *Op. Cit.*, p. 128.

a este acontecimento, D. Fernando ainda assistiu, em 1499, ao enlace da sua irmã D. Joana de Noronha com o 8º condestável do Reino⁶⁷, D. Afonso, filho bastardo do duque de Viseu D. Diogo, irmão de D. Manuel I, morto por D. João II, em 1484. D. Fernando ainda acompanhou D. Manuel na sua viagem a Santiago de Compostela, em 1502. Na ocasião, o monarca deu ordens à sua exígua comitiva para que D. Fernando se fizesse passar por rei uma vez que não pretendia ser identificado⁶⁸.

O bom relacionamento do pai de D. Afonso com o monarca tinha, contudo, vivido melhores tempos, visto que D. Fernando de Meneses havia já endividado a sua Casa numa festa que ofereceu em Santarém, em 1502⁶⁹. A titulação de D. Jorge como duque de Coimbra e os bens cedidos por D. Manuel ao bastardo régio, não agradaram a D. Fernando. Este não só almejou ao título ducal, tal como afirmou Tristão da Cunha⁷⁰, como assistiu ao que considerou ser a despromoção da sua Casa para a terceira posição, abaixo das Casas de Bragança e de Coimbra. Prova deste desagrado foi a relutância com que entregou, só em 1509, o condado de Ourém a D. Manuel, retirando-se entre 1511 e 1517, para os seus domínios no norte do país⁷¹. A indignação do fidalgo atingiu o auge durante a década de 1510, em particular com a titulação de D. Martinho de Castelo Branco, em 1515, como 1º conde de Vila Nova de Portimão⁷². Ao tempo, o marquês, envolvido em diversas querelas com D. Manuel devido à jurisdição dos seus senhorios no norte⁷³, reclamou daquele a titulação do seu irmão, D. António de Noronha, como 1º conde de Linhares, algo que não aconteceu. Todavia, relembre-se que mesmo no auge das tensões entre o marquês e o rei, sobretudo nesse preciso ano, D. Fernando ainda teve margem de manobra para tratar com o monarca do matrimónio do seu herdeiro⁷⁴, D. Pedro de Meneses, e até de colocar a hipótese de casar D. Leonor⁷⁵.

E, se de facto, em 1517, D. Manuel pediu a apresentação das doações e outros documentos da Casa, será importante ter presente que, por essa altura, já D. Pedro de

⁶⁷ Cf. GÓIS, Damião de, *Op. Cit.*, vol. I, cap. XLV. Uma vez mais neste passo o cronista enfrentou a oposição do conde de Tentúgal.

⁶⁸ Cf. *Ibidem*, cap. LXIII.

⁶⁹ Cf. *Ibidem*, p. 14. Segundo o cronista o bem conhecido endividamento da Casa de Vila Real que prosseguiria sob os reinados de D. João III e D. Sebastião teria tido início naquele momento.

⁷⁰ Cf. nota 50.

⁷¹ Cf. AUBIN, Jean, *Op. Cit.*, p. 68.

⁷² Sobre esta figura veja-se: COUTINHO, Valdemar, “O condado de Vila Nova de Portimão” in *Op. Cit.* edição de João Paulo Costa e Vítor Gaspar Rodrigues, pp. 227-238. Cf. AUBIN, Jean, *Op. Cit.*, p. 82-83.

⁷³ Cf. AUBIN, Jean, *Op. Cit.*, pp. 73 e seguintes.

⁷⁴ Atestam-no algumas cartas de D. Fernando a D. Manuel de 1515: ANTT, CC I, 18-43, 18-62 e 18-63.

⁷⁵ Cf. ANTT, CC I-18-63. Esta nunca viria a casar e viria ser uma consagrada latinista, autora e tradutora.

Meneses era bem visto junto do monarca, tal como D. Nuno Álvares. Em relação ao herdeiro da Casa e, neste ponto tal como D. Leonor, nunca será demais relembrar a sua ligação a Cataldo Sículo, encarado por alguns como o introdutor do Humanismo em Portugal⁷⁶. D. Pedro não apenas pronunciou a oração no Estudo Geral⁷⁷, em 1504, como em 1508 recebera uma carta de D. Manuel propondo-lhe a ida para a capitania de Ceuta⁷⁸, para a qual só partiu em 1512, nela permanecendo até 1517. Quanto a D. Nuno, algumas fontes⁷⁹ mencionam a sua ida com o pai para Ceuta, mas os únicos dados que temos por certos são a provisão de 82 mil reais, que recebeu de D. Manuel por ocasião do seu próximo casamento⁸⁰, e o assentamento de 160 mil reais de tença⁸¹. Na verdade, D. Pedro veio a consorciar-se com D. Beatriz de Lara⁸², uma das mais belas mulheres do seu tempo, segundo Góis, e por quem o príncipe herdeiro D. João nutriu uma paixão, não aprovada pelo pai. Além disso, D. Manuel ainda concebeu a hipótese de casar D. Beatriz com o infante D. Fernando. O enlace de D. Pedro deverá ter ocorrido em 1519⁸³. O de D. Nuno com D. Maria de Noronha, filha de D. Martinho de Castelo Branco, 1º conde de Vila Nova de Portimão, e já então camareiro-mor do príncipe D. João, nesta fase já apazado, só deverá ter-se concretizado cerca de 1528.

⁷⁶ Desta opinião é Costa Ramalho. Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. Catarina*, p. 235. Cataldo Sículo havia sido chamado ao Reino por D. João II com o intuito de ser mestre do bastardo D. Jorge. Gorado o projecto político do *Príncipe Perfeito*, e como tantas vezes sucedia, Sículo acabou por se ver ligado aos diversos nobres da corte portuguesa, procurando ainda ser o mestre do futuro D. João III. Uma vez afastada essa hipótese, a sua ligação a D. Pedro de Meneses, aumentou, a ponto de o considerar o seu mais fiel discípulo.

⁷⁷ Cf. MENESES, D. Pedro de, *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa*, introdução de A. Moreira de Sá e tradução de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1964.

⁷⁸ D. Jerónimo Mascarenhas refere na sua História de Ceuta, composta no século XVII, a existência de uma carta de D. Manuel para D. Pedro. Cf. MASCARENHAS, D. Jerónimo de, *História de la Ciudad de Ceuta. Sus sucessos militares, y políticos; Memorias de sus santos y prelados, y elogios de sus capitanes generales*, edição de Afonso de Dornelas, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, cap. 67. No capítulo 68, são também descritas as suas acções na capitania, retratadas como louváveis. André Teixeira defende que D. Pedro não se destacou particularmente na capitania. Cf. TEIXEIRA, André, *Op. Cit.*, p. 133. Na altura em que o rei sugeria o seu nome para a capitania de Ceuta, D. Pedro encontrava-se em Paris com uma bolsa de estudo concedida pelo monarca.

⁷⁹ Cf. BN, *Título dos Noronhas*, fl. 82v. (códice 1054). Não é precisado o ano em que esteve em Ceuta com o seu pai. Esta obra de cariz genealógico composta por D. Luiz Lobo, conde de Sarzedas, D. António Noronha e D. António Caetano de Sousa, afigura-se de consulta essencial para o estudo da Casa de Vila Real.

⁸⁰ Cf. ANTT, CC II-90-153, 30.VII.1520.

⁸¹ Cf. ANTT, CDM, liv. 36, fl. 86v., Évora, 23.VIII.1519.

⁸² D. Beatriz de Lara era a única filha que D. Joana de Noronha e o condestável D. Afonso haviam tido. A manutenção do casamento na Casa de Vila Real, a despeito das propostas acima referidas, elucida bem quer a política de casamento endogâmicos da alta nobreza portuguesa de então, como e acima de tudo, demonstra que apesar de tudo a Casa de Vila Real não estava assim tão mal vista junto do rei. Com o casamento as ligações da Casa à Casa Real foram reforçadas.

⁸³ Cf. *História Genealógica*, tomo II, p. 291; MENESES, D. Pedro, *Op. Cit.*, p. 35; Braamcamp Freire aponta o casamento para 18 de Setembro de 1520: *Brasões*, vol. III, p. 356.

Estes dados aconselham a relativizar a imagem de mau relacionamento da Casa de Vila Real com D. Manuel, tanto mais que convirá não esquecer que D. Fernando de Meneses foi ainda nomeado, em 1519, para tratar da resposta a conceder ao duque de Sabóia por ocasião do seu casamento com a infanta D. Beatriz⁸⁴. Tal não implica, porém, que D. Fernando de Meneses não permanecesse insatisfeito com a situação da sua Casa e que não procurasse outras formas de alcançar mercês e honras para esta.

Creemos ser precisamente neste quadro que D. Afonso interveio. Sem qualquer referência à sua vida em crónicas, em cartas de D. Fernando ou de D. Pedro, é a chancelaria que nos fornece a primeira pista sobre como poderão ter sido passados os primeiros tempos de D. Afonso. A 14 de Fevereiro de 1525, D. João III autorizava D. Afonso a comprar o cargo de aposentador-mor⁸⁵. A carta, para além de se dirigir a D. Afonso como “muito amado sobrinho”⁸⁶, tal como sempre acontecerá com todas as missivas do rei, refere os muitos serviços prestados e os que o rei esperava ainda receber do fidalgo. Se esta expressão não reflectir um mero pró-forma de chancelaria, será plausível pensar que D. Afonso faria parte da Casa do príncipe D. João. Apesar de não conhecermos o testamento do marquês D. Fernando, que poderia esclarecer esta e outras questões, será bem possível que tal tenha acontecido até porque D. Afonso escreveria à rainha D. Catarina, em 1552, que “desde que nacy não trabalhey em outra cousa senãao em o servir”⁸⁷, referindo-se a D. João III. Relembre-se que D. Fernando tinha por sogro um aposentador da Casa Real, João Freire de Andrade, sendo admissível que no contexto do endividamento da Casa, atrás mencionado, D. Fernando tenha vendido aquele cargo a outro fidalgo, tal como o seu filho D. Pedro faria mais tarde com bens da Casa a fim de angariar fundos. Por outro lado, se atentarmos que as fontes retratam as grandes esperanças que D. Fernando depositava junto de D. João III relativas à

⁸⁴ Cf. GÓIS, *Op. Cit.*, vol. IV, cap. LXX.

⁸⁵ Comprado a Lourenço de Sousa. Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 36, fl. 87, Évora, 14.II.1525.

⁸⁶ A expressão “muito amado sobrinho” deriva das formas de tratamentos instauradas no tempo de D. Manuel e que D. João III veio a aperfeiçoar. Por “sobrinho” deviam designar-se os parentes do rei não detentores de um título de nobreza, como era precisamente o caso de D. Afonso. Cf. BPE, cód. CIII/2-21, fls. 64-64v. para as formas de tratamento no tempo de D. Manuel. Para as formas de tratamento no tempo de D. João III, instauradas em 1522, veja-se BPE, cód. CIII/2-22, fl. 29. O assunto é ainda abordado por SOUSA nos *Anais*, liv I, cap. XIV. Constata-se que D. João III, em 1522, escolheu permanecer com as formas do tempo de D. Manuel, algo que só sofreu alterações já no final do reinado, em 1557. Esta questão, a par da das precedências, tinha grande significado para a nobreza da época que se manifestava sempre bastante ciosa das suas prerrogativas de antiguidade, como sempre sucedeu com a Casa de Vila Real.

⁸⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 20, p. 260.

promoção da sua Casa⁸⁸, parece adequado admitir que D. Afonso tenha sido colocado estrategicamente junto do príncipe herdeiro por forma a garantir um relacionamento privilegiado. Como vimos em relação ao casamento de D. Pedro e de D. Leonor, D. Fernando não deixou de interferir no assunto, sendo bem conhecido o papel desempenhado pelos titulares das Casas nos casamentos dos seus descendentes.

Todavia, nada do que foi equacionado implica que D. Afonso não tenha hipoteticamente beneficiado dos ensinamentos de Cataldo Sículo, acompanhado o seu pai ou irmãos quando estes estiveram em Ceuta ou ainda que acompanhasse o seu pai no seu retiro no norte do país entre os anos de 1511 e 1517, mas tão só que não encontrámos qualquer registo sobre essa situação. Na realidade, à data da morte de D. Fernando de Meneses em 1523⁸⁹, o herdeiro D. Pedro empenhou-se a fundo em procurar captar a graça régia do *Piedoso*.

A própria cerimónia de aclamação e levantamento de D. João III, em Dezembro de 1521, dá conta da presença em peso dos Noronhas de Vila Real, se bem que os cronistas não estejam de acordo quanto ao lugar ocupado por D. Fernando e D. Pedro nas cerimónias⁹⁰. A questão das precedências e formas de tratamento não era de somenos importância pois tratava-se, afinal, do reconhecimento formal do poder e influência de qualquer casa nobiliárquica⁹¹. E os membros da Casa de Vila Real eram bastante ciosos da sua posição, como ficou patente, no reinado de D. João III, quando se defrontaram

⁸⁸ Vejam-se as considerações de AUBIN, Jean, *Op. Cit.*, p. 101, segundo o qual na cerimónia de entronização de D. João III, D. Fernando teria dito ao jovem monarca: “O neto de el-rei Fernando todo de sangue real pera bem vos seja o mando governai pelo antigo, que este pasto esta em prigo as ovelhas suspirando sem abrigo”.

⁸⁹ Sobre o ano da morte de D. Fernando consideramos ter ocorrido em 1523 e não 1524, pois assim o indicam a *História Genealógica*, tomo V, p. 119 e o *Título dos Noronhas*, fl. 65. Este último afirma mesmo que D. João III sempre fez muita estima a D. Fernando (Cf. *Op. Cit.*, fl. 67v.).

⁹⁰ Gaspar Correia afirma que D. Fernando e D. Pedro se encontravam numa estribeira, enquanto na outra seguiam os duques de Bragança e Coimbra, D. Jaime e D. Jorge, respectivamente, e ainda o marquês de Torres Novas, herdeiro de D. Jorge (Cf. CORREIA, Gaspar, *Op. Cit.*, p. 189). Frei Luís de Sousa anota que nas cerimónias e beija-mão foram sempre precedidos pelos duques de Bragança, Coimbra e ainda pelo marquês de Torres Novas (Cf. SOUSA, Frei Luís de, *Op. Cit.*, vol. I, liv. I, cap. V). Francisco de Andrade afirma que os Vila Real beijaram indiferenciadamente o rei em conjunto com duques e condes, o que é difícil de crer. Segundo ele, D. Henrique e D. Diogo de Noronha, irmãos de D. Fernando também estariam presentes na cerimónia (Cf. *Crónica*, Parte I, cap. VIII). Por fim, Pêro de Alcáçova Carneiro nos seus apontamentos, reforça Sousa ao afirmar que D. Pedro e D. Fernando só beijaram a mão do rei, depois do duque de Coimbra e do marquês de Torres Novas (Cf. *Relações*, p. 211).

⁹¹ Sobre as linhas gerais da evolução da nobreza europeia, relações clientelares e ainda a evolução da titulação durante a dinastia de Avis, confira-se respectivamente: ASCH, Ronald G., BIRKE, Adolf M., *Princes, Patronage and the Nobility: The Court at the Beginning of the Modern Age c. 1450-1650*, Oxford, Oxford University Press, 1991; CUNHA, Mafalda Soares da, “Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI” in *Penélope*, nº 29, Oeiras, 2003, pp. 33-48; OLIVEIRA, Luís Filipe, RODRIGUES, Miguel Jasmim, “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2ª dinastia” in separata *Revista de História Económica e Social*, nº 22 (Janeiro-Abril), 1988.

com a ascensão de novas linhagens ao topo da hierarquia nobiliárquica. As mercês organizadas em anexo⁹², elucidam bem sobre as variadíssimas concessões⁹³ de que beneficiou D. Pedro de Meneses, 3º marquês de Vila Real, durante a década de 1520 e de como estas começaram a rarear na década de 1530.

Tudo aponta para que a década de 1520 tenha sido um período de grandes expectativas para a Casa de Vila Real. Não só D. Pedro de Meneses fazia parte do Conselho Real, como o ano de 1525 parecia promissor. Dois acontecimentos pareceram augurar bons tempos para a Casa: D. Pedro foi incumbido de levar a infanta D. Isabel até Carlos V⁹⁴, e o seu tio, D. António de Noronha, recebeu do rei o título de 1º conde de Linhares⁹⁵. Mas, a titulação de D. António não traduziu apenas uma compensação pelo seu afastamento do cargo de escrivão da puridade, então atribuído ao D. Miguel da Silva, como poderá também ter resultado da capitalização pela Casa da morte de um seu membro ao serviço ao rei. Referimo-nos a D. João de Noronha, falecido em combate em 1524, sobre o qual muito pouco se sabe⁹⁶. Pouco depois, em 1529, D. Nuno Álvares

⁹² Cf. Anexo A: Mercês dos Noronhas.

⁹³ A inexistência de um estudo sobre a evolução de todo o património associado à Casa de Vila Real não nos permitiu destrinçar quais das mercês recebidas por D. Pedro eram confirmações e quais eram novas, apesar de algumas notas de Mafalda Wagner de Noronha sobre a aquisição de alguns senhorios da Casa e suas localizações actuais (Cf. *Op. Cit.*, pp. 32-37).

⁹⁴ São várias as fontes narrativas que o referem bem como os avultados gastos do marquês. No entanto, neste particular remeteremos directamente para os documentos que se conservam sobre o tema: Para os documentos da embaixada veja-se ANTT, CC I-32-9, I-32-22, I-33-89, I-34-58. Para as instruções confira-se *Relações*, pp. 240-251.

⁹⁵ D. António de Noronha era escrivão da puridade desde os tempos de D. Manuel, mas vira o seu cargo esvaziar-se de conteúdo com a criação do cargo de secretário, em 1509, então atribuído a António Carneiro. Após o episódio referido da titulação de D. Martinho de Castelo Branco, em 1515, e como compensação pela não titulação de D. António, D. Manuel incumbiu nesse mesmo ano o fidalgo de dirigir a expedição à Mamora. A expedição que pretendia assegurar o controlo português sobre toda a faixa litoral marroquina saldou-se no maior fracasso militar do reinado manuelino. Em 1521, havia lido as palavras proferidas no juramento do infante D. Luís ao rei e, em 1522, havia prestado homenagem a D. Fernando de Meneses da capitania de Ceuta onde se encontrou efemeramente (BA, cód. 46-IX-13, fl. 5). Em 1525, no exacto ano em que D. Afonso comprava o cargo de aposentador-mor, foi nomeado procurador para o casamento de D. Isabel com Carlos V e recebia o título, imediatamente após o rei lhe ter concedido autorização para comprar o castelo daquela vila. Em conjunto com D. Pedro de Sousa, 1º conde do Prado, estes foram os primeiros títulos concedidos por D. João III (Cf. AUBIN, Jean, AUBIN, Jean, “La noblesse titrée sous D. João III: inflation ou fermeture? in *Le Latin et L’Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 371-383; BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, pp. 295-296). A carta original de titulação de 1525 encontra-se em BPE, cód. CIX/2-1, nº 65.

⁹⁶ Apenas se conhece um trespasse de tença feito pelo seu pai D. Fernando a seu favor (ANTT, CDM, liv. 39, fl. 2, Évora, 7.IX.1521). As circunstâncias em que partiu para Ceuta são igualmente desconhecidas, mas parece ter governado a praça entre 1522 e 1524, embora algumas informações sejam contraditórias. Teria falecido em combate num incursão que fez em terras de mouros. As fontes que se lhe referem são as seguintes: *Título dos Noronhas*, fl. 77 e 78v; *História Genealógica*, tomo V, p. 120-121; MASCARENHAS, D. Jerónimo, *Op. Cit.*, cap. 70; FRANCA, Alejandro Correa, *Historia de la muy noble y fidelíssima ciudad de Ceuta*, Ceuta, Consejería de Educación, s.d., liv. 2, cap. 16; Em todo o caso

consorciava-se com a referida D. Maria de Noronha⁹⁷. Por esta época D. Afonso deve também ter casado com D. Maria de Eça, a qual já estivera presente na recepção de D. Catarina, em 1525, embora uma vez mais não possamos ter certezas⁹⁸. Os genealogistas concordam que o seu pai era Fernão de Miranda⁹⁹, trinchante do duque D. Jorge, apesar da documentação referir que era filha de António de Miranda. Quanto à sua mãe, uns apontam para D. Catarina de Azevedo¹⁰⁰ e outros para D. Catarina de Eça¹⁰¹. No entanto, é possível que a mãe fosse D. Filipa de Ataíde, a sogra a favor de quem D. Afonso renunciará, mais tarde, a aposentadoria-mor¹⁰².

Uma nova fase parece ter-se iniciado com a partida de D. Nuno Álvares para a capitania de Ceuta, em 1529, ficando D. Afonso na corte enquanto o relacionamento de D. Pedro com o rei começava a alterar-se. Apesar de ter sido padrinho da infanta D. Maria¹⁰³ em 1527, no ano de 1531 já se encontrava afastado da corte¹⁰⁴, quando a figura de D. António de Ataíde e o seu valimento começaram a emergir e o monarca se encontrava em vésperas de restringir o Conselho, de que fazia parte D. Pedro. Enquanto cortesão, cremos que D. Afonso terá sido um observador atento dos conflitos que em seguida eclodiram. Ao conceder ao 1º conde de Tentúgal, D. Rodrigo de Melo, o título de 1º marquês de Ferreira, mediante a condição de este só o vir a usar em 1533¹⁰⁵, esboçava-se um primeiro factor de descontentamento para D. Pedro. Em 1535, a titulação do 1º marquês de Torres Novas, D. João de Lencastre, como 1º duque de Aveiro, motivou os lamentos do marquês em diversas cartas a D. António de Ataíde nas

teve filhos naturais de mãe desconhecida dos quais adiante referiremos os percursos: D. Antão de Noronha, D. André de Noronha e Leonor Lemos de Mendonça.

⁹⁷ Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 48, fl. 55v., Lisboa, 11.VIII.1529. Trata-se da carta de segurança de Arras para ambos os noivos visto as referências de ambos corresponderem ao mesmo documento.

⁹⁸ Numa das suas cartas escrita da Índia à rainha D. Catarina, D. Afonso menciona o casamento concertado pelo rei com D. Maria de Eça, queixando-se que o dote do casamento havia sido o mais pequeno que alguma vez se vira na corte (Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 20, p. 260). Por existirem referências, na década de 1540, ao filho primogénito do casal, D. Fernando de Meneses, calculamos que o casamento deverá ter ocorrido por volta de 1527-29, em consonância com o de D. Nuno.

⁹⁹ No entanto, a documentação manuscrita refere que o pai era António de Miranda.

¹⁰⁰ Cf. *História Genealógica*, tomo X, p. 118.

¹⁰¹ Cf. GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das famílias nobres de Portugal*, vol. VII, Braga, Edição Carvalho de Basto, 1992, p. 595.

¹⁰² D. Filipa de Ataíde era ainda tia por afinidade de D. Afonso visto ter casado em segundas núpcias com o seu tio D. Diogo de Noronha. Cf. Apêndice A – Genealogia dos Marqueses de Vila Real (Século XVI).

¹⁰³ Cf. Correia, Gaspar, *Op. Cit.*, p. 237; BUESCU, Ana Isabel, *D. Catarina...*, p. 191.

¹⁰⁴ Cf. VIAUD, Aude (ed.), *Correspondence d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530 – Lope Hurtado de Mendoza*, Lisboa, FCG, 2001, doc. XCVI, p. 479.

¹⁰⁵ Cf. ANTT, CC I-36-39.

quais se queixava do desfavor real¹⁰⁶ de não ser feito duque como devia¹⁰⁷ e de o rei não o ter em conta como merecia, acabando por decidir não assistir ao baptismo do príncipe D. Manuel¹⁰⁸. O conflito só parece ter amainado em 1537 quando foi visitado pelo infante D. Duarte. Mas, logo em 1539, D. Pedro, provavelmente já enfermo da prolongada doença que o afectou até 1543, abandonou de novo a corte no exacto momento em que D. Afonso era recém-chegado a Ceuta e D. Nuno Álvares preparava a sua aproximação à rainha D. Catarina, também ela em ascensão na viragem para a década de 1540.

Todos os factos narrados ajudam-nos a enquadrar a vida de D. Afonso, em especial o seu comportamento perante uma Casa nobiliárquica que viu o seu crescimento ser intencionalmente travado pela Coroa¹⁰⁹. Já se salientou a ambição de D. Pedro de Meneses ao título ducal, havendo que apontar a aspiração de D. Nuno ao título condal, já durante a década de 1540¹¹⁰. Assim, poderemos concluir que D. Afonso nascera numa Casa que almejava à competição directa com as Casas de Bragança e de Aveiro mas que, no fundo, não tinha condições para alimentar o desafio a que se propunha¹¹¹. Este facto motivava a constante busca de novas mercês junto do rei, quer por D. Pedro, quer por D. Nuno. D. Afonso, enquanto cortesão, terá assistido a muitas das tensões por esse motivo geradas, vindo talvez a compreender que essa não seria, porventura, a melhor via para a sua família e ele próprio alcançarem benesses. Por esta razão terá optado por cultivar a imagem de um homem zeloso do serviço do rei e pouco reivindicativo no que às mercês dizia respeito, distanciando-se assim dos seus parentes. Esta constatação é importante para se entender o que motivou o rei a enviá-lo para Ceuta em 1538, pois conhece-se um testemunho de que D. João III não estaria propriamente agradado com a

¹⁰⁶ Cf. Carta de D. Pedro de Meneses a D. António de Ataíde, Caminha, 11.VII.1533. Cf. *CSL*, vol. I, doc. 63, pp. 429-430.

¹⁰⁷ Cf. Carta de D. Pedro de Meneses a D. António de Ataíde, Caminha, 25.IV.1535. Cf. *Ibidem*, doc. 68, p. 438.

¹⁰⁸ Cf. *Ibidem*. D. António de Ataíde representou D. Pedro de Meneses na cerimónia de baptismo e ainda nas Cortes de Évora de 1535 (Cf. *Ibidem*, docs. 71 e 74, pp. 442 e 449-451). Uma relação clientelar foi estabelecida entre ambos como as cartas evidenciam.

¹⁰⁹ Cf. PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir” in *Nova História de Portugal: Do Renascimento à crise dinástica*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação de João Alves Dias, volume V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 321.

¹¹⁰ Cf. ANTT, *CM*, Mç. 2, doc. 157, fls. 1-1v., Santarém, s.d.

¹¹¹ Vejam-se os quadros das rendas das Casas de Quinhentos e seu crescimento, no qual se constata que a Casa de Vila Real foi das que menos viu crescer a sua renda. Cf. PEREIRA, João Cordeiro, *Op. Cit.*, pp. 319-320.

governança de D. Nuno¹¹². O monarca preferia, assim, apostar no perfil de um homem que conhecia provavelmente desde muito novo e que lhe devia parecer bem mais contido do que os seus ambiciosos irmãos. Do ponto de vista de D. Afonso, é bem possível que a ida para Ceuta tenha sido uma forma de compensar a sua relativa pobreza, da qual ainda parecia padecer em 1543¹¹³.

I. 2. Em terras do infiel: D. Afonso e a capitania de Ceuta (1538-1549)¹¹⁴:

I. 2. 1. Indefinições ameaçadoras: Fez, Tetutão, Barba Roxa e o Xerife (1538-1546)

Ao entrar em Ceuta no ano de 1538¹¹⁵, D. Afonso iria consciente do desafio que tinha pela frente. A presença portuguesa no “Algarve d’além-mar” enfrentava então uma grave crise da qual a capitania do seu irmão fora já testemunho elucidativo¹¹⁶. A ascensão dos Xerifes saádidas nas suas lutas contra a dinastia oatácida de Fez¹¹⁷, com particular destaque para a sua vitória em 1537, tinha vindo complicar a situação político-militar dos Portugueses. Mas, em última instância, os primeiros sinais do recuo português podem ser

¹¹² A capitania de D. Nuno Álvares de Noronha (1529-1538) parece ter sido marcada pela ameaça constante da armada turca de Khair-ed-Din, o *Barba Roxa* das fontes portuguesas, e pelos rumores constantes de cerco pelo rei de Fez. Em 1532, num contexto que não conseguimos precisar, D. Nuno terá feito uma incursão a terras de mouros, que o rei não gostou, repreendendo-o por tal e ordenando-lhe que se concentrasse em manter segura a fortaleza. Cf. Carta de D. João III a D. Nuno Álvares, Setúbal, 11.VI.1532 – PUB. *Sources*, vol. II, doc. CXLII, p. 581-582.

¹¹³ Cf. BA, cód. 50-V-32, fl. 449. Trata-se do testamento de D. Pedro de Meneses, feito em Santarém a 2 de Junho de 1543 por Frei Bernardino Carvoeiro, e no qual se afirma: “e Dom Afonso meu irmão por quanto se proue e tem pouqua Renda peço e mando A marquezia e ao conde que o leixem estar na Capitania de Ceuta”.

¹¹⁴ Estamos conscientes que não consultámos toda a documentação existente sobre a capitania de D. Afonso em Ceuta, em especial, algumas cartas suas existentes na BNP, respeitantes sobretudo às obras de fortificação da cidade, e ao Seinal. De igual forma não consultámos nem o Arquivo de Simancas, nem o Arquivo de Ceuta que poderão conter mais documentação. Porém, fomos exaustivos na busca na ANTT.

¹¹⁵ É referido que a capitania de D. Afonso em Ceuta iniciou-se no ano de 1539 pelo facto de a primeira carta que dele se conhece datar de 27 de Maio de 1539 (Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 27.V.1539 – PUB. *Gavetas*, vol. VIII, doc. 4416), mas uma carta de Sebastião de Vargas a D. João III, escrita de Mequinés a 2 de Abril de 1539, informa-nos que o seu autor havia recebido as ordens do rei através de D. Afonso que estava em Ceuta desde 1538 – PUB. *Sources*, vol. III, doc. LVI, p.194.

¹¹⁶ Um dos maiores problemas que D. Nuno enfrentara durante a sua capitania havia sido a ameaça constante das armadas turcas do Khair-ed-Din que contaram com o apoio declarado de Solimão, “O Magnífico”, após o seu estabelecimento durante a década de 1520 em Argel. Cf. BRAGA, Isabel e Paulo Drumond, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto de Estudos Ceutíes, 1998, p. 113. As cartas da capitania de D. Nuno não são tão abundantes como as de D. Afonso, mas para a década de 1530 é mais fácil apontar os anos em que Ceuta não sentiu a ameaça da armada turca do que aqueles em que a ameaça foi real. Para o estudo geral da crise da presença portuguesa em Marrocos, e em especial nas Praças do Norte, vejam-se além da obra referida: FONTOURA, Otília Rodrigues, *Portugal em Marrocos na época de D. João III – Abandono ou Permanência?*, Funchal, Centro de Estudos do Atlântico de História do Atlântico, 1988; os estudos CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África” in separata *Mare Liberum*, nº 13-14 (Junho-Dezembro), 1997 e Lourenço Pires de Távora e a política portuguesa no Norte de África no século de Quinhentos, 2 vols., Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à FLUL, 1988.

¹¹⁷ Sobre o tema veja-se: LUGAN, Bernard, *Histoire du Maroc*, Paris, Critérion, 1992, pp. 139-142.

detectados ainda no final do reinado manuelino, com as mortes de Nuno Fernandes de Ataíde¹¹⁸, em 1516, e de Bentatufa¹¹⁹, em 1519 e, por conseguinte, do fracasso do projecto português em Anafé¹²⁰.

Malogradamente, a presença portuguesa em Marrocos não se ressentia somente das ameaças militares, sofrendo ainda de outro mal estar crónico que se agravaria no reinado joaniano: as crescentes dificuldades financeiras para manter um Império, que se estendia do litoral brasileiro ao Mar da China, agravadas pela “pesada herança” que D. João III recebeu de seu pai no tocante à política matrimonial e estabelecimento da Casa dos infantes seus irmãos¹²¹, como ainda pelo crescente apetite francês por certas regiões ultramarinas¹²². As dificuldades financeiras foram particularmente sentidas no Reino durante a década de 1520, em especial com o elevadíssimo dote de casamento da infanta D. Isabel com Carlos V, e ainda na década de 1540 com o “polémico” consórcio e dote da infanta D. Maria com o então futuro Filipe II de Espanha¹²³.

Este quadro motivou que, durante as décadas de 1520 e 1530, várias praças africanas não fossem devidamente guarnecidas e que a oposição à anterior política expansionista dos Portugueses tivesse tempo para se tornar o *leit motiv* da acção congregadora que a dinastia saádida desenvolveu desde a sua fundação em 1511¹²⁴. Exemplos concretos do que acima se afirma foram os cercos de 1534 a Safim e de 1541 a Santa Cruz de Cabo Gué. A crescente pressão financeira levou a que Marrocos viesse a ser a zona do Império sacrificada em prol das restantes. É nesta conjuntura que se entende que, desde o início do seu reinado, o *Piedoso* tenha colocado a hipótese de abandono do Norte de África, a qual sempre foi adiando em função ora da oposição dos capitães norte-africanos, ora da própria

¹¹⁸ Nuno Fernandes de Ataíde foi o capitão de Safim que, entre 1510 e 1516, conseguiu consolidar a presença lusa no sul de Marrocos, criando uma vasta região em torno daquela fortaleza controlada pelos Portugueses através do “mouros de pazes”. Para mais pormenores da sua acção veja-se: TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, “Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim” in *Op. Cit.*, coordenação de João Paulo Costa, pp. 159-206.

¹¹⁹ Bentatufa foi o grande aliado de Nuno Fernandes de Ataíde. Cf. *Ibidem*.

¹²⁰ Cf. CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “As controvérsias...”, p. 10.

¹²¹ Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, pp. 115-137.

¹²² Veja-se para o caso francês: FERREIRA, Ana Maria Pereira, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Edições Patrimónia, 1995.

¹²³ Entre a oposição ao casamento castelhano da infanta D. Maria, filha de D. João III e de D. Catarina, contaram-se o infante D. Luís e altas figuras da nobreza portuguesa, como o conde de Vimioso e o próprio D. Pedro de Meneses, que ainda na fase final da sua vida, voltou a opor-se a D. João III. Na ocasião, o infante D. Luís foi acusado pelo rei de procurar liderar uma revolta contra o irmão, que seria secundada na nobreza pelo próprio marquês de Vila Real. Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. Catarina...*, pp. 255-256.

¹²⁴ Cf. LUGAN, Bernard, *Op. Cit.*, p. 139.

nobreza e corte¹²⁵. As consultas de 1529, 1534 e 1541 constituem provas claras da resistência de amplos estratos da sociedade portuguesa a esse abandono. É pois com propriedade que comumente se apontam os abandonos de Safim e Azamor, em 1541-42, e de Arzila e Alcácer Ceguer, em 1549-1550, como a concretização da mais difícil decisão do reinado de D. João III. Enquanto cortesão, D. Afonso estaria consciente destes problemas, mas só a sua partida para Ceuta o faria viver os problemas que até então apenas ouvira de longe.

Logo no início de 1540, D. Francisco de Portugal, 1º conde do Vimioso e vedor da Fazenda, em carta a D. João III, mostrava-se preocupado com o estado de Ceuta e alertava para a urgente necessidade de socorro¹²⁶. E, de facto, naquele ano os rumores da vinda da armada de Khair-ed-Din não cessariam até que, em Setembro, foi obtida confirmação de que a armada turca, que se julgava andar a pilhar a costa de Gibraltar, afinal havia retirado¹²⁷. D. Francisco não se enganou ao afirmar que Ceuta precisava de reparações urgentes, pois o Noronha queixou-se que não tinha artilharia nem munições e que “se achara com tam pouca gemte que numqa ousey de ha comtar nem fazer alardo pelos nam afracar”¹²⁸. Apesar disso, não deixava de reconhecer que a constante presença das armadas turcas era maior ameaça “que estar el rei de Fez aqui as portas”¹²⁹. Mas, por essa altura, os Turcos não eram o único motivo de preocupação: D. Afonso, já em 1539¹³⁰, se queixara ao monarca de que o sultão oatácida de Fez não cumpria as pazes assinadas por D. João Coutinho, em 1538, as quais deveriam durar 11 anos¹³¹.

Na verdade, a morte do alcaide de Tetuão, em 1539, com quem os Portugueses mantinham uma guerra constante, e a sua sucessão por Sit al Hurra, que viria a casar-se com o sultão de Fez em 1541¹³², foi a grande fonte de preocupação para D. Afonso nos anos seguintes. A partir do porto de Tetuão, os corsários do sultão de Fez actuavam nas

¹²⁵ A evolução da questão é tratada no supracitado artigo de Maria Leonor Garcia da Cruz e por Otilia Fontoura.

¹²⁶ Cf. ANTT, CC I-69-51, 2.I.1540. Conhecemos o título da carta mas não o seu conteúdo pois o documento referido não corresponde à carta do conde. A referência original deve estar pois trocada.

¹²⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta 13.IX.1541- PUB. *Sources*, vol. III, doc. LXXVII, p. 266.

¹²⁸ Cf. *Ibidem*, p. 268.

¹²⁹ Cf. *Ibidem*, p. 269.

¹³⁰ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 27.V.1539 – PUB. *Gavetas*, vol. VIII, doc. 4416, p. 441. Na mesma carta D. Afonso apresentava os seus pêsames sobre a morte do príncipe D. Filipe, relatando ainda a guerra entre o rei de Fez e o rei de Velez.

¹³¹ Cf. CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “Controvérsias...”, p. 40. Nestas pazes D. Nuno terá dado o seu parecer pois estava com D. João Coutinho quando este as assinou. Cf. FRANCA, Alejandro Correa, *Op. Cit.*, liv. II, cap. 17.

¹³² Cf. BUSTO, Guillermo Gonzalbes, “El Padre Contreras en Ceuta (1539-1545)” in *separata Transfretana*, revista del Instituto de Estudios Ceutíes, nº 5 (Novembro), 1993, p. 50.

águas de Ceuta causando grandes dificuldades à navegação cristã e temia-se que, a qualquer momento, atacassem Ceuta, visto esta estar tão desprovida, a despeito de já a capitania de D. Nuno Álvares ter sido marcada por algumas obras de fortificação. Entretanto, Sebastião de Vargas, em negociações na corte de Fez, noticiava ao monarca que o motivo da indisposição dos muçulmanos seria um alegado ataque de D. Afonso a Tetuão, mas que este não tinha dirigido. O ataque havia sido concretizado por habitantes de Ceuta¹³³. O desejo de desforra islâmico manifestou-se logo no ano seguinte quando D. Afonso recebeu tantas notícias dos Turcos que não sabia em quais acreditar¹³⁴. A cidade, já sem mantimentos¹³⁵, foi atacada a 18 de Março de 1541. D. Afonso conseguiu defender a praça, e no ano em que se decidiu o abandono de Safim e de Azamor, o capitão de Ceuta apresentava ao rei aquela que ficou conhecida como “A Grande Vitória”¹³⁶.

Contudo, o triunfo cristão teve um sabor algo amargo pois, dias antes do cerco, os Franciscanos fugiram da cidade após terem enviado missivas ao rei acusando D. Afonso de os manter presos¹³⁷. O zelo religioso de que o Noronha tantas provas daria acabaria entretanto esquecido¹³⁸, em prol de novas preocupações. Ao problema dos atrasos nos abastecimentos e consequente fome e seus efeitos era o que D. Afonso procurava constantemente acorrer. Com a chegada dos architectos Benedito de Ravena e Miguel de Arruda, em Junho de 1541¹³⁹, o capitão empenhou-se em controlar de perto as diversas obras e reparações que tornariam Ceuta numa cidade inexpugnável a partir da segunda metade do século XVI. A vinda daqueles prestigiados architectos significava que os

¹³³ Cf. Carta de Sebastião de Vargas a D. João III, Fez, 6/9.XII.1540 – PUB. *Sources*, vol. III, doc. LXXXII, p. 283.

¹³⁴ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta 13.III.1541 – PUB. *Sources*, vol. III, doc. LXXXIX, p. 319. Note-se que as informações falsas ou fugas eram muito comuns, sobretudo no contexto do Norte de África da década de 1540. Tal era convivência estabelecida com os muçulmanos.

¹³⁵ Cf. *Ibidem*. Para um exemplo das dificuldades de abastecimento ao Norte de África na década de 1540 veja-se: SANTOS, António dos Santos, “O Império do Pão: o Mediterrâneo, a diplomacia e o abastecimento cerealífero de Portugal e das praças marroquinas nos anos da crise 1545, 1546-1547” in *Op. Cit.*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, pp. 529-545.

¹³⁶ Cf. BUSTO, Guillermo Gonzalbes, *Op. Cit.*, p. 45.

¹³⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 13.III.1541 - PUB. *Sources*, vol. III, doc. LXXXIX, p. 320.

¹³⁸ Adiante serão fornecidos diversos dados sobre o zelo religioso de D. Afonso. Por agora, referimos uma nota colocada posteriormente a uma das suas cartas: “Todas as vezes que este vyso-rey deyxava de ouvir missa por sua culpa na India, não jentava em penitencia, e ho mesmo fez sempre em Portugal” (Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a Simão Rodrigues, Cochim, 5.I.1551 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 37, p. 138).

¹³⁹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 7.VI.1541 - PUB. *Sources*, vol. III, doc. CXVIII, p. 434. Sobre estes architectos e outros que trabalharam em Ceuta veja-se: MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Notas sobre alguns engenheiros nas praças de África*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922.

insistentes pedidos de auxílio militar à metrópole eram atendidos¹⁴⁰, sendo bem possível que, por trás, tenha estado a intercessão do irmão D. Nuno junto do soberano¹⁴¹.

Sem prejuízo de uma possível intervenção de D. Nuno, parece, contudo, certo que, no ano em que o *Piedoso* decidiu abandonar Safim e Azamor, já tinha decidido manter Ceuta pois, apesar de bem ciente das despesas necessárias para a transformar numa fortaleza moderna, enviara materiais, arquitectos e homens. Preocupado também com a saúde dos soldados e das pessoas que se encontravam nas reparações, D. Afonso sugeriu ao rei que pagasse os soldos em trigo em vez de dinheiro¹⁴², mas a proposta não teve tempo de amadurecer pois novos incidentes com os muçulmanos levaram Sebastião de Vargas a escrever ao capitão, pedindo-lhe que encerrasse o porto de Ceuta ao comércio com os muçulmanos¹⁴³, o que veio a suceder.

Após o sobressalto dos dois primeiros anos, parece ter-se registado uma acalmia. D. João III mandara aumentar a guarnição de Ceuta em 300 homens por ocasião de mais uma ameaça da armada turca¹⁴⁴ e, apesar de D. Afonso ainda se queixar ao monarca dos desrespeitos do sultão de Fez às pazes¹⁴⁵, pouco depois Sebastião de Vargas dava o problema por sanado¹⁴⁶. Mas em 1543, a situação voltava a complicar-se: num ambiente difícil de precisar, D. João III foi aconselhado a socorrer todas as praças do Norte¹⁴⁷, e em específico a de Ceuta¹⁴⁸, desta vez ameaçada pelo soberano oatácida de Fez. A ameaça parece não ter sido concretizada, mas o almocádem de Ceuta, Rui Ledo, foi morto “à

¹⁴⁰Cf. FONTOURA, Otilia Rodrigues, *Op. Cit.*, p. 106.

¹⁴¹ A partir de 1536 e até 1545, D. Nuno surge nos livros de moradias da Casa do Infante D. Luís como “Cavaleiro do Conselho” (Vide anexo A: Mercês dos Noronhas) e são conhecidas cartas suas da década de 1540 que demonstram algum valimento junto do rei e que lhe dariam margem para sonhar com o título condal. Por exemplo, sabemos que D. Nuno tratou de todos os assuntos da Casa de Vila Real junto do rei após a morte de D. Pedro de Meneses, em 1543, até porque havia sido nomeado testamenteiro do irmão (Cf. *CM*, mç. 2, doc. 157, fl.1) e que, ainda nesse ano, foi receber o embaixador castelhano Luís Sarmiento (Cf. *Relações*, p. 266), trazendo-o ao Paço por ordem régia, e ainda que esteve presente nas Cortes de Almeirim de Maio em 1544 (BPE, cód. CIII/2-22, fl. 76).

¹⁴² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 12.VIII.1541 - PUB. *Sources*, vol. III, doc. CXXIX, p. 500.

¹⁴³ Cf. Carta de Sebastião de Vargas a D. Afonso de Noronha, s.l., 30.VIII.1541 - PUB. *Sources*, vol. III, doc. CXXXII, p. 509.

¹⁴⁴ Cf. FRANCA, Alejandro Correa, *Op. Cit.*, liv. II, cap. 18.

¹⁴⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 18.VIII.1542 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. XXIX, p. 84. Uma vez mais é possível que as queixas de D. Afonso se devessem à incapacidade que o sultão de Fez já então demonstrava de controlar os seus senhores, especialmente nos anos de 1542-43. Cf. CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “Controvérsias...”, p. 43.

¹⁴⁶ Cf. Carta de Sebastião de Vargas a D. João III, Ceuta, 8.IX.1542 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. XXX, p. 92.

¹⁴⁷ Cf. Carta anónima recomendando o provimento de Tânger, Ceuta, Arzila e Alcácer Ceguer, s.l., 8.II.1543 - ANTT, CC I-73-52.

¹⁴⁸ Cf. Carta do conde do Vimioso, D. Francisco de Portugal, recomendado o socorro de Ceuta - ANTT, CC I-69-67.

traição”, enquanto o alcaide de Tetuão havia pilhado Gibraltar. Em carta ao rei¹⁴⁹, o capitão de Ceuta manifestou a sua intenção, de quebrar de imediato as pazes mas, uma vez mais, a ameaça turca pairava e não havia “cousa com que nos mais possamos defender que com as mãos”¹⁵⁰. Porém, além da possibilidade de cerco a Alcácer Ceguer, o principal problema para D. Afonso continuava a ser a fome (“porque muito mor perigo he o da fome em que estamos do que poder ser o da armada do turco”¹⁵¹).

Na ocasião, também D. Nuno escreveu a D. João III, apelando ao socorro de Ceuta¹⁵². De facto, o perigo era naquele ano bem real¹⁵³, pois o próprio rei veio apressadamente de Almeirim, em Agosto de 1543, para Lisboa, onde se encontrara com o seu filho natural D. Duarte, a fim de prover Ceuta¹⁵⁴. O soberano, preocupado com a situação, enviou D. João de Castro, então nomeado capitão-mor da armada de guarda-costa do Algarve o qual, em conjunto com a armada castelhana de D. Álvaro de Bazán, deveria enfrentar os Turcos. Khair-ed-Din escapou à batalha e Castro acabou por permanecer em Ceuta durante alguns meses¹⁵⁵, onde foi bem recebido por D. Afonso, acabando ambos amigos. Será de registar este momento dado que o relacionamento pessoal entre o Noronha e Castro e a carreira posterior deste podem bem ter influenciado algumas atitudes suas durante o seu governo da Índia. No ano seguinte, D. Nuno Álvares foi a Ceuta com reforços e participou com o irmão nas obras das fortificação¹⁵⁶, imediatamente após D. Afonso ter pedido socorro para

¹⁴⁹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 15.VI.1543 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. XL.

¹⁵⁰ Cf. *Ibidem*, p. 131.

¹⁵¹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 25. VIII. 1543 - ANTT, CC I-74-7, fl. 1.

¹⁵² Cf. Carta de D. Nuno Álvares a D. João III, Santarém, 26.VII.1543 - ANTT, CC I-73-128. Na carta, D. Nuno dizia escrever em nome do marquês que morrera exactamente em Julho de 1543, oferecendo-se para socorrer a cidade. Como vimos, D. Pedro deixara ordem aos seus testamenteiros (D. Nuno Álvares e D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real) para que mantivessem D. Afonso na capitania de Ceuta pela sua pobreza. Do irmão D. Afonso receberia ainda 1000 cruzados como todos os seus irmãos (BA, cód. 50-V-32, fl. 447v.)

¹⁵³ O Padre Lucas Caro afirma que as ordens partiram directamente de Solimão, “O Magnífico” que procurava então aproveitar-se das divisões no seio da Cristandade para assim vingar as perdas de Tunes e Goleta às mãos de Carlos V. Cf. CARO, P. Lucas, *Historia de Ceuta*, edição de José Luís Gómez Barceló, Ceuta, Ilustre Ayuntamiento de Ceuta, 1989, cap. IV, p. 80.

¹⁵⁴ Cf. *Crónica*, Parte III, cap. LXXXXV.

¹⁵⁵ Os biógrafos de D. João de Castro discordam quanto às datas da sua estadia em Ceuta. Elaine Sanceau defende que Castro esteve em Ceuta apenas entre Setembro e Novembro (Cf. SANCEAU, Elaine, *Op. Cit.*, p. 297), enquanto Aquarone defende que teria ficado em Ceuta entre Setembro e finais de Dezembro de 1543 ou Janeiro de 1544 (Cf. AQUARONE, J. B., *Op. Cit.*, vol. I, p. 300). Mas ambos reconhecem que terá ajudado nas obras da fortificação de Ceuta e ficado amigo de D. Afonso.

¹⁵⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 24.VI.1544 - BNP, cód. 1758, fl. 522-524. É possível que a vinda do irmão D. Nuno esteja relacionada com uma ordem dada por D. João III nesse ano para que todos os cavaleiros mais velhos acorressem à cidade. Cf. *Título dos Noronhas*, fl. 85v. Em Agosto de 1543, D. Afonso havia iniciado novas obras após reunião com os moradores da praça, da qual resultou a eleição de 5 coadjutores das obras (FRANCA, Alejandro Correa, *Op. Cit.*, liv. II, cap. 18).

o convento dominicano¹⁵⁷ e de se confirmar, uma vez mais, que Khair-ed-Din não iria atacar Ceuta como previsto, pois retirara para Istambul¹⁵⁸.

Os anos de 1545 e 1546, se bem que ainda marcados pela indefinição do cenário político marroquino apesar de uma crescente afirmação do poder dos Saádidas, consubstanciaram-se numa fase positiva para D. Afonso na capitania de Ceuta, marcada pela expedição de Tetuão, em 1545, e pela maior preocupação com a assistência religiosa aos habitantes de Ceuta. Esta circunstância motivou o Noronha a escrever ao monarca, por diversas vezes, sobre assuntos religiosos, demonstrando que afinal também partilhava com D. João III uma das grandes preocupações do final do seu reinado: a vontade de evangelização e o crescente patrocínio da Companhia de Jesus¹⁵⁹, da qual o capitão não teria dúvidas em considerar-se como parte integrante, como adiante explicitaremos.

Em Outubro de 1545¹⁶⁰, aproveitando a derrota do sultão de Fez face às forças dos Saádidas, D. Afonso decidiu unir esforços com o então capitão de Alcácer Ceguer, Álvaro de Carvalho, com quem se encontrou a 23 de Setembro. Entre os membros da comitiva encontrava-se o seu filho primogénito, D. Fernando de Meneses, e familiares do capitão de Alcácer. Depois de assaltarem os arredores da cidade e roubarem várias cabeças de gado, na ausência do alcaide, “pareço tempo de se poder fazer ho que eu avia muito tempo que ouvira a meu pai e ao Marquez, meu irmão, e a D. Nuno Alvarez que V. A. e assi El Rey seu pai (que santa glora aja) desejava de mandar fazer, que era queimar os navios do rrio, e pera isso mandara el Rei vosso pai ajuntar os capitães todos sem se poder fazer”¹⁶¹. Após destruírem alguns navios ali estantes, D. Afonso e Carvalho incendiaram a cidade, enfrentando uma batalha na qual “se mataram tantos Mouros que nam ousou nomear o numero d’elles”¹⁶², acrescentando que “crea V. A. que pelejavam os Mouros como mui valentes homens”¹⁶³.

¹⁵⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 28.IV.1544 - ANTT, CC I-74-92.

¹⁵⁸ Cf. Cartas de D. João III a Manuel Teles, Diogo Pereira e Luís Álvares, s.l., 12.VI.1544 - ANTT, CC I-76-6-8.

¹⁵⁹ Cf. COSTA, João Paulo, “O Império Português em meados do século XVI” in *Anais de História de Além-Mar. Homenagem a Luís Filipe Thomaz*, vol. III, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 112-113.

¹⁶⁰ Neste ponto seguimos totalmente a carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 7. X. 1545 - PUB. *Sources*, vol. IV, doc. L, embora também Francisco de Andrade faça a descrição destes acontecimentos (*Crónica*, Parte IV, cap. CI), colocando-os a meio do vice-reinado de D. Afonso de Noronha, o que nos parece bastante sugestivo da simpatia que o cronista pareceu nutrir por D. Afonso. Já o *Título dos Noronhas*, fl. 86v-87 afirma “esta entrada que D. Afonso fez [foi] hua das gramdes que se fizeram em África naquele tempo entam naquelas partes a majs memorada”.

¹⁶¹ Cf. *Ibidem*, p. 173.

¹⁶² Cf. *Ibidem*, p. 176.

¹⁶³ Cf. *Ibidem*.

O feito militar de D. Afonso não terá de certo passado despercebido ao rei e o capitão de Ceuta em breve complementar os agradados deste, demonstrando a sua preocupação e acção com a situação dos cativos¹⁶⁴ e com as condições que os religiosos, dispostos a ajudar estes, tinham de passar¹⁶⁵. Porém, é possível que a ausência de resposta do rei a muitos destes pedidos, conjugada com o encerramento do convento dominicano de Ceuta¹⁶⁶, e a admiração que entretanto D. Afonso desenvolvera pela acção do castelhano padre Contreras¹⁶⁷, tenham contriuiuído decisivamente para que este se decidisse a viajar até ao Reino a fim de solicitar o envio dos primeiros Jesuítas para África.

I. 2.2. O “Zelosissimo” del Rey¹⁶⁸: da viagem ao Reino (1547-1548) ao abortado projecto do Seinal (1549)

Em 1547, ano em que eram retomadas as hostilidades entre o sultão de Fez e o Xerife, caminhando-se definitivamente para uma clarificação do cenário político marroquino, cujo ponto de chegada foi a tomada de Fez em Janeiro de 1549 pelos Saádidas, as preocupações que D. Afonso expressou nas suas cartas foram muito claras. Havia que evitar a todo o custo a derrota do rei de Fez e o capitão contava, para tal, com um mercador estante nos domínios do sultão oatácida a fim de o informar *in loco* da evolução dos acontecimentos¹⁶⁹.

Em Julho, assinalando as pazes entre Fez e o soberano saádida, Jerónimo Díez alertava para o estado decadente do reino de Fez e como o sultão saádida se fortificava em Mekinés, que havia acabado de conquistar¹⁷⁰, ficando Ceuta em perigo¹⁷¹. Efectivamente,

¹⁶⁴ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 20.VII.1546. Cf. ANTT, CC I-78-40, na qual solicita dinheiro para o resgate de António Pinto e que foi antecidida por outras do mesmo género em anos anteriores.

¹⁶⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 4.V.1546 na qual pede ao rei que interceda pelos religiosos de Ceuta - ANTT, CC I, 78-5; Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 12.VI.1546 - ANTT, CC I, 78-40 em que pede ao monarca que providencie condições e auxílio para o padre António Gomes poder prosseguir as suas acções pias.

¹⁶⁶ Braga, Isabel e Paulo Drumond, *Op. Cit.*, p. 151.

¹⁶⁷ A descrição do relacionamento que D. Afonso estabeleceu com o padre Contreras e a forma como sempre o tratou são descritas pelo biógrafo seiscentista de Contreras, o padre Gabriel de Aranda (Cf. ARANDA, P. Gabriel de, *Compendio de la Vida, i mas singulares virtudes del gran siervo de dios, i exemplar sacerdote el V. P. Fernando de Contreras, capellan...*, Sevilha, Thomas Lopez de Haro, 1689, caps. XII e XV) e no já mencionado artigo de Guillermo Gonzalbes Busto em que o autor retrata os passos da vida daquele padre sempre em interrelação com D. Afonso. Segundo este autor, é a D. Afonso que se deve o conhecimento do retrato de Contreras e é bem possível que a ausência deste de Ceuta desde 1545 tivesse também motivado D. Afonso na sua deslocação ao Reino em 1547-48.

¹⁶⁸ Expressão original do cronista Francisco de Andrade. Cf. *Crónica*, Parte III, cap. XXXIX, p. 990.

¹⁶⁹ Esse informador a quem D. Afonso recorreu foi o castelhano Jerónimo Díez Sanchez, que escreveu algumas cartas a D. Afonso e a D. Maria de Eça, consubstanciando verdadeiros relatórios.

¹⁷⁰ Cf. Carta de Jerónimo Díez Sanchez a D. Afonso de Noronha, Tetuão/Alcácer-Quibir, 25-26.VII.1547 - PUB. *Sources*, vol. IV, docs. LXIV e XV.

o estado do reino de Fez era de tal modo motivo de preocupação que, em Outubro, D. Afonso informou o irmão D. Nuno que o Xerife já havia entrado em Fez, queixando-se da incúria do rei perante os seus pedidos de auxílio¹⁷². Foi neste pano de fundo que emergiu uma das causas que D. Afonso defendeu acerrimamente junto do monarca até 1549: a aliança com o rei de Velez¹⁷³. Sempre vigilante e bem informado, o capitão de Ceuta enviou pouco depois ao soberano novas da guerra entre Fez e os Saádidas, recomendando o favorecimento do rei de Velez e lamentando não ter o ensejo de aproveitar plenamente o bom clima, que então se advinhava, para entrar na guerra dadas as crónicas dificuldades financeiras¹⁷⁴. Por seu lado, o rei de Velez procurava agradar aos Portugueses, acenando com o auxílio no resgate aos cativos cristãos, como vimos, algo caro ao Noronha¹⁷⁵. Aproveitando uma derrota episódica do saádida, D. Afonso enviou a última carta conhecida antes de vir ao Reino, pugnando novamente pela necessidade da aliança com o rei de Velez, após ter dado ordens a D. Antão de Noronha, seu sobrinho, para ir com alguns navios assaltar Tetuão¹⁷⁶.

Chamado ao Reino por D. João III, em Dezembro de 1547, D. Afonso aí permaneceu até Julho de 1548¹⁷⁷. Por ordem régia, a capitania de Ceuta foi entregue à sua esposa D. Maria de Eça, que foi coadjuvada por D. Antão. A circunstância de D. Maria ser a primeira mulher a assumir uma capitania norte-africana demonstrava não só o seu valor guerreiro, provado nas batalhas ao lado do marido, como um padrão de excepcionalidade que apenas a confiança do soberano em D. Afonso pode explicar¹⁷⁸. Por outro lado, o

¹⁷¹ Cf. BRAGA, Isabel e Paulo Drumond, *Op. Cit.*, p. 114.

¹⁷² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Nuno Álvares, Ceuta, 13.X.1547 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. LXXII. Infelizmente não conhecemos a maioria das cartas que D. Afonso terá escrito ao irmão e que não só contribuem como esta para demonstrar o valimento que D. Nuno teria junto do rei, como demonstram que D. Afonso, apesar do discurso oficial das suas cartas ao rei, nem sempre com ele concordava.

¹⁷³ Nas fontes portuguesas surge apenas como rei de Velez. O seu nome era Bou Hassoun e era irmão do sultão reinante de Fez. Havia sido ele quem, em 1545, havia reposto o seu irmão no trono após a sua deposição pelo xerife saádida (Cf. LUGAN, Bernard, *Op. Cit.*, p. 142). Por esta razão, era encarado por alguns sectores da nobreza de Fez como o candidato certo a liderar a oposição aos Saádidas, e visto pelos Portugueses como o aliado ideal para fazer frente ao Xerife. Designado rei de Velez pelo seu refúgio naquela cidade, Bou Hassoun não só procurou a aliança com os Portugueses e com Carlos V, como adiante diremos, como viria a ser restaurado pelos Turcos no sultanato de Fez, em 1553, acabando por falecer em batalha, em 1554 (Cf. LUGAN, Bernard, *Op. Cit.*, p. 142).

¹⁷⁴ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 18.X.1547 - ANTT, CC I-79-109.

¹⁷⁵ Cf. Carta de Bou Hassoun, rei de Velez, a D. Maria de Eça, Fez 8.XI.1547 - PUB. *Sources*, vol. IV, doc. LXX, p. 239.

¹⁷⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 10.X.1547 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. LXXI, pp. 241-242.

¹⁷⁷ Cf. *Título dos Noronhas*, fl. 91. As datas conferem com as da documentação manuscrita conhecida.

¹⁷⁸ Sobre o tema veja-se BRAGA, Paulo Drumond, “D. Maria de Eça, capitã de Ceuta nos meados do século XVI” in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa, Actas do Congresso Internacional de Lisboa de 21-25 de Novembro de 1994*, vol. I, s.l. Presidência do Conselho de Ministros, 1995, pp. 433-437. D.

facto do capitão de Ceuta já nesta fase delegar funções de responsabilidade no seu sobrinho parece demonstrar como preferia investir mais neste do que no seu filho primogénito, D. Fernando de Meneses, uma constante que também notaremos no governo da Índia. Na realidade, importará ter presente que a longa carreira de D. Antão iniciou-se em Ceuta, ao lado dos tios D. Nuno e D. Afonso¹⁷⁹.

Desconhece-se o teor das conversações entre D. João III e D. Afonso, mas da parte do Noronha era já nesta fase clara a sua intenção de levar os primeiros jesuítas para Ceuta, e por conseguinte, para o Norte de África¹⁸⁰. As movimentações cortesãs que conduziram à escolha de Luís Gonçalves da Câmara¹⁸¹, futuro mestre do rei D. Sebastião, de João Nunes Barreto, mais tarde patriarca da Etiópia, e do coadjutor Inácio Vogado, envolveram negociações entre o casal régio e Simão Rodrigues¹⁸², provincial dos Jesuítas de Portugal. Estas podem explicar a longa estadia de D. Afonso no Reino.

Todavia, é provável que D. Afonso tenha debatido com o monarca a situação política das praças norte-africanas e que, em particular, tenha insistido na aliança com o rei de Velez a qual o *Piedoso* acabou mesmo por prosseguir nos anos de 1548 a 1550, como bem provam a embaixada de Lourenço Pires de Távora junto de Carlos V¹⁸³ ou, mais tarde, as diligências de D. Pedro Mascarenhas junto do próprio rei de Velez com vista à efectivação de uma aliança militar¹⁸⁴. Tal ocorrência, aliada aos insistentes pedidos de auxílio aos cativos¹⁸⁵ do Noronha, poderão ter contribuído para a criação ou reforço da

Maria havia participado na defesa de Ceuta, durante o ano de 1543, e escreveria diversas cartas ao rei atestando a sua atenção à evolução dos acontecimentos políticos e manifestando a mesma disponibilidade do marido no tocante à questão dos cativos.

¹⁷⁹ D. Antão teria nascido no Reino, cerca de 1520, sendo criado por D. Nuno Álvares. A tal conclusão chegou Alejandro Correa Franca com base em cálculos efectuados a partir do testamento de D. Antão. Cf. FRANCA, Alejandro Correa, *Op. Cit.*, liv. II, cap. 18. Agradeço esta informação à Prof. Doutora Maria Augusta Lima da Cruz.

¹⁸⁰ Sobre o impacto da entrada dos primeiros jesuítas no Norte de África consulte-se: DOMINGOS, Padre Maurício, “A entrada dos Jesuítas em Marrocos no século XVI” in *Mélnages d’Études Luso-Marrocaïnes dédiés à la Mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, 1945, pp. 225-295.

¹⁸¹ Luís Gonçalves da Câmara era parente afastado de D. Afonso visto o Câmara ter por tia paterna, D. Mécia de Noronha. Esta havia-se casado com D. Martinho de Castelo Branco, 1º conde de Vila Nova de Portimão que, como vimos, tinha uma filha, D. Maria de Noronha, casada com o irmão de D. Afonso, D. Nuno Álvares. Sobre a figura de Luís Gonçalves da Câmara e a sua poderosa linhagem que atingiria a titulação com D. Sebastião veja-se: LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas, “O Padre Luís Gonçalves da Câmara e D. Sebastião” in separata *O Instituto*, vol. CXXXVI, Coimbra, 1973.

¹⁸² Cf. DOMINGOS, Padre Maurício, *Op. Cit.*, p. 288; BUSTO, Guillermo Gonzalbes, *Op. Cit.*, p. 52.

¹⁸³ Cf. *Crónica*, Parte IV, caps. XXXVI, XXXX, XXXXV, LII e LXVI. Sobre este tema veja-se ainda CRUZ, Maria Leonor Garcia da, *Lourenço Pires de Távora* e ainda BRAGA, Isabel Drumond, *Um espaço, Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2001.

¹⁸⁴ Cf. *Ibidem*, Parte IV, caps. XXXXVII, XXXXVIII, XXXXIX, L e LI.

¹⁸⁵ Sobre este ponto leia-se BRAGA, Isabel Drumond, “Uma via de resgate dos cativos cristãos em Marrocos: Ceuta” in BAEZA HERRAZTI, Alberto, *Ceuta Hispano-Portuguesa*, Ceuta, Instituto de

imagem de “Zelosissimo”¹⁸⁶ que o cronista Francisco de Andrade apresenta sobre D. Afonso. Além disso, cabe lembrar que, por estes anos, a praça continuava em permanentes obras de fortificação, sobre as quais D. Afonso fazia questão de também demonstrar a sua acção perante o monarca. Contudo, parece-nos desadequado julgar que, nesta altura, já o rei pensaria em D. Afonso para o governo da Índia pois sabemos que, em 1547, D. João III enviara a D. João de Castro o título de vice-rei e a governança daquele estado por mais três anos.

Ao regressar a Ceuta, em Julho de 1548, acompanhado dos padres jesuítas acima referidos, D. Afonso de imediato deu seguimento às cartas da sua esposa, sempre atentas à evolução das manobras do governante saádida. Se em Julho as notícias eram imprecisas¹⁸⁷, em Setembro eram já bem claras, estando o rei de Fez bastante fraco e o Xerife preparado para desferir o golpe final. A paz, assinada em 1547, entre Carlos V e os Otomanos vinha dificultar a situação no terreno para os Portugueses. O Noronha, mesmo recorrendo às informações dos muçulmanos¹⁸⁸, não conseguia obter o salvo-conduto para Câmara ir a Tetuão e receava que lhe acontecesse algo na ida¹⁸⁹. Mesmo assim, anotava que “V.A. deve de ser mui contente de os ter qua mandados, e he de maneira o que fazem que não m’atrevo a espreve-lo, porque donde tinha aquy Mouros, vou tendo a gente de Çeita por mais christaam que frades capuchos”¹⁹⁰. A aliança que então se esboçava com os Jesuítas, sendo depois prosseguida na Índia, é também patente nas palavras de Luís Gonçalves da Câmara: “Disse-me D. Afonso que se edificava de ver os da Companhia e que lhes era muyto afeiçoado pollas novas que ouvia da Companhia”¹⁹¹.

Porém, a acalmia era meramente aparente, pois o cerco de Fez estava em preparação e D. João III veio a tomar conhecimento da queda da cidade pelo punho do Noronha¹⁹². Alarmado com a notícia, o *Piedoso* confirmou o seu pior receio do que poderia suceder

Estudios Ceutíes, 1993, pp. 273-288. Neste artigo a autora salienta como D. Afonso foi o primeiro capitão de Ceuta a recorrer às informações dos “inimigos” muçulmanos, como já constatamos. Para um estudo mais genérico sobre os cativos, mais virado para os finais do século XVI e século XVII, consulte-se da mesma autora: *Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVII). Cativos e Regenados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, Instituto de Estudios Ceutíes, Ceuta, 1998.

¹⁸⁶ Cf. nota 160.

¹⁸⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 22.IV.1548 - ANTT, CC I, 81-28.

¹⁸⁸ Cf. Carta de um mouro de Tetuão a D. Afonso de Noronha. Tetuão, 10.VIII.1548. Cf. ANTT, CC I, 81-39.

¹⁸⁹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 13.IX.1548 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. LXXXV, p. 294.

¹⁹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 295.

¹⁹¹ Cf. Carta de Luís Gonçalves da Câmara aos irmãos de Coimbra, Ceuta, 20/30.XI.1549 – PUB. *Sources*, vol. IV, p. 300.

¹⁹² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 15.II.1549 – PUB. RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila*, edição de David Lopes, vol. II, Coimbra, Academia das Ciências, 1919, p. 279.

após a queda de Fez: os cercos de Arzila e de Alcácer-Ceguer. Com esse intuito, e após reunido o Conselho¹⁹³, decidiu-se pela construção de uma fortificação no Seinal, monte sobranceiro à vila de Alcácer Ceguer, a fim de evitar o abandono daquelas duas praças, que uma vez mais este Conselho tinha negado¹⁹⁴. Com essa intenção, nomeou D. Afonso para se encarregar da obra, passando-lhe um detalhado regimento¹⁹⁵, bem sintomático das boas graças e confiança do monarca no capitão de Ceuta.

As palavras então apostas são bem mais elucidativas do que quaisquer que possamos escrever: “pela muyta confiança que em vos tenho experiencia que tendes das cousas da guerra, e asy porque ey por certo que em tudo servireijs e dareijs aquela conta que eu confio”¹⁹⁶ começava o rei, ordenando a construção do referido forte para o qual tinha arregimentado um total de 5360 homens, os quais colocava sob jurisdição de D. Afonso, tendo o Noronha de tomar conselho com o experiente Luís de Loureiro¹⁹⁷. O monarca determinava ainda que D. Antão ficasse na capitania de Ceuta, como D. Afonso havia sugerido ao rei através do irmão D. Nuno¹⁹⁸, e rematava “Este negoço he mui importante e como tal e de tam grande callidade o confio a vos e ey por escusado dar-vos nele maijs lembrança, porque vos tereis como compre meu seruiço”¹⁹⁹. D. Afonso “Zelosissimo do seu serviço estimou muyto esta merce, e a confiança que mostraua ter delle [D. João III] em o encarregar de negocio de tanto peso, principalmente vendo os largos poderes que lhe daua sobre toda a gente que aly auia de ser junta”²⁰⁰. Chegado o Noronha a Alcácer Ceguer a 3 de Abril, no dia seguinte já se encontrava no Seinal onde as obras logo arrancaram²⁰¹. Todavia, os falsos boatos sobre a vinda do sultão saádida

¹⁹³ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXV.

¹⁹⁴ Cf. *Ibidem*.

¹⁹⁵ Uma das versões do regimento original encontra-se em ANTT, CSV, vol. I, fls. 459-466 tendo sido feito em Almeirim, a 23 de Fevereiro de 1549. Uma outra versão, datada de dia 27, encontra-se publicada nas *Sources*, vol. IV, doc. LXXXIX, sendo proveniente da BN, Ms. 1758, fls. 325-328 e será um segundo regimento enviado a D. Afonso quando o rei despachou Luís de Loureiro para o ajudar naquela missão (*Crónica*, Parte IV, cap. XXXV). O conteúdo do regimento é também apontado por Andrade (ver nota anterior).

¹⁹⁶ Cf. *Sources*, vol. IV, doc. LXXXIX, p. 311

¹⁹⁷ Luís de Loureiro fora capitão de Mazagão após 1541, ou seja, no período que sucedeu ao abandono de Safim e Azamor, e assistiu à fortificação de Mazagão, inexpugnável como o cerco de 1562 demonstraria, sendo por isso nomeado por D. João III para aconselhar D. Afonso em tudo quanto pudesse. Viria a presidir ao abandono de Arzila e Alcácer Ceguer. Morreu em 1553 em batalha, sendo então capitão de Tânger. Cf. FARINHA, António, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999, p. 65.

¹⁹⁸ Correa de Franca refere, contudo, que foi D. Nuno quem ficou à frente da cidade durante a estadia de D. Afonso no Seinal. FRANCA, Alejandro Correa, *Op. Cit.*, liv. II, cap. 18.

¹⁹⁹ Cf. *Ibidem*, p. 315.

²⁰⁰ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXIX, p. 990.

²⁰¹ A cronologia dos acontecimentos é apertada. Após ali chegar (*Crónica*, Parte IV, cap. XXXIX), D. Afonso teve ainda de aguardar pela chegada dos contingentes de homens, alguns ainda a partirem do Reino (*Idem*, Parte IV, cap. XXXV). Mesmo assim as obras devem ter-se iniciado em Abril, apesar de

sobre Alcácer Ceguer levaram D. João III a determinar o desvio imediato de algumas tropas para aquela praça²⁰².

Uma nova etapa iniciou-se quando o rei nomeou o calejado D. Pedro Mascarenhas²⁰³ para ir, em pessoa, prover as praças norte-africanas e encetar as negociações com o rei de Velez²⁰⁴. D. Afonso queixava-se da “tão aspera vida d’este Seinal”²⁰⁵, mas preocupava-se com a nova ameaça turca, desta feita do corsário Dragut Arraiz que actuava no Estreito de Gibraltar, ameaçando de novo Ceuta²⁰⁶. Novamente, a cronologia dos acontecimentos torna-se apertada pois, entre negociações diplomáticas e decisões na corte, os acontecimentos precipitaram-se. Após mandar despejar Arzila em Junho de 1549²⁰⁷, D. João III desistiu deste intento²⁰⁸ e D. Afonso escreveu uma carta ao rei apelando novamente à aliança com o rei de Velez²⁰⁹, já então em guerra com o sultão saádida, ameaçado pela aliança deste com os Turcos. Enquanto a guerra civil estalava no recém unificado reino saádida²¹⁰ e após o rei ter procurado sondar as condições do Seinal, a 7 de Agosto de 1549, D. Afonso de Noronha, D. Pedro Mascarenhas e D. João Mascarenhas, o capitão de Diu aquando do seu segundo cerco em 1546, assinavam um parecer.

Este parecer indicava que o Seinal não detinha a posição estratégica que se julgava indispensável para defender Alcácer e alertava para a dificuldade de acesso e carência de água na região²¹¹. Entretanto, o capitão de Ceuta estava já ansioso por voltar à sua capitania a fim de combater os Turcos e de concretizar a sua investida sobre Targa²¹². De

não termos consultado as cartas referentes à mesma existentes na BN e mencionadas por MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Notas sobre alguns engenheiros nas praças de África*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922. Antes de tudo isto, D. Afonso voltaria a insistir na aliança com o rei de Velez (Carta de Inácio Nunes Gato a D. João III, Ceuta, 3.IV.1549 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. XC, p. 317)

²⁰² Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXX.

²⁰³ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Pedro Mascarenhas” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* - <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve/>

²⁰⁴ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXXIII.

²⁰⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Seinal, 30.V.1549 - PUB. *Sources*, vol. IV, doc. XCII, p. 330.

²⁰⁶ Cf. *Ibidem*. Noutra carta, provavelmente de D. Afonso e sem data, referia-se que este queria conquistar Fez e construir uma fortaleza em Salé. Cf. ANTT, CSV, vol. I, fls. 423-423v.

²⁰⁷ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXXI. Para o despejo de Arzila, o rei nomeou Luís de Loureiro. Veja-se o seu regimento em BA, cód. 49-IX-36, fls. 336-353v.

²⁰⁸ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, Lisboa 29.VII.1549 – PUB. RODRIGUES, Bernardo, *Op. Cit.*, vol. II, doc. LXXVIII, p. 437.

²⁰⁹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Seinal, 6.VI.1549. Cf. *Anais*, vol. II, p. 280. Nesta carta, D. Afonso pede ao rei que envie D. Pedro Mascarenhas ao Seinal para o ajudar a tomar parecer sobre o que fazer.

²¹⁰ Cf. LUGAN, Bernard, *Op. Cit.*, p. 142.

²¹¹ Não conhecemos o parecer, mas Andrade deve tê-lo consultado pois menciona-o. Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXXVII, p. 330.

²¹² Em finais de Abril de 1549, D. João III havia ordenado a D. Afonso que quando regressasse a Ceuta fosse pilhar Tetuão, mas o Noronha apontou diversos inconvenientes e tudo ficou sem efeito (*Crónica*,

facto, em Setembro de 1549, D. João III ordenou que D. Afonso regressasse a Ceuta e deixasse o Seinal encarregue a António Leite²¹³, datando o abandono desta fortificação de finais de 1549²¹⁴. O Noronha não teve tempo de pousar em Ceuta pois, em Novembro, o rei chamava-o de novo ao Reino, para o nomear vice-rei da Índia²¹⁵. Na ocasião, a fortaleza foi entregue a D. Antão de Noronha ou a D. Nuno Álvares Pereira²¹⁶.

A estadia de D. Afonso em Ceuta, designadamente os sucessos militares de 1541, 1545 e, de certa forma de 1549, transformaram o Noronha num líder militar com qualidades comprovadas, de quem o Estado da Índia carecia desde a morte de D. João de Castro, ocorrida em Junho de 1548. Mas, tal não deve afastar a probabilidade de D. Afonso ter desempenhado o seu papel nas movimentações cortesãs que precederam o abandono de Arzila e Alcácer Ceguer. Se bem que o abandono de Ceuta nunca tenha sido equacionado dado o valor simbólico e estratégico da cidade, não será demais lembrar que a questão também afectava a própria nobreza e que, neste ponto, D. Afonso contava com alguém na corte que o poderia defender, designadamente o seu irmão D. Nuno, bem à semelhança do que ocorreu entre Martim Afonso de Sousa e D. António de Ataíde, 1º conde da Castanheira, que tinha no segundo o defensor dos seus interesses junto do monarca. É assim num cenário cortesão que se impõe compreender a nomeação de D. Afonso e, em especial, o que de concreto era conhecido na corte portuguesa quanto à situação política oriental. Apenas essa reconstituição nos permitirá entender o contexto em que o *Piedoso* indigitou aquele que foi o 5º vice-rei da Índia.

Parte IV, cap. XXXX). Alegadamente tal dever-se-ia ao facto do alcaide de Tetuão ter cercado Ceuta aquando do regresso de D. Afonso (Cf. *Título dos Noronhas*, fl. 94). Na carta de 30 de Maio informava, o rei que tinha mandado de novo D. Antão para saquear Tetuão e sugeria que quando regressasse a Ceuta poderia ir saquear Targa (Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Seinal, 30.V.1549 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. XCIII).

²¹³ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LI.

²¹⁴ Cf. *Ibidem*, Parte IV, cap. LII.

²¹⁵ Cf. *Título dos Noronhas*, fl. 94.

²¹⁶ Isabel e Paulo Drumond Braga referem que sucedeu interinamente D. Nuno (BRAGA, Isabel e Paulo Drumond, *Op. Cit.*, p. 187), mas D. Jerónimo Mascarenhas, Afonso de Dornelas e Correa Franca referem que foi D. Antão de Noronha (Cf. MASCARENHAS, D. Jerónimo, *Op. Cit.*, cap. 76; DORNELLAS, Afonso de, *História e Genealogia*, IV volume, Lisboa, Caza Portuguesa, s.d, p. 110; FRANCA, Alejandro Correa, *Op. Cit.*, liv. II, cap. 18).

Capítulo II: A caminho da Índia (1548-1550)

*“A fama desta eleição correu logo pelo Reyno, e acudiram á Corte muitos fidalgos
pera o acompanharem nella, a que El Rey despachou, e fez muitas mercês;”
(Ásia, VI,ix,1)*

*“Foi D. Afonso de Noronha o que passou à Índia com mais provas de preferência e demonstrações do
rei, de quantos até então haviam passado àquele govêrno”
(Ásia Portuguesa, vol. III, Parte II, cap. IX)*

II. 1. O Estado da Índia depois da morte de D. João de Castro (1548-1550): linhas gerais

A 6 de Junho de 1548²¹⁷, o falecimento de D. João de Castro deixou o Estado da Índia órfão de um líder, militar e político, com difícil paralelo na década de 1540. A forma como defendeu Diu, em 1546, aquando do segundo cerco à praça, bem como a firmeza nas guerras contra o Idalcão²¹⁸ a fim de assegurar o controlo português sobre as terras em redor de Goa, mormemente Bârdêz e Salsete, são sinais evidentes desse modo de pensar e agir²¹⁹. Estes feitos militares surgem amplamente descritos nas crónicas, sendo a documentação para o triénio governativo de 1545-1548 talvez a mais abundante no que ao Oriente quinhentista diz respeito²²⁰.

Todavia, e como é sabido, o governo de Castro foi também ele marcado pela constante ameaça turca, sobretudo desde a tomada de Baçorá pelas forças otomanas em 1546. Se o confronto no Golfo Pérsico entre as forças otomanas e os Portugueses já se adivinhava, desde então, o mesmo veio a verificar-se noutra região que o Estado da Índia nunca foi capaz de controlar de forma efectiva: o Mar Vermelho e Adém. Concentrado nas guerras

²¹⁷ Assim o referem Diogo do Couto (*Ásia*, VI, vii, 1) e D. Álvaro de Castro, filho de D. João (Cf. Carta de D. Álvaro de Castro a D. João III, Ilha Terceira, 21.VII.1549 - ANTT,CC I-82-112, fl. 1).

²¹⁸ Assim surge designado nas fontes portuguesas, tratando-se do soberano de Bijapur, a quem os Portugueses conquistaram Goa em 1510, mantendo-se o conflito com este até 1514. Já em tempos do governador Diogo Lopes de Sequeira (1518-1521), as pretensões portuguesas relativas às terras em redor de Goa, as tanadarias, conduziram a um avanço para Salsete, Bardêz e Pondá, em Setembro de 1521. Mas, em 1523, foram perdidas e só já no contexto do governo de Nuno da Cunha (1529-1538) e das suas relações com o cortesão Acedecão, os Portugueses receberam, em 1532, Salsete e Bardêz. A seguinte intervenção de vulto dos Portugueses no reino remonta ao governo de Martim Afonso de Sousa (1542-1545), quando este a pretexto da presença do príncipe Meale em Goa, meio-irmão do sultão reinante em Bijapur, alcançou confirmação da posse de Bârdêz e Salsete. A política “belicista” de D. João de Castro veio assim a reforçar e garantir melhor este domínio. Cf. FERREIRA, João Pedro Rosa, “Idalcão” in *DHDP*, vol. I, pp. 513-515.

²¹⁹ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, *Portugal y Oriente...*, pp. 202-203.

²²⁰ Além da crónica de Diogo do Couto e de Gaspar Correia, dispomos ainda de outras duas crónicas de D. Fernando de Castro e de Leonardo Nunes e de abundante documentação em diversas colectâneas documentais.

na península indiana, D. João não pôde acudir, como certamente desejaria, à cidade de Adém que então se colocou sob suserania portuguesa. O fracasso português no socorro à cidade, que apenas poderia ser feito navalmente, e a consequente restauração otomana assemelhou-se, assim, a uma derrota naval portuguesa²²¹.

O confronto com os Turcos não só estava longe de estar resolvido, como se reiniciava da pior forma para o Estado da Índia, com uma clara derrota. A acrescer a esta derrota estratégica, que cremos definitiva para explicar parte dos acontecimentos da década de 1550, e além das guerras mantidas com Mahmud III do Guzerate (1538-1554) e com Ibrahim Adil Shah de Bijapur (1537-1557), existia ainda uma outra questão que Castro não resolvera à sua morte: as crescentes dificuldades financeiras que o Estado da Índia enfrentou ao longo daqueles três anos, sempre agravadas pelos diversos contextos de guerra em que se viu envolvido. Além disso, o estilo algo autoritário de Castro, patente em vários episódios do seu governo²²², foram também motivo de desagrado para vários capitães, bem à semelhança do que já havia sucedido com Afonso de Albuquerque.

Neste quadro, o voto de confiança que D. João III e o infante D. Luís nele depositaram para governar a Índia Portuguesa por mais três anos, com o excepcional título de vice-rei²²³, saiu gorado com a morte de Castro. No seu tempo, D. João deixou alguns nostálgicos da sua governação²²⁴ mas, acima de tudo, críticos²²⁵. A sucessão por Garcia de Sá, ao que tudo indica, não foi consensual. A atestá-lo, desde logo, as divergências

²²¹ Sobre os eventos que nos levam a esta opinião veja-se: *Ásia*, VI, vi, 1-6 e ainda a Carta de D. Francisco de Lima a D. João III, Goa, 12.XI.1548 – ANTT, CC II-241-88.

²²² Um exemplo claro das atitudes de D. João que causavam atritos com a fidalguia portuguesa no Oriente é o da sua atitude de enfrentar a batalha contra as forças inimigas em Diu, em 1546, mesmo contra a vontade da maioria dos fidalgos expressa em conselho.

²²³ Antes de D. João de Castro, apenas quatro pessoas em contextos distintos e específicos receberam essa mercê: D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia em 1505; D. Vasco da Gama em 1524 e D. Garcia de Noronha em 1538. As razões pelas quais D. Afonso de Noronha e D. João de Castro mereceram este título serão apontadas adiante. A nomeação de Castro fora feita em Lisboa a 24 de Setembro de 1547. Cf. *RCI*, vol. I, p. 91.

²²⁴ A defendê-lo encontra-se Francisco de Sequeira, retratando a sua morte como uma catástrofe (Carta de Francisco de Sequeira a D. João III, Cochim 6.II.1549 – PUB. *DHMPPO*, vol. IV, doc. 42, p. 226), Tomás Lobo (Carta de Tomás Lobo a D. João III, Goa, 24.XII.1548 – PUB. *DI*, vol. I, doc. 43, p. 270) bem como seu filho D. Álvaro de Castro (Cf. Carta de D. Álvaro de Castro a D. João III, Ilha Terceira, 21.VI.1549 – ANTT, CC I-82-112).

²²⁵ Entre estes contam-se o vedor da fazenda Simão Botelho que em diversas cartas critica as mercês que Castro concedeu na sequência do cerco de Diu e a sua acção nesta, apesar de o reconhecer zeloso (Cf. Cartas de Simão de Botelho a D. João III, Baçaim, 24.XII.1548 – PUB. ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Textos sobre o Estado da Índia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 32-58) e Jorge Cabral que chega a escrever que “e segumdo o mao modo que tinha em gouernar esta tera temos que fez ffez nosso Semhor a V. A. muy grande merçe em o leuar pera asy porque se uiuera não for muyto a comtra sem lhe muytos desastres segumdo via aparelhado pera isso” (Cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, Baçaim, 17.XII.1549 – ANTT, CC I-83-54, fl. 1).

entre os cronistas quanto à sua sucessão, pela segunda ou pela terceira via²²⁶, e bem assim o desconhecimento se terá sido nomeado pelas sucessões que Castro trouxera consigo para a Índia em 1545, ou se pelas sucessões que Martim Correia da Silva havia trazido na armada de 1548. No entanto, todas as fontes corroboram que, na primeira sucessão de 1545, se encontrava nomeado D. João Mascarenhas, capitão de Diu, o qual estava então em Portugal. Na segunda sucessão, para os cronistas que seguem Couto e colocam Sá na terceira sucessão, encontrava-se D. Jorge Telo que fora capitão de Moçambique. À morte de Garcia de Sá, fora o nomeado, segundo Correia, para suceder a Jorge Cabral, mas também ele se encontrava no Reino. A sua nomeação não fora consensual e alguns depositavam a esperança da sucessão em D. Jerónimo de Noronha²²⁷, capitão de Baçaim no tempo de Castro²²⁸. Na verdade, à época, Garcia de Sá não só tinha a avançada idade de setenta anos, como era um dos homens mais experientes da Índia²²⁹, cujas ligações ao ex-governador Martim Afonso de Sousa bem poderiam acicatar alguns ânimos contra si²³⁰.

²²⁶ A grande divergência dá-se entre Gaspar Correia que refere o facto do nome de Sá se encontrar na segunda sucessão (Cf. *Lendas*, vol. IV, p. 659) e Diogo do Couto que o coloca na terceira sucessão (Cf. *Ásia*, VI, vii, 1). Andrade alinha com Gaspar Correia (Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXIX) e Faria e Sousa (Cf. Sousa, Manuel de Faria e, *Op. Cit*, Parte II, cap. VI) com Couto. As relações contemporâneas ainda confundem mais pois D. Duarte de Eça, fidalgo que esteve em Diu em 1546, e que haveria de ser capitão de Kotte e das Molucas nos vice-reinados de D. Afonso de Noronha e D. Pedro Mascarenhas, e por fim Goa, afirma que Garcia de Sá sucedeu pela segunda sucessão (Cf. *Relação dos Governadores da Índia (1571)*, edição de R.O. W. Goertz, Calgary, University Printing Series, 1979, p. 8), enquanto uma relação anónima do século XVI refere a terceira sucessão (Cf. *DUP*, vol. I, liv. V, cap. 4). Por fim, Jorge Cabral afirma que o Sá sucedeu pela segunda via (Carta de Jorge Cabral a D. João III, Baçaim, 17.XII.1549 - ANTT, CC I-83-54, fl. 1v.).

²²⁷ Assim o referem Jorge Cabral (Cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, Baçaim 17.XII.1549 - ANTT, CC I-83-54, fl. 1v.) e o vedor da fazenda Simão Botelho o refere (Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Baçaim 24.XII.1549 - PUB. ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, p. 45).

²²⁸ Havia sido nomeado por 3 anos com 600 mil reais de ordenado. Cf. *RCI*, vol. I, p. 86. Évora, 8.I.1545.

²²⁹ Garcia de Sá era filho de João Rodrigues de Sá, alcaide-mor e vedor da fazenda do Porto, e de D. Joana de Albuquerque, tendo embarcado pela primeira vez para a Índia em 1518. Começou por ser capitão de Malaca entre 1519 e 1521 a pedido do anterior detentor do cargo, Afonso Lopes da Costa. Em 1524 fora acusado de subornar o governador D. Duarte de Meneses para que este o fizesse capitão de um navio da armada que traria aquele ao Reino em 1525. Deverá ter regressado nessa altura ou pouco depois, pois em 1528 era já capitão de um dos navios que trouxera Nuno da Cunha por governador, vindo nomeado para capitão de Malaca. Exerceu o mandato naquela capitania entre 1529 e 1533. Envolvido em negócios que prejudicavam a Fazenda Real, acabou com ordem de prisão decretada pelo próprio D. João III. Nuno da Cunha, contudo, não cumpriu a ordem régia pelo seu valor militar e, em 1535, já se encontrava em Diu a construir um novo baluarte. Em 1536, Nuno da Cunha enviou-o para a capitania de Baçaim para preparar a construção da fortaleza daquela praça. Ali permaneceu até acabar esta em 1538, fazendo parte do grupo de fidalgos que em 1541 decidira com o vice-rei D. Garcia de Noronha abolir o monopólio da Coroa sobre o cravo, enviando em seguida um navio para aquela região. Participou com o primo Martim Afonso de Sousa no ataque a Baticala em 1542 e foi enviado uma terceira vez a Malaca, por capitão da cidade, embora por pouco tempo. (Cf. COSTA, João Paulo, "Garcia de Sá" in *DHDP*, vol. II, pp. 956-957; SUBRAHMANYAM, Sanjay, *A carreira...*, p. 361).

²³⁰ Vejam-se as ligações deste fidalgo à linhagem de Martim Afonso de Sousa: PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso...*, p. 116. Apesar da autora concluir que o governo de Sousa albergou em si tendências liberalizantes e centralistas, no seu tempo foi por muitos encarado como apenas marcado pela tónica

O governo de Garcia de Sá foi marcado pela tónica de apaziguamento das relações com os reinos indianos, em especial com o sultanato guzerate e com Bijapur. No caso de Bijapur, as pazes foram assinadas em Agosto de 1548, embora não existam certezas quanto ao papel que Sá terá desempenhado na assinatura das mesmas²³¹. O tratado celebrado com Ibrahim Adil Shah afigurou-se bastante vantajoso para os Portugueses: o sultão reconhecia uma vez mais que Bârdéz e Salsete pertenciam ao rei de Portugal, aceitava trocar cativos e, mais importante ainda, prometia ajuda em caso de ataque turco. Pela sua parte, os Portugueses comprometiam-se a não autorizar a saída do príncipe Meale, meio-irmão do sultão²³², de Goa, a passarem cartazes em Dabul aos navios de Bijapur e a autorizarem a compra de cavalos em Goa por parte daquele soberano²³³.

Quanto ao sultanato guzerate, as pazes assinadas já no decorrer do Inverno de 1549²³⁴, foram estabelecidas em conformidade com o antigo acordo do tempo do governador de D. Estêvão da Gama (1540-1542)²³⁵. Importa, porém, salientar que estas não terão sido assinadas sem votos contrários, apesar de conhecermos o parecer favorável do capitão de Goa, D. Francisco de Lima²³⁶, e de sabermos ainda que, segundo algumas fontes²³⁷, o governador se deslocou ao Norte para assinar as pazes directamente com Mahmud III, não obtendo qualquer sucesso. Esta situação torna confuso o quadro da pacificação das relações com o Guzerate, sem que o possamos clarificar totalmente.

liberalizante. Um dos seus críticos foi Jorge Cabral que se contou entre os que mais criticaram as ligações e interesses comerciais de Garcia de Sá.

²³¹ O bispo de Goa, D. Juan de Albuquerque, afirma a sua cota parte nestas pazes ao rei (Cf. Carta de D. Juan de Albuquerque a D. João III, Goa 5.XI.1548 – PUB. *DHMPPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 24, p. 109-110) e os cronistas divergem quanto à forma de assinatura das pazes. D. Duarte de Eça (Cf. *Relação...*, p. 8) afirma que a iniciativa partiu de Sá que para tal nomeou o embaixador António Mendes de Castro, em Setembro de 1548, enquanto Correia (Cf. *Lendas*, vol. IV, pp. 663-666) e Couto (Cf. *Ásia*, VI, vii, 1) afirmam que a iniciativa partiu de Ibrahim Adil Shah, que para tal enviou um embaixador, queixando-se que não conseguira negociar com D. João de Castro.

²³² Sobre o percurso desta figura veja-se: SUBRAHMANYAM, Sanjay, “Notas sobre um rei congelado: o caso de Ali bin Yusuf Adil Khan, chamado Malecão” in *Passar Fronteiras. II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais, séculos XV-XVIII*, edição de Rui Loureiro e Serge Gruzinski, Lagos, Centro de Estudos Gil Eanes, 1999, pp. 265-290.

²³³ Cf. *Ásia*, VI, vii, 1.

²³⁴ Cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, Baçaim, 17.XII.1549 - ANTT, CC I-83-84, fl. 1v. Cabral refere ainda que as negociações terão prosseguido após a assinatura. Os cronistas divergem.

²³⁵ Cf. *Ásia*, VI, vii, 3-4.

²³⁶ Só se conhece o parecer deste fidalgo que opina que as pazes deviam ser de imediato assinadas de forma a que o Estado da Índia se pudesse concentrar em definitivo na guerra contra os Turcos, ainda que a paz devesse ser assinada em termos favoráveis aos Portugueses. O parecer encontra-se em ANTT, CC I-81-104. Sobre este personagem que viria a ser preso por Jorge Cabral e com ligações ao vedor da fazenda Cosme Eanes veja-se: DINIZ, Sofia, “D. Francisco de Lima, capitão de Goa” in *Op. Cit.*, coordenação de João Paulo Costa, pp. 297-315.

²³⁷ Cf. *Lendas*, p. 673.

A premência em assinar as pazes com estes dois potentados indianos advinha das carências financeiras do Estado da Índia (Garcia de Sá havia começado o seu governo concedendo uma mesa geral a todos os soldados²³⁸) e, ainda, do ambiente geral de circulação dos primeiros rumores sobre os preparativos turcos no Suez²³⁹, em Outubro de 1548, a que pouco depois se seguiu a morte de Luís Falcão em Diu²⁴⁰, ao tempo encarada com temor pela possibilidade de reacendimento de conflitos em Diu. A agravar a situação, surgiu uma revolta de um capitão abexim em Ormuz, ameaçando claramente os interesses portugueses²⁴¹. Mas a curto trecho, as atenções confluíram para o Malabar onde novas pazes foram assentadas²⁴² e para o carregamento da pimenta para a armada, que partiria para o Reino em 1549, que não decorrera da melhor forma devido à insuficiência desta²⁴³. Além disso, o início do caso do rei de Tanor, interessado em adoptar a fé cristã e em se deslocar a Goa com o intuito de se converter oficialmente, veio despertar as esperanças do governador e, sobretudo, dos religiosos, nos quais Garcia de Sá tanto confiava²⁴⁴, para as hipóteses de evangelização do Malabar.

Foi, pois, neste quadro esperançoso que Sá faleceu em Julho de 1549²⁴⁵, tal como D. João de Castro, rodeado de religiosos e após ter casado as suas duas filhas com dois

²³⁸ Segundo Correia dera mesas porque “a Índia estaua em muyta pobreza, que nunca em nenhum tempo assy esteue, por caso de todas as terras estarem em guerra” (Cf. *Lendas*, vol. IV, p. 662). Uma nova mesa foi concedida pelo governador no Inverno de 1549 em face de renovadas dificuldades financeiras (Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXXII e *Lendas*, p. 678).

²³⁹ Cf. Carta de D. João Henriques a D. João III, Goa, 27.XI.1548 – PUB. *DHMPPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 21, p. 83. A ameaça turca é também referida pelo bispo de Goa que anota o seu fortalecimento. Cf. Carta de D. Juan de Albuquerque a D. João III, Goa, 5.XI.1548 – PUB. *DHMPPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 24, p. 113.

²⁴⁰ A morte de Luís Falcão por um mouro da terra é amplamente descrita pela cronística. Em sua substituição, nomeou Garcia de Sá, Martim Correia da Silva, que para tal vinha nomeado do Reino. Sobre a figura do ex-capitão de Ormuz veja-se: BRAGA, Isabel Drumond, “Luís Falcão nas capitâncias de Ormuz e Diu” in *Trabalhos Históricos*, vol. XLI, Guimarães, 1990, pp. 15-35.

²⁴¹ Para acorrer à situação, Sá nomeou, em Novembro de 1548, o sobrinho Pantaleão de Sá que se viria a desentender gravamente com o capitão de Ormuz, D. Manuel de Lima. O capitão abexim, revoltado contra o rei de Ormuz, viria a ser derrotado.

²⁴² Estas devem ter sido assinadas por Garcia de Sá quando este se encontrava em Goa dando ordens a Cosme Eanes, vedor da fazenda, para o provimento da armada que deveria partir para o Reino com o carregamento anual da pimenta. Nas pazes então assinadas incluíam-se o Samorim, o rei do Canará e o soberano de Ahmadnagar, Burhan Nizam Shah I (1509-1553), segundo Couto. Cf. *Ásia*, VI, vii, 3.

²⁴³ O próprio Garcia de Sá o assume em carta a D. João III na qual faz eco das dificuldades financeiras, da pouca pimenta e da ameaça turca (Cf. Carta de Garcia de Sá a D. João III, Goa 3.I.1549-ANTT, CC I-82-2, fls. 1-1v.). Para o provimento da mesma fora necessário um empréstimo de dinheiro, sendo conhecida outra carta de Garcia de Sá em que este pediu dinheiro ao rei de Cranganor e à cidade Cochim para o aviamento da armada (Cf. Carta de Garcia de Sá sobre o padre Fernando Francisco Sardinha, Goa 3.I.154 – PUB. *DHMPPPO*, vol. IV, doc. 40, p. 218). O tema é também abordado na supracitada carta de Cabral.

²⁴⁴ Sá havia sido padrinho de um gentio (Cf. Carta de D. Juan de Albuquerque a D. João III, Goa 28.XI.1548 – PUB. *DI*, vol. I, doc. 50, p. 325-326) e preocupava-se com a evolução das conversões, pedindo informações sobre estas (Cf. Carta de Rui Barbudo a D. João III, Goa 18.XII.1548 – PUB. *DI*, vol. I, doc. 58, p. 408).

²⁴⁵ Todas as fontes apontam Julho, tirando Couto que refere Junho (Cf. *Ásia*, VI, vii, 10).

fidalgos em ascensão na Índia: D. Leonor de Sá de Albuquerque com o célebre naufrago Manuel de Sousa Sepúlveda e D. Joana de Albuquerque com D. António de Noronha, filho do vice-rei D. Garcia de Noronha. Apesar da tónica de apaziguamento seguida por Sá, a sua governação, tal como a sua sucessão, esteve longe de ser consensual. Tal é patente nalguma documentação da época²⁴⁶, nos próprios cronistas que, na hora de avaliarem o seu governo, se silenciam²⁴⁷ e, ainda por uma vez mais ser possível encontrar indícios de que Sá mantinha contactos comerciais e procurava claramente favorecer os seus familiares e apaniguados²⁴⁸.

A linha pacifista que Garcia de Sá prosseguiu durante o seu governo, foi também esboçada por Jorge Cabral nos seus treze meses de governação, embora de forma genérica se possa afirmar que Cabral não beneficiou do mesmo contexto geral de pacificação que bafejou o Sá. Em boa medida, muitas das áreas de confronto que emergiram durante a sua governação viriam a ser problemáticas durante toda a década de 1550, com destaque para o Malabar e para a confrontação com os Turcos. O novo governador do Estado da Índia, nomeado desde meados de Julho de 1549²⁴⁹, esteve em vias de não aceitar o cargo, apesar

²⁴⁶ Uma excelente prova do ambiente de contestação em que Garcia de Sá governou pode ser lida em Correia que dá conta de uma rebelião que Sá entretou em Goa devido à ordem de contenção financeira (Cf. *Lendas*, vol. IV, pp. 671-673). Como já vimos Jorge Cabral na sua carta não só se queixa de D. João de Castro como também critica Garcia de Sá ao qual não é alheio o conflito que manteve com ambos a respeito da sua capitania em Baçaim e de considerar que merecia ter todos os privilégios que D. Jerónimo de Noronha havia tido. A este respeito vejam-se ainda as elucidativas cartas de Diogo Lopes de Sousa Aguião, a qual apesar de não conter referências concretas a nomes, critica os capitães e suas relações clientelares e defende o cumprimento total do sistema dos soldos (Cf. Carta de Diogo Lopes de Sousa Aguião a D. João III, Goa, 5.XI.1549 - ANTT, CC II-241-71) e do vedor da fazenda Cosme Eanes bastante crítico quanto às clientelas e ao crescente poder dos religiosos (Cf. Carta de Cosme Eanes a D. João III, Cochim, 30.XII.1549 - PUB. *DHMPPPO*, vol. IV, doc. 80).

²⁴⁷ Andrade bem ao seu estilo discreto, não faz qualquer juízo, o mesmo fazendo Gaspar Correia que tão acerrimamente defenderá o sucessor Jorge Cabral. Apenas Diogo do Couto que de certo não conheceu Sá, escreve que deixou a Índia bem provida e com uma grande armada para a guerra com o Guzerate (Cf. *Ásia*, VI, vii, 10), enquanto D. Duarte corrobora Couto (Cf. *Relações*, p. 8) e uma relação anónima se concentra na sua vertente de bom homem (Cf. *DUP*, vol. I, liv. 5, cap. 4).

²⁴⁸ Durante o seu governo, Garcia de Sá proveu familiares seus nas missões de maior importância: o sobrinho Garcia de Sá foi nomeado para o Malabar em 1549 a fim de tratar do caso do rei de Tanor, entrando em disputa com Luís Xira Lobo, capitão de Chale, sobre a precedência de o trazer a Goa; outro sobrinho Cristóvão de Sá, foi enviado com Jordão de Freitas às Molucas como capitão para solucionar o antagonismo daquele com Bernardim de Sousa; e o sobrinho Pantaleão de Sá despachado com socorros para Ormuz. A vertente comercial do governador surge clara nas informações que mandou recolher quando assumiu a governação. Cf. *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, edição crítica de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, separata do “Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra”, volume XXIV, 1957, caps. I, II, V e XI. Esta interessante fonte contribui também para demonstrar que Sá se preocupava com a evolução política de cada região e para atestar os “contactos” que referimos.

²⁴⁹ Jorge Cabral, filho terceiro de João Fernandes Cabral, 5º senhor de Azurara e alcaide-mor de Belmonte, e de D. Joana Coutinho, havia iniciado a sua longa carreira no Oriente quando em 1525 participou no ataque a Panane e Calicute. Em 1526, à morte do governador D. Henrique de Meneses, era capitão-mor das Maldivas e decidiu deslocar-se a Malaca para apoiar Pero de Mascarenhas na sua demanda pelo governo da Índia. Com a partida deste ficou como capitão da cidade, mas viria a ser preso pelos partidários de Lopo Vaz de Sampaio no seu regresso à Índia. No entanto, em 1529 marcara já

de todos os cronistas e fontes coevas concordarem que foi eleito pela quarta sucessão, divergindo apenas quanto à questão de saber se antes fora aberta a sucessão com o nome de D. Jorge Telo²⁵⁰. À data da sua nomeação, encontrava-se à frente da capitania de Baçaim, desde os finais do governo de D. João de Castro, sendo bem conhecidas as suas queixas contra Castro e Sá²⁵¹. Até à sua chegada a Goa, só possível após a esposa o ter convencido a aceitar a governança da Índia²⁵², a 15 de Agosto de 1549, governaram D. Francisco de Lima, capitão de Goa, D. Juan de Albuquerque, bispo de Goa e o ouvidor geral António Barbudo²⁵³.

A situação no Malabar não tardou a agravar-se e a estadia do rei de Tanor em Goa, durante o mês de Outubro de 1549²⁵⁴, não foi senão, ao que tudo indica, uma manobra de diversão política orquestrada por este para iludir os Portugueses²⁵⁵. Logo em Novembro, o governador foi obrigado a deslocar-se até Cochim para dirigir a guerra local com o intuito de preparar a pimenta que deveria seguir para o Reino nos inícios de 1550, pois uma vez mais esta escasseava²⁵⁶. Tal deveu-se ao facto do soberano de Vadakenkkur se ter colocado sob suserania do Samorim, renegando os seus laços com Cochim²⁵⁷. As guerras da pimenta, que tanto marcaram os governos de D. Afonso de Noronha e de Francisco Barreto, estavam assim prestes a eclodir. O rastilho da guerra foi a tomada da

presença no saque de Tidore e nos anos seguintes aproximar-se-ia do governador Nuno da Cunha, participando no ataque à ilha de Bete e no assédio a Diu, em 1531, e por fim na conquista de Baçaim, em 1533. Pouco depois deslocou-se ao Reino, e em 1535, regressou com a capitania-mor das naus do Reino. Casou-se na Índia em data incerta com Lucrécia Fialho. Cf. MARQUES, João Pedro, “Jorge Cabral” in *DHDP*, vol. I, pp. 152-153.

²⁵⁰ Esta questão encontra-se dependente da resolução da sucessão de Garcia de Sá. Vide nota 226.

²⁵¹ Estas queixas a que já fizemos alusão podem ser lidas em lidas na Carta de Jorge Cabral a D. João III, Baçaim, 17.XII.1549. Cf. ANTT, CC I-83-84. Vide nota 246.

²⁵² Apenas Gaspar Correia não o refere, sendo este facto avaliado de distintas formas por cada cronista. No entanto, os motivos que levaram Cabral a não querer aceitar a governança são conhecidos: não queria ser um governador de ocasião pois considerava que nesta fase já D. João III haveria nomeado alguém e considerava que só teria a perder em termos financeiros com a sua nomeação pois a capitania de Baçaim seria bem mais rendosa (*Ásia*, VI, viii, 1; SOUSA, Manuel de Faria e, *Op. Cit.*, Parte II, cap. VII).

²⁵³ Cf. *DUP*, vol. I, liv. 5, cap. 6; Cf. *Lendas*, vol. IV, p. 680.

²⁵⁴ As referências a este facto são múltiplas em crónicas e documentação avulsa. Entre estas apenas destacaremos três: a carta escrita ao bispo de Goa que este trelada para D. Catarina (Cf. Carta de D. Juan de Albuquerque a D. Catarina, Goa, 25.X.1549 – PUB. *DI*, vol. I, doc. 83); a carta do rei de Tanor ao soberano luso (Cf. Carta do rei de Tanor a D. João III, Pala, 6.I.1549 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 103), que já em tempos de D. João de Castro manifestou o seu interesse em adoptar a fé cristã; o facto de D. João III ter escrito uma carta ao Papa por este motivo (Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LVIII).

²⁵⁵ É possível que já nesta fase o rei de Tanor tivesse um acordo secreto com o Samorim, que ainda assim segundo as crónicas, procurou a todo o custo evitar a sua deslocação a Goa. No entanto, a cronologia dos acontecimentos parece sugerir essa concertação uma vez, que à época se estava nas vésperas do início das guerras da pimenta como pelo facto de no próprio cerco de Bardela, o rei de Tanor ser mandatado pelo Samorim para tratar das pazes a assinar com Jorge Cabral e depois com D. Afonso de Noronha.

²⁵⁶ Cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, s.l., 21.II.1550 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 84, pp. 488-489.

²⁵⁷ Cf. *Ásia*, VI, viii, 2.

ilha de Bardela, durante o Inverno de 1550, ao rei de Cochim, por parte daquele soberano que reclamava antigos direitos sobre a mesma²⁵⁸. Na ocasião, e após a nomeação, no ano anterior, de Francisco de Sequeira para a capitania-mor da armada do Malabar²⁵⁹, Cabral confiou a missão de dirigir a guerra a Francisco de Sousa Ribeiro²⁶⁰. Este não foi bem sucedido e a situação em Cochim agravou-se²⁶¹.

Jorge Cabral, contudo, não podia acudir de imediato àquela frente dado muitos dos rumores do tempo de Garcia de Sá acerca dos preparativos turcos, se terem tornado mais certos no final de 1549 e durante todo o Inverno de 1550. Informado por diversas fontes desses preparativos²⁶², Cabral despachou para o Mar Vermelho Gonçalo Vaz de Távora, a quem incumbiu de tirar informações sobre as movimentações otomanas nos portos abíssínios e, depois, de se deslocar ao Caxém²⁶³. Entretanto, já havia despachado D. Álvaro de Noronha para a capitania de Ormuz para substituir D. Manuel de Lima cujo triénio havia terminado, fazendo-o acompanhar-se de Luís Figueira²⁶⁴. Pouco depois, em Março de 1550, enviaria ainda, Gil Fernandes de Carvalho ao Golfo Pérsico²⁶⁵. Entretanto Cabral permanecia em Goa a fim de organizar uma grande armada para enfrentar a ameaça turca, a partir de Maio de 1550²⁶⁶.

Todavia uma outra frente requeria também a sua atenção: o Ceilão. Quando foi a Cochim, em Novembro de 1549, o governador havia recebido um pedido de ajuda por parte do soberano de Kotte²⁶⁷, Bhuvaneka Bahu (1518-1551), em guerra com Mayadunne (1520-1581), rei de Sitawaka. Para o socorrer e punir o rei de Cândia, que havia atraído António Moniz Barreto durante a sua expedição ao Ceilão em 1547-48, Cabral

²⁵⁸ A ilha pertencera ao pai do rei e fora conquistada pelo rei de Cochim nos inícios do século XVI. Além disso, o soberano de Vadakkenkur havia sido criado na corte de Cochim, tendo laços de sangue com as dinastias reinantes em Cochim e Calicute. Cf. MALEKANDATHIL, Pius, *Portuguese Cochín and the Maritime Trade of India 1500-1663*, Nova Deli, Manohar, 2001, p. 173-174.

²⁵⁹ Cf. *Ásia*, VI, viii, 2.

²⁶⁰ Cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, s.l. 21.II.1550 – PUB. *DHMPPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 84, p. 493-494.

²⁶¹ Havia-se desentendido com Henrique de Sousa Chichorro, que fora eleito capitão de Cochim após a morte em batalha do anterior capitão Francisco da Silva, e acabara por esse motivo por rejeitar o controlo da armada. Cf. *Ibidem*, p. 492.

²⁶² Segundo Gaspar Correia, Cabral começou por receber cartas de Cananor, Diu e Baçaim, no início do seu governo (Cf. *Lendas*, vol. IV, p. 683) sendo estas depois confirmadas pelo soberano de Bijapur ainda antes da deslocação do rei de Tanor a Goa, ou seja, em Outubro de 1549 (Cf. *Ibidem*, p. 690).

²⁶³ Cidade na província de Ispaão no actual Irão. Este rei é retratado nas fontes portuguesas como um informador dos Portugueses face a todas as movimentações turcas.

²⁶⁴ Tal sucedera em Março de 1550. Cf. *Ásia*, VI, viii, 5.

²⁶⁵ Cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, s.l. 21.II.1550 – PUB. *DHMPPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 84, p. 493.

²⁶⁶ Cf. *Lendas*, vol. IV, pp. 711-712.

²⁶⁷ Cf. *Ásia*, VI, viii, 3.

nomeou o tio, D. Jorge de Castro²⁶⁸, o qual partiu para a ilha ainda em finais de 1548²⁶⁹. Porém, a mobilização para a guerra contra os Turcos, a par dos conflitos que o governador enfrentou em Goa com o vedor da fazenda, Cosme Eanes, e com D. Francisco de Lima, que foram presos por sua ordem²⁷⁰, e ainda o agravamento da situação no Malabar, não permitiram a Cabral empenhar-se como desejava na questão singalesa.

Após confirmação por diversas vias, dos preparativos turcos no Suez²⁷¹, o governador empenhou-se unicamente na armada a construir. Em finais de Julho de 1550, após ter notícia que os Turcos não vinham e num quadro de novo agravamento da situação política no Malabar, devido à morte, em combate²⁷², do capitão Francisco da Silva, despachou, para Cochim, Manuel de Sousa Sepúlveda e, pouco depois, Gonçalo Vaz de Távora²⁷³. Montado o cerco à coligação malabar ali reunida pelo Samorim, na qual se encontrava o rei de Tanor, Jorge Cabral procurou controlar tudo à distância, dado que permaneceu em Goa à espera de sucessor²⁷⁴, o qual numa situação normal chegaria, no máximo, até finais de Setembro²⁷⁵. Só em meados de Outubro de 1550²⁷⁶, julgando que não seria substituído, partiu rumo a Bardela, descendo a costa indiana e pilhando vários domínios do Samorim. Na ocasião, a própria Calecute não foi saqueada porque os capitães da armada de Cabral

²⁶⁸ Trata-se do capitão de Chale a quem D. Sebastião daria ordem de execução em sabendo da rendição da cidade às mãos do Samorim, em 1571, ocorrida no âmbito da crise político-militar de 1565-1575.

²⁶⁹ Cf. *Ibidem*. A sua estadia em Ceilão será analisada adiante. Nele permaneceria até regressar a Cochim em Setembro de 1550.

²⁷⁰ Estes conflitos do Inverno de 1550 surgem descritos nas crónicas (Cf. *Lendas*, vol. IV, pp. 698-700) e na carta de Jorge Cabral (Cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, s.l. 21.II.1550 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 84, p. 496-497). Cabral incompatibilizara-se com o vedor da fazenda, Cosme Eanes, que como vimos era figura próxima de Garcia de Sá e a quem Simão Botelho já havia responsabilizado pelo mau aviamento do carregamento da pimenta do ano de 1549 (Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Baçaim, 24.XII.1549. – PUB. ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Op. Cit*, p. 45), dando-lhe ordem de prisão, bem como a D. Francisco de Lima. Esta não durou muito. O governador confiaria mais no vedor Rui Gonçalves de Caminha a quem encarregou da carga das naus de 1550 (Cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, s.l. 21.II.1550 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 84, p. 496). Anote-se ainda que Cabral havia começado o seu governo com a demissão do ouvidor geral, António Barbudo, então aliado com D. Francisco de Lima e com o bispo D. Juan. O motivo da discórdia teria sido, tal como no tempo de Sá, os soldos e as mesas, questão que foi polémica após a morte de Sá e na qual Cabral se mostrou implacável para com os críticos daquele (Cf. *Lendas*, vol. IV, p. 682).

²⁷¹ Gonçalo Vaz de Távora fora informado pelo rei de Caxém que os Turcos preparavam em Suez 25 galés, mas este não sabia o seu destino e em Maçuá, também não lhe souberam dizer. Jorge Cabral ficou a saber deste facto a 17 de Maio de 1550 (Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXI), sendo informado pelo Idalcão, em Agosto de 1550, que o objectivo da armada turca seria Ormuz, oferecendo-se para ajudar os Portugueses nas defesas como tinha sido acordado (Cf. *Lendas*, vol. IV, p. 713).

²⁷² Francisco da Silva com anteriores interesses em pilhar um templo local faleceu nesta batalha em conjunto com o rei de Vadakkenkur. Como vingança pela morte do seu rei, a guarda pessoal deste atacaria Cochim de Cima nas vésperas da chegada de Manuel de Sousa Sepúlveda. Cf. *Ásia*, VI, vii, 8.

²⁷³ Cf. *Lendas*, vol. IV, p. 717; *Ásia*, VI, viii, 11.

²⁷⁴ Cf. *Lendas*, vol. IV, pp. 721-723; *Ásia*, VI, viii, 13.

²⁷⁵ Cf. FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo, LOPES, António, *Naufrágios e outras perdas da “Carreira da Índia” – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 42.

²⁷⁶ Cf. *Relação...*, p. 9.

não o permitiram²⁷⁷. Quando, por fim, chegou a Bardela e se encontrava prestes a decidir o ataque final, uma tempestade e a súbita chegada de D. Afonso de Noronha impediram-no de concretizar a investida.

Talvez por esta razão e tendo em conta o conflito que o novo vice-rei alimentou com Cabral, a sua pessoa tenda a ser bem avaliada por Couto²⁷⁸ e a ser considerada por Gaspar Correia como “o melhor despachador da Índia; nem sey quando outro tal terá”²⁷⁹. Mas, deve salientar-se que o governo cabralino não inovou substancialmente em relação ao governo anterior, antes reassistindo-se ao agravamento do quadro político no Estado da Índia, após a aparente acalmia da governação de Sá. Numa perspectiva de clarificação dos motivos que levaram D. João III a escolher D. Afonso de Noronha para o vice-reinado da Índia impõe-se tentar reconstituir as informações que o rei teria acerca do Estado da Índia.

II. 2. A nomeação (1549-1550)

II.2. 1. O contexto

No Reino, tal como anteriormente vimos, D. João III encontrava-se ocupado com a questão norte-africana²⁸⁰ e com o despacho do governador Tomé de Sousa para o Brasil²⁸¹. Nesse difícil ano de 1549, o *Piedoso* dava ordem de encerramento da feitoria em Antuérpia e procurava ainda finalizar as negociações conducentes ao enlace do príncipe D. João, então herdeiro do trono, com a princesa D. Joana de Áustria, irmã de Carlos V, as quais redundaram na chegada daquela à corte portuguesa em 1552²⁸². Foi com a vinda da armada da Carreira, zarpada da Índia em inícios do ano de 1549 e que chegou a Lisboa em Julho, que o monarca tomou melhor conhecimento da situação oriental. Soube o rei da morte de D. João de Castro através de D. Paio de Noronha²⁸³.

²⁷⁷ Cf. *Ásia*, VI, viii, 13;

²⁷⁸ Cf. *Ásia*, VI, ix, 2. Couto não deverá ter conhecido Jorge Cabral senão aquando do seu regresso da Índia em 1551, provavelmente na corte. Poderá ter assistido à mercê da 400 mil reais de tença que D. João III lhe dispensou bem como à sua recepção nos Açores. Talvez por isso o cronista da Índia se concentre em elogiar as qualidades humanas de Cabral, e nem tanto os seus dotes governativos.

²⁷⁹ Cf. *Lendas*, p. 728. Correia defende acerrimamente Cabral nos seus recontros com D. Afonso. Seria curioso ver o que escreveria sobre D. Afonso, mas infelizmente a sua crónica termina em Cabral. A forma como defende este, relembremos um homem cuja carreira se construiu na Índia, por antagonismo a D. Afonso, alguém que nunca havia estado na Índia, e a proximidade do cronista a todos os homens da Índia, podem justificar o tom de elogio, considerando-o um dos melhores governadores que a Índia tivera.

²⁸⁰ Veja-se o ponto I. 2. 2.

²⁸¹ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. Sobre a nomeação de Tomé de Sousa e criação do governo geral no Brasil, veja-se: COUTO, Jorge, *A construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do Início do Povoamento a Finais de Quinhentos*, Lisboa, Cosmos, 1997, p. 230-243.

²⁸² Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, pp. 275-276.

²⁸³ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXIX. D. Paio foi o capitão de Adém que em 1548 capitulou perante o ataque otomano, quando a cidade em rebelião contra Solimão se colocou sobre a suserania lusa. D. João

Ao que tudo indica Sá, inseguro quanto à sua posição como governador, optou por informar o rei da ocorrência através das armadas da Carreira, não enviando um emissário por terra²⁸⁴. Esta opção pode ter uma explicação se atendermos a que Sá escreveu, em Dezembro de 1548, uma carta ao secretário do rei, Pêro de Alcáçova Carneiro, que não conhecia, pedindo-lhe que o defendesse junto do rei²⁸⁵. Sá receava pela reacção do monarca ao ser informado sobre o seu governo, visto que a ordem de prisão, datada da década de 1530, que D. João III dera ao fidalgo, nunca havia sido cumprida²⁸⁶ e Sá, temendo ou não pela sua sorte, também nunca regressara ao Reino²⁸⁷. O facto de Sá surgir numa sucessão, não em primeiro lugar, situação que então acontecia pela primeira vez, demonstra novamente como o rei o colocara na sucessão a pedido provável de alguém, o que apenas um estudo aturado da figura poderá revelar.

Entretanto, o monarca havia despachado, em Março de 1548, uma poderosa armada de onze navios²⁸⁸ cuja capitania-mor atribuíra a Martim Correia da Silva, nomeando-o para a capitania de Diu²⁸⁹. Tão grande armada, que aliás foi seguida por reforços ainda nesse ano, tinha um objectivo claro: o reforço naval para o prosseguimento da guerra contra o sultanato guzerate²⁹⁰. Em 1549, havia partido de Lisboa uma armada de menores dimensões dado que, no ano anterior, vários navios e homens tinham seguido, sob a capitania-mor de D. Álvaro de Noronha, então indigitado para a capitania de Ormuz²⁹¹. De entre as missivas que recebera em 1549, e que são conhecidas, contam-se sobretudo cartas noticiando o agravamento da situação no Malabar²⁹². D. João III soubera também

III tomou conhecimento da morte de D. João de Castro por ele e por D. Álvaro de Castro, regressado em Julho de 1549.

²⁸⁴ A crónica e a documentação conhecida não registam o envio de qualquer emissário por terra ou por mar.

²⁸⁵ Nesta carta Garcia de Sá afirma que ouvira falar de Pêro de Alcáçova Carneiro através de Martim Afonso de Sousa e de D. João de Castro, afirmando que tencionava regressar ao Reino quando acabou foi nomeado para a governança da Índia. Após pedir a sua protecção as suas palavras são bem elucidativas: “não comsymta ser Julgado antes de ser ouvido como Ja fizerão que me foy causa de muyta deshonra e perda de minha fazemda” (Cf. Carta de Garcia de Sá a Pêro de Alcáçova Carneiro, Goa, 13.XII.1548 - ANTT, CC I-81-127, fl. 1v.).

²⁸⁶ Cf. nota 229.

²⁸⁷ Apesar de escrever a Alcáçova Carneiro que tencionava regressar. Cf. notas 229 e 285.

²⁸⁸ Dadas as múltiplas referências, seguiu-se neste ponto: FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo, LOPES, António, *Op. Cit.*, p. 118.

²⁸⁹ Cf. *Ásia*, VI, vii, 3.

²⁹⁰ Cf. *Ásia*, VI, vii, 2.

²⁹¹ Nomeado em Lisboa a 17 de Novembro de 1547, por 3 anos, para suceder antes de Bernardim de Sousa. Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 70, fl. 120v.-121. Os registos da Casa da Índia colocam a nomeação a 10 de Março de 1549 nas mesmas condições. Cf. *RCI*, vol. I, p. 99.

²⁹² Vejam-se: Carta do rei de Tanor a D. João III, Pala, 6.I.1549 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 103; Carta do rei de Chale a D. João III, Chale, 20.I.1549 - ANTT, CC I-82-23; Carta do rei de Crangalor a D. João III, s.l., 8.II.1549 - ANTT, CC II-17-23; Carta de Francisco de Sequeira a D. João III, Cochim, 6.II.1549 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 42; Carta de Cosme Eanes a D. João III, Cochim,

das pazes assinadas com Bijapur e deveria estar informado sobre as negociações visando um acordo com Cambaia²⁹³.

Não obstante, cremos que o rei se sentiria pouco confortado com a nomeação de Garcia de Sá, uma vez que esta não havia sido feita pela primeira via de sucessão, como atrás se destacou, dada a avançada idade de Sá, pelos contactos que este tinha na Índia e, mormemente, em face do conflito que ocorrera entre ambos. Quanto à sucessão de Jorge Cabral, D. João III não tomaria conhecimento dela antes de Junho de 1550²⁹⁴ o que, na prática, significa que ao nomear D. Afonso, o rei só tinha conhecimento do contexto oriental até inícios de 1549. Ora, como já apontado, Garcia de Sá havia relatado na sua carta o perigo turco, questão que preocupava bastante D. João III, pois nela jogava parte do seu prestígio na Europa Católica e, acima de tudo, a segurança do Estado da Índia.

É bem conhecida a ameaça que a expansão turca no Índico podia representar para os interesses da Coroa portuguesa²⁹⁵. Certamente que o rei consideraria necessária uma figura consensual para dirigir o Estado da Índia numa fase tão crucial quanto essa. E, neste aspecto, a analogia com o que se passara aquando do envio do vice-rei D. Garcia de Noronha, em 1538, parece flagrante²⁹⁶. O perfil da pessoa a nomear aconselhava, assim, alguém com experiência militar, capacidade de liderança e ainda uma figura cuja autoridade fosse reconhecida por todos²⁹⁷. Em todos estes planos, D. Afonso de Noronha asemblhava-se a D. Garcia, que também havia estado no Norte de África.

26.I.1549 - ANTT, CC I, 82-35. Todas estas cartas dão conta da tensão política no Malabar e do despontar das guerras da pimenta, bem como dos problemas para a obter. Além destas cartas D. João III terá recebido as que já referimos de Sá e outras que não chegaram aos nossos dias.

²⁹³ Cf. Carta de D. João Henriques a D. João III, Goa, 27.X.1548—PUB.*DHMPPO(Índia)*, vol. IV, doc. 21, p. 83.

²⁹⁴ Segundo Andrade, só em Novembro de 1549, Jorge Cabral após acompanhar na retaguarda o regresso do rei de Tanor ao seu Reino, se decidira a enviar um galeão para o Reino com as notícias da morte de Garcia de Sá e com a nova da conversão do rei de Tanor. Este chegaria a Lisboa a 17 de Junho de 1550, ficando o rei a saber da sucessão de Jorge Cabral, quando D. Afonso era já partido para a Índia. Curiosamente, Andrade é o único cronista a dar esta informação. Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LVIII.

²⁹⁵ Para uma primeira abordagem e cronologia dos conflitos luso-otomanos: COUTO, Dejanirah, “Les Ottomans et l’Inde Portugaise” in *Vasco da Gama e a Índia*, vol. I, FCG, Lisboa, 1999, pp. 181-200.

²⁹⁶ Para a nomeação de D. Garcia de Noronha e o seu contexto consulte-se: COSTA, João Paulo, RODRIGUES, *Op. Cit.*, p. 197 e *Ásia*, V, iii, 8; PELÚCIA, Alexandra, “From Dom Garcia de Noronha do Dom João de Castro: appointment mechanisms for the government of the Estado da Índia” in *Op. Cit.*, pp. 129-143.

²⁹⁷ A necessidade de uma figura consensual para a governação da Índia é apontada pelo vedor da fazenda Cosme Eanes que reflectindo em longa carta sobre a ameaça turca e as deficiências do sistema de compra da pimenta em Cochim a dada altura escreve a D. João III que “mande ao Senhor Jmfante, seu Jrmão, pois nam he senão pera Reis”, uma vez que na sua opinião só uma figura da família real imporá o respeito necessário. Cf. Carta de Cosme Eanes a D. João III, Cochim, 30.XII.1549 – PUB. *DHMPPO(Índia)*, vol. IV, doc. 80, pp. 469-470. Já em 1538, com D. Garcia de Noronha, o infante D. Luís estivera para partir.

Acresce que o “Zelosissimo” oferecia ainda outras duas vantagens, que o tornaram atractivo para aquele cargo: por um lado era um servidor do rei desde, pelo menos, o início do seu reinado, se não mesmo antes, podendo a relação de confiança entre ambos confundir-se a com a de amizade²⁹⁸ devido a essa proximidade; por outro lado, era encarado pelo rei como alguém zeloso e cumpridor das suas ordens. O padrão de seriedade de D. Afonso de Noronha, aproximava-o assim da imagem de D. João de Castro, a qual levava o infante D. Luís a sugerir este último ao rei, em 1545²⁹⁹. Noutro plano, a relação de confiança entre D. João III e D. Afonso, que o episódio do Seinal só veio reforçar, aproximam a nomeação de D. Afonso à de Nuno da Cunha³⁰⁰, em 1528. Em ambos os casos, se tratam de figuras a quem o rei confiou missões de grande responsabilidade e que, para tal, foram providas de largos poderes. Se no caso do Cunha tal ficou a dever-se às disputas entre Lopo Vaz de Sampaio e Pêro de Mascarenhas, a que urgia colocar termo³⁰¹, no caso de D. Afonso o quadro de ameaça turca e a consequente necessidade de uma figura com alguma veteranaria³⁰² e autoridade para a governança da Índia terão sido determinantes³⁰³. Cremos, aliás, que pode aqui residir parte da motivação para que D. Afonso tenha usufruído do então excepcional título de vice-rei.

Desde o Verão de 1549 que D. João III pensaria num governador para a Índia, mas mesmo que pensasse desde logo em D. Afonso, este encontrava-se no Seinal. Graças ao cronista Francisco de Andrade conhecemos o contexto em que o monarca nomeou o Noronha³⁰⁴. Segundo este, o rei optou por D. Afonso “despois de ter posto isto muytas

²⁹⁸ João Paulo Costa anotou a tendência joanina para nomear amigos para o cargo de governador da Índia. Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “A nobreza e a Expansão: particularidades de um fenómeno social complexo” in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, coord. de João Paulo Costa, Cascais, Patrimónia, 2000, pp. 47-48 (nota 107).

²⁹⁹ Cf. AQUARONE, J. B, *Op. Cit.*, pp. 300 e seguintes; SANCEAU, Elaine, *Op. Cit.*, pp.

³⁰⁰ O próprio rei respondeu a D. Afonso, quando este lhe mandou perguntar pelo infante D. Luís se queria que prestasse algum serviço em concreto, que “não queria mais dele senão que lhe governasse a Índia, como Nuno da Cunha” (Cf. COUTO, Diogo do, *O primeiro soldado prático*, edição de António Coimbra Martins, Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 558-559).

³⁰¹ Sobre o contexto da nomeação de Nuno da Cunha e o papel que a disputa teve nos poderes concedidos por D. João III a Cunha para restaurar a ordem no Estado da Índia veja-se: CARVALHO, Andreia Martins de, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)*, Lisboa, dissertação de mestrado policopiada apresentada à FCSH-UNL, 2006, pp. 54 e seguintes.

³⁰² À data da partida para a Índia, em 1550, D. Afonso teria, segundo cálculos nossos, entre 53 a 55 anos.

³⁰³ A questão da autoridade constituía uma das principais motivações do *Piedoso* para as nomeações da Índia. Cf. COSTA, João Paulo, “A política expansionista de D. João III (1521-1557): uma visão global” in *D. João III e o Mar. Ciclo de Conferências*, Academia de Marinha, Lisboa, 2003, p. 19.

³⁰⁴ O cronista deve ter consultado o regimento de D. Afonso que se desconhece, dedicando cinco capítulos da sua crónica à nomeação de D. Afonso, seu contexto e ordens que levou, o qual usaremos no ponto seguinte. Contudo, Andrade não se refere a um regimento mas sim a apontamentos e lembranças. O facto parece indiciar uma simpatia de Andrade por D. Afonso. O cronista não faz o mesmo para qualquer outro governador. No cômputo geral da sua obra, o vice-reinado de D. Afonso merece 35 capítulos, apenas abaixo dos 38 dedicados a D. Duarte de Meneses, 45 para Lopo Vaz de Sampaio e Pêro de

vezes em conselho” e porque este “mostrara bem o preço da sua pessoa no esforço e no bom governo, a que ajuntava também ser Zelosíssimo do serviço del Rey”³⁰⁵. Nos finais da década de 1540, os membros do conselho régio que podem ter influído na nomeação do “Zelosíssimo” são os seguintes: a rainha D. Catarina; o secretário Pêro de Alcáçova Carneiro; D. António de Ataíde, 1º conde da Castanheira, o vedor da fazenda e amigo de infância do monarca que, por estes anos, atingia o auge do seu poder³⁰⁶; o infante D. Luís e o cardeal-infante D. Henrique.

Ora, estas figuras eram já conhecidas de D. Afonso dado o seu cargo de aposentador-mor, e por outro lado, a sua família mantivera contacto com algumas delas. O irmão, marquês D. Pedro de Meneses, havia trocado correspondência com D. António de Ataíde e com este mantido uma relação de proximidade³⁰⁷. O outro irmão, D. Nuno Álvares, fora cavaleiro da Casa do infante D. Luís desde 1536³⁰⁸, havia sido nomeado, em 1547, vedor da fazenda da Casa da Rainha D. Catarina³⁰⁹, culminando a sua carreira como mordomo-mor e governador desta Casa, em 1553³¹⁰, embora falecesse nesse ano³¹¹. Por este motivo, é crível que D. Nuno fosse próximo de Pêro de Alcáçova Carneiro, já então fiel servidor de D. Catarina. Em suma, a única figura do conselho do rei sobre a qual não se adivinha uma relação directa, com D. Afonso ou com a sua família, é o cardeal-infante D. Henrique. Mas, é bem possível que o bom relacionamento de D. Afonso com os Jesuítas,

Mascarenhas e 112 para Nuno da Cunha. Mais curioso é o facto de relatar o grande sucesso militar de D. Afonso em Ceuta no meio da descrição dos acontecimentos da Índia (Cf. nota 160). Estes factos são dignos de nota pois o estilo barroco, discreto e pouco moralizante de Andrade já foi apontado por Romero de Magalhães. Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Em torno da crónica de D. João III de Francisco de Andrade” in *Op. Cit.*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, pp. 139-145.

³⁰⁵ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXIX, p. 1064.

³⁰⁶ Cf. CARVALHO, Maria Paula, *A acção ultramarina de D. António de Ataíde 1º conde da Castanheira*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à FLUL, Lisboa, 2001, p. 67.

³⁰⁷ Vide notas 106, 107 e 108.

³⁰⁸ Vide anexo A: Mercês dos Noronhas.

³⁰⁹ Cf. ANTT, *CDJ (Privilégios)*, liv. 2, fl. 101. Lisboa, 10.XII-1547. Nomeado com privilégios iguais aos vedores do Reino. Os registos da Casa da Índia colocam a data da nomeação a 17.IX.1550. Cf. *RCI*, vol. I, p. 104.

³¹⁰ Surge no livros da Casa da rainha D. Catarina do ano de 1553 enquanto tal com 103 707 reais de ordenado anual. Cf. ANTT, *NA 145*, fl. 16. O primeiro documento conhecido em que assina como mordomo-mor da rainha data de 8 de Fevereiro de 1553, tratando-se de uma ordem de pagamento de 2500 reais a Lopo Rodrigues Neto, moço de câmara da rainha (Cf. ANTT, *CC I-89-67*). Depreende-se que foi nomeado após o falecimento do anterior mordomo-mor, D. Fernando de Noronha, em 1552.

³¹¹ Esta informação surge no livro de 1553 em nota à margem (ver nota anterior). O último documento em que assina enquanto mordomo-mor data de 10 de Novembro de 1553, tratando-se de uma ordem de pagamento ao resposteiro-mor da rainha, Henrique Velho, de 3636 reais de moradia (Cf. ANTT, *CC I-91-66*). Couto confirma esta informação, contando a tristeza do filho de D. Afonso, em 1554, quando soube de tal ao regressar a Goa: “E logo na barra achou D. Fernando de Menezes recado de seu pai, como seu tio Dom Nuno Alvares era falecido e lhe mandou dó feito pera desembarcar. D. Fernando o sentio tanto” (*Ásia*, VII, i, 4).

já anotado para Ceuta³¹², conjugado com as promessas que fez a Simão Rodrigues³¹³, o tornassem numa figura grada do inquisidor-mor do Reino. Nada aponta para que qualquer uma destas figuras se tenha oposto à nomeação de D. Afonso. Além disso, o momento apelava à necessidade de consenso por parte do Conselho Real.

Desconhecem-se referências a outros nomes que possam ter sido ventilados para a governança da Índia, mas é plausível que D. Pedro Mascarenhas tenha sido um deles. Mesmo que tal tenha sucedido, D. Pedro encontrava-se afastado do exercício das capitanias marroquinas³¹⁴, sendo empregue pelo rei em diversas embaixadas³¹⁵ e, por esta fase, também como mordomo-mor do príncipe D. João³¹⁶. Sendo certo que Mascarenhas partilhava com D. Afonso muitas das qualidades nele identificadas, em especial o zelo e a sua relação próxima com os Jesuítas, também não será curial abstrair que era já idoso³¹⁷ e que a sua presença na corte era necessária. Aliás, os dados posteriores da sua nomeação, em 1554, em particular a resistência que protagonizou e o facto da mesma só ocorrer após a morte daquele príncipe, assim o sugerem.

Outro potencial candidato poderá ter sido o irmão de D. Afonso, D. Nuno Álvares, o qual na carta de 1547, se insinuou indirectamente para a governança da Índia, uma vez que, no aperto financeiro em que se encontrava, chegara a equacionar a sua partida para a Índia³¹⁸. Ora, um secundogénito de uma Casa como a de Vila Real, com o currículo militar e cortesão de D. Nuno, dificilmente poderia seguir para a Índia sem ir provido ou de uma grande capitania ou mesmo da governança³¹⁹. Porém, D. Nuno não partiu tendo,

³¹² Veja-se o ponto I. 2. 2.

³¹³ Quando soube da sua nomeação, D. Afonso escreveu uma carta a Simão Rodrigues, prometendo enviar dois religiosos à Etiópia (Cf. SCHURHAMMER, Georg S. J., *Francis Xavier His life, his times*, 2ª edição, volume IV, The Jesuit Historical Institute, Roma, 1982, p. 353). Além disso, o provincial jesuíta não só era o confessor de D. Afonso (*Ibidem*, p. 414-415), provavelmente, desde 1547, como receberia ainda uma carta de D. Afonso, em 1551, a agradecer a sua ida a Índia. É pois provável que tenha interferido na sua nomeação.

³¹⁴ Mascarenhas iniciou a sua carreira ainda adolescente nas praças de Safim e Azamor. Em 1516, esteve com o irmão D. Nuno Mascarenhas em Safim e em 1530 fora nomeado capitão de Azamor. Por fim, tivera a participação já anotada no caso do Seinal. Cf. nota 203.

³¹⁵ Havia sido embaixador à corte de Carlos V, durante a década de 1530, e em Roma, tendo sido o homem que trouxera Francisco Xavier para Portugal. Cf. *Ibidem* e LOPES, António, *D. Pedro Mascarenhas: introdutor da Companhia de Jesus em Portugal*, Braga, Editorial A. O., 2003.

³¹⁶ D. João III havia dado Casa ao herdeiro em 1549. Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, p. 52.

³¹⁷ Morrerá, em 1555, aos 70 anos, tendo em 1549, cerca de 64-65 anos.

³¹⁸ Cf. ANTT, CM, Mç. 2, doc. 157, fl. 2.

³¹⁹ Para o reinado manuelino, André Teixeira não identificou membros da Casa de Vila Real no Índico (Cf. TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, “Uma linhagem...”, p. 139). Para o reinado de D. João III apenas encontramos referência a D. Fernando de Noronha, sobrinho do 3º marquês de Vila Real, a actuar no Índico. Mas ainda assim, destaque-se que após a saída de D. Afonso da Índia em 1555, apenas D. Antão lá ficou e fez carreira. Os filhos de D. Manuel de Meneses, 5º marquês de Vila Real e 1º duque, a partir de 1585, também não sulcaram mares a caminho da Índia.

pouco depois, recebido a nomeação para a vedoria da fazenda. Além disso, como já assináramos, o monarca não depositava em D. Nuno a mesma confiança que tinha em D. Afonso, cabendo ainda lembrar que, em 1547, o *Piedoso* reconduzira D. João de Castro. Assim, as hipóteses de D. Nuno vir a ser governador ou vice-rei Índia terão sido remotas.

Desta forma, e apesar de não ser conhecida correspondência de D. António de Ataíde para o rei acerca da nomeação de D. Afonso³²⁰, tudo aponta para que a sua indigitação tenha ocorrido sem a oposição deste ou do infante D. Luís³²¹. Por outro lado, anotou-se já como D. Nuno Álvares intercedera junto do rei pelo marquês D. Miguel³²² e ainda pelo próprio D. Antão³²³. Porque não interceder, junto do rei e da rainha, da qual era vedor, pela nomeação do irmão para o governo da Índia? Em suma, D. Afonso não apenas tinha o perfil considerado ideal para o fidalgo a nomear como estava bem relacionado na corte.

II .2. 2. As mercês e o regimento

Chegado ao Reino durante o mês de Novembro de 1548, D. Afonso certamente teve muito para tratar com D. João III e com D. António de Ataíde. O monarca havia decidido que na armada daquele ano seguiriam dois mil homens³²⁴ e, tudo indica, que os preparativos da partida foram iniciados numa fase tardia. Aliás, D. Afonso teve oficialmente a sua carta de vice-rei da Índia a 18 de Fevereiro de 1550³²⁵ e, apenas a 1 de Abril, recebeu a carta de homenagem dos capitães de fortaleza da Índia³²⁶. Tudo leva a crer, pois, que o final do ano de 1549 tenha sido passado em negociações.

A grande ambição de D. Afonso à data da sua ida para a Índia era que o rei concedesse assentamento a cada um dos seus cinco filhos³²⁷, algo que nunca aconteceu. O Noronha parecia ambicionar demasiado visto que apenas no ano anterior, o monarca lhe fizera doação da terra da Macieira e do concelho de Serém³²⁸, que pertencera ao cunhado

³²⁰ A Colecção de São Lourenço não conserva qualquer carta nesse sentido e as cartas que se conhecem de D. António para o rei, dizem respeito ao provimento das armadas da Índia de 1550 e 1551. É possível que no Arquivo de Simancas se possam encontrar mais referências à nomeação de D. Afonso, designadamente nas cartas do embaixador castelhano estante em Lisboa.

³²¹ Assim se deduz do episódio relatado na nota 300.

³²² Vide nota 141.

³²³ Vide nota 179.

³²⁴ Cf. *Ásia*, VI, ix, 1.

³²⁵ Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 69, fl. 41v., Lisboa, 18.II.1550. Levou o ordenado de 8000 cruzados que já D. João de Castro levava em 1545. Cf. *RCI*, vol. I, pp. 85 e 101.

³²⁶ Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 69, fl. 43v., Lisboa, 1.IV.1550.

³²⁷ É o próprio D. Afonso que o escreve à rainha em carta de 1552, sendo esta questão também referida pelo cronista Francisco de Andrade. Cf. Carta de D. Afonso de Noronha à rainha D. Catarina – PUB. *Gavetas*, vol. III, doc. 20, p. 260, Cochim, 27.I.1552; *Crónica*, Parte IV, cap. LXIX.

³²⁸ Terras no termo de Aveiro.

António de Miranda, então falecido³²⁹. Mas, tudo indicia que D. Afonso já fosse senhor de terras, desde pelo menos 1545³³⁰. Por ocasião da sua partida para a Índia, o rei passou ainda um alvará para poder confirmar os juízes das vilas de Ega e de Dornes³³¹, no qual D. Afonso surge identificado como cavaleiro da Ordem de Cristo³³². Os dados disponíveis não permitem datar com precisão a sua investidura como cavaleiro daquela Ordem mas, sabe-se que, desde 1540, detinha direitos nas vilas de Ega e de Dornes³³³. Já depois de partir para a Índia, D. João III concedeu-lhe ainda um padrão de 2500 reais de juro em Santarém³³⁴ e, com o provável acordo de D. Afonso, passou um alvará para que a sogra, D. Filipa de Ataíde, pudesse desempenhar a aposentadoria-mor por este “amdar fora deste Reino”³³⁵.

No que respeita à sua família directa, a mercê mais importante que D. Afonso recebeu foi o direito do seu primogénito herdar as terras que o rei lhe havia outorgado no ano anterior, à data da sua morte³³⁶. Esta justificava-se, caso D. Afonso viesse a falecer na viagem de ida ou de volta ou mesmo durante a sua estadia na Índia. O monarca permitia ainda que se lhe acontecesse algo, este pudesse dispor livremente da sucessão dos seus bens³³⁷. O Noronha procurou ainda, já nesta altura, garantir o casamento da sua filha, D. Catarina de Eça, com o herdeiro da Casa de Ferreira/Tentúgal, D. Rodrigo de Melo, ao que D. João III lhe terá respondido “que não quisesse disso mais certeza, que a lembrança que sempre auia de ter de seus merecimentos”³³⁸. Segundo o cronista Andrade, o *Piedoso* concedera ao quarto filho do marquês de Vila Real o título de vice-rei “para lhe mostrar por obras o gosto com que o encarregava daquelle cargo, e a esperança que tinha de ser bem seruido delle”³³⁹. Mas as mercês de D. Afonso não se cingiram aos bens e ao título³⁴⁰. Querendo evitar o que sucedera no tempo de Nuno da Cunha, quando o capitão-

³²⁹ Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 70, fl. 57. Xabregas, 24.V.1548.

³³⁰ Uma carta pelo qual se lhe coutou o paul de Boboris, no contexto de um socorro a Ceuta, assim o parece indicar. Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 35, fl. 46.

³³¹ Terras no termo de Óbidos.

³³² Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 62, fl. 15v. S.l., 6.II.1550. D. Afonso passaria esta mercê ao irmão D. Nuno Álvares, provavelmente devido à sua partida para a Índia – ANTT, *CDJ*, liv. 54, fl. 128, Lisboa, 30.VIII.1550.

³³³ Não sabemos quando lhe foram dadas as comendas das Olalhas e São Miguel da Guerra. É bem possível que tenham sido atribuídas em 1538, quando partiu para Ceuta, ou mesmo em 1549-50.

³³⁴ Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 57, fl. 317. S.l., 11.V.1550.

³³⁵ Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 62, fl. 79v. S.l., 2.VII.1550. Neste documento volta D. Afonso volta a surgir como cavaleiro da Ordem de Cristo e seu comendador-mor.

³³⁶ Nenhum documento o indica apenas Andrade. Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXIX.

³³⁷ Cf. *Ibidem*.

³³⁸ Cf. *Ibidem*.

³³⁹ Cf. *Ibidem*.

³⁴⁰ Cf. *Ibidem*. Não se refere directamente o nome de ambos, trata-se de uma dedução nossa.

mor do mar da Índia, neste caso Martim Afonso de Sousa, entrou em conflito com o governador, o monarca deixou-o nomear o titular daquele cargo. Pensamos que tenha sido nomeado D. Fernando de Meneses³⁴¹. Esta mercê deve ser anotada pois, aquando da nomeação do vice-rei D. Pedro Mascarenhas, em 1554, a disposição joanina, como se verá, será já outra. Nisto foi D. Afonso “acompanhado de tantas palauras de confiança que tinha delle, que se ouue por bem satisfeito”³⁴².

Em conjunto com o rei, D. Afonso pôde ainda nomear os titulares dos principais cargos da administração do Estado da Índia: Simão Botelho, passaria a ser o vedor que acompanharia sempre D. Afonso, sendo substituído na sua anterior função de vedor de visita das fortalezas por João da Fonseca; André de Medanha, nomeado ouvidor geral da Índia; Cristóvão Fernandes, indigitado chanceler e provedor-mor dos defuntos; Simão Ferreira, para secretário pessoal, que já o fora de Nuno da Cunha e, por fim, mas não menos importante, o Noronha tinha ainda direito a nomear o capitão de Ormuz na vagante dos providos³⁴³. É possível que D. Afonso tenha indicado os nomes de Gaspar de Melo Sampaio para a capitania de Goa, de Francisco Lopes de Sousa para Malaca e de D. Duarte de Eça para as Molucas, mas uma vez mais as fontes não permitem apresentar certezas³⁴⁴. Estes factos relembram a nomeação de D. Vasco da Gama, em 1524, fortemente negociada com o monarca³⁴⁵. De entre os fidalgos que D. João III recomendou para aconselharem D. Afonso na Índia, contavam-se³⁴⁶: D. Juan de Albuquerque, bispo de Goa; os vedores da fazenda, Simão Botelho e João da Fonseca; o filho D. Fernando de Meneses; o sobrinho D. Antão de Noronha; Manuel e João de Mendonça, futuro governador da Índia; Manuel de Sousa Sepúlveda; D. Álvaro de Noronha; Fernão de Sousa de Távora; Martim Correia da Silva; D. Álvaro de Ataíde da Gama, futuro capitão de Malaca; D. Pedro da Silva da Gama, o capitão de Malaca à chegada de D. Afonso; D. Francisco e D. Manuel de Lima; D. Diogo de Noronha, o futuro capitão de Diu; o experiente Vasco da Cunha; Diogo Álvares Teles e João Magalhães.

³⁴¹ *Ibidem*. Embora Andrade não afirme quem foi o escolhido, a mercê de 1000 cruzados anuais a D. Fernando de Meneses, passada em Lisboa, a 25.III.1550, enquanto estivesse na Índia aponta para ele. Cf. *RCI*, vol. I, p. 102..

³⁴² Cf. *Ibidem*.

³⁴³ O sistema das vagantes dos providos foi criado no tempo de Nuno da Cunha, causando desde então queixas diversas. O sistema permitia que à data de saída de um capitão, existisse uma lista de nomeados para entrar na capitania. Que conheçamos nenhum outro governador ou vice-rei levou esta mercê para a Índia, sobretudo para uma das mais importantes capitanias. Tal parece só se compreender, uma vez mais, no contexto da ameaça turca. Cf. CARVALHO, Andria Martins, *Op. Cit.*, p. 126.

³⁴⁴ Apenas um estudo detalhado da composição “social” da armada de 1550 o poderá confirmar.

³⁴⁵ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, *Op. Cit.*, p. 357-358.

³⁴⁶ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXXII.

As ordens que o “Zelosíssimo” levava eram de variada índole. Um primeiro lote dizia respeito à África Oriental, área onde o rei ordenava a D. Afonso que obrigasse os capitães de Sofala a cumprir o seu regimento e lhe pedia que investigasse os resgates de ouro de Cuama³⁴⁷. Em relação a Madagáscar, o monarca determinou que o Noronha, assim que chegasse à Índia, enviasse, em segredo, três pessoas da sua confiança para reconhecer a ilha.

Face ao Malabar, área sobre a qual vimos que D. João III estava bem informado, o soberano mandava que D. Afonso controlasse o crescimento das fortalezas de Chale, Coullão e Cochim, e nomeasse anualmente uma pessoa da sua confiança para tratar da descarga das naus do Reino, devendo ainda proceder a uma verificação do sistema dos pesos de Cochim, ao estabelecimento de um dia certo para o pagamento da pimenta e à entrega de um presente ao rei de Tanor³⁴⁸.

Quanto ao Ceilão, D. João III desejava apurar todo o caso de Cândia e da expedição de António Moniz Barreto, insistindo na necessidade de D. Afonso lhe dar um parecer sobre a reconstrução de uma fortaleza na ilha. Para Malaca, D. João III pedia a D. Afonso que procurasse conter os abusos dos seus capitães, então apenas autorizados a passarem cartazes para a Índia e Bengala e proibidos de possuírem navios próprios. Quanto às Molucas, devia evitar que estas fossem visitadas por castelhanos e aplicar a provisão do cravo³⁴⁹.

Mas, o grosso das ordens do Noronha reportava-se à questão turca e à política face ao sultanato guzerate e face a Goa. O facto de ambas as áreas serem as que eram objecto de mais ordens parece ter determinado a interconexão da política para ambas, algo que D. Afonso acentuou durante o seu governo. Sobre a questão turca, após ouvir os fidalgos experientes da Índia estantes no Reino, D. João III determinou um reforço da fortificação de Ormuz, que reconhecia estar bem provida³⁵⁰, concedendo a D. Afonso o direito de nomear o capitão-mor daquele mar, encarregando-o de encetar negociações com a Pérsia

³⁴⁷ Como foi referido, para o regimento de D. Afonso a fonte foram os cinco capítulos de Andrade. No entanto, foi possível apurar outras ordens que Andrade não menciona. Em específico, a questão dos resgates do ouro, bem como a de Madagáscar, encontra-se numa das cartas de D. Afonso escrita já da Índia, mencionando este facto. Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551, fls. 13-14.

³⁴⁸ Cf. Carta de D. João III a D. António de Ataíde, s.l., 26.IV.1550 – PUB. FORD, J. D. M., *Letters of John III King of Portugal 1521-1557*, Cambridge, Harvard University Press, 1931, doc. 337, p. 369.

³⁴⁹ Será feita menção a este assunto no ponto III.1.5. sobre Malaca e as Molucas.

³⁵⁰ Provavelmente, o rei correspondeu-se com D. Manuel de Lima, que lhe deu conta das obras de fortificação. Pode-se deduzir tal pois à chegada do novo capitão de Ormuz, D. Álvaro de Noronha, em 1550, este refere-se nas suas cartas às obras efectuadas pelo anterior capitão.

Safávida e com os Gizares³⁵¹. Teria de dar um parecer semelhante ao de Ceilão sobre a construção de uma fortaleza na ilha de Murzim³⁵², aconselhar-se sempre sobre esta questão com os conselheiros nomeados, exigindo ainda que nunca saísse da Índia para combater os Turcos, independentemente das circunstâncias.

Em relação a Goa, deveria apurar se a venda de Bârdez e Salsete ao soberano de Bijapur seria proveitosa para os interesses do Estado, arrendar as rendas da alfândega e manter o príncipe Meale na cidade, com uma renda anual de dois mil cruzados. Já face às Praças do Norte, D. Afonso teria de controlar o crescimento de casas em Chaul, invernar em Baçaim onde extinguiria a sua tanadaria e acelararia as obras de fortificação da praça, e deteria ainda poderes para renegociar ou reabrir a guerra com o sultanato guzerate.

Todavia, devido ao teor de uma informação anónima, provavelmente de 1549³⁵³, e à influência de Simão Rodrigues na sua nomeação, e por nos reportarmos ao período inicial da expansão dos Jesuítas pelo império³⁵⁴, D. Afonso levava ordens “religiosas”: honras ao bispo de Goa; castigo do soberano de Jafanapatão, que havia morto quinhentos cristãos³⁵⁵; favorecimento máximo da Companhia de Jesus; trabalho de conversão de reis gentios.

A tónica de crise financeira vivida no Reino e também na Ásia Portuguesa, determinaram que D. Afonso não fosse autorizado a assentar novos soldos, só os pagando a quem os merecia, e que procurasse ao máximo conter despesas. Deveria ainda elaborar um rol anual de despesas e receitas de cada uma das fortalezas. Por fim, uma outra categoria de ordens respeitava à contenção dos abusos dos capitães de fortaleza, ao envio de uma relação do estado das armadas estantes na Índia e à proibição do uso de mandatos verbais, assentando todas as suas ordens por escrito.

Por este extenso elenco de ordens, entende-se como era imperioso o título de vice-rei para D. Afonso de Noronha, encarregado de conter diversas ameaças. Talvez por isso mesmo seja interessante comparar a missão de que D. Afonso foi incumbido com a de D.

³⁵¹ Trata-se de uma tribo árabe estabelecida na costa árabe do Golfo Pérsico, sempre em guerra com os Otomanos.

³⁵² Ilha em frente de Baçorá.

³⁵³ Apenas se sabe que é de data posterior a 1548. A informação pedia particularmente mercês para os Jesuítas e apontava a necessidade de um governador que lhes fosse favorável: “Item, que Vossa Alteza mande de qua huma pessoa virtuosa e de bom zelo que espicalmente ... chirstandade e va favorecido de Vossa Alteza e o seja laa do governador” – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 15, p. 214. Também Xavier escrevera de Cochim, a 20 de Janeiro de 1548, ao rei e a Simão Rodrigues pedindo a nomeação de um governador favorável aos interesses dos Jesuítas na Ásia. Cf. *Ceylon*, docs. 103 e 104, p. 505 e 507.

³⁵⁴ Veja-se o capítulo inicial de ALDEN, Dauril, *The making of an enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press, 1996.

³⁵⁵ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXIII.

Vasco da Gama e D. Garcia de Noronha. Alexandra Pelúcia afirmou que, para a primeira metade do século XVI, a concessão do título de vice-rei ou de governador, dependia da missão confiada aos seus titulares³⁵⁶. No caso de D. Afonso pensamos que tal se aplica na íntegra e apesar de a partir do Noronha, todos os nomeados em Lisboa passarem a partir com o título de vice-rei, não nos parece que o 5º vice-rei da Índia fosse o primeiro dessa longa série. Ao invés, consideramos que a sua nomeação foi marcada pelo mesmo carácter de excepcionalidade que as de D. Vasco da Gama e de D. Garcia de Noronha.

A atestá-lo está o facto de talvez com a excepção de D. Francisco de Almeida (1505-1509), 1º vice-rei da Índia, todos os indivíduos que receberam essa mercê, a tiveram num contexto de combate à presença turca. Assim sucedera em parte com D. Vasco da Gama, em 1524, em especial com D. Garcia de Noronha, em 1538, e com o próprio Castro, em 1548, que recebera o título de vice-rei como prémio pelos feitos em Diu mas também num quadro de constante ameaça turca.

Encarada deste ponto de vista, a mercê vice-real de D. Afonso de Noronha insere-se perfeitamente no padrão das nomeações vice-reais de D. João III. Pelas mercês que recebeu, para si e para a sua família, pelas ordens que levou, pelo título de vice-rei de que usufruiu e por ser o indivíduo de linhagem mais distinta que até então havia sido enviado para governar a Índia Portuguesa, não será de estranhar o que Couto e Faria e Sousa escreveram acerca da sua nomeação e que colocámos no início deste capítulo. Também nestas circunstâncias, pode residir a explicação da mudança de atitude de D. Afonso na Índia, já visível na sua viagem rumo a esta.

II.2. 3. Uma difícil viagem

Para a sua viagem à Índia, D. João III concedeu seis navios³⁵⁷, um número baixo e denunciador das dificuldades financeiras da Coroa portuguesa. Apesar desta condicionante, o Noronha foi de todos capitães-mores do *Piedoso*, o mais destacado pelo seu sangue³⁵⁸. Não obstante, a partida e a viagem ficaram marcadas por diversos problemas. Para os seis navios, o monarca havia decidido embarcar um número demasiado elevado de homens para repartir pela exiguidade dos navios. Como se não bastasse, o galeão *São Pedro*, em que D. Afonso seguiria, não se encontrava nas melhores condições, tendo este de mudar para a nau *São João* do capitão D. Álvaro de

³⁵⁶ Cf. PELÚCIA, Alexandra, “From Dom Garcia de Noronha...” “in *Op. Cit.*, pp. 129-143.

³⁵⁷ Cf. FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo, LOPES, António, *Op. Cit.*, p. 119.

³⁵⁸ Cf. LACERDA, Teresa, “A nobreza na Carreira da Índia no reinado de D. João III – Uma avaliação social” in *Op. Cit.*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, , p. 412.

Ataíde, em episódio não livre de tensões³⁵⁹. O rei havia dado o habitual regimento de navegação a D. Afonso, não fazendo invernada em Moçambique e não contornando Madagáscar³⁶⁰.

Uma primeira tentativa de zarpar ocorreu em Março de 1550, mas a sobrecarga do galeão de D. Afonso fez abortar a viagem. Já em fase tardia para as navegações na Carreira da Índia³⁶¹, a armada voltou a tentar partir a 15 de Abril, sendo desta vez acossada por ventos que a fizeram regressar à barra. Pensou-se em adiar a partida da armada para Setembro³⁶², e D. António de Ataíde queixou-se dos incómodos que a preparação da armada lhe deu³⁶³. Consciente dos atrasos e preocupado com a situação oriental, o soberano deu ordem para que o capitão Fernão Peres de Andrade partisse primeiro, para avisar Goa do motivo do atraso na chegada de D. Afonso, decidindo também enviar por terra Luís Garcêz³⁶⁴. A 18 de Abril, D. Afonso ainda negociava com o rei os últimos preparativos da partida³⁶⁵, que só ocorreria a 3 de Maio. A 8 de Maio saiu finalmente da ilha madeirense, iniciando a sua viagem, a qual apesar de em fase tardia, correu bem.

Passado o Cabo da Boa Esperança, a 17 de Agosto de 1550, uma tempestade impediu-o de passar pelo Canal de Moçambique, acabando a armada por dividir-se, com o navio do vice-rei a aportar a Ceilão a 17 de Outubro³⁶⁶. Nesta ilha permaneceu durante dez dias. Chegado a Coulão, soube da presença do governador Jorge Cabral no cerco de Bardela e, de imediato, enviou-lhe uma mensagem para deter o cerco até à sua chegada. O previsível embate entre ambos, aquando da chegada do novo vice-rei a Cochim, a 10 de Novembro, veio assim a agravar-se devido aos perçalcos da viagem de D. Afonso, também eles determinantes para explicar os acontecimentos no Ceilão.

³⁵⁹ Cf. Carta de D. João III a D. António de Ataíde, Lisboa 9.IV.1550–PUB. FORD, J. D., *Op.Cit.*, doc. 339.

³⁶⁰ Cf. Carta de Pêro de Alcáçova Carneiro, s.l., 1550 – PUB. *CSL*, vol. I, doc. 26, p. 168.

³⁶¹ Numa situação normal as naus deveriam sair de Lisboa entre finais de Março e a primeira quinzena de Abril. Cf. FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo, LOPES, António, *Op. Cit.*, p. 42.

³⁶² Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXXIII.

³⁶³ Cf. Carta de D. António de Ataíde a Lourenço Pires de Távora, s.l., 27.IV.1550–PUB. *CSL*, vol. I, doc. 62, p. 319.

³⁶⁴ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXXIII.

³⁶⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Lisboa (?) 18.IV.1550 - ANTT, CC I-84-30.

³⁶⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1550 – PUB. *Ceylon*, doc. 121, p. 548.

Capítulo III: O Vice-Reinado da Índia (1550-1554)

“Neste caminho, em que Nosso Senhor me trouxe aa India, pola necessidade que nella avia, tenho eu por muy certo que a moor parte hé por causa das orações que por mim mandou fazer”
(Carta de D. Afonso de Noronha a Simão Rodrigues em 1551³⁶⁷)

“Eu tenho a India tão a açoseguada e bem governada pera o que a achey que ate oje não ouve governador nem visso rey que ho melhor fizesse”
(Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina em 1552³⁶⁸)

III. 1. Anatomia de uma política global:

III. 1. 1. O confronto com os Turcos: a prioridade cimeira

Ao chegar ao Índico em finais de 1550, “O Almandarim”³⁶⁹, devido às ordens que trazia consigo, teria intenções distintas daquelas que os eventos lhe impuseram. Não pretendia aportar a Ceilão e permanecer tanto tempo em Cochim, como acabou por acontecer³⁷⁰. A sua prioridade era o combate à ameaça turca e, por essa mesma razão, na sua primeira carta da Índia, D. Afonso considerava necessário fortificar, de forma eficaz, Goa e todas as praças do Índico Ocidental de modo a desincentivar uma investida turca. A acrescer aos problemas que D. Afonso encontrou no Ceilão³⁷¹, em Cochim o Noronha não só se deparou com a armada portuguesa pronta a atacar a coligação malabar em Bardela, como se desentendeu seriamente com Jorge Cabral³⁷². Foi, pois, no contexto de uma viagem já de si atribulada e de uma chegada algo polémica, que D. Afonso começou a tomar conhecimento da evolução da guerra com os Turcos. Na sua missiva ao rei, informava que Ormuz estava bem provida e fortificada³⁷³, sendo tal facto confirmado pela carta de D. Álvaro de Noronha com abundantes pormenores sobre a evolução das obras de fortificação da cidade³⁷⁴. No

³⁶⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a Simão Rodrigues, Cochim 5.I.1551 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 37, p. 139.

³⁶⁸ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim 27.I.1552–PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 20, p. 258-59.

³⁶⁹ A alcunha de D. Afonso não é mencionada por nenhuma fonte, excepto por Andrade Leitão (Cf. BA, cód. 49-XII-39, fl. 57). “Almandarim” fora o nome nas fontes portuguesas de um alcaide de Tetuão, provavelmente o que D. Afonso derrotara em 1545 como anasilado no capítulo I.

³⁷⁰ Ficou em Cochim até 20 de Janeiro de 1551. Vide Anexo B: “Cronologia do vice-reinado de D. Afonso de Noronha”.

³⁷¹ Estes serão descritos no ponto III. 1. 3 sobre o Ceilão.

³⁷² Estes serão descritos no ponto III. 4. sobre a corte vice-real.

³⁷³ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 10v. As partes da carta referentes a Ceilão e às conversões religiosas encontram-se publicadas.

³⁷⁴ Carta de D. Álvaro de Noronha a D. João III, Ormuz 24.XI.1550 – PUB. SALIH, Ozbaran, “Two Letters of D. Alvaro de Noronha from Hormuz. Turkish Activities along the Coast of Arabia 1550-1552” in *The Ottoman Response to Portuguese Expansion. Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the*

entanto, esta carta, tal como outras anteriores, apontavam já para a possibilidade de os Otomanos virem a assenhorear-se de Catifa³⁷⁵. Conhecedor desta situação, o “Zelosissimo” decidiu, ainda em Cochim, nomear o capitão-mor a enviar para o Mar Vermelho e Golfo Pérsico a fim de colher informações mais concretas sobre a região. Essa nomeação foi objecto de digladição entre a fidalguia portuguesa, que apoiava Luís Figueira, e o próprio D. Afonso, que inicialmente nomeara D. Jerónimo de Castelo Branco³⁷⁶. A escolha, ocorrida em Dezembro de 1550 num ambiente de tensões e disputas, apenas se materilizou em Janeiro de 1551 quando a armada de Figueira zarpou de Goa³⁷⁷. Entretanto, partira também D. Afonso para Goa para tomar conta do expediente governativo. Em Goa, esperavam-no, logo em Março de 1551, más notícias. Luís Figueira havia sido morto numa escaramuça com uma armada turca à entrada do Mar Vermelho, em Fevereiro de 1551, tendo a restante armada sido incapaz de se opôr com sucesso às galés inimigas³⁷⁸. Para além desta notícia, D. Afonso encontrou a da tomada de Catifa, ocorrida em Novembro de 1550, e uma embaixada vinda de Baçorá sugerindo-lhe a construção de uma fortaleza portuguesa naquela cidade e a concessão de metade dos rendimentos daquela alfândega. Reunido o conselho de capitães, ficou decidido o envio de uma outra esquadra para o Golfo Pérsico, tudo indicando que D. Afonso insistiu particularmente na nomeação do sobrinho D. Antão³⁷⁹. Este, partiu de Goa a 1 de Abril, com cerca de 1200 homens, apostado em recapturar Catifa e, em seguida, ir a Baçorá. A primeira, apesar de ser retomada não foi ocupada, como previsto pelos Portugueses, mas sim pelas forças do rei de Ormuz o que motivou que, mais tarde, a fortaleza fosse recuperada pelos Otomanos.

Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands during the sixteenth century, The Isis Press, Istanbul, 1994, pp. 163-175.

³⁷⁵ Cf. Carta de D. Manuel de Lima a D. João III, Ormuz, s.d. (ANTT, CVR, doc. 85) na qual refere que os Turcos tencionavam tomar Catifa logo depois de tomarem Baçorá; Cf. Carta de Tomé Serrão a D. João III, Ormuz 24.XI.1550 – PUB. *Gavetas*, vol. V, doc. 3510. Catifa era um domínio do rei de Ormuz na costa árabe do Golfo Pérsico.

³⁷⁶ Cf. *Ásia*, VI, ix, 2.

³⁷⁷ Vide Anexo B: “Cronologia do vice-reinado de D. Afonso de Noronha”.

³⁷⁸ Cf. *Ásia*, VI, ix, 3.

³⁷⁹ Sobre este ponto e outros relacionados com a expedição de Catifa e Baçorá levado a cabo por D. Antão de Noronha aguardamos a publicação da Prof. Doutora Dejanirah Couto relativa à descrição da expedição feita por Jerónimo Rodrigues, a qual trará dados novos. Alguns deles já foram anunciados pela autora: “Un coup d’épée dans l’eau: la Memoria da tomada da fortaleza de Catifa et l’expédition à Bassorah (1551)” in *Op. Cit.*, edição de Dejanirah Couto e Rui Loureiro, pp. 57-88. A autora também já analisou a figura de Jerónimo Rodrigues: “Jerónimo Rodrigues ébauche d’une carrière orientale” in *Mare Liberum*, nº 6, Lisboa, CNPCP, Dezembro de 1993, pp. 89-96.

Navegando, em seguida, para Baçorá, D. Antão ali chegou a 6 de Agosto. Os relatos sobre o sucedido em Baçorá variam³⁸⁰, mas do ponto de vista de D. Afonso, o sobrinho bem poderia ter tomado a cidade não fossem os ardis do seu governador³⁸¹. Na armada de D. Antão seguia a ordem para o capitão de Ormuz, D. Álvaro de Noronha, escolher um fidalgo, incumbido pelo vice-rei de erigir um forte em Mascate, devido à sua posição estratégica. É provável que o Noronha não trouxesse esta ordem no seu regimento, sendo esta decidida em conselho de capitães, em Cochim, a 16 de Janeiro³⁸². Em Ormuz, a notícia da reconquista de Catifa foi bem acolhida, recebendo D. Antão o primeiro de uma longa série de elogios enquanto D. Afonso era descrito como alguém “que parece que foy enviado por deus”³⁸³. Porém, “O Almandarim” não estava tão seguro da situação e sabemos que desde o episódio de Catifa temia efectivamente pelo cerco de Ormuz³⁸⁴. Porém, os problemas no Ceilão, para onde o vice-rei partiu em finais de Setembro de 1551, e a primeira expedição contra o rei de Vadakenkkur, em Novembro-Dezembro de 1551, não permitiram a D. Afonso prestar a devida atenção ao Golfo Pérsico. Não obstante, e como vimos, as informações que o Noronha dispunha sobre Ormuz eram de que se encontrava segura e bem defendida. Quando no Golfo se teve confirmação, da vinda da armada de Piri Reis³⁸⁵, em Maio de 1552³⁸⁶, o qual partira de Suez em Julho de 1551, o efeito de surpresa que se pretendia do lado otomano já há muito se perdera. Em finais de Agosto, a rendição de João de Lisboa, em Mascate, às forças de Piri Reis, ocorria quando D. Afonso, em Goa, era informado por Simão da Costa do eminente cerco de Ormuz, começando de imediato a preparar uma armada de socorro³⁸⁷. D. Diogo de Noronha, “O Corcôs”, e D. António de Noronha, parentes do capitão de Ormuz, logo partiram em socorro da cidade.

As dificuldades financeiras que D. Afonso enfrentou desde o início do seu governo levaram-no a proferir um discurso na Câmara de Goa, com vista à obtenção de um

³⁸⁰ Sobre as variações discursivas: COUTO, Dejanirah, “Un coup...”; p. 68-73.

³⁸¹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552, fl. 1 – PUB. COUTO, Dejanirah, “Un Coup...” in *Op. Cit.*, pp. 78-85.

³⁸² Cf. *Ibidem*. D. Afonso refere ainda que a nomeação de D. Antão foi polémica e que ele esteve para partir antes de Abril de 1551.

³⁸³ Cf. Carta de Reis Nordim a D. João III, Ormuz, 5.X.1551 – ANTT, CC I-87-2, fl. 1v.

³⁸⁴ Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, p. 75.

³⁸⁵ Piri Reis fora o responsável pela reconquista otomana de Adém, em 1548, motivando o fracasso da expedição de D. Álvaro de Castro. Por esta fase era o almirante da armada otomana do Mar Vermelho. No âmbito da expedição de 1552, Solimão concedera-lhe mesmo o título de “Capitão da Índia” em claro paralelo com o título de “Capitão da Frota da Índia” usado por Hadim Solimão Pasha em 1538.

³⁸⁶ Vide Anexo B: “Cronologia do vice-reinado de D. Afonso de Noronha”.

³⁸⁷ Cf. *Ásia*, VI, x, 2 e 5.

empréstimo para socorrer Ormuz. No discurso, o vice-rei declarava-se disposto a morrer pelo rei em Ormuz, como retribuição das mercês que este lhe tinha feito e por ser um membro da Casa de Vila Real³⁸⁸. O discurso do Noronha alcançou o seu objectivo e o empréstimo foi concedido³⁸⁹, tendo D. Afonso partido para o Norte em finais de Outubro. Por essa altura, Piri Reis, que havia iniciado o cerco de Ormuz em 16 de Outubro, retirava-se para o saque da ilha de Queixome “que foi a mais rica presa que no mundo podia aver”³⁹⁰. Em Novembro, já em Diu e na posse de notícias do fim do cerco de 15 dias, o conselho de capitães da Índia não permitiu que D. Afonso partisse para o Golfo³⁹¹. O episódio deverá ser registado pois sabe-se que o “Zelosíssimo” pretendia mesmo partir e que se não fosse a nomeação de D. Antão³⁹² para a armada de socorro, teria mesmo partido. Há que ter presente que tanto Piri Reis como Seydi Ali Reis, em 1554, eram personagens que haviam colaborado com Khair-ed-Din, o corsário turco que D. Afonso tanto quisera defrontar em Ceuta, nunca tendo oportunidade para tal. Assim, para o Noronha derrotar Piri Reis não seria apenas um imperativo de “Estado”, mas também uma questão de honra pessoal. Em Ormuz, aguardava-se a chegada de D. Afonso a qualquer momento para destruir a armada de Piri Reis e avançar mesmo para a conquista de Baçorá³⁹³. E não fosse D. Antão confirmar, já em Ormuz, o interregno momentâneo da ameaça turca, o vice-rei teria mesmo partido³⁹⁴. Mas, por então, D. Afonso regressava a Goa.

No ano de 1552, em missiva ao rei, D. Afonso, embora remetesse para o soberano a decisão final a tomar, opinava, como lhe fora pedido, sobre a questão de Baçorá e do confronto com os Turcos. Defendia que ou se tomava Baçorá pela força, ali erguendo uma fortaleza, a qual teria forma de se sustentar localmente, ou então assinar-se-ia a paz

³⁸⁸ O discurso atribuído a D. Afonso encontra-se em *Ásia*, VI, x, 5.

³⁸⁹ No valor de 20 mil pardaus, tendo D. Afonso pedido 60 mil. Seria pago com rendas das terras firmes de Goa. Cf. *Ibidem*.

³⁹⁰ Cf. Trelado das cartas de D. Álvaro de Noronha, Reis Nordim e Sebastião Lopes Lobato a D. Afonso de Noronha, Ormuz, 30/31.X.1552 – ANTT, CC I-89-9, fls. 4v.. Nestas cartas se descreve o cerco, cujos pormenores podem também ser consultados em: MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, volume III (1539-1579), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1992, pp. 136-143.

³⁹¹ Cf. *Ásia*, VI, x, 5.

³⁹² Tinha sido nomeado pelo rei por carta de 15 de Março de 1552 passada em Xabregas, sendo confirmado por D. Afonso a 22 de Dezembro de 1552. Cf. *APO*, fascículo 2, doc. 126.

³⁹³ Cf. Trelado das cartas..., Ormuz, 30/31.X.1552, fls. 2v., 3v. e 7. Também o rei de Ormuz escreve o mesmo: Carta do rei de Ormuz a D. João III, Ormuz 25.X.1552 – ANTT, CC I-89-6, fl.1v. Sobre Lobato veja-se: RODRIGUES, Vítor Gaspar, *Sebastião Lopes Lobato: um exemplo de ascensão social na Índia Portuguesa de Quinhentos*, do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, separata nº 234, Lisboa Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1992.

³⁹⁴ “crê-lo-ey e ir-me-ey sem mays conselho [a Ormuz]”. Cf. Carta de D. Afonso de Noronha ao Padre Gaspar Barzeus, Diu, 16.XI.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 96, p. 403.

em definitivo e abrir-se-ia o comércio com os Turcos, poupando-se despesas de guerra³⁹⁵. Julgamos, contudo, que após os acontecimentos do Verão-Outono de 1552, D. Afonso terá mudado de opinião e decidido combater os Turcos, não descansando enquanto não alcançasse uma vitória naval que afastasse, pelo menos temporariamente, a possibilidade destes ameaçarem de novo Ormuz ou a Índia. Os factos seguintes parecem corroborar esta afirmação, em especial a sua ausência de resposta ao pedido de paz turco, em 1553, e as cartas que sabemos trocava com o rei de Ormuz.

Muito se tem debatido sobre as motivações otomanas quanto ao cerco de Ormuz, mas o que cremos ter estado em causa para Solimão, “O Magnífico”, foi a defesa da sua imagem de invencibilidade, que ainda atemorizava a Europa Cristã³⁹⁶, e que bem podia ficar maculada com a derrota de Catifa e com as hipotéticas investidas seguintes que os Portugueses poderiam realizar na região em retaliação. De facto, para o sultão otomano ou para os seus ministros o cerco de Ormuz foi previsto de uma forma diferente da que veio a suceder. Piri Reis, ao invés de atacar a cidade apenas com os reforços que trouxera de Suez, entretanto reduzidos durante a viagem recheada de percalços³⁹⁷, deveria unir-se em Baçorá a reforços terrestres e, só então, cercar Ormuz. Quanto ao seu abandono do cerco, as fontes portuguesas afirmam a tenaz resistência que Piri Reis encontrou, a qual não expectara, e ainda as perdas que sofrera³⁹⁸. Será também plausível que tenha levantado o cerco assim que soube que o vice-rei vinha a caminho para o defrontar. Independentemente das respostas que alcançemos para estas questões, haverá que assinalar que não só a expansão turca no Índico, na sua globalidade, sempre careceu de investimentos sérios por parte do poder central otomano³⁹⁹, como em casos particulares, acabou sempre por falhar devido a problemas técnicos, de definição de estratégias, rivalidades de capitães ou incumprimento de ordens⁴⁰⁰. Por esta razão, os Otomanos só reagiam fortemente às investidas lusas quando estas afectavam directamente os seus interesses. Assim sucedeu em Adém, em 1548, e mais tarde, em

³⁹⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552, fl. 2-2v – PUB. COUTO, Dejanirah, “Un Coup...” in *Op. Cit.*, pp. 78.85.

³⁹⁶ A imagem de invencibilidade dos Turcos na Europa Cristã só foi principiou a ser quebrada com a batalha naval de Lepanto, em 1571.

³⁹⁷ SOUCEK, Svat, “The Portuguese and the Turks in the Persian Gulf” in *Op. Cit.*, edição de Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, p. 35.

³⁹⁸ Assim o defende D. Álvaro de Noronha que anota os estragos que a artilharia turca fizera na cidade. Cf. Treslado das cartas..., Ormuz, 30/31.X.1552 – ANTT, CC I-89-9, fl. 1v.-2.

³⁹⁹ A essas conclusões chegaram: COUTO, Dejanirah, “Les Ottomans...” in *Op. Cit.*, pp. 183-184 e SOUCEK, Svat, “The Portuguese...” in *Op. Cit.*, p. 44.

⁴⁰⁰ Isso mesmo se depreende do caso do cerco de Ormuz de 1552, do Bahrein em 1559 e, de certa forma, do primeiro cerco de Diu, em 1538.

1559, quando tomaram Massuá a fim de impedir a infiltração dos Portugueses no Mar Vermelho e a sua aliança ao Negus etíope, para daí ameaçarem os lugares santos do Islão. Assim, a primeira fase do confronto luso-turco de 1550-1552 saldou-se num empate, em que nenhuma das partes logrou derrotar o inimigo nos seus domínios. Apesar disso, D. Afonso, no saldo dos acontecimentos de 1552, podia congratular-se que o “castigo do Senhor Vizo-Rei se estendia ao rio Tigres e Eufrates tão longe da Índia e tão fora do costume pasado”⁴⁰¹.

Para a segunda fase do confronto luso-turco, de 1553-1554, as fontes são menos abundantes, mas a atenção do vice-rei à evolução dos acontecimentos é redobrada e em boa medida, foi graças à estratégia que encetou, a partir de Goa, sempre coadjuvada no terreno por homens da sua confiança, em regra Noronhas⁴⁰², que se alcançou a vitória naval de 1554. Logo em Fevereiro de 1553, iludindo a atenta vigilância da esquadra de D. Antão de Noronha, Piri Reis saiu do Golfo. Pela mesma altura, D. Afonso despachou de Goa nova armada, sob o comando de Pêro de Ataíde Inferno, a fim de se juntar à de D. Antão, que então assumiria a capitania de Ormuz por D. Álvaro ter terminado o seu tempo, ficando o comando da armada entregue a D. Diogo de Noronha, “O Corcôs”. Em Baçorá, novos preparativos eram feitos para que Sanjakkbey, o capitão turco que havia tomado Catifa em 1550, pudesse unir a esquadra otomana do Golfo à do Mar Vermelho, uma vez que Istambul via com preocupação o desguarnecimento desta segunda área⁴⁰³, sempre vital aos interesses otomanos⁴⁰⁴. Em Ormuz, o temor de nova investida turca⁴⁰⁵ desvaneceu-se quando, em escaramuça naval, Gonçalo Pereira Marramaque impediu a passagem dos navios da armada para fora do Golfo⁴⁰⁶. A retirada de Sanjakkbey para

⁴⁰¹ Trata-se de um excerto da Memória a publicar em breve (Cf. COUTO, Dejanirah, “Un Coup..”, p. 74.). Esta fonte tem, segundo a autora, uma lógica de elogio a D. Antão e D. Afonso, tendo sido dedicada a D. Afonso e a D. Nuno Álvares quando se encontrou pronta já na década de 1560.

⁴⁰² O facto de D. Afonso só nomear Noronhas, com excepção de Pero de Ataíde Inferno, que levava uma armada de menores dimensões, atesta a importância que concedia à região. D. Antão de Noronha é descrito por Couto como o segundo homem da Índia Portuguesa, a seguir ao vice-rei. D. Fernando de Meneses é seu filho e D. Diogo de Noronha, “O Corcôs” apesar de não ser familiar directo de D. Afonso, apenas o sendo por via indirecta do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, no século XV, era um fidalgo com elevado valor militar que D. Afonso sempre lhe reconheceu. Bernardim de Sousa e o seu caso serão analisados adiante, mas trata-se uma vez mais de um fidalgo com currículo militar assinalável.

⁴⁰³ Cf. *Ásia*, VI, x, 13.

⁴⁰⁴ Cf. COUTO, Dejanirah, “Les Ottomans..”, p. 183. Para um caso concreto das preocupações otomanas: Idem, “No rasto de Hadim Suleimão Pacha: alguns aspectos do comércio do Mar Vermelho nos anos de 1538-1540” in *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, pp. 483-508.

⁴⁰⁵ Cf. Carta de Frei Aleixo Dias ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, Ormuz, 24.IX.1553 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 7, p. 25.

⁴⁰⁶ Para os pormenores militares: MONTEIRO, Saturnino, *Op. Cit.*, vol. III, pp. 154-162.

Baçorá traduziu-se assim na incapacidade otomana de combater com sucesso os Portugueses no mar.

Entretanto, em Lisboa, *O Piedoso* soubera, do cerco de 1552, por carta de D. Afonso que não chegou até nós, e dera ordens a António de Saldanha, estante na corte de Carlos V, para lhe comunicar tudo⁴⁰⁷. Não só temia pelo seu prestígio na Europa, como não compreendia por que razão D. Afonso não partira em pessoa para socorrer a cidade⁴⁰⁸. Ora, e como já mencionámos anteriormente, D. Afonso levava a clara ordem de não sair da Índia em circunstância alguma, mas estivera disposto a tornear esta ordem em caso de nova ameaça. Ao tempo, D. João III decidiu ainda enviar um espião anónimo ao Médio Oriente e a Ormuz para apurar informações⁴⁰⁹, tal como já o havia feito em 1551⁴¹⁰, enquanto pedia parecer aos fidalgos no Reino, experientes da Índia, sobre o que se devia fazer⁴¹¹. Contudo, assinala-se, desde já, que nenhuma das perguntas previa o afastamento de D. Afonso, em quem o monarca sempre confiou. Enquanto a corte portuguesa se agitava, em Dezembro de 1553, Seydi Ali Reis foi nomeado para o comando da esquadra turca de Baçorá. No momento em que ali chegou, D. Afonso, com a Índia minimamente estabilizada⁴¹², nomeou o filho D. Fernando de Meneses para capitão-mor da armada do Golfo Pérsico, em Fevereiro de 1554, partindo, ainda no mês de Março, a armada de Bernardim de Sousa, nomeado pelo rei para a capitania de Ormuz. Após uma pequena expedição a Dofar, e passagem por Mascate e Bahrein, D. Fernando de Meneses juntou a sua armada às estantes em Ormuz, entrando Sousa na capitania, e fazendo-se acompanhar sempre por D. Antão, por expressa ordem do pai⁴¹³. A intenção do vice-rei era a de evitar o que sucedera nos inícios do ano anterior, quando Piri Reis lograra escapar. Para tal, enviou reforços navais e 500 homens de forma a

⁴⁰⁷ Cf. Memorial das novas que vieram a D. João III da Índia no ano de 1553–ANTT, CSV, vol. II, fl. 250.

⁴⁰⁸ Cf. *Ibidem*, fl. 260v. Neste ponto, esperamos que a publicação da Relação de Jerónimo Rodrigues possa contribuir para apurar se D. Afonso tinha permissão ou não do rei para ir combater os Turcos em pessoa. O cronista Andrade afirma taxativamente que não tinha, embora D. Afonso, a pretexto da expedição de Ceilão, afirme que tinha (Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 - PUB. *Ceylon*, doc. 127, p. 586).

⁴⁰⁹ Cf. ANTT, CSV, vol. III, fls. 489-489v.

⁴¹⁰ Cf. DISNEY, Anthony, “The development during the reign of João III of communications between the Estado da Índia and Portugal via the Middle East” in *Op. Cit.*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, p. 596.

⁴¹¹ Cf. ANTT, CSV, vol. III, fls. 493-493v. Sobre a importância da espionagem no conflito luso-turco vide: COUTO, Dejanirah, “L’espionnage portugais dans l’empire ottoman au XVIe siècle” in AUBIN, Jean (dir.), *Op. Cit.*, pp. 243-267.

⁴¹² Couto anota que só em 1554, passados três anos de estar na Índia, é que D. Afonso a conseguiu ter pacífica. Cf. *Ásia*, VI, x, 18.

⁴¹³ Cf. *Ásia*, VI, x, 20 ; *Crónica*, Parte IV, cap. CVII.

bloquear a saída do Golfo⁴¹⁴. Assim, quando Seydi Ali Reis deixou Baçorá, em Agosto de 1554, D. Fernando de Meneses e D. Antão de Noronha tinham já tido tempo de preparar a batalha, elegendo o local onde esta decorreu⁴¹⁵. Bernardim de Sousa teve mesmo o cuidado de enviar uma armada para bloquear um hipotético regresso da armada de Seydi Ali Reis a Baçorá. Quando, a 25 de Agosto de 1554, a batalha se iniciou e a vitória portuguesa se tornou certa, ao triunfo das armas juntava-se o de uma estratégia. As descrições da batalha nas fontes portuguesas são de alguma forma concordantes entre si⁴¹⁶ e, apesar do relato de Seydi Ali Reis⁴¹⁷ não ver no combate uma clara derrota otomana, a descrição das deambulações da sua armada até chegar ao Guzerate, demonstra bem como os Turcos não só não conheciam a cartografia e as rotas da região, como também não esperavam o ataque a que foram sujeitos pelos Portugueses. Note-se ainda, que, por esta fase, reacendeu-se a guerra do Império Otomano com a Pérsia Safávida, tentando os Portugueses disso tirar partido⁴¹⁸. A morte de um herdeiro da Sublime Porta, aquando da expedição à Pérsia em 1554⁴¹⁹, poderá bem explicar a razão de Solimão não ter reagido militarmente à derrota naval e constituir uma pista para a assinatura de pazes que então se seguiu com os Safávidas. Por outro lado, a derrota de 1554 parece ter inibido os Otomanos de qualquer acção até à expedição do Bahrein, em 1559.

III.1. 2. As Praças do Norte: implicações e consequências de um confronto

Face aos apontamentos que o rei lhe dera, D. Afonso concebia a política para as Praças do Norte⁴²⁰ como interdependente da política anteriormente descrita. Em particular na segunda fase do seu vice-reinado, ou seja, nos anos de 1553-1554, esta

⁴¹⁴ Cf. *Ásia*, VI, x, 18.

⁴¹⁵ Para os pormenores militares: MONTEIRO, Saturnino, *Op. Cit.*, pp. 163-173.

⁴¹⁶ Existe um relação quinhentista castelhana para divulgação, provavelmente de 1555 ou 1556, na qual Couto e Andrade se parecem ter inspirado para escrever as suas crónicas. Cf. *BFUP*, nº 44, pp. 118-122.

⁴¹⁷ Cf. *The Travels and adventures of the turkish admiral Seydi Ali Reis in India, Afghanistan, Central Asia, and Persia, during the years 1553-1556*, edição transcrita e comentários de A. Vambéry, Londres, Luzac & Co, 1899.

⁴¹⁸ Já em 1550, Henrique de Macedo tinha partido em embaixada à Pérsia mas sem resultados conclusivos. No contexto da ida ou não de D. Afonso a Ormuz, discutira-se a hipótese de uma ofensiva conjunta: os Safávidas atacariam por terra Bagdade e Baçorá e os Portugueses atacariam por mar Baçorá (Cf. Carta de Reis Nordim a D. João III, Ormuz 25.X.1552 – ANTT, CC I-89-6, fl. 1v.). Nada foi colocado em prática. Em 1553, D. Antão havia recebido uma embaixada de Baçorá a pedir a paz, mas remetera a decisão para D. Afonso. Por fim, a notícia da vitória portuguesa fora festejada pelos Safávidas (Cf. Carta do rei de Ormuz a D. João III, Ormuz 1.XI.1554 – ANTT, CC I-94-2, fls. 1v., 3v. e 4v.).

⁴¹⁹ Cf. GRAMMONT, Jean-Louis Bacqué, “L’apogée de l’Empire ottoman: les événements (1512-1606)” in MANTRAN, Robert (dir.), *Histoire de L’Empire Ottoman*, Lille, Fayard, 1989, p. 154.

⁴²⁰ Para o enquadramento da presença portuguesa nas praças do Norte, veja-se: LEÃO, Mário César, *A Província do Norte do Estado da Índia*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996.

interdependência é claramente assumida. Todavia, as informações sobre esta região no período afonsino, não são abundantes, em especial, para os anos de 1553-54⁴²¹. Já foi mencionado que, chegado a Cochim, D. Afonso enviara uma extensa carta ao monarca na qual apontava a necessidade de fortificar todas as fortalezas da Índia. Se tal seria o caso de Goa, por maioria de razão o seria nos casos de Baçaim e Diu. Quanto a Baçaim⁴²², o vice-rei informara-se que Francisco Barreto, capitão da fortaleza local desde 1549, estava a preparar reforços a enviar para Pêro Lopes de Sousa, capitão de Diu, devido às ameaças do sultão do Guzerate, Mahmud III, e do senhor de Damão. Prevendo que não iria invernar em 1551 no Norte, o Noronha prometeu lá deslocar-se em 1552⁴²³. Deverá ter sido ainda no seio da agitação do ano de 1551 que D. Afonso poderá ter colocado em prática o início da fortificação de Goa⁴²⁴, bem como ordenado a extinção da tanadaria de Baçaim⁴²⁵. Esta, terá prosseguido nos anos seguintes em face das guerras do sultanato de Bijapur contra o de Ahmadnagar, e o império hindu de Vijayanagar, as quais D. Afonso seguiu com atenção⁴²⁶. Regressado ao Malabar, em Novembro de 1551, “O Almandarim” terá certamente ouvido do sobrinho D. Antão, uma descrição da situação das Praças do Norte visto este, no seu de regresso de Ormuz, ter aportado pelo menos em Baçaim e Chaul⁴²⁷. Foi, assim, no contexto do cerco de Ormuz que D. Afonso se deslocou ao Norte, ali permanecendo de Novembro de 1552 a Fevereiro de 1553⁴²⁸. Sobre a sua acção em Diu nada conhecemos, excepto que nela proveu D. Diogo de Almeida, da respectiva capitania em sucessão de Pêro Lopes de

⁴²¹ Tirando a carta de D. Jorge de Meneses, “O Baroque”, adiante referida, não existem mais fontes a não ser as crónicas.

⁴²² Sobre a presença em Baçaim: TEIXEIRA, André, “Os primórdios da presença portuguesa em Baçaim – 1534-1554” in *Op. Cit.*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, pp. 337-365.

⁴²³ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 9v.

⁴²⁴ Em Goa, D. Afonso mandou erigir a fortaleza dos Reis Magos, provavelmente devido às guerras intestinas entre os sultanatos da península indostânica. As obras deverão ter-se iniciado em 1551, pois em 1552, D. João III notificava a Câmara de Goa de tal (Cf. APO, fascículo 1, doc. 18). Para o enquadramento destas obras veja-se: RODRIGUES, Vítor Gaspar, *Da Goa de Albuquerque à Goa Seiscentista: Aspectos da Organização Militar da Capital do “Estado da Índia”*, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia e Instituto de Investigação Científica Tropical, separata nº 242, 2001.

⁴²⁵ Em Janeiro de 1552, Botelho anotou que D. Afonso já extinguiu a tanadaria mas não ido lá. Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552–PUB.ALBQUERQUE, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, p. 63.

⁴²⁶ A guerra decorreu entre 1550 e 1553 (Cf. MAJUMDAR, R. C., *The History and Culture of the Indian People*, vol. VII, Bharatiya Vidya Bhavan, Bombaim, 1994, p. 420) e parece ter ditado um relativo enfraquecimento do sultanato de Bijapur (Cf. HOLT, P. M., LAMBTON, Ann K. S., LEWIS, Bernard (ed.), *The Cambridge History of Islam*, volume 2A, Cambridge, Cambridge University Press, 1970, p. 65) visível com a entronização do príncipe Meale por D. Pedro Mascarenhas, em 1555. Já em Janeiro de 1552, o conselho de capitães decidira que D. Afonso devia partir para Goa devido à guerra de Bijapur e Vijayanagar (Cf. Trelado do assento que se fez entre D. Afonso de Noronha e o bispo de Goa sobre os fidalgos nomeados para o pagamento da pimenta, Cochim, 4.I.1552 – ANTT, CC I-87-50, fl. 2).

⁴²⁷ Ali passou em inícios de Outubro de 1551, indo para Goa. Cf. COUTO, Dejanirah, “Un Coup..”, p. 64.

⁴²⁸ Vide anexo B: “Cronologia do vice-reinado de D. Afonso de Noronha”.

Sousa que havia falecido, e Francisco de Sá de Meneses para a capitania de Baçaim, em sucessão de Francisco Barreto⁴²⁹. Porém, em virtude de acontecimentos posteriores e das ordens que trazia, é possível admitir que tenha acelerado as obras de fortificação de Baçaim e procedido a certos reparos que julgava necessários em Diu. Se tivermos em conta que João de Lisboa, o capitão de Mascate aprisionado por Piri Reis em 1552, remetera ao monarca uma carta dando conta que o sultão Mahmud III enviara uma embaixada a Istambul, propondo uma coligação para de novo cercar Diu, mas desta feita com a participação do Samorim⁴³⁰, compreende-se a estadia de D. Afonso no Norte durante três meses. Segundo a carta, o sultão otomano havia rejeitado a proposta pois pretendia falar directamente com Mahmud III, obrigando este a deslocar-se até Istambul. Tratava-se de um pedido assaz difícil de concretizar, dada a situação política em que se encontrava o sultanato. O sultão ainda ameaçou os Turcos de não os abastecer mais de especiarias, não obtendo qualquer resultado. O facto de, já em 1552, Mahmud III procurar de novo cercar Diu demonstra como a vitória de D. João de Castro, em Diu, em 1546, fora incompleta, pois se os Portugueses haviam triunfado em terra, o mesmo não sucedera no mar com o fracasso de Adém. E enquanto tal não sucedesse, existiria sempre o perigo de uma armada de socorro turca vir a colocar os Portugueses em apuros, como sucedera em 1538. É precisamente neste ponto que a política afonsina face ao Norte se liga mais directamente com o combate aos Turcos. Já vimos aliás que a aposta de D. Afonso nesse combate se reforçou na segunda fase do seu governo, o mesmo sucedendo com a sua política face às Praças do Norte.

Quando se encontrava em Cananor, em Dezembro de 1553, por expressa ordem régia, o vice-rei foi obrigado a afastar D. Diogo de Almeida da capitania de Diu, nela provendo D. Diogo de Noronha, “O Corcôs”⁴³¹. Como este se encontrava em Ormuz e só regressaria em Abril de 1554, D. Jorge de Meneses, “O Baroque” ofereceu-se para desapossar o Almeida e governar Diu até à chegada do Noronha. Na única carta que conhecemos dos capitães da Índia para os anos de 1553-1554, Meneses afirmava que a cidade estava calma, apesar das turbulências em que já então o sultanato guzerate se

⁴²⁹ Cf. *Ásia*, VI, x, 6.

⁴³⁰ A carta está datada de Julho de 1551, mas pelo contexto deve ser de finais de 1552 pois João de Lisboa pede perdão ao rei da sua rendição de Mascate, ocorrida em Agosto de 1552, contando factos de 1552. Cf. Carta de João de Lisboa a D. João III, Alexandria 30.VIII.1551 – ANTT, CC I-86-120, fls. 3-3v.

⁴³¹ D. Diogo de Almeida havia sido provido por seis anos da capitania de Diu (Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 62, fl. 139; Almerim, 1.II.1551), mas foi deposto pelo rei pela sua alegada ambição excessiva, em caso polémico. D. Diogo de Noronha foi então nomeado para lhe suceder durante 3 anos (Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 68, fl. 45-45v; Xabregas, 15.III.1552/*RCI*, vol. I, p. 107) mas devido a algumas imprudências militares em Diu, acabaria tal como Almeida por ser afastado das vias de sucessão (Cf. *Ásia*, VI, x, 14 e 19).

encontrava⁴³². A agitação no sultanato devia-se à morte de Mahmud III, bem descrita por Couto⁴³³, e às disputas cortesãs em torno da sucessão, que na prática significaram a quase independência dos diversos senhores locais em relação ao poder central⁴³⁴. Foi exactamente nesse contexto que D. Diogo de Almeida atacou, em Novembro de 1553, a fortaleza dos mouros em Diu, devido às provocações de Cide Elal, capitão do senhor de Diu, Abiscão Abexim, aos Portugueses⁴³⁵. As provocações eram tanto mais graves quanto tinham ocorrido após confirmação de pazes pelo regente guzerate. Quando “O Corcôs” foi confirmado na capitania de Diu, em Fevereiro de 1554, D. Afonso não só se apressou a enviar 300 homens para reforçar a guarnição de Diu, como, e mais importante, deu ordens explícitas a D. Diogo para tomar a fortaleza dos mouros e, em seguida, abrir negociações com o regente guzerate. Esta ordem, a qual uma vez mais era feita em cumprimento de ordens do monarca, data de Fevereiro-Março de 1554, justamente o período em que D. Afonso enviou o filho e Bernardim de Sousa para o Golfo Pérsico com as ordens de bloqueio. Por outras palavras, no momento em que D. Afonso previa a batalha naval que se desejava decisiva com os Otomanos, apostava na consolidação da presença portuguesa em Diu. Esta aposta foi bem sucedida, sobretudo se considerarmos que D. Diogo de Noronha foi o capitão de Diu que colocou a cidade inteiramente sob jurisdição do Estado da Índia, através de uma série de manobras político-militares para o efeito necessárias. A primeira delas deu-se logo que “O Corcôs” chegou a Diu, em Abril de 1554, expulsando Cide Elal da fortaleza islâmica⁴³⁶. Fernão de Castanhoso, homem da confiança de D. Diogo, faleceu em combate e a cidade chegou a estar cercada temporariamente pelas forças de Abiscão Abexim, embora as negociações com o regente guzerate tenham evitado o pior para os Portugueses⁴³⁷. Foi, pois, a uma Diu inteiramente portuguesa que aportou a armada de Seydi Ali Reis, em Setembro de 1554, esperando uma boa recepção, que não teve. O relato de Reis para esta fase reconhece uma vez mais os intuitos guzerates de cercar Diu, narrando a ansiedade com que se esperavam os reforços turcos. No entanto, não só os reforços não eram os esperados, como foram mal recebidos, ilustrando bem como o poder dos Rumes na corte guzerate era capaz de criar antagonismos a qualquer

⁴³² Cf. Carta de D. Jorge de Meneses, “O Baroque” a D. João III, Diu 20.XII.1553 – ANTT, CC I, 91-64.

⁴³³ Cf. *Ásia*, VI, x, 16.

⁴³⁴ Assim o afirma Couto e confirma SUBRAHMANYAM, Sanjay, “The Trading world of the western Indian Ocean, 1546-1565: A political interpretation” in *Op. Cit.*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, p. 216.

⁴³⁵ Cf. *Ásia*, VI, x, 16.

⁴³⁶ Cf. *Ásia*, VI, x, 19.

⁴³⁷ Cf. *Ibidem*.

intervenção turca no sultanato⁴³⁸, facto este repetente do que já sucedera em 1538 e 1546⁴³⁹. Disto são elucidativas as manobras para o assassinato de Seydi Ali Reis, ocorridas já em Novembro de 1554, e por ele descritas⁴⁴⁰. Os restantes acontecimentos relativos à consolidação de Diu e uma maior atenção do Estado da Índia às Praças do Norte, inserem-se nos governos de D. Pedro Mascarenhas e, particularmente nos de Francisco Barreto e de D. Constantino de Bragança. Todavia, importará manter presente que se iniciaram ainda em tempos de D. Afonso de Noronha.

III. 1.3. Ceilão: do acidente à fortaleza

A primeira imagem que D. Afonso teve do Oriente foi a do Ceilão quando, a 17 de Outubro de 1550, parte da sua armada amanheceu em Ceilão sem saber onde se encontrava⁴⁴¹. Uma sensação de alívio para todos os que se encontravam doentes inundou a tripulação mas, para o Noronha, a primeira aportagem ao Ceilão, além de accidental, foi inoportuna. De facto, a situação na ilha tinha vindo a agravar-se desde 1547, quando D. João de Castro, impossibilitado de concretizar a jornada à ilha da canela, ali enviou António Moniz Barreto. Este, em missão inconclusiva, procurou estabelecer uma aliança no terreno com um dos quatro reinos cingaleses, mas acabou por ver gorado o seu intento, acabando vítima das ambições políticas antagónicas daqueles reis. Após a estadia de Barreto na ilha, as tradicionais tensões entre o reino de Kotte e o reino de Sitawaka agravaram-se e, com elas, os pedidos de auxílio de Bhuvaneka Bahu ao Estado da Índia⁴⁴². À pressão do rei de Kotte juntava-se a do bispo de Goa, o qual já em 1547, se declarara disposto a encabeçar uma expedição à ilha⁴⁴³, bem como a do próprio Padre Francisco Xavier que, em missivas a D. João III, alertava para a necessidade de fazer cumprir a prometida conversão do rei de Kotte⁴⁴⁴.

⁴³⁸ João de Lisboa também referia que os Rumes eram mal vistos na corte guzerate, embora se encontrassem em ascensão política. Em 1554, tudo aponta para que tenha sido este grupo a liderar a assumpção da realeza pelo sultão Ahmad Shah (1554-1561), menor de idade, liderada por uma regência. Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, “The Trading...”, p. 216.

⁴³⁹ Em ambos os cercos de Diu, as tensões entre Rumes e Guzerates haviam sido favoráveis aos Portugueses. No primeiro cerco, os Rumes abandonaram-no devido às informações postas a circular pelos Guzerates e no segundo as tensões entre Coge Çofar e os elementos guzerates são bem conhecidas.

⁴⁴⁰ Cf. *The Travels...*, p. 27.

⁴⁴¹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – PUB. *Ceylon*, doc. 121, p. 548.

⁴⁴² Cf. Carta de Bhuvaneka Bahu a D. João III, Kotte, 7.XII.1548 – PUB. *Ceylon*, doc. 112.,

⁴⁴³ Cf. BIEDERMANN, Zóltan, *Op. Cit.*, p. 274.

⁴⁴⁴ Cf. Carta de Francisco Xavier a D. João III, Cochim, 20.I.1548 – PUB. *Ceylon*, doc. 10, p. 506; Carta de Francisco Xavier a D. João III, Cochim, 26.I.1548 – PUB. *Ceylon*, doc. 115, p. 532.

A promessa que Bhuvaneka Bahu fizera quando pedira o juramento do sobrinho Dharmapala como seu herdeiro, em 1543⁴⁴⁵, foi afastada pelo próprio nas cartas que redigiu, em Dezembro de 1549, apontando fortes queixas dos abusos dos Portugueses⁴⁴⁶. A polémica em torno da expedição de D. Jorge de Castro, em 1549, e em especial, sobre a sua derrota ter sido motivada ou não pela intervenção do rei de Kotte instalou-se⁴⁴⁷ e, assim que D. Afonso chegou à ilha, as embaixadas de Bhuvaneka Bahu e Mayadunne, rei de Sitawaka, não tardaram em procurar o seu apoio⁴⁴⁸. Preocupado com a Índia, o vice-rei adiou a resolução da questão para Cochim, embora, a pedido de D. João III, tenha feito uma relação da ilha, na qual apontava as suas riquezas, a facilidade das conversões e encorajava o monarca a construir uma fortaleza cuja decisão final para ele remetia⁴⁴⁹. Sensível aos pedidos dos religiosos, D. Afonso deixara-se impressionar pela destruição de uma Igreja em domínios do rei de Kotte e pelos rumores do seu envolvimento na derrota de D. Jorge, tendo por isso formado uma opinião negativa daquele soberano⁴⁵⁰. Disso mesmo se queixou o embaixador de Bhuvaneka Bahu, em Cochim, a D. João III, embora ainda esperasse uma mudança de atitude por parte de D. Afonso⁴⁵¹. O “Almandarim”, ainda em 1550, deixara ordens para que, em caso de morte de Bhuvaneka Bahu, o feitor de Ceilão, Gaspar de Azevedo, não entronizasse Dharmapala sem disso o avisar e sem que este, antes, adoptasse oficialmente a fé cristã, seguindo aliás o regimento de Jorge Cabral⁴⁵². Quando estalou a guerra entre Kotte e Sitawaka no Inverno de 1551, D. Afonso encontrava-se ocupado com as questões malabar e turca, acabando os acontecimentos por se precipitarem. A morte accidental de Bhuvaneka Bahu e a entronização de Dharmapala, operada por Gaspar de Azevedo, contra as ordens do vice-rei, no contexto das tentativas de Mayadunne se afirmar como soberano de Kotte junto da nobreza daquele reino, foram conhecidas em Goa, em Agosto de 1551.

⁴⁴⁵ Sobre a questão veja-se: FLORES, Jorge, *Op. Cit.*, pp. 187-189.

⁴⁴⁶ Cf. Cartas de Bhuvaneka Bahu a D. Catarina, ao infante D. Luís e a D. António de Ataíde, Kotte 11.XII.1549 – PUB. *Ceylon*, docs. 117, 118 e 119.

⁴⁴⁷ O tema será polémico para D. Afonso, mas a cronística insistirá sempre na inocência de Bhuvaneka Bahu.

⁴⁴⁸ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim 16.I.1551 – PUB. *Ceylon*, doc. 121, pp. 551-552.

⁴⁴⁹ Cf. *Ibidem*.

⁴⁵⁰ Tal facto depreende-se da carta de D. Afonso respeitante a Ceilão em 1552 e é afirmado na carta do embaixador de Kotte. Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *Ceylon*, doc. 127; Cf. Carta de Radaraksa Pandita a D. Catarina, Cochim, 28.I.1551 – PUB. *Ceylon*, doc. 123, p. 565-566.

⁴⁵¹ Cf. *Ibidem*, p. 567.

⁴⁵² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *Ceylon*, doc. 127, p. 582.

Reunido o conselho de capitães, este impôs a D. Afonso a jornada à ilha. O espírito da expedição, à qual D. Afonso tentou opôr-se, escudando-se na ordem régia de não sair da Índia e tentando ali enviar o filho, apesar do voto contrário do conselho, depois desempatado pelos pareceres de Vasco da Cunha e Francisco Barreto, deveria ser o de entrar na ilha “amostrando que hia fazer justiça da morte del-Rey e pera rrestituir a fama aos Portuguezes, que naquillo perderão, e assesejar a tera. E com isso trabalhase, por aver o tesouro ou a parte, que dele podese ver, pera socoro das grandes necesydades da Imdia, que por serem tantas e tais, parecia isto vindo de Deus”⁴⁵³. À pressão dos capitães juntaram-se a de D. Juan de Albuquerque, dos Franciscanos e dos próprios Jesuítas. Em suma, antes de partir para Ceilão, D. Afonso tinha já boa parte da sua actuação condicionada e imposta pelos interesses divergentes e ambivalentes destes grupos, uns apostados nas riquezas, outras nas possibilidades de evangelização.

O “Zelosissimo” partiu com a estratégia que ele próprio enunciou e, ciente de que o desenlace poderia ser polémico, optou por fazer tudo em conselho. Talvez também por isso, encontremos na expedição não só quase toda a fidalguia mais importante da Índia de então, como também o vigário-geral dos Dominicanos, um representante dos Franciscanos e outro dos Jesuítas. Uma vez ancorado em Ceilão, em Outubro de 1551, as polémicas dos empréstimos⁴⁵⁴, as promessas não cumpridas do seu pagamento⁴⁵⁵ e, sobretudo, a questão da conversão de Dharmapala explicam, na narrativa afonsina, os motivos das perseguições que ordenou em busca do tesouro e porque não se concretizou a captura de Mayadunne. Desta forma parece-nos que a ambiguidade de interesses presentes na expedição dificilmente poderia coadunar-se com uma acção unívoca no terreno, razão pela qual os eventos escaparam ao controlo de D. Afonso.

Mais do que condenar ou defender as atitudes do vice-rei na expedição de 1551, função da qual o historiador deve abster-se, cabe compreendê-la e enquadrá-la no seu

⁴⁵³ Cf. *Ibidem*, p. 586.

⁴⁵⁴ Já em 1550, D. Afonso ciente das dificuldades financeiras da Índia, que lhe devem então ter sido narradas pelos Portugueses de Kotte, pedira um empréstimo a Bhuvaneka Bahu que o negara, apesar das ofertas que lhe fizera anteriormente. Em 1552, D. Afonso voltou a pedir e este começou por ser negado.

⁴⁵⁵ Após diversas negociações descritas por D. Afonso e pela cronística, ficou acordado o pagamento de 200 mil pardaus de Kotte ao Estado da Índia, 100 mil pagos antes da jornada contra Mayadunne e outros 100 mil pagos depois, sendo o saque repartido de forma igual entre ambas as partes. O rei de Kotte apenas pagou 80 mil pardaus, faltando 20 mil. O tesouro também havia sido prometido e como não havia sido descoberto, D. Afonso ordenara a sua busca por meio de detenções e turturas, ainda em Kotte e depois em Sitawaka. Como não o encontrou, não só não partilhou o saque em Sitawaka como alegou esse argumento para não partir em perseguição de Mayadunne. Por seu lado, os cortesãos de Kotte argumentavam que D. Afonso não tinha cumprido o acordo de perseguição e morte de Mayadunne celebrado em Kotte nas condições referidas. Estes pormenores estão na carta de D. Afonso sobre Ceilão referida na nota seguinte.

tempo. Se por um lado, a expedição foi motivo de oposição a D. Afonso, deverá salientar-se, por outro lado, o facto de dela ter saído a decisão de se reconstruir uma fortaleza na ilha⁴⁵⁶ e de com ela se ter iniciado uma nova fase da história da presença lusa na ilha, marcada, não por uma territorialização que só o período filipino traria, mas por um crescendo de maior intervenção portuguesa na política interna do já então débil reino de Kotte⁴⁵⁷. Acresce que ao enunciado, em nosso entender, a expedição demonstrou à saciedade a dimensão do crescimento do poder dos religiosos, a ponto de poder mesmo rivalizar com o do próprio vice-rei. Deste facto o próprio Noronha se lamentou. Assim, em 1551, os acontecimentos cingaleses reflectiram uma vincada afirmação do espírito da Contra-Reforma, a qual atingiria, um dos seus momentos de maior exaltação com o caso do dente de Buda, já em tempos do vice-rei D. Constantino de Bragança⁴⁵⁸.

Ao deixar a ilha, para acudir aos problemas de abastecimentos das naus da pimenta e não para fugir à pressão de Kotte, D. Afonso não a deixou estabilizada e perdeu, é certo, uma excelente oportunidade de se assenhorear da totalidade da mesma⁴⁵⁹, não fosse aquela expedição a maior que os Portugueses até então tinham ali organizado⁴⁶⁰. Malgradamente, não só as prioridades do momento eram outras (Turcos) como ainda, como já foi demonstrado por Zoltán Biedermann, aos Portugueses escapava a compreensão do tecido social ceilonense, sem o qual uma territorialização seria difícil de concretizar⁴⁶¹. Ao deixar D. João Henriques, um seu servidor, à frente dos destinos do frágil reino de Kotte, o Noronha pretendia pacificar aquele reino apesar de ordenar a captura de Vidiye Bandara, pai de Dharmapala, que deveria ser enviado para Goa. Mas a precoce morte de D. João e a sua sucessão por Diogo de Melo Coutinho, em Abril de 1552, que retomou a política de conversão forçada de Dharmapala e de Vidiye Bandara, levaram à precipitação dos acontecimentos políticos. Empenhado, então, no combate aos Turcos, o vice-rei nomeou, em Outubro de 1552, D. Duarte de Eça para Ceilão, esperando que este acalmasse a situação. Porém, Eça apenas agravou a prisão decretada

⁴⁵⁶ Como se constata da leitura da Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *Ceylon*, doc. 127. Apesar da polémica da expedição, já em 1920 (PIERIS, P. E., *Ceylon and the Portuguese 1505-1658*, Londres, Luzac & Co., 1920, p. 71) e 1936 (BOURDON, Léon, *Lés Débuts de l'Évangélisation de Ceylan vers le milieu du XVIe siècle d'après des documents récemment publiés*, Lisboa, Instituto Francês, 1936, pp. 85-86) este facto foi reconhecido pela comunidade historiográfica.

⁴⁵⁷ Cf. BIEDERMANN, Zóltan, *Op. Cit.*, p. 303.

⁴⁵⁸ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Constantino de Bragança” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* - <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁴⁵⁹ Cf. PIERIS, P. E., *Op. Cit.*, pp. 70-71.

⁴⁶⁰ Cf. BIEDERMANN, Zóltan, *Op. Cit.*, p. 297.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 326-327.

por Coutinho a Vidiye Bandara. Com ele seguiu, a mando de D. Afonso⁴⁶², o Padre Emanuel de Moraes empenhado na conversão de Dharmapala, o que viria a acontecer em 1557, após a morte do seu pai.

Para os anos de 1553 e 1554, uma vez mais as fontes escasseiam, em especial após a deposição de D. Duarte de Eça, em Dezembro de 1552, e a sua sucessão por Fernão de Carvalho, a quem D. Afonso havia encarregue a edificação da nova fortaleza em Colombo após uma provável resposta régia favorável a tal. A guerra entre Kotte e Sitawaka foi retomada⁴⁶³ e nem a ameaça de uma armada de um corsário turco ao serviço do Samorim, a operar na Costa da Pescaria e no Coromandel⁴⁶⁴, foi suficiente para captar de novo a atenção do “Almandarim” para a ilha da canela. Não obstante, em Novembro de 1553, no seguimento da reprimenda de D. João III pela sua atitude no Ceilão⁴⁶⁵, D. Afonso nomeou Afonso Pereira de Lacerda para entregar parte das jóias apreendidas na expedição e entrar na capitania. Após este facto, nada mais se conhece dos acontecimentos ceilonenses até à chegada do vice-rei D. Pedro Mascarenhas. Contudo, importa desde já ressaltar que a reprimenda não fora motivo de abalo na confiança por parte do rei e muito menos, como adiante explicitaremos, razão de ser da nomeação de D. Pedro Mascarenhas. O Noronha esteve consciente, desde o primeiro momento, que a polémica do Ceilão podia denegrir a sua imagem junto do monarca e terminar em algo semelhante ao que sucedera com Nuno da Cunha no seu regresso da Índia⁴⁶⁶. Por isso mesmo, tratara tudo em conselho e escrevera ao monarca, em 1552, que “Certefiquo a Vosalteza que este negocio de Ceyllão me tem embaraçado de maneyra, que ho nam emtemdo”⁴⁶⁷, motivo pelo qual lhe remetia, um relatório circunstanciado sobre tudo o que lá se passara, mas que é desconhecido. Nada do

⁴⁶² Cf. BOURDON, Léon, *Op. Cit.*, p. 80.

⁴⁶³ Cf. Carta de Frei António Dias a Gaspar Barzeus e aos irmãos de Goa e Coimbra, Colombo, 15.XII.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 108, p. 533.

⁴⁶⁴ Cf. *Ásia*, VI, x, 9.

⁴⁶⁵ O original da carta é transcrito pelo cronista seiscentista Padre Fernão de Queyroz, sendo este um dos mais acérrimos críticos da expedição de D. Afonso, afirmando deter em seu poder uma carta que provava o envolvimento de D. Afonso no assassinio de Bhuvaneka Bahu, morto acidentalmente por um seu criado. No entanto, muitas informações que veicula sobre a expedição estão erradas não só em termos de cronologia como também de factologia. Para este cronista, D. Afonso chegara a morrer na Índia. Apesar disso, cremos verdadeira a carta do rei que transcreve. Cf. QUEIROZ, Padre Fernão de, *Conquista Temporal e Espiritual de Ceylão*, vol. I, H. C. Cottle, Government Printer, 1916, liv. 2, cap. 18, p. 235.

⁴⁶⁶ Pela sua experiência cortesã, D. Afonso deverá ter tomado conhecimento do caso de Nuno da Cunha e de certo teria a todo o custo tentado evitar que se repetisse consigo, sendo nesse aspecto bem sucedido. Relembre-se que o caso de Nuno da Cunha em 1538-39 sucede no exacto momento em que D. Afonso se encontrava de partida para a capitania de Ceuta. É bem possível que tivesse assistido a tudo pelo seu cargo de aponsentador-mor de D. João III.

⁴⁶⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *Ceylon*, doc. 127, p. 601.

afirmado implica que o Ceilão não detivesse um lugar importante na política afonsina, nem que fosse enquanto bastião de retirada do Estado da Índia face a uma possível investida turca, como já noutras ocasiões sucedera⁴⁶⁸.

III. 1. 4. Malabar: as guerras da pimenta e a Carreira da Índia

O Malabar foi a região da Ásia Portuguesa que durante o governo de D. Afonso mais problemas teve, e com mais documentação, logo a seguir ao Golfo Pérsico. Todavia, a persistência dos problemas malabares, em particular quando associada à questão da Carreira da Índia na década de 1550, demonstra como o governo afonsino não foi bem sucedido na resolução do problema dos abastecimentos da pimenta, provando-o a continuidade dessas guerras nos anos seguintes e a persistência do problema até, pelo menos, à década de 1560⁴⁶⁹. Do ponto de vista do vice-rei, o Malabar foi uma constante fonte de problemas que não pareceu senão ter uma importância secundária quando comparada com a questão turca, as Praças do Norte ou o Ceilão. Já se anotou como o problema malabar emergiu durante a governação de Jorge Cabral⁴⁷⁰ e, mais em específico o início da primeira guerra da pimenta, aquando da perfilhação do soberano de Vadakkenkur pelo Samorim, ocorrida a 20 de Janeiro de 1550⁴⁷¹. Imediatamente, após chegar a Cochim, a 10 de Novembro, D. Afonso proveu na capitania-mor do Malabar, João de Mendonça por, à data, Cabral ter os homens todos concentrados em Bardela⁴⁷². À primeira decisão governativa do Noronha na Índia seguiu-se a assinatura das pazes, em Dezembro de 1550, a pedido expresso do Samorim, que para tal encarregou o rei de Tanor das negociações⁴⁷³. Na ocasião, o presente que o vice-rei trazia da parte de D. João III deve ter-lhe sido entregue⁴⁷⁴. Antes de serem assinadas as pazes, mediante as quais se voltava aos *status quo* anterior a 1550, D. Afonso reuniu o conselho de capitães. Prevendo que a guerra continuaria nos anos seguintes, o “Almandarim” apontou a necessidade de construir três fortalezas para bem defender

⁴⁶⁸ Cf. FLORES, Jorge, *Op. Cit.*, p. 181-182.

⁴⁶⁹ Na década de 1560, três reis de Cochim faleceram em combates com Calecute relacionados com estas problemáticas. Cf. AYYAR, Krishna K. V., *The Zamorins of Calicut*, Calecute, Norman Printing Bureau, 1938, p. 205.

⁴⁷⁰ Cf. ponto II.1.

⁴⁷¹ Cf. *História dos Portugueses no Malabar por Zinadím*, edição de David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, cap. X.

⁴⁷² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 9.

⁴⁷³ O Samorim pediu pazes quando D. Afonso chegou a Cochim, por ser “sobrinho” do rei. Cf. *Ibidem*, fl. 7.

⁴⁷⁴ Uma carta do rei de Tanor ao rei, sem data original, mas que deve ser de Janeiro de 1552, agradece o presente e elogia D. Afonso e o papel do seu filho na assinatura das pazes (Cf. Carta do rei de Tanor a D. João III, s.l. s.d. – PUB. *Gavetas*, vol. V, doc. 3685, p.440).

Cochim dos seus inimigos⁴⁷⁵. A seu ver, era obrigação dos Portugueses defender a cidade à luz dos antigos tratados e, sobretudo, considerada a menoridade do seu jovem rei. Quando, a 20 de Janeiro de 1551, partiu para Goa, D. Afonso visitou ainda Chale e Cananor em cumprimento de ordens régias⁴⁷⁶, tendo nomeado em Chale para a capitania-mor do Malabar, D. António de Noronha, para suceder a João de Mendonça no cargo até ao final do Verão.

Assim que D. Afonso se retirou, os amoucos⁴⁷⁷ voltaram a atacar o forte de Cochim de Cima, em Fevereiro de 1551, na altura defendido por Jorge Cabral e Manuel de Sousa Sepúlveda, tudo indicando que nos meses seguintes a tensão na região terá prosseguido. Antes de demandar Ceilão, o Noronha deixou em Goa ordem para que quando D. Antão regresse do Golfo Pérsico fosse tomar posse da capitania-mor do Malabar, o que ocorreu já em Outubro. Viu-se também como D. Afonso regressou da ilha da canela a pretexto dos problemas malabares, pois o rei de Tanor havia voltado a congregar as hostes dos potentados locais em torno do soberano de Vadakenkkur para atacar de novo Cochim, atraçando a sua promessa de garantir o abastecimento de 1552⁴⁷⁸. O rei de Cochim, contudo, logrou alcançar a neutralidade do Samorim no conflito que estalou⁴⁷⁹. Aos problemas de carregamento da pimenta na armada que seguiu para o Reino em 1551, o vice-rei acrescentava o relativo insucesso de Manuel de Sousa Sepúlveda, nomeado em Setembro para tratar da carga das naus, na recolha de pimenta. Após conselho de capitães ficou decidida uma expedição terrestre contra Vadakenkkur em episódio marcado por conflitos entre a fidalguia⁴⁸⁰.

A despeito do sucesso militar da expedição, a especiaria que partiu na armada de 1552 continuava a ser insuficiente, razão pela qual D. Afonso afirmava que “a pimenta que vay custa mais trabalho e sangue dos fidalgos e jemte que qua serve que dinheiro”⁴⁸¹. Para compensar o facto, Noronha carregou o galeão *São João*, de Manuel

⁴⁷⁵ Cf. *Ibidem*, fls. 8-8v.

⁴⁷⁶ Nestas pode ter ordenado a não construção de casas fora das muralhas como o rei lhe pedira.

⁴⁷⁷ Como Couto esclarece, os amoucos eram a guarda pessoal do rei de Vadakenkkur que, segundo tradição, em vendo o seu rei morto atacavam até serem mortos. Cf. *Ásia*, VI, viii, 9.

⁴⁷⁸ Cf. Treslado do assento..., Cochim 4.I.1552 - ANTT, CC I-87-50, fl. 1.

⁴⁷⁹ Cf. Carta de Magnate Caimal a D. João III, s.d. s.l. - ANTT, CVR, doc. 129. Deve tratar-se de um mercador de Cochim. Pelo contexto deverá ser de Janeiro de 1552.

⁴⁸⁰ Esta questão será abordada no ponto III.4 sobre a corte vice-real.

⁴⁸¹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim, 27.I.1552 - PUB. DPMAC, vol. III, doc. 20, p. 254.

de Sousa Sepúlveda com tantas riquezas em Couão⁴⁸², que não só fora o mais rico que até então havia partido do Oriente rumo a Portugal⁴⁸³, como viria a ter o fim que se conhece: o naufrágio na Costa de Natal. No entanto, em 1552 fora obrigado a recuperar o antigo contrato de compra da pimenta, pagando esta com 2/3 em ouro e 1/3 em cobre⁴⁸⁴, enquanto para a carga do ano anterior tudo indicia que Sepúlveda tenha adiantado dinheiro seu⁴⁸⁵. Porém, a expedição de 1551 havia sido custosa para a Fazenda Real⁴⁸⁶ e quando D. Afonso, nos últimos dias de Janeiro de 1552, seguiu para Goa, deixava D. António de Noronha de novo à frente da capitania-mor do Malabar. Uma vez em Goa, não só enviou D. Fernando de Meneses para a região, em Março, de forma a preparar atempadamente o carregamento do ano de 1553 como, contrariado⁴⁸⁷, despachou ainda Francisco Barreto para a região, provavelmente para substituir D. António de Noronha na capitania-mor do Malabar, no Verão de 1552. Devido a ameaças do Samorim⁴⁸⁸, Barreto, que partira com poderes de governador para tratar da carga das naus em conjunto com João da Fonseca, o capitão de Cochim desde 1551 e figura a quem o rei havia nomeado para vedor da fazenda de Cochim⁴⁸⁹, não teve qualquer sucesso e a carga de 1553 só pôde ser garantida por via da compra de drogas e cravo a D. Pedro da Silva e Bernardim de Sousa, vindos da Insulíndia⁴⁹⁰.

Um novo agravamento da situação política, mas desta vez com a participação do Samorim, ocorreu em Novembro de 1553, quando D. Afonso se deslocou de propósito a Cochim para tratar da carga do ano de 1554. Após dois conselhos de capitães, uma nova e decisiva expedição contra Vadakenkkur foi lançada, obtendo os Portugueses renovada vitória⁴⁹¹. Para a carga de 1554, tudo aponta para que tenha sido recolhida mais pimenta que nos anos anteriores, embora em quantidade ainda insuficiente, para o que pode ter

⁴⁸² Tudo havia sido feito graças ao feitor e alcaide-mor de Couão, Bernardo da Fonseca. Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I. 1552 – PUB. ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, p. 74.

⁴⁸³ “Mas levou tantas fazendas outras, que se afirma, que depois que Índia se descobriu até então, não partio não tão rica” (*Ásia*, VI, ix, 18).

⁴⁸⁴ Cf. Trelado do assento..., Cochim, 4.I.1552 - ANTT, CC I-87-50, fl. 1v.

⁴⁸⁵ Depreende-se tal pelo trelado de serviços de Manuel de Sousa Sepúlveda feito em Cochim a 16 de Janeiro de 1551, e cujo objectivo era o de provar que o fidalgo não roubara dinheiro à Fazenda Real e antes o emprestara, sendo-lhe passada uma declaração de dívida que depois deveria cobrar na Casa da Índia em Lisboa. Para o efeito foram ouvidas vinte testemunhas sobre os eventos de Bardela e o vice-rei após a sua assinatura a tudo. O documento encontra-se publicado nas *Gavetas*, vol. V, doc. 3666.

⁴⁸⁶ Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim 30.I.1552 – PUB. ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, p. 73.

⁴⁸⁷ Este episódio será analisado no ponto III.4 sobre a corte vice-real.

⁴⁸⁸ Relembre-se que nesta altura este conspirava para cercar Diu com o sultão guzerate e os Turcos.

⁴⁸⁹ Em cumprimento de ordens régias como adiante se verá. Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 12.

⁴⁹⁰ Cf. *Ásia*, VI, x, 8.

⁴⁹¹ Cf. *Ásia*, VI, x, 14-15.

contruibuído o facto de ter sido o próprio vice-rei a tratar pessoalmente do assunto. Mais atento às questões malabares, D. Afonso só regressou a Goa após a partida da nau de D. Álvaro de Noronha, ocorrida a 15 de Janeiro de 1554, tendo deixado ordens para que os domínios do soberano de Vadakenkkur só lhe fossem restituídos após o cumprimento das pazes, nas quais se estipulava que este, além de voltar à suserania de Cochim, deveria abastecer os Portugueses com a pimenta necessária⁴⁹². Por fim, em Fevereiro de 1554, o vice-rei nomeou Jorge de Mendonça e Henrique de Macedo para as capitanias de Chaul e Cananor.

No cerne de todo do problema das quantidades de pimenta que vinham para o Reino, e que só a expansão já com D. Antão de Noronha e D. Luís de Ataíde para a costa do Canará parece ter resolvido, estavam a estagnação da produção da pimenta no Malabar propriamente dito⁴⁹³, o agravamento da situação política local⁴⁹⁴, a crescente concorrência da pimenta oriunda da Insulíndia⁴⁹⁵ e as constantes dificuldades financeiras⁴⁹⁶. D. João III, consciente do problema já em 1545, havia pensado em reformular o comércio pimenteiro⁴⁹⁷, levando D. João de Castro nesse ano ordens nesse sentido. No entanto, as reuniões por este organizadas em finais de 1545, não vingaram as medidas de privatização oficial deste comércio, tal como o sucedido com o das Molucas, em 1539, por receio de diversas consequências⁴⁹⁸. Assim, quando D. Afonso, em resposta aos apontamentos do rei, encetou considerando sobre a situação malabar e a carga das naus, preferiu concentrar-se mais na resolução dos problemas políticos, apostando no reforço do rei de Cochim mediante uma política continuada⁴⁹⁹, bem como

⁴⁹² Cf. *Ásia*, VI, x, 15.

⁴⁹³ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A questão da pimenta em meados do século XVI” in *Op. Cit.*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, p. 80.

⁴⁹⁴ Já durante o governo D. João de Castro se tinham verificado diversos problemas em Cochim. Cf. GOERTZ, R. O. W., “The Portuguese in Cochim in the mid-sixteenth century” in *Indica*, vol. 23 (Março-Setembro), s.l., 1986, pp. 63-78.

⁴⁹⁵ THOMAZ, Luís Filipe, “A questão da pimenta...” in *Op. Cit.*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, pp. 83-84.

⁴⁹⁶ MALEKANDATHIL, Pius, *Op. Cit.*, p. 170 e seguintes. Este autor defende a existência de uma crise económica geral para os anos entre 1535 e 1570 que ajuda a explicar as dificuldades financeiras. Identifica ainda a crescente pressão dos privados em Cochim, em especial, da comunidade judaica. Sobre o peso e importância desta comunidade em Cochim veja-se: TAVIM, José Alberto, *Judeus e cristãos-novos em Cochim. História e Memória (1500-1662)*, Braga, Edições da APPACDM, 2003.

⁴⁹⁷ Aparentemente por sugestão de Diogo Pereira. Cf. THOMAZ, Luís Filipe F. R., “O Testamento Político de Diogo Pereira, O Malabar, e o projecto oriental dos Gamas” in *Anais de História de Além-Mar*, nº 5, Lisboa, CHAM, 2004, p. 134.

⁴⁹⁸ Entre estas estava o receio do abatimento das rendas das principais capitanias como Ormuz, Malaca e Goa e ainda o problema do despovoamento de algumas praças por parte dos mercadores (Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A questão da pimenta...” in *Op. Cit.*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, p. 39).

⁴⁹⁹ Para isso sugeria uma guerra naval e terrestre constante contra Calecute, além das três fortalezas.

nas sugestões de reformulação do sistema, do que na defesa da privatização daquele comércio. Para tal, pediu o envio atempado do cabedal, a preparação da carga das naus de forma atempada e ainda a criação de uma armada autónoma para Cochim que ali deveria manter-se sediada⁵⁰⁰. Em suma, D. Afonso tal como o vedor Simão Botelho, por estes anos, não fizeram mais que prosseguir o debate aberto por D. João de Castro, apontando caminhos e rumos, não obtendo, todavia, soluções concretas.

Uma outra temática intimamente relacionada com esta foi a dos problemas na Carreira da Índia durante a década de 1550, em especial, o problema da maior percentagem de naufrágios, partidos da Índia para o Reino, até ao período filipino⁵⁰¹. Esta questão já tinha afectado a modesta armada que o acompanhara o vice-rei à Índia, determinando o conhecido naufrágio de Sepúlveda, em 1552, o de D. Álvaro de Noronha, em 1554⁵⁰², e ainda os problemas que Francisco Barreto enfrentou na sua viagem de regresso a Portugal, em 1559. Porém, estas eram áreas nas quais a intervenção do vice-rei não poderia ser senão diminuta, a menos que existissem ordens régias claras, que sabemos inexistentes. Além disso, é conhecido como apenas o reinado de D. Sebastião (1557-1578) e, especificamente a sua legislação, trouxeram parte da resolução do problema da tonelagem e carga dos navios⁵⁰³.

III.1. 5. Intervenções vice-reais em Malaca e nas Molucas

A política de qualquer governador ou vice-rei quinhentista, sediado em Goa, face a Malaca ou às longínquas Molucas, dificilmente poderia ser prioritária, excepto em casos como o de Albuquerque que liderou pessoalmente a conquista de Malaca, em 1511, ou já no século XVII, de D. Martim Afonso de Castro, que foi socorrer a cidade aquando do cerco neerlandês de 1606-1607. Tendo em conta esta condicionante, compreende-se que a política do Noronha para a Insulíndia não tenha sido uma área na qual investisse senão marginalmente, pese embora os relevantes acontecimentos que ali se desenrolaram durante a sua governação mas que, em boa medida, não são por si

⁵⁰⁰ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fls. 8-8v.

⁵⁰¹ Cf. FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo, LOPES, António, *Op. Cit.*, p. 84. Para os problemas destas viagens veja-se: GODINHO, Rui Landeiro, *A Carreira da Índia: Aspectos e Problemas da Torna-Viagem (1550-1649)*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005. O problema foi pela primeira vez apontado por João Paulo Costa em 2003: “Os capitães-mores de D. João III” in *V Simpósio de História Marítima. A Carreira da Índia*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 213-231.

⁵⁰² Faleceu com o irmão Fernão Álvares de Cabral na viagem. Cf. *Ásia*, VI, x, 14.

⁵⁰³ Cf. FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo, LOPES, António, *Op. Cit.*, pp. 45-46.

ordenados e dos quais, em regra, tomou conhecimento tardiamente. Não obstante, é nítida a maior preocupação de D. Afonso com a região a partir de 1552.

Já entre 1548 e 1550, Frei João da Beira, jesuíta estante em Ternate, escrevera cartas para Goa⁵⁰⁴ e para a Europa⁵⁰⁵, dando conta das tensões locais entre os Portugueses e o rei de Geilolo, insistentemente acusado de perseguir os cristãos. Devido a estas circunstâncias e por não se confirmar a presença de uma armada castelhana na região, Bernardim de Sousa, após resolver a disputa pela capitania de Ternate com Cristóvão de Sá⁵⁰⁶, organizou uma expedição contra aquele rei. O sultão Hairun de Ternate (1535-1545; 1545-1571) já havia prometido, em 1544, participar com os Portugueses numa expedição contra aquele soberano⁵⁰⁷, mas a questão política da sua deposição adiou a jornada⁵⁰⁸. Quando o cerco de Geilolo se iniciou, a 25 de Dezembro de 1550, D. Afonso não dispunha, em Cochim, de notícias concretas da Insulíndia, apenas sabendo que Malaca estava segura e as Molucas sem Castelhanos⁵⁰⁹. Porém, pouco depois da vitória obtida por Sousa naquele cerco, em Março de 1551⁵¹⁰, o vice-rei, já em Goa, em Abril, despachou para a capitania de Ternate D. Garcia de Meneses, acompanhado de D. Rodrigo de Meneses, que deveria ser o capitão do mar das Molucas. Não podia, pois, adivinhar que o cerco a que Malaca esteve sujeita, de Junho a Setembro de 1551, viria a ceifar a vida do indigitado capitão das Molucas.

O cerco de Malaca de 1551 deverá ser retido por se tratar do primeiro cerco que a cidade sofreu, lançado por uma coligação de diversos potentados locais⁵¹¹, e por ter sido

⁵⁰⁴ Cf. Carta de Frei João da Beira ao reitor do Colégio de Goa, Ternate, II-IV.1549 – PUB. *DM*, vol. I, doc. 20.

⁵⁰⁵ Cf. Carta de Frei João da Beira a Inácio de Loyola e Simão Rodrigues, Ternate, 13.II.1550 – PUB. *DM*, vol. I, doc. 28.

⁵⁰⁶ A disputa fora motivada pela provisão que Garcia de Sá havia passado ao sobrinho Cristóvão de Sá, de forma a afastar Jordão de Freitas devido ao seu papel na deposição do sultão Hairun em 1544. Mas esta só seria válida enquanto Bernardim de Sousa não estivesse em Ternate, razão pela qual Sousa permaneceu capitão.

⁵⁰⁷ Cf. MARTINS, Maria Odete Soares, *A Missionação nas Molucas no Século XVI. Contributo para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente*, Lisboa, CHAM, 2002, p. 164.

⁵⁰⁸ Sobre a deposição do sultão Hairun de Ternate em 1545: CRUZ, Maria Augusta Lima da, “O assassinio do rei de Maluco: reabertura de um processo” in *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente* (Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa), edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Lisboa, CNPCDP, 1993, pp. 511-529, pp. 518-521.

⁵⁰⁹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 11.

⁵¹⁰ Uma descrição coeva do cerco pode ser lida numa das cartas de Hairun. Cf. Carta do rei de Ternate a D. João III, Ternate VI.1551 – PUB. *DHMPPO (Insulíndia)*, vol. I, doc. 10.

⁵¹¹ LOBATO, Manuel, *Op. Cit.*, p. 57. A coligação era composta pelos reis malaaios de Johor, Pera, Pão, Marruaz e a rainha javanesa de Japará.

visto à sua época como catastrófico, pela morte de 100 a 120 portugueses no mesmo⁵¹². Além da destruição de certas zonas da cidade⁵¹³, causou na época um grande impacto pelo poderio militar que já então malaaios e javaneses demonstraram, nomeadamente na sua artilharia⁵¹⁴. O capitão D. Pedro da Silva da Gama (1548-1552) venceu-o apenas com a ajuda de Gil Fernandes Carvalho, a mesma figura que salvou os Portugueses do Coromandel, em 1553, razão pela qual mereceu os elogios do procurador de Malaca⁵¹⁵ e uma recomendação do próprio vice-rei ao monarca⁵¹⁶.

Enquanto Malaca estava cercada, nas Molucas, Bernardim de Sousa dava um passo decisivo para a consolidação da presença lusa na região, obrigando o rei de Tidore, tradicional aliado dos Castelhanos, a derrubar a fortaleza que erigira. Mas tal só sucedera após abater o poderio militar do reino de Geilolo, reduzido a vassalo do Estado da Índia, o qual só se movimentou de novo contra os Portugueses em 1558. De todos estes acontecimentos, D. Afonso de Noronha deverá ter tomado conhecimento, em Janeiro de 1552, quando se encontrava em Cochim, pois a cidade de Malaca enviou o referido procurador à Índia, a fim de pedir socorros para a cidade⁵¹⁷. Tudo aponta para que estes socorros tenham seguido na armada de D. Álvaro de Ataíde da Gama, em Abril de 1552, o qual partira mais cedo para assumir a capitania de Malaca, a fim de evitar gastos em Goa. Nesta armada, seguia ainda o licenciado Francisco Álvares encarregue de fazer residência a D. Pedro da Silva, cujos ecos de abusos haviam chegado a Goa. A partida antecipada de D. Álvaro neste contexto criou uma série de tensões⁵¹⁸ com D. Pedro, os casados de Malaca e até com o próprio Padre Francisco Xavier, decorridos entre Setembro e Novembro de 1552, datas, respectivamente, da chegada e da assumpção da capitania por D. Álvaro.

Face às Molucas, por D. João III ter ordenado ao vice-rei, ainda em Lisboa, que enviasse para lá uma provisão proibindo o pagamento dos terços do rei com cravo de

⁵¹² Uma descrição coeva do cerco foi feita na Carta do Padre Francisco Peres para os irmãos de Goa, Malaca 24.XI.1551 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 52.

⁵¹³ THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis, *Os Portugueses em Malaca (1511-1580)*, vol. I, p. 130.

⁵¹⁴ Couto descreve o poder da artilharia inimiga que matou D. Garcia de Meneses. Cf. *Ásia*, VI, ix, 7.

⁵¹⁵ Cf. Carta de Cristóvão Martins, procurador de Malaca, a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses...*, vol. II, p. 390-391.

⁵¹⁶ “foy saluação de Mallaqa”. Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – ANTT, CC I-87-73, fl. 4.

⁵¹⁷ Entre os pedidos estava um decréscimo dos direitos que se cobravam na alfândega de Malaca a que D. Afonso acedeu. Cf. Carta de Cristóvão Martins, procurador de Malaca, a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses...*, vol. II, p. 390-391.

⁵¹⁸ Estas serão descritas no ponto III.2 sobre os Jesuítas.

má qualidade⁵¹⁹, o Noronha despachou Francisco Lopes de Sousa com essa mesma provisão e com a capitania de Ternate, onde sucedeu a Baltasar Veloso. Esta provisão fora originalmente para as Molucas com D. Garcia de Meneses, mas a sua morte em combate em Malaca, em Junho de 1551, impediu a sua execução. Por esta razão, Francisco Lopes de Sousa a levava de novo, embora a devesse levar retocada⁵²⁰, aplicando-a na íntegra uma vez aportado a Ternate, em Setembro de 1551. No momento em que D. Álvaro assumia a capitania de Malaca, nas Molucas, a morte de Francisco Lopes de Sousa, originou a disputa pela sucessão entre Cristóvão de Sá e o alcaide-mor, Filipe de Aguiar, ficando o primeiro com a capitania por decisão de Hairun⁵²¹.

Entretanto, a chegada de Bernardim de Sousa e de D. Pedro da Silva a Cochim, em Janeiro de 1553, obrigaram o vice-rei a correr os casos de ambos os fidalgos na Relação de Goa, razão pela qual enviou o licenciado Gaspar Jorge a Malaca, em Abril de 1553, a fim de apurar informações sobre ambos. Por fim, e só após resolver o caso de Bernardim de Sousa, em finais de 1553, o vice-rei, conhecedor dos abusos de D. Álvaro, decretou a este ordem de prisão, a executar pelo licenciado António Rodrigues de Gâmbôa, despachando para suceder na capitania de Malaca, D. António de Noronha e aproveitando a ocasião para enviar uma ordem de contenção de abusos na alfândega de Malaca⁵²². Para as Molucas, D. Afonso indigitou D. Duarte de Eça⁵²³, o capitão deposto de Ceilão.

A década de 1550, em especial, no que toca ao caso das Molucas, assinala o princípio do declínio da influência portuguesa em Ternate face à emergência da estratégia política do sultão Hairun, o qual jogando com os interesses e as rivalidades dos Portugueses, foi impondo progressivamente a sua hegemonia regional⁵²⁴. Paralelamente, a política de missionação prosseguida pelos Jesuítas no arquipélago viria

⁵¹⁹ Desde que, em 1539, o vice-rei D. Garcia de Noronha decretara a abolição do mopológio régio sobre o cravo das Molucas que fora imposto o pagamento dos terços do rei. Mas os mercadores pagavam este com cravo sem qualidade. Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “Maluco e Malaca” in *De Ceuta a Timor*, s.l., Difel, s.d, p. 555.

⁵²⁰ A provisão fora escrita em Goa por Francisco Palha, um homem experiente dos assuntos das Molucas, que se pronunciou sobre todas as questões relacionadas com as Molucas na década de 1550. Cf. Carta de Francisco Palha a D. João III, Goa, 26.XII.1553 – PUB. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. II, doc.18, p. 104.

⁵²¹ Cf. *Ásia*, VI, x, 11.

⁵²² Tratava-se de uma provisão para obrigar os navios que iam e vinham da China a pagar direitos à alfândega de Malaca. Cf. PEREIRA, Carlos Renato Gonçalves, *História da Administração da Justiça do Estado da Índia (Século XVI)*, volume I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1964, pp. 203-204.

⁵²³ Nomeado por três anos em atenção aos serviços prestados no cerco de Diu de 1546. Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 66, fl. 56v.; Lisboa, 30.I.1551 ou *RCI*, vol. I, p. 102.

⁵²⁴ CRUZ, Maria Augusta Lima, “O assassínio...”, pp. 524-528.

a ser severamente contida por este⁵²⁵, acusado de perseguir os cristãos e de dificultar as conversões, de que a expedição de Camafo organizada por Francisco Lopes de Sousa, em 1553⁵²⁶, fora um bom exemplo. Um primeiro momento de explosão de tensões, em Ternate, decorreu durante a capitania de D. Duarte de Eça (1556-1559), motivando o cerco da fortaleza portuguesa, ao qual se seguiram diversos conflitos na década de 1560, que desembocaram no assassinio de Hairun pelos Portugueses, em 1571, e na sua consequente expulsão de Ternate. Apesar destes acontecimentos, durante o governo de D. Afonso nada fazia prever o que viria a suceder. As vitórias de Sousa, pelo contrário, pareciam augurar um renovado fôlego da presença portuguesa na região, motivando mesmo D. Afonso a questionar Francisco Palha sobre a possibilidade de uma parte dos rendimentos do comércio do cravo serem suficientes para financiar acções em Goa⁵²⁷.

Por fim, face a Malaca, e dado nos reportarmos a um período mal conhecido da sua História⁵²⁸, torna-se difícil explicitar em que medida o cerco de 1551 foi ou não decisivo para o desenrolar de acontecimentos anteriores⁵²⁹ e posteriores. Mas é importante que se afirme que em 1551 ainda existiram suspeitas de um cerco protagonizado pelo sultão do Achém⁵³⁰, que este não concretizou. O reforço deste sultanato durante a década em curso parece ser um dado claro, não só pelos cercos que impôs a Malaca nas décadas de 1560, 1570 e 1580, de alguma forma “previstos” pelos capitães da cidade durante os anos de 1550⁵³¹, como por ser conhecido que, em 1558, já Francisco Barreto advogava a necessidade da sua conquista, dada a ameaça que então representava para os Portugueses. Porém, e uma vez mais, em tempos de D. Afonso estes dados não eram ainda claros.

⁵²⁵ MARTINS, Maria Odete Soares, *Op. Cit.*, pp. 156-158.

⁵²⁶ A expedição fora organizada para separar cristãos de mouros. Cf. Carta de Frei Afonso de Castro ao reitor do Colégio de Goa, Ternate, 29.I.1554 – PUB. *DM*, vol. I, doc. 48, p. 147-148.

⁵²⁷ Cf. Carta de Francisco Palha a D. João III, Goa, 26.XII.1553 – PUB. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. II, doc.18, p. 114.

⁵²⁸ De 1526 até ao cerco do Achém de 1568. Cf. LOBATO, Manuel, *Op. Cit.*, p. 55. Apesar disso, note-se que em 1552, possivelmente na sequência de tomar conhecimento do cerco de 1551, D. João III promoveu Malaca ao estatuto oficial de cidade. Cf. THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses...*, vol. II, pp. 392-393.

⁵²⁹ Já em 1547, o sultão achém havia tentado cercar Malaca sem sucesso. Para 1551, tudo aponta para que os problemas internos do sultanato o tenham impedido de o concretizar. Cf. ALVES, Jorge Manuel Santos, *Op. Cit.*, p. 165-166.

⁵³⁰ Cf. Carta de Cristóvão Martins, procurador de Malaca, a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses...*, vol. II, p. 390-391 em que refere a possibilidade de novo cerco que deveria ser do Achém pois as forças malaio-javanesas haviam sido totalmente destroçadas. Couto refere o facto, embora afirme que se tratavam de invenções do capitão D. Álvaro (Cf. *Ásia*, VI, x, 7).

⁵³¹ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses...*, vol. I, p. 134.

III. 1. 6. África Oriental e Madagáscar: “O Eldorado”

A zona mais ocidental do Estado da Índia representou para D. Afonso uma esperança para a resolução das dificuldades financeiras do seu tempo. Por esta razão, tal como se falou num “Eldorado” para Ceilão, aquando da expedição de 1551⁵³², o mesmo se poderá aplicar à África Oriental. No entanto, a esperança no “Eldorado” leste-africano rapidamente se desvaneceu em virtude das resistências protagonizadas pelos capitães de Sofala e Moçambique e devido às prioridades, já apontadas, da política afonsina.

Em Janeiro de 1551, cumprindo ordens joaninas, o “Zelosissimo” enviou uma expedição de reconhecimento a Madagáscar, incumbindo esta também de colher informações sobre o marfim e o ouro que acorriam às fortalezas de Sofala e da ilha de Moçambique. Para esta missão, o vice-rei escolheu Gaspar Luís da Veiga. Consciente das oposições que este viria a encontrar, D. Afonso passara-lhe várias provisões a fim de que a sua autoridade fosse acatada por todos na região⁵³³. O Noronha tinha ouvido descrições acerca das riquezas da região e escreveu ao rei que na África Oriental se podia fazer “outra mina como ha na guynée”⁵³⁴, confessando ainda a sua esperança que essa mesma “mina” pudesse suprir as dificuldades da Fazenda Real.

Malogradamente, não se conhecem os eventos concretos da expedição, quer a Madagáscar, para a qual não se encontrou qualquer referência sobre os anos de 1550-54, quer para as praças da África Oriental, onde apenas se sabe que, no ano de 1552, continuou a não chegar a Goa qualquer marfim ou ouro oriundo daquela região e que as ordens vice-reais haviam sido alvo de críticas⁵³⁵. Segundo Simão Botelho, contudo, no ano de 1552, possivelmente em virtude da expedição do ano anterior, haviam chegado a Goa 20 bares de marfim, um valor mesmo assim considerado insuficiente⁵³⁶. Por fim, e não menos importante, no contexto do ataque turco a Ormuz, foram avistadas cinco galeotas turcas em Melinde⁵³⁷, provavelmente em missão de inspecção à região, pois é

⁵³² Cf. BIERDERMANN, Zóltan, “Sonhos sem estratégia: D. Afonso de Noronha e o “Eldorado” ceilonês (1550-1551)” in *Op. Cit.*, pp. 291-301.

⁵³³ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 13v.

⁵³⁴ Cf. *Ibidem*.

⁵³⁵ Disso se queixava o próprio vice-rei. Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim 27.I.1552 – PUB. DMPAC, vol. III, doc. 20, p. 256.

⁵³⁶ Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim 30.I.1552 – PUB. ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, p. 64.

⁵³⁷ Cf. Memorial das novas da Índia do ano de 1553 - ANTT, CSV, fl. 260v.

conhecido o interesse que os Otomanos demonstraram por aquela área em décadas posteriores⁵³⁸.

III. 2. Uma base da governação: a aliança com os Jesuítas

O quadriénio governativo de D. Afonso, além de marcado pelas dinâmicas político-militares que foram analisadas, assistiu também a uma expansão fulgurante das diversas ordens religiosas, com especial destaque para a Companhia de Jesus⁵³⁹. Essa expansão, patrocinada em parte pelo Estado da Índia através de diversas doações e mercês, ao que tudo indica, verifica-se continuamente desde o governo de Garcia de Sá, não constituindo o governo do Noronha uma inovação nesta matéria. Cabe destacar que, apesar de tudo, o apoio afonsino aos Jesuítas foi, por vezes, nocivo aos interesses do próprio vice-rei como adiante se verá. No entanto, foi algo de tão inevitável tanto quanto uma figura tão importante como D. Juan de Albuquerque, o bispo franciscano de Goa, se declarou nas suas cartas de 1548 a 1552, esta última data da sua morte, um adepto incondicional dos Jesuítas⁵⁴⁰. Por outras palavras, mesmo que D. Afonso quisesse abrandar as mercês à Companhia, como, por vezes, tentou, ou favorecer outras ordens religiosas, teria de enfrentar a oposição de alguém a quem o rei ordenara expressamente que favorecesse, com as consequências que tal podia acarretar. Além deste facto, pelo contexto em que foi nomeado em 1549-50 para o vice-reinado da Índia e também pelas ordens que trazia do Reino, o “Zelosissimo” encontrava-se desde logo comprometido com o apoio aos Jesuítas. No entanto, e possivelmente em contraste com o patrocínio de anteriores governadores, o patronato que D. Afonso prosseguiu em relação à Companhia não lhe foi apenas ditado por ordens régias, mas também por motivações pessoais. Não só Simão Rodrigues, o provincial dos Jesuítas do Reino até 1552 era, seu confessor, como o vice-rei lhe prometera à data da sua partida o envio de religiosos à Etiópia, um compromisso que só D. Pedro Mascarenhas concretizou⁵⁴¹. Neste sentido, compreende-se que D. Afonso, logo a 5 de Janeiro de 1551, antes mesmo

⁵³⁸ Disso são exemplo os conflitos que opuseram os Portugueses aos Turcos nas décadas de 1580 e 1590.

⁵³⁹ Vejam-se as páginas iniciais de ALDEN, Dauril, *Op. Cit.*

⁵⁴⁰ Cf. Carta de D. Juan de Albuquerque a D. João III, Goa, 5.XI.1548 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 24, p. 108; Carta de D. Juan de Albuquerque a D. João III, Goa, 22.XI.1548 – PUB. *DI*, vol. I, docs. 49 e 50, pp. 323-324 e 331; Carta de D. Juan de Albuquerque ao Padre Gaspar Barzeus, Goa, 25.III.1550 – PUB: *DI*, vol. II, doc. 12, pp. 30-33; Carta de D. Juan de Albuquerque a Inácio de Loyola, Cochim, 28.XI.1550 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 32, pp. 119-121; Carta de D. Juan de Albuquerque a Simão Rodrigues, Cochim, 28.XI.1550 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 33, pp. 122-123;

⁵⁴¹ Apesar disso, circulavam notícias do Negus etíope. Cf. Carta de Gaspar Barzeus a Inácio de Loyola, Goa, 12.I.1553 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 118, p. 600.

de escrever ao rei, se tenha dirigido a Simão Rodrigues, agradecendo o seu apoio⁵⁴². Mais adiante, nessa mesma carta, a admiração do “Almandarim” pelo trabalho de missionação dos Jesuítas é óbvia: “Achey a terra muy contente da Companhia e que fazem nella tanto fruito”⁵⁴³, acrescentando que “me eu ey por hum desta Companhia, e estou debaixo da sua obediencia”⁵⁴⁴.

Quando D. Afonso se encontrava em Cochim no final do ano de 1550, no Reino o *Piedoso* reunia o Conselho Real, saindo deste a decisão de entregar a administração de todos os colégios vacantes da Índia aos Jesuítas, ordem que o vice-rei recebeu por via da armada da Índia de 1551⁵⁴⁵. O entusiasmo régio com a Companhia levava assim a uma clara preferência desta face às restantes ordens religiosas e às consequentes disputas que se originaram entre estas. Cumprindo o mandato régio⁵⁴⁶, D. Afonso entregou os colégios de Goa e Baçaim aos Jesuítas⁵⁴⁷. O caso da doação do Colégio de Goa foi mais moroso do que se pretendia pois foi necessário proceder ao inventário das propriedades do Colégio⁵⁴⁸ e, em seguida, obrigar os rendeiros das terras do Colégio a pagarem os direitos à Companhia⁵⁴⁹, por vezes por via de execução judicial⁵⁵⁰. Por estes motivos, o tombo das terras do Colégio de Goa só ficou pronto em Janeiro de 1553⁵⁵¹.

Mas, como foi anotado, o apoio de D. Afonso aos Jesuítas não foi meramente institucional: antes de o ser foi, primordialmente, pessoal, como a análise denodada de casos particulares demonstra. Uma das personalidades em ascensão dentro da Companhia, na viragem para a década de 1550, era o padre Gaspar Barzeus que, à morte de Xavier, em 1552, veio a suceder-lhe formalmente no cargo de Provincial do Oriente. Nesse mesmo ano, ainda antes de Xavier partir em embaixada à China, durante a qual viria a falecer, Barzeus fora apontado vice-provincial por este⁵⁵². A ligação afonsina a Barzeus surge atestada não só por correspondência trocada entre ambos, a respeito do

⁵⁴² Cf. página inicial deste capítulo e nota 367.

⁵⁴³ Cf. *Ibidem*.

⁵⁴⁴ Cf. *Ibidem*. Na carta, D. Afonso pedia ainda o envio de mais Jesuítas para o Oriente.

⁵⁴⁵ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, edição de M. de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1978, Parte I, pp. 256-257.

⁵⁴⁶ Cf. Cartas de D. João III aos Jesuítas da Índia e a D. António de Ataíde, Almeirim, 20/22.II.1551 – PUB. *DI*, vol. II, docs. 48 e 49.

⁵⁴⁷ Apenas se conhece o documento da doação do colégio de Goa, com data de 17 de Maio de 1552. Cf. *DI*, vol. II, docs. 81-82; *APO*, fascículo 2, doc. 131.

⁵⁴⁸ Cf. *APO*, fascículo 2, doc. 131; *DI*, vol. II, doc. 83.

⁵⁴⁹ Cf. *APO*, fascículo 2, docs. 132 e 133; *DI*, vol. II, doc. 89.

⁵⁵⁰ Cf. *DI*, vol. II, doc. 90.

⁵⁵¹ Cf. *DHMPPO (Índia)*, vol. V, doc. 62.

⁵⁵² Cf. SCHURHAMMER, Georg S. J., *Op. Cit.*, vol. IV, p. 529.

sucesso das conversões em Goa⁵⁵³, como pelo próprio facto de D. Antão, também descrito como um fervoroso adepto dos Jesuítas⁵⁵⁴, ter manifestado intenção de o levar a bordo da expedição a Catifa e Baçorá⁵⁵⁵. Apesar de não ter seguido na armada, indo em seu lugar o jesuíta André Fernandes⁵⁵⁶, a verdade é que quando se embarcou secretamente para Goa, em Setembro de 1551, o fez a bordo da armada de D. Antão⁵⁵⁷. Por fim, sabe-se que D. Afonso foi um dos poucos homens que teve o privilégio de acompanhar Barzeus nas suas últimas horas de vida⁵⁵⁸.

Outro exemplo claro do apoio de D. Afonso aos Jesuítas ocorreu face ao caso do Colégio de Goa, onde o anterior reitor, António Gomes, aproveitando a ausência de Xavier e a pretexto de querer fazer do Colégio uma réplica no Oriente da Universidade de Coimbra⁵⁵⁹, dele expulsou todas as crianças que ali se encontravam a ser doutrinadas. Na altura, fizera-o com o apoio do governador Jorge Cabral⁵⁶⁰, mas enfrentara a oposição dos restantes Jesuítas, que defendiam os métodos da acomodação cultural⁵⁶¹ e não de tábua rasa como Gomes preconizava. À sua chegada a Cochim, D. Afonso deu ordens imediatas para repovoar o Colégio⁵⁶², após conversar com António Gomes, sendo o florescimento deste uma constante nos anos seguintes. No final do vice-reinado, Goa foi ainda palco da aparatosa recepção do corpo de Xavier, a 16 de Março de 1554, amplamente descrita pelas fontes narrativas e contemporâneas. A intenção vice-real de preparar uma grande recepção ao jesuíta falecido fora tão longe que o próprio vice-provincial, Belchior Nunes Barreto, viu-se forçado a intervir para conter D. Afonso⁵⁶³. O Noronha procurou também favorecer a assistência ao Hospital de Goa⁵⁶⁴.

⁵⁵³ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha ao Padre Gaspar Barzeus, Diu, 16.XI.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 96, p. 403.

⁵⁵⁴ Cf. Carta de Frei Luís Fróis aos irmãos de Coimbra, Goa, 1.XII.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 104, p. 484. Na carta, também D. Fernando de Meneses era apontado como adepto dos Jesuítas.

⁵⁵⁵ Cf. Carta do Padre Gaspar Barzeus a Inácio de Loyola, Goa, 12.XII.1551 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 56, p. 258.

⁵⁵⁶ Cf. *Ibidem*.

⁵⁵⁷ Cf. ALDEN, Dauril, *Op. Cit.*, p. 53. Embarcou secretamente devido à sua popularidade em Ormuz, que lhe advinha das disputas teológicas operadas anteriormente na cidade.

⁵⁵⁸ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Parte II, p. 109.

⁵⁵⁹ Cf. ALDEN, Dauril, *Op. Cit.*, p. 45.

⁵⁶⁰ Sobre a política de Cabral face aos Jesuítas veja-se: MAURÍCIO, Padre Domingos, “Vice-Reis e Governadores Xaverianos: Jorge Cabral: Ceilão e Malabar” in *Brotéria*, vol. LVIII, 1954 (1º semestre), pp. 210-232.

⁵⁶¹ Cf. COSTA, João Paulo, “Acomodação Cultural” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* - <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁵⁶² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551–PUB. *DI*, vol. II, doc. 43, p. 181.

⁵⁶³ Cf. SCHURHAMMER, Georg S. J., *Op. Cit.*, vol. IV, p. 647.

⁵⁶⁴ Cf. Carta do Irmão Reimão Pereira ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, Goa, 8.XII.1552 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. V, doc. 51, p. 265-266.

Também para o arquipélago das Molucas se detecta o apoio de D. Afonso à evangelização jesuíta, a pretexto da vinda de Frei João da Beira à Índia, em 1552, a fim de pedir mercês para a Companhia e trazer mais irmãos para Ternate⁵⁶⁵. Tudo aponta para que D. Afonso tenha passado as provisões que o padre solicitava, tendo este sido provavelmente despachado para as Molucas, na armada de D. Jorge de Eça, em Abril de 1553, então provido da capitania-mor daquela carreira. Em relação a Malaca, a influência dos Jesuítas, e até por casos que analisaremos em seguida, foi também política, afirmando o biógrafo de Xavier que D. Álvaro da Gama fora enviado para a Malaca mais cedo devido à sua intercessão⁵⁶⁶.

Por fim, uma outra área regional onde D. Afonso interveio a favor dos projectos de missionação jesuítas, em plena simbiose de interesses da Companhia e do Estado da Índia, não só sancionando-os como dando apoio indispensável, foi no Extremo Oriente. É bem conhecido como Xavier temia que o vice-rei da Índia não aceitasse patrocinar a sua embaixada à China e não demonstrasse qualquer interesse face ao arquipélago nipónico devido às dificuldades financeiras de então⁵⁶⁷. Ao chegar a Cochim, em Janeiro de 1552, Xavier não só teve à sua espera uma boa recepção do Noronha⁵⁶⁸, como ainda assistiu à conversão do embaixador do senhor japonês de Bungo, Lourenço Pereira, de quem o vice-rei foi padrinho⁵⁶⁹. Desconhece-se em concreto o teor da conversa entre D. Afonso e Xavier, mas sabe-se que dela saiu a decisão vice-real de patrocinar a embaixada, partida de Goa a 17 Abril de 1552, ainda que inteiramente paga pelo “Almandarim”⁵⁷⁰. A morte de Xavier, nos finais de 1552, não significou a perda de interesse do vice-rei pela região, reforçando antes a convicção sobre a necessidade do envio do Padre Belchior Nunes Barreto para a área⁵⁷¹, acompanhado de Fernão Mendes

⁵⁶⁵ Cf. Carta de Francisco Xavier a Frei João da Beira, Singapura, 21.VII.1552 – PUB. *DM*, vol. I, doc. 36, pp. 95-97.

⁵⁶⁶ Cf. LUCENA, João de, *História da Vida do Padre Francisco Xavier*, vol. IV, comentários de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, liv. X, cap. XV.

⁵⁶⁷ Cf. *Ibidem*, liv. IX, cap. XVIII; SOUSA, Padre Francisco, *Op. Cit.*, Parte I, p. 526.

⁵⁶⁸ “fuy recebido do Senhor Viso-Rey com muito agasalhado”. Cf. Carta de Francisco Xavier aos irmãos europeus, Cochim, 29.I.1552 – PUB. SCHURHAMMER, Georg, WICKI, Joseph (ed.), *Epistolae S. Francisci Xaverii*, vol. II, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1945, doc. 96, p. 274.

⁵⁶⁹ Cf. Carta de Egídio Barreto aos irmãos de Coimbra, Baçaim, 15.XII.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 107.

⁵⁷⁰ Cf. LUCENA, João de, *Op. Cit.*, liv. IX, cap. XVIII.

⁵⁷¹ A história do envio de Belchior Nunes Barreto para o Japão é descrita da seguinte forma: Em 1554, D. Afonso lia em Goa cartas do Japão quando entrou Barreto para lhe sugerir a ida ao Japão. Noronha antes de o deixar falar terá sugerido de imediato a sua ida. O seu interesse pelo Japão é conhecido (Cf. Carta de Frei Aires de Brandão para os irmãos de Coimbra, Goa, 23.XII.1554 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 35, p. 180), sendo esta história contada por Sousa (*Op. Cit.*, Parte II, pp. 111-112) e por Mendes Pinto (Cf. nota seguinte).

Pinto, o qual foi convencido a partir pelo vice-rei⁵⁷². Ambos seguiram a bordo da armada de D. António de Noronha, despachado para Malaca, em Março-Abril de 1554. Nesta seguia ainda um presente destinado ao Japão, no qual uma vez mais figuravam objectos doados por D. Afonso⁵⁷³ e outros fidalgos, como Francisco Barreto.

Duas situações distintas dos anteriores, nas quais se vislumbra o patrocínio de D. Afonso, mas desta vez recheadas de consequências políticas para o Noronha, podem ser encontradas nos casos do Malabar e do Ceilão. Em ambos, tal como acontecera com a intercessão de Xavier na nomeação de D. Álvaro, o apoio de D. Afonso aos Jesuítas acabou por custar-lhe a oposição de outras ordens religiosas e de alguns oficiais⁵⁷⁴. O caso malabar é exemplar de como a questão do favorecimento ou não das ordens religiosas podia afectar directamente a autoridade de um vice-rei. Quando aferrou em Cochim, em finais de 1550, o “Zelosissimo” recebeu o vigário dominicano Frei Diego Bermúdez, o qual manifestou a sua intenção de erigir na cidade um mosteiro desta Ordem. Noronha, que anteriormente fora informado pelos Jesuítas da autorização do bispo de Goa para a implantação de um colégio jesuíta na cidade, à qual tentou opôr-se sem sucesso, considerou desnecessária a existência de um mosteiro dominicano em Cochim e aconselhou Bermúdez a investir no mosteiro dominicano de Goa⁵⁷⁵. Em face deste acontecimento e de posteriores ordens de contenção financeira nas obras daquele mosteiro em Goa e, sobretudo, devido ao apoio jesuíta na expedição ceilonense de 1551, Frei Diego Bermúdez tornou-se num feroz opositor de D. Afonso, a ponto de o excomungar, em episódio de certo traumático para o zelo religioso do vice-rei. Este, não convencido da necessidade do colégio jesuíta de Cochim e procurando contornar a autorização do bispo, pediu parecer ao monarca sobre o assunto⁵⁷⁶. Quanto à resposta régia apenas se sabe que D. Pedro Mascarenhas levava no seu regimento ordens de favorecer aquele colégio⁵⁷⁷ e o certo é que, em Outubro de 1552, D. Afonso já contribuía financeiramente para as necessidades do Colégio em tudo o que lhe era

⁵⁷² Cf. PINTO, Fernão Mendes, *Peregrinação*, introdução e notas de Aníbal Pinto de Castro, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1984, cap. CCXIX.

⁵⁷³ Cf. RUIZ-DE-MEDINA, Juan (ed.), *Documentos del Japon 1547-1557*, Roma, Instituto Histórico de la Compañía de Jesús, 1990, doc. 102.

⁵⁷⁴ A oposição dos oficiais será analisada no ponto III.5.

⁵⁷⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 43, p. 182.

⁵⁷⁶ Cf. *Ibidem*.

⁵⁷⁷ Cf. Carta do Padre António de Quadros a Inácio de Loyola, Lisboa, 8.VI.1554 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 24, p. 94.

pedido⁵⁷⁸. Aliás, este apoio do “Almandarim” aos pedidos jesuítas não só foi uma constante da sua governação, como foi reforçado por via da armada da Índia de 1552, na qual se sabe que D. João III ainda enviara mais ordens de favorecimento da Companhia⁵⁷⁹. Um último exemplo de conversões apoiadas pelo Noronha encontra-se no rei das Maldivas, o qual, apesar de se ter convertido por motivos políticos, se manteve fiel ao seu novo credo⁵⁸⁰. Na ocasião, D. Afonso não só lhe dispensou o apoio de que necessitava como o casou, em episódio envolto em polémica⁵⁸¹.

Porém, o caso cingalês constitui o melhor exemplo de como o apoio do Noronha aos Jesuítas podia transformar o vice-rei num alvo político a abater. Já vimos como a sua partida para a ilha fora condicionada pelos interesses ambíguos de religiosos, oficiais e fidalgos. O que faltou constatar em relação aos Jesuítas foi a sua intenção de criarem um colégio na ilha⁵⁸², facto que só poderia preocupar os Franciscanos estabelecidos na corte do rei de Kotte. É aliás bastante provável que as queixas do embaixador de Bhuvaneka Bahu, de que D. Afonso se deixara impressionar pelo episódio da destruição da Igreja, levando-o a não favorecer Kotte⁵⁸³, lhe tenham sido, já em Cochim, reforçadas pelos Jesuítas. Como vimos, os Jesuítas e o bispo de Goa não só estiveram ao lado de D. Afonso nos momentos mais polémicos da sua estadia em Ceilão, mormemente aquando das perseguições e buscas de tesouros que ordenou, como um dos principais defensores das acções do vice-rei na ilha era jesuíta⁵⁸⁴. Desta forma, a atitude do vice-rei em Ceilão, que do ponto de vista religioso significou o renegar da defesa das políticas de acomodação cultural, que sempre defendeu em prol de uma atitude bem mais intransigente, pode também ela encontrar uma justificação parcial na sua relação com os Jesuítas. Os dois reis que trouxe da ilha, o designado verdadeiro herdeiro de Ceilão⁵⁸⁵ e o rei de Trincomale, foram por isso entregues à Companhia, tendo o primeiro tido

⁵⁷⁸ Cf. Carta do Padre Nicolau Lancillotus a Inácio de Loyola, Coulão, 29.X.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 90, p. 379.

⁵⁷⁹ Estas perderam-se como refere o Padre Francisco de Sousa (Cf. *Op. Cit.*, Parte I, p. 87).

⁵⁸⁰ O rei das Maldivas convertera-se para ganhar o apoio dos Portugueses na luta contra a facção cortesã liderada pela sua esposa. Em 1554, pedia a D. João III mercês para o religioso que o acompanhava diariamente (Cf. Carta do rei das Maldivas a D. João III, s.l., 28.I.1554 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 17, p. 51).

⁵⁸¹ D. Afonso casara D. Manuel, rei das Maldivas, com D. Leonor de Ataíde, filha de Heitor Sousa de Ataíde. Cf. SCHURHAMMER, Georg S. J., *Op. Cit.*, vol. IV, pp. 428.

⁵⁸² Cf. Carta de Frei António Dias ao Padre Gaspar Barzeus, irmãos de Goa e Coimbra, Colombo, 15.XII.1550 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 108, p. 533.

⁵⁸³ Cf. Carta da Radaraska Pandita a D. Catarina, Cochim, 28.I.1551 – PUB. *Ceylon*, doc. 123, pp. 565-566..

⁵⁸⁴ Cf. Carta de Frei João de Noé a D. João III, Cochim, 28.I.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 67, p. 316.

⁵⁸⁵ Quando fora a Ceilão, em 1551, D. Afonso trouxera um filho de Bhuvaneka Bahu, designado nas fontes portuguesas como o verdadeiro herdeiro do rei, que D. Afonso tencionava usar caso os acontecimentos ceilonenses não fossem favoráveis aos interesses do Estado da Índia.

tratamento de conde na corte portuguesa⁵⁸⁶ e o segundo recebido o nome de D. Afonso em honra do vice-rei⁵⁸⁷. A preocupação afonsina com a missionação de Ceilão e do Coromandel prosseguiu com o envio do Padre Emanuel de Moraes⁵⁸⁸, em Novembro de 1552, e ainda com os apoios de D. Afonso ao hospital de Punicale⁵⁸⁹.

É neste quadro que devem ser interpretadas frases como a de Frei Luís Froís que, em 1552, escrevia que “o viso-rey em particular ama muito a Companhia, e hé zellozo de todo o aumento della”⁵⁹⁰ e que “nunqu’a a Companhia nestas partes da Índia tanto florescer[eu] como aguora”⁵⁹¹, ou ainda do Padre António de Herédia, de que “al presente è Don Alfonso [vice-rei], molto devoto della Compagnia”⁵⁹². Assinale-se, contudo, que apesar de D. Afonso eleger os Jesuítas como a sua ordem favorita, tal não significou que ignorasse as restantes ordens. Uma clara demonstração desta atitude é-nos fornecida pelos Franciscanos, a quem D. Afonso instituiu a divisão de paróquias por Franciscanos e Jesuítas em Bardêz e Salsete⁵⁹³, merecendo, mais tarde, ser considerado por estes como um dos vice-reis mais devotos que a Índia tivera⁵⁹⁴.

Para o vice-rei o apoio aos Jesuítas foi, pois, uma base de governação, na medida em que é possível atestar a sua presença em boa parte das acções do seu governo. Esta aliança baseou-se nas suas crenças pessoais, as quais não devemos abstrair remontam à sua estadia na capitania de Ceuta. Tal como no Norte de África, também na Índia, o apoio dos Jesuítas a D. Afonso se revelou frutífero, especialmente na propaganda da imagem de cristão devoto, que tão bem se adequava aos tempos de afirmação da Contra-Reforma⁵⁹⁵. Talvez por isso mesmo, a imagem de um vice-rei que apoiava

⁵⁸⁶ Cf. *Ásia*, VI, ix, 18.

⁵⁸⁷ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Parte I, pp. 263-264.

⁵⁸⁸ Cf. Carta do Padre Emanuel de Moraes, Colombo, 28.XI.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 100, p. 429.

⁵⁸⁹ MAURÍCIO, Padre Domingos, “Vice-Reis e Governadores Xaverianos: D. Afonso de Noronha (Dezembro 1550 – Janeiro 1552)” in *Brotéria*, vol. LVIII, 1954 (1º semestre), p. 589.

⁵⁹⁰ Cf. Carta de Frei Luís Froís para os irmãos de Coimbra, Goa, 12.I.1553 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 104, p. 474.

⁵⁹¹ Cf. *Ibidem*, p. 470.

⁵⁹² Cf. Carta do Padre António de Herédia a Inácio de Loyola, Cochim, 24.I.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 61, p. 291.

⁵⁹³ O que estava em causa era o reconhecimento do não exclusivo jesuíta na região, o que demonstra como D. Afonso nem sempre favoreceu a Companhia. A divisão foi depois confirmada pelo vice-rei D. Pedro Mascarenhas. Cf. XAVIER, Ângela Barreto, *Op. Cit.*, pp. 226-227.

⁵⁹⁴ Cf. TRINDADE, Frei Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, cap. 71. Este cronista refere ainda, segundo Ângela Barreto Xavier, os “extremos de devoção pelos nosso frades” (Cf. XAVIER, Ângela Barreto, *Op. Cit.*, p. 227).

⁵⁹⁵ Em 1554, D. João III fundava, em Lisboa, a Inquisição para o Estado da Índia.

incondicionalmente os Jesuítas fosse conhecida na própria Europa⁵⁹⁶. Mas, porventura ainda mais importante, era o facto do seu apoio à Companhia poder vir a ser decisivo na hora de D. Afonso se defender das suas acções mais polémicas junto do rei. Em suma, o patrocínio que o “Zelosíssimo” devotou aos Jesuítas não apenas funcionou em favor destes últimos, mas igualmente em seu próprio favor.

III. 3. Administração e Fazenda Real: reformulações

Em 1545, quando D. João de Castro zarpou de Lisboa levava no seu regimento ordens para reformular a Vedoria da Fazenda. Esta passou a dispôr de três vedores: um para a Casa dos Contos, outro encarregue de tratar da carga das naus de Cochim e de acompanhar em permanência o governador e, por fim, um terceiro, mandatado para a visita às fortalezas⁵⁹⁷. Tal justificava-se no âmbito do alargamento das áreas de intervenção política e comercial dos Portugueses no Índico desde que, em 1517, tinha sido criada a Vedoria da Fazenda da Índia⁵⁹⁸. Quando D. Afonso de Noronha partiu, em 1550, D. João III deu também ordens para uma nova reorganização da Vedoria da Fazenda⁵⁹⁹. O vedor da carga de Cochim passava a ser independente do segundo vedor. Ao vedor de Cochim, era pedido que, uma vez terminado o seu trabalho na cidade, visitasse as fortalezas malabares de Chale, Crangranor, Cananor e Couião, ficando a visita das restantes praças a cargo do vedor que seguia o vice-rei, podendo ainda este nomear vedores temporários de visita às fortalezas. O *Piedoso* concedeu ainda poderes ao Noronha para despachar com apenas um dos vedores, o dos Contos, o de Cochim ou, o da sua companhia, ou em caso de não dispôr de nenhum, de apenas o fazer com o seu secretário pessoal. Para vedor da carga das naus de Cochim foi nomeado João da Fonseca⁶⁰⁰, também capitão da fortaleza local. A auxiliar Fonseca encontrou-se ainda Sebastião Ferreira⁶⁰¹. Jerónimo Rodrigues foi nomeado por D. Afonso como vedor temporário de Ormuz⁶⁰². Simão Botelho foi o vedor da companhia do vice-rei, tendo D. Afonso insistido em o manter mesmo quando este quis regressar para o Reino, em

⁵⁹⁶ Cf. Carta do Padre Jaime de Polanco a Jaime de Mirón, provincial lusitano, Roma, 26.VII.1554 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 25, p. 97.

⁵⁹⁷ Cf. MIRANDA, Susana Munch, “A administração da fazenda” no Estado da Índia (1545-1560): vedores da fazenda e Casa dos Contos” in *D. João III e o Império*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, p. 325.

⁵⁹⁸ Cf. *Ibidem*.

⁵⁹⁹ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXX.

⁶⁰⁰ Cf. Nomeado por três anos com ordenado de 400 mil reais em Lisboa a 2.III.1550 – PUB. *RCI*, vol. I, p. 101.

⁶⁰¹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 12.

⁶⁰² Cf. *Ásia*, VI, ix, 4.

Janeiro de 1552⁶⁰³. A esta reformulação, que se pretendia complementar à de 1545, seguiram-se as nomeações do licenciado Francisco Álvares para o cargo de ouvidor geral do crime⁶⁰⁴ e, mais tarde, de Gaspar Jorge para aquele mesmo cargo e ainda a do Dr. Pero Soares para o lugar de procurador dos feitos do rei⁶⁰⁵, do licenciado Augusto Fernandes Travaços para usar do cargo de promotor⁶⁰⁶ e a provisão para que Gonçalo Lourenço de Carvalho pudesse usufruir dos mesmos poderes que o licenciado Cristóvão Fernandes detivera no cargo de chanceler da Índia⁶⁰⁷.

Por sua vez, são conhecidos uma série de diplomas que atestam crescentemente o poder do vice-rei em matérias de justiça e de provimentos. Apesar de apenas a partir de D. Pedro Mascarenhas o vice-rei ou governador ter podido passar a nomear capitães na vagante dos providos para as fortalezas⁶⁰⁸, constatou-se já como D. Afonso pudera usufruir dessa mesma mercê para a capitania-mor do Golfo Pérsico, no âmbito das ordens que trouxera consigo do Reino. Desde os tempos de Garcia de Sá que os casos na Relação de Goa, criada em 1544, se acumulavam, razão pela qual Sá, e depois Jorge Cabral, se empenharam na resolução de muitos deles. Todavia, ao elevar a Relação ao estatuto de Corte, em Outubro de 1550⁶⁰⁹, Cabral reconhecia a sua incapacidade momentânea para acudir a todos os casos. Assim, os diplomas afonsinos destinaram-se, por um lado, a facilitar o julgamento dos diversos casos e, por outro, a centralizar ao máximo todos os julgamentos em Goa. Paradigmáticos do primeiro caso são o alvará em que D. Afonso concede poderes a Cristóvão Fernandes, chanceler da Índia, para poder atribuir juízes às partes que assim o requeriam⁶¹⁰; o alvará vice-real pelo qual os ofícios dos juízes das cidades da Índia passaram a ser providos em vida e não de três em três anos⁶¹¹; o mandato do Noronha para que os desembargadores da Relação assinassem sempre os autos, mesmo que em desacordo entre si⁶¹²; e por fim, o alvará que permitia o julgamento dos casos de pena de morte por três desembargadores em vez dos cinco anteriores⁶¹³. Sintomático das dificuldades sentidas na Relação de Goa, este

⁶⁰³ Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.II.1552 – PUB. ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, p. 61.

⁶⁰⁴ Cf. Lisboa, 3.IV.1550 – PUB. APO, fascículo 2, doc. 114.

⁶⁰⁵ Cf. Goa, 25.IX.1553 – PUB. *Ibidem*, doc. 140.

⁶⁰⁶ Cf. Goa, 9.IX.1551 – PUB. PEREIRA, Carlos Renato Pereira, *Op. Cit.*, vol. I, pp. 190-193.

⁶⁰⁷ Cf. Goa, 6.XI.1553 – PUB. *Ibidem*, pp. 201-202.

⁶⁰⁸ Cf. Lisboa, 24.II.1554 – PUB. *Ibidem*, pp. 204-207;

⁶⁰⁹ Cf. Goa, 10.X.1550 – PUB. APO, fascículo 2, doc. 117.

⁶¹⁰ Cf. Goa, 11.IV.1551 – PUB. *Ibidem*, doc. 118.

⁶¹¹ Cf. Goa, 23.X.1553 – PUB. PEREIRA, Carlos Renato, *Op. Cit.*, vol. I, pp. 200-201.

⁶¹² Cf. S.l., s.d. – PUB. APO, fascículo 2, doc. 139.

⁶¹³ Cf. Goa, 30.III.1554 – PUB. *Ibidem*, doc. 147.

último alvará não impediu um outro centralista, pelo qual o vice-rei reservava para a Relação o julgamento de todos os casos que envolvessem penas de morte, sangue ou talhamento de membros, retirando-os das jurisdições locais⁶¹⁴. Estas dificuldades foram ainda agravadas, no início da década de 1560, pela morte do vedor dos Contos, Manuel Mergulhão⁶¹⁵, o qual não teve sucessão imediata, motivando o falhanço total das reformas empreendidas em 1545 e 1550, quando apenas existiam um vedor em Goa e outro em Cochim⁶¹⁶.

Uma outra problemática paralela a todas estas, e referenciada bastas vezes prende-se com as dificuldades financeiras com que D. Afonso de Noronha se debateu durante todo o seu vice-reinado. Estas não eram, como se mencionou, exclusivo da Ásia Portuguesa, uma vez que também no Reino os tempos eram de contenção, facto este que não se alterou até ao final do governo de D. Afonso, disso atestando a armada da Índia de 1553, a mais pequena armada de sempre desde 1497⁶¹⁷. Por outro lado, apontaram-se já as ordens de contenção de despesas que o “Almandarim” levou consigo, ordens essas que foram agravadas pela situação que D. Afonso encontrou no Índico. A questão financeira foi para o “Zelosissimo” uma preocupação constante e poder-se-á mesmo afirmar que, em 1550 e 1551, assumiu um papel predominante na explicação das atitudes do vice-rei no Ceilão e na África Oriental. Ao chegar a Cochim, em finais de 1550, D. Afonso para além de encontrar as receitas da Índia todas empenhadas, tinha “detrimynado o empenhar me a mjm mesmo”, caso fosse necessário⁶¹⁸. Estas dificuldades eram conhecidas do monarca e da rainha⁶¹⁹, a quem, apesar de tudo, D. Afonso se empenhou em enviar jóias e pedras da ilha da canela⁶²⁰.

A má situação na Fazenda Real manteve-se até à chegada do vice-rei D. Pedro Mascarenhas, o qual encontrou os cofres de Goa vazios⁶²¹. Para o ano de 1552, os apertos parecem ter-se agravado e nem o que se trouxera de Ceilão, em 1551, bastava

⁶¹⁴ Cf. Goa, 9.V.1551 – PUB. *Ibidem*, doc. 120.

⁶¹⁵ Cf. Miranda, Susana Munch, “A administração...”, p. 333.

⁶¹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 334.

⁶¹⁷ Cf. ALMEIDA, Justino Mendes, “A armada de 1553” in *V Simpósio de História Marítima. A Carreira da Índia*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 247-250.

⁶¹⁸ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 12.

⁶¹⁹ O rei estava informado graças a Diogo Botelho Pereira, regressado ao Reino em 1551 (Cf. Carta de Diogo Botelho Pereira ao barão do Alvito, Ilha Terceira, 16.VII.1551 – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 5) e ainda pelo resumo das rendas e despesas da Índia que D. Afonso nesse ano enviara ao rei (Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. Albuquerque, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, p. 74).

⁶²⁰ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim, 27.I.1552–PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 20, pp. 258-260.

⁶²¹ Cf. Carta de D. Jorge de Meneses, “O Baroche” a D. João III, Goa, 15.XII.1554 – ANTT, CC I-94-54.

para as despesas correntes⁶²². Apesar de não dispormos de informações para os anos de 1553 e 1554, é possível crer que as receitas tenham aumentado ligeiramente, pois sabe-se que nos anos anteriores, D. Afonso não pudera contar com as receitas da rendosa alfândega de Ormuz. Tal facto ficara a dever-se ao capitão D. Álvaro de Noronha que, a pretexto da ameaça turca, aproveitava para afastar um bom quinhão para si, baseando-se no exemplo de D. Manuel de Lima⁶²³. Também as receitas da alfândega de Malaca nos anos de 1551 a 1554 caíram⁶²⁴, em função do cerco e dos conflitos ocorridos na cidade. De Diu, Baçaim e Chaul, em 1552, também não vinha qualquer dinheiro para os cofres de Goa, devido às ameaças de guerra e aos poderes concedidos a Francisco Barreto para os dois primeiros casos⁶²⁵.

As dificuldades financeiras, além de impedirem o vice-rei de concretizar todos os seus objectivos, causaram-lhe não raras vezes a oposição de religiosos, como já foi descrito, mas também dos soldados que se recusavam a servir a Coroa sem terem o seu soldo pago. Dos excessivos gastos dos religiosos, queixaram-se Simão Botelho⁶²⁶ e outros oficiais⁶²⁷, tendo D. Afonso anotado as dificuldades em arregimentar homens para a guerra contra os Turcos⁶²⁸. Por estes motivos, o Noronha sugeria, em 1552, a paz com os Turcos, embora pedisse sucessivamente empréstimos aos mercadores de Cochim e, por fim, à Câmara de Goa, não obtendo grande sucesso nesta matéria.

⁶²² O inventário feito por Botelho, em 1552, encontra-se publicado (Cf. SOUSA, Viterbo, “O Thesouro do Rei de Ceylão” in *Memória apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Academia, 1904, pp. 1-67). Botelho refere na sua carta que tinham angariado 90 mil pardaus em Ceilão (Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. Albuquerque, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, p. 74).

⁶²³ Botelho refere que D. Álvaro considerava que tinha direito a sair da capitania de Ormuz com mais do que D. Manuel de Lima por ser um Noronha (Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. Albuquerque, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, p. 67).

⁶²⁴ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães, *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635) – Matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle*, Paris, FCG (Centro Cultural Português), 1982, p. 115.

⁶²⁵ Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. Albuquerque, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, p. 67.

⁶²⁶ Cf. *Ibidem*.

⁶²⁷ As queixas dos oficiais sobre os religiosos serão analisadas no ponto III.5.

⁶²⁸ Para a armada de D. Antão em 1551 (Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – ANTT, CC I-87-73, fl. 2), e para o socorro a Ormuz em 1552 em que o vice-rei afirmou que teve de se apressar “que me começava a fugir gente e marinheyros” (Cf. Carta de D. Afonso de Noronha ao Padre Gaspar Barzeus, Diu, 16.XI.1552 – PUB. DI, vol. II, doc. 96, p. 403). Isto apesar de Couto referir que em 1551, a Índia estava cheia de homens para recrutar (Cf. *Ásia*; VI, ix, 4). A situação militar do Estado da Índia pode ser avaliada em 1553 através da Certidão de toda a artilharia da Índia desse mesmo ano, na qual se conclui que, desde 1525 o aumento da artilharia ao dispôr dos Portugueses era insuficiente (Cf. RODRIGUES, Vítor, *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, trabalho apresentado para efeitos de prestação das provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, vol. I, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, pp. 265-266).

Entretanto, mostrara-se favorável à política de arrendamentos das alfândegas⁶²⁹. Devido às recusas dos mercadores D. Afonso apoiou-se nos empréstimos de Diogo Soares, capitão de Salsete e Bardêz, e emitiu patações de prata. Outra chave para a resolução dos problemas financeiros da Fazenda pode ter residido nos casados, cujo apoio ao governador Francisco Barreto permitiu no final do seu mandato, em 1558, a total recuperação financeira da Índia, visível na armada então construída com destino ao Achém⁶³⁰.

III. 4. A corte vice-real: D. Afonso e os fidalgos da Índia

Retomando o conceito de corte vice-real definido por Catarina Madeira Santos⁶³¹, que por ele entende, num sentido restrito, o palácio do governador ou vice-rei com os seus oficiais e, num sentido político mais lato, todos os oficiais da Coroa em acção no Índico, é possível, juntando referências esparsas, perceber a existência de uma corte vice-real hegemonizada pelo vice-rei D. Afonso de Noronha. Essa corte, ao contrário da sua congénere reinol, foi, durante boa parte da governação afonsina, uma corte itinerante: através das listagens fornecidas pela cronística pode ser identificada a presença de vários indivíduos nas diferentes expedições militares do vice-reinado (expedições de Vadakenkkur em 1551 e 1553, Ceilão em 1551 e questão turca em Diu em 1552). Desta forma, entendemos a corte vice-real, na continuidade das inovações nesta matéria introduzidas por D. João de Castro⁶³², como um espaço político não limitado ao palácio do governador, em Goa, ou aos oficiais do Estado da Índia, onde se entretecem relações de carácter clientelar, tornadas visíveis através da concessão de mercês, benesses ou, até, da complexificação de ritos e cerimónias, sempre sob a égide do vice-rei. Deste ponto de vista, podem identificar-se diversos momentos na governação afonsina que demonstram cabalmente como o “Zelossissimo” também foi atento a esta matéria, aprofundando a obra de Castro que, como vimos, conhecera em Ceuta, e cujos feitos militares não lhe eram, de certo, desconhecidos.

Um primeiro momento em que se vislumbra a existência de uma corte vice-real ocorre logo, em Novembro de 1550, quando D. Afonso acabado de chegar a Cochim, foi bem

⁶²⁹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 13.

⁶³⁰ Cf. RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, p. 271.

⁶³¹ Cf. SANTOS, Catarina Madeira, *Op. Cit.*, p. 214.

⁶³² Cf. *Ibidem*, p. 261 e seguintes.

recebido pela fidalguia da Índia “com muyto contentamento e alegrya”⁶³³. A cronística também retrata o episódio da fidalguia que abandona Jorge Cabral e se coloca ao serviço do “Almandarim”, defendendo Correia que o vice-rei fora descortês no tratamento concedido ao governador cessante⁶³⁴, enquanto Couto, bem mais discreto, apenas anota que o comportamento de D. Afonso fora típico do que já sucedera em ocasiões semelhantes anteriores⁶³⁵. Naqueles finais de 1550, estamos em crer que, a chegada inesperada de D. Afonso, com o título de vice-rei e, em particular a leitura dos poderes com que fora enviado à Índia e que lhe fora ordenada pelo rei⁶³⁶, poderá ter tido um efeito decisivo junto de alguma fidalguia descontente com a governação de Cabral. Por outro lado, sem o apoio dessa mesma fidalguia, pode afirmar-se que D. Afonso não teria condições para escrever ao monarca, propondo o julgamento de Jorge Cabral. O controlo dessa mesma fidalguia não foi tarefa fácil para o vice-rei que, ainda em Cochim, enfrentou a oposição do filho contra D. Jerónimo de Castelo Branco, por este apoiar a nomeação de Luís Figueira para a capitania-mor do Golfo Pérsico. Ao entrar em Goa, a 20 de Janeiro de 1551, o vice-rei encontrou à sua espera “hum grande recebimento, por terem sabido ser irmão do Marquez de Villa-Real, a quem ElRey chamava sobrinho. E porque fora capitão de Ceita”⁶³⁷, tendo na ocasião sido encenado um combate entre mouros e cristãos, típico do Norte de África⁶³⁸. O episódio demonstra não só as esperanças que se depositavam na boa governação do Noronha, como, acima de tudo, a consciência contemporânea da especificidade da sua nomeação, a qual não se devia unicamente ao título de vice-rei, mas primordialmente ao estatuto da família de onde provinha. Na realidade, até à nomeação de D. Constantino de Bragança, em 1558, nenhum fidalgo de tão elevada estirpe nobiliárquica havia sido enviado ao Oriente, com a possível excepção de D. Vasco da Gama, 1º conde da Vidigueira, em 1524. Consciente deste facto, D. Afonso aproveitou para levar consigo um séquito de indivíduos cujas referências se multiplicam entre 1550 e 1554, sendo também por isso mesmo criticado⁶³⁹.

⁶³³ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551–ANTT, CC II-242-44, fls. 4v.-5.

⁶³⁴ Cf. *Lendas*, vol. IV, pp. 725-727.

⁶³⁵ Cf. *Ásia*, VI, ix, 1.

⁶³⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 5v. Este facto contribui para reforçar a ideia de que D. João III não se sentira agradado com a sucessão de Sá.

⁶³⁷ Cf. *Ásia*, VI, ix, 2.

⁶³⁸ Cf. *Ibidem*.

⁶³⁹ As críticas serão analisadas no ponto III.5 sobre as Oposições.

Os dois melhores exemplos da corte que rodeava o vice-rei e da atenção que este lhe dedicava são-nos fornecidos por elementos relativos aos anos de 1552 e 1554. Em 1552, o discurso de D. Afonso perante a Câmara de Goa, no contexto da ameaça turca, deverá ser retido: nele não só o vice-rei se declarava disposto a morrer pelo rei naquele combate, devido às muitas honras e mercês que este lhe fizera, como, e mais importante, afirmava taxativamente que nunca o Estado da Índia havia enfrentado um combate tão prestigiante como aquele. Por outras palavras, o “Almandarim” para incitar os homens ao combate aliciava-os com a promessa de feitos militares que poderiam superar os de Diu em 1546. Este discurso, conjugado com o ambiente em que D. Afonso afirmou, em carta à rainha, que era o melhor vice-rei da Índia, demonstra como o Noronha considerou ter condições para superar os feitos de D. João de Castro. No entanto, como atrás foi analisado, já em Diu, em 1552, o vice-rei acabou vítima dos pareceres contrários da fidalguia, que não o autorizou a partir para Ormuz, inviabilizando assim as promessas que fizera aos seus homens.

Um segundo momento elucidativo da atenção afonsina dispensada às questões mais próprias da etiqueta de corte decorreu em Março de 1554, quando D. Afonso organizou uma cerimónia para empossar vários fidalgos em distintas fortalezas. Valerá a pena, por isso, transcrever as palavras do cronista Francisco de Andrade: “Se preparou para elle [D. Afonso] com grande solenidade, assy de armar a sala com estrado de dorsel, como com mandar recado a todos os fidalgos e capitães, e a todos os officiais de fazenda e justiça, que se achassem com elle presentes aquelle dia o melhor vestidos que pudessem; o que todos fizeram, e os que auião de dar as menagens de ventagem dos outros, tirando Bernardim de Sousa”⁶⁴⁰.

Ainda nesse mês, o desembarque do corpo do Padre Francisco Xavier em Goa, foi fundamento para diversos preparativos que D. Afonso tentou operar sem sucesso⁶⁴¹. Porém, à chegada do defunto provincial jesuíta do Oriente, todas as referências, quer cronísticas, quer contemporâneas, atestam como o vice-rei fizera questão de preparar a sua corte para aquela ocasião⁶⁴². Também a vitória na batalha naval contra os Turcos,

⁶⁴⁰ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. CV. Couto também refere o episódio mas não fornece detalhes (Cf. *Ásia*, VI, x, 18).

⁶⁴¹ D. Afonso queria que os sinos da Sé de Goa tocassem mas Belchior Nunes Barreto, já então vice-provincial dos Jesuítas, não o autorizou. Cf. SCHURHAMMER, Georg S. J., *Op. Cit.*, vol. IV, p. 647.

⁶⁴² Belchior Nunes Barreto afirma que à hora do desembarque estavam presentes “todos los hyosdalgo y corte de la Imdia” (Cf. Carta do Padre Belchior Nunes Barreto a Inácio de Loyola, Goa/Cochim, V.1554 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 23, p. 76; Francisco de Sousa refere a espera do “Viso-Rey com a sua Corte” (Cf.

em Agosto-Setembro de 1554 deu ensejo a uma série de festejos, aos quais o Noronha não foi alheio⁶⁴³. A continuidade das referências, ainda que dispersas, vêm assim provar, apesar de não dispormos de dados tão concretos como aqueles que existem para o governo de Castro, que D. Afonso de Noronha procurou, também nesta área, afirmar-se como um sucessor daquele, aprofundando as suas políticas.

No entanto, a corte vice-real, cuja existência Catarina Madeira Santos reconhece a partir do Tombo do Estado da Índia de Simão Botelho, entregue ao monarca em 1554, embora pronto desde 1552⁶⁴⁴, foi também, em nosso entender, palco de uma instrumentalização por parte de D. Afonso no seu relacionamento com a fidalguia. A análise de alguns percursos individuais durante a governação afonsina e, em concreto, as diferentes atitudes do vice-rei face a esses mesmos casos ajudam a compreender essa mesma instrumentalização.

Começemos pelo caso de Francisco Barreto⁶⁴⁵, um dos mais polémicos ao seu tempo. Embarcara rumo ao Oriente na armada de 1547, embora só aportasse ao Subcontinente no ano seguinte, devido a uma invernada em Moçambique. Vindo provido da capitania de Baçaim, nela sucedeu quando Cabral foi nomeado governador, em Agosto de 1548. Entretanto, fora já recomendado por Xavier a D. João III⁶⁴⁶, tendo, à chegada de D. Afonso protagonizado com ele um conflito em torno das nomeações para os ofícios de Baçaim. Na ocasião, dirigiu uma carta ao secretário régio, Pêro de Alcáçova Carneiro⁶⁴⁷, expedida na armada partida da Índia em inícios de 1551. Na armada da Índia de 1552, D. Afonso recebeu ordem régia para deixar Barreto apontar os indivíduos a prover para os ofícios da capitania de Baçaim e, logo em Agosto desse ano, já o Noronha o nomeava, com poderes de governador, para tratar da carga das naus do ano de 1553, “a qual elleyção foy estranhada, e tomada muyto a mal dos fidalgos”⁶⁴⁸. Em 1553, aquando da segunda expedição contra Vadakenkkur, o vice-rei ordenou-lhe o

SOUSA, Francisco de, *Op. Cit.*, p. 603) ; Fernão Mendes Pinto é mais conciso: “achou já nelle o Visorrey que o estaua esperando com seu estado de porteyros com maças de prata, acompanhado de toda a fidalguia da India” (Cf. PINTO, Fernão Mendes, *Op. Cit.*, cap. CCXVIII, p. 650).

⁶⁴³ Serão analisadas no ponto IV.1.

⁶⁴⁴ Botelho afirma-o na sua carta ao rei. Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, p. 61.

⁶⁴⁵ Para os pormenores posteriores da carreira de Barreto veja-se: VILA-SANTA, Nuno, “Francisco Barreto” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* - <http://www.cham.fctsh.unl.pt/eve>.

⁶⁴⁶ Cf. SCHURHAMMER, Georg S. J., *Op. Cit.*, pp. 448-453.

⁶⁴⁷ Note-se que tal disputa não era inédita pois já sucedera anteriormente entre Jorge Cabral e Garcia de Sá. Cf. Carta de Francisco Barreto a Pêro de Alcáçova Carneiro, Baçaim, 9.I.1551 – ANTT, CC I-87-55.

⁶⁴⁸ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXXXV.

desembarque em conjunto com o filho. Apesar disso foi alvo de críticas por parte dos mestres de Goa⁶⁴⁹ e os seus desentendimentos com D. Diogo de Almeida levaram-no mesmo à prisão, decretada por D. Afonso⁶⁵⁰. Mas, o favorecimento que o *Piedoso* dele encomendaria ao vice-rei D. Pedro Mascarenhas, em 1554, torna plausível calcular que o mesmo viesse indicado nas sucessões que seguiram para o Oriente na armada da Índia de 1553, sendo conhecido o episódio em que D. Pedro, no leito de morte, em 1555, o mandou chamar, encarregando-o da sua sucessão.

Um caso distinto do de Barreto, mas clarificador de como D. Afonso não era fechado aos membros da sua clientela, como foi acusado, pode ser estudado com Bernardim de Sousa. Sousa foi o fidalgo que durante o governo do Noronha gizou a destruição de Geilolo, em 1551, e a submissão de Tidore, sendo por isso um fidalgo com uma folha de serviços reconhecida. Porém, os conflitos pessoais que alimentou com D. Rodrigo de Meneses e a morte daquele, vieram a complicar a sua situação pois, enquanto as razões da morte de D. Rodrigo não fossem apuradas, não poderia ser despachado por D. Afonso para a capitania de Ormuz⁶⁵¹. A agravar a situação do fidalgo estava ainda o caso com Jordão de Freitas, remontante à cronologia de Castro⁶⁵². O vice-rei Noronha recebeu ordem régia de prisão para o fidalgo, a qual executou, embora prometendo apurar o caso da morte de D. Rodrigo, assim que mandasse depôr D. Álvaro de Ataíde da capitania de Malaca. O seu caso só ficou resolvido pelo vice-rei em inícios de 1554, sendo Sousa à época o “amigo” de D. Afonso, a quem este pedia parecer em primeira mão de todos os assuntos⁶⁵³. Entende-se assim que Sousa tivesse condições de disputar, com o filho de D. Afonso, a capitania-mor da armada do Golfo Pérsico, em 1554⁶⁵⁴, e que tenha ainda sido recomendado pelo rei de Ormuz, poucos meses depois de entrar na capitania⁶⁵⁵.

Os casos dos familiares do vice-rei, D. Antão de Noronha e D. Fernando de Meneses, contribuem também para demonstrar como D. Afonso não só tinha uma preferência pelo sobrinho, como procurou encarrear este de Ceuta para a Índia, em detrimento do filho.

⁶⁴⁹ Cf. Carta dos mestres de Goa a D. João III, Goa, 25.XI.1552–PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. V, doc. 46.

⁶⁵⁰ Cf. *Ditos*, p. 270.

⁶⁵¹ Tratava-se de uma disputa pessoal como tantas vezes sucedeu no Oriente quinhentista tendo por base ordens em Ternate de Bernardim de Sousa a D. Rodrigo que este não cumpriu.

⁶⁵² Sousa havia sido o homem mandatado por Castro para restabelecer o sultão Hairun contra as intenções de Jordão de Freitas.

⁶⁵³ Cf. *Ásia*, VI, x, 8.

⁶⁵⁴ Cf. *Ásia*, VI, x, 18.

⁶⁵⁵ Cf. Carta do rei de Ormuz a D. João III, Ormuz, 1.XI.1554 – ANTT, CC I-94-2-, fl. 3.

As nomeações de D. Antão para a expedição de Catifa, para a capitania-mor do Malabar, ambas em 1551, culminando com a sua nomeação, na vagante dos providos para a capitania de Ormuz, em Dezembro de 1552⁶⁵⁶, e nas ordens que deu ao filho, em 1554, para nada fazer contra os Turcos sem o parecer do primo, tornam bem plausível que D. Antão fosse, como Couto afirma, em 1552, a segunda figura da Ásia Portuguesa⁶⁵⁷, sendo também possível que fosse o primeiro fidalgo indigitado nas vias de sucessão, vindas na armada da Índia de 1553. Por outro lado, o caso de D. Fernando de Meneses, em especial, a disputa pessoal que alimentou contra D. Jerónimo de Castelo Branco, com quem esteve disposto a enfrentar-se em duelo, em finais de 1550, e sobretudo o facto de ter regressado doente e agravado com o pai da expedição ceilonense, em 1551, e de apenas o primo ter conseguido serenar a contenda, parecem apontar claramente para um desfavorecimento, sabendo-se ainda que o pai procurava sempre travar a sua ambição⁶⁵⁸.

Por fim, os casos de D. Diogo de Noronha, “O Corcôs” e de D. Diogo de Almeida provam, uma vez mais, como D. Afonso não ignorava a possibilidade de favorecer fidalgos com feitos militares dignos de registo, integrando-os na sua clientela. Almeida, o capitão de Diu indigitado por seis anos pelo monarca, e amigo pessoal do vice-rei, foi deposto por ordem régia sem que o “Zelosíssimo” pudesse fazer algo. Quanto a D. Diogo de Noronha, o papel que teve nos acontecimentos do Golfo Pérsico, em 1552-1553, mormemente a partida em socorro da cidade e a capitania-mor daquele mar, elucidam-nos como, já nessa fase, D. Afonso apostava num fidalgo que viera consigo do Reino e que, como referido, foi o responsável pela consolidação da presença portuguesa em Diu, em 1554-1555.

Em suma, os casos explanados demonstram como o “Almandarim”, a despeito das particularidades de cada um dos casos, sempre procurou premiar os serviços de fidalgos, sem prejuízo de não serem só da sua clientela e ainda como sempre tirou partido desses mesmos fidalgos para atingir os seus objectivos políticos. Os casos inversos de D. Pedro da Silva, D. Álvaro de Ataíde e D. Álvaro de Noronha, de quem D. Afonso tinha razões de queixa, procurando desfavorecê-los devem, por isso, ser integrados na temática das Oposições.

⁶⁵⁶ Cf. *APO*, fascículo 2, doc. 126.

⁶⁵⁷ Tal facto está dependente das mesas que o fidalgo concedeu em Ormuz, em 1551 e 1553, e pode ainda justificar-se pela admiração da figura pelo cronista que com ele conviveu mais tarde. Cf. *Ásia*, VI, x, 10.

⁶⁵⁸ Cf. *DUP*, vol. I, liv. V, cap. 12.

III. 5. Oposições

Baseado somente na carta do vigário dominicano Frei Diego Bermúdez, o Padre Maurício Domingues escreveu, em 1954, que D. Afonso de Noronha enfrentou uma dura oposição à sua governação⁶⁵⁹. Na verdade, coligindo as missivas dos opositores à política do Noronha é possível concluir exactamente isso, apesar de ser amplamente reconhecido que não houve nenhum vice-rei ou governador da Índia que tenha conseguido governar sem qualquer tipo de contestação. Se bem que óbvia, esta constatação permite também relativizar parte da oposição ao “Zelosíssimo” uma vez que, para os casos mais gritantes dessa oposição, é possível identificar os interesses de quem escrevia contra D. Afonso ou demonstrar, pela cronologia, o seu logro. No entanto, ao invés de defendermos o vice-rei, procuraremos compreender as críticas de que foi alvo e, principalmente, enquadrar as reacções do “Almandarim” perante as mesmas. Este objectivo levar-nos-á a retratar, igualmente, a perspectiva do Noronha face a essa oposição e ainda como procurou, ou não, resolvê-la.

A contestação a D. Afonso emergiu em força após a expedição ao Ceilão de 1551, apesar de serem identificáveis momentos anteriores de tensões e desentendimentos. Talvez o mais significativo desses momentos tenha ocorrido aquando do encontro entre Jorge Cabral e D. Afonso de Noronha. As ordens que trazia, aliadas ao desconhecimento completo da realidade oriental, quando conjugadas com a exigência de sempre seguir à risca as ordens régias, podem contribuir para explicar a atitude do vice-rei face a Cabral. A sua principal discórdia com o governador cessante teve por base as mercês e soldos que este tinha concedido aos seus homens em Bardela que, como vimos, D. João III ordenara rigidamente a D. Afonso para conter. Outra ordem severa do monarca fora a de contenção de despesas. Esta realidade explica o conflito do vice-rei com Jorge Cabral, pois ainda não aportara a Cochim e já D. Afonso soubera, provavelmente por opositores à política de Cabral no Ceilão, do mau estado da Fazenda Real. A agravar o desentendimento com Cabral esteve o abandono deste pela principal fidalguia da Índia, o que conferiu renovada força ao vice-rei para propôr o julgamento do ex-governador⁶⁶⁰. Além disso, e como também já anotámos, a fama das condições da nomeação de D. Afonso, entre as quais são de destacar o título de vice-rei e a ideia

⁶⁵⁹ Cf. DOMINGOS, Padre Maurício, “Vice-reis e governadores xaverianos: D. Afonso de Noronha”, p. 587.

⁶⁶⁰ D. Afonso não teve êxito neste ponto pois D. João III recebeu bem Cabral e conferiu-lhe a avultada tença de 400 mil reais anuais.

contemporânea que então se gerou de que o Noronha fora enviado à Índia para a “remir” dos seus pecados e vícios⁶⁶¹, concorre também para explicar a atitude de altivez do vice-rei face a Cabral, descrita pela cronística. O paralelismo com o caso da sucessão de Martim Afonso de Sousa a D. Estêvão da Gama e dos desaguisados que o primeiro teve com o segundo, em 1542, é, assim, uma realidade⁶⁶².

A este antagonismo político, no qual o complexo de apoios da fidalguia a D. Afonso foi decisivo, seguiram-se os casos da oposição à nomeação de D. Jerónimo de Castelo Branco para a capitania-mor do Mar Vermelho e Golfo Pérsico, acabando o vice-rei por ceder às pressões daquela. Mais reforçado na sua posição política e já em Goa, o Noronha conseguiu impôr a nomeação de D. Antão de Noronha para a jornada de Catifa. À oposição política tradicional de alguns potentados locais⁶⁶³ e de alguma fidalguia em breve se juntou a de religiosos e oficiais do Estado da Índia, devido aos acontecimentos ceilonenses de 1551. O primeiro a criticar D. Afonso foi precisamente o vigário Frei Diégo Bermúdez, que condenou a política missionária seguida no Ceilão, por considerar que impunha pela força os baptismos e conversões⁶⁶⁴. Outros, como o Padre Baltasar Gago, afirmaram que a fama do tesouro do rei de Kotte impediu o vice-rei e os seus colaboradores de se concentrarem no “tesouro das almas”⁶⁶⁵. Contudo, existem exemplos de defesa das atitudes de D. Afonso no Ceilão, sendo o mais paradigmático o do vedor Simão Botelho. Não obstante Botelho também ter participado na expedição e de, por essa razão, poder reflectir interesses pessoais, as suas cartas, além de importante fonte para a reconstituição de factos políticos, denotam uma linha de pensamento coerente desde, pelo menos, o governo de D. João de Castro. Este baseia-se, *grosso modo*, nas propostas reformistas que dirige ao rei nas suas missivas e na crítica aos problemas da estrutura orgânica e administrativa do Estado da Índia⁶⁶⁶. Por este motivo, não poupara críticas a Castro, apesar de lhe reconhecer boas intenções, pois nele via um líder militar, mais do que um bom administrador. Face a D. Afonso,

⁶⁶¹ A expressão foi tirada da Carta de João Eanes a D. João III, Cochim, 29.I.1552 – PUB. *DHMPPPO (Índia)*, vol. V, doc. 17, p. 104.

⁶⁶² Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa...*, p. 225.

⁶⁶³ De entre essas oposições destacamos a do embaixador de Bhuvaneka Bahu, o qual escreveu a D. Catarina que “segundo vejo, parece-me, que ho Viso Rey há os comratos por bons pera el-Rey pagar, e não pera lh’os comprir no fauor” (Cf. *Ceylon*, doc. 123, p. 567).

⁶⁶⁴ Cf. Carta de Frei Diego Bermúdez a Frei Bernardo de Santa Cruz, Goa, 31.I.1551 – PUB. *Ceylon*, doc. 124, p. 573.

⁶⁶⁵ Cf. Carta do Padre Baltasar Gago aos irmãos lusitanos, Cochim, 10.I.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 60, p. 281.

⁶⁶⁶ Vejam-se as três cartas de Botelho ao rei, dos anos de 1547 e 1548. Cf. ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, pp. 29-58.

Botelho, se bem que o vice-rei o tenha forçado a manter-se no cargo até 1554, não escreve uma crítica, antes o defendendo em tudo, designadamente na polémica cingalesa. Por fim, um último episódio de oposição política, originado em disputas da fidalguia, pode ser encontrado no caso de Bernardim de Sousa, em 1553, tendo o vice-rei sido acusado de não correr o seu caso na Relação de Goa para não ter de afastar o sobrinho, D. Antão, da capitania de Ormuz. Já se viu, porém, como o vice-rei e o fidalgo se tornaram próximos em virtude desse conflito.

A contestação dos religiosos e oficiais do Estado da Índia foi talvez a mais grave que o vice-rei enfrentou dado que estes, contrariamente à fidalguia, gozavam de maior influência junto do monarca. Assim, Frei Diego Bermúdez ao escrever que o rei enviara D. Afonso à Índia para o compensar dos serviços anteriores assinalava na realidade um dos seus pontos mais frágeis, insinuando que não tendo o “Almandarim” qualquer experiência nos assuntos orientais tomava decisões erradas. A agravar a situação estava a acusação de Bermúdez de que o Noronha trouxera consigo “quinientos criados e parientes, com quien reparte las cosas de la India”⁶⁶⁷, opinando que o rei deveria nomear vice-reis ou governadores que já viessem “pagos” do Reino⁶⁶⁸. As insinuações do vigário-geral dos Dominicanos de que o Noronha desviava fundos da Fazenda Real em seu proveito encontram eco na carta de Manuel Nunes Gato a D. Catarina. Nesta missiva, o caso do arrendamento da alfândega de Goa, em 1552, servia de exemplo para se apontarem os desvios imputados a D. Afonso ou o favorecimento dos seus apaniguados⁶⁶⁹. Por outro lado, em cartas como a de João Eanes, mestre da ribeira das naus de Cochim⁶⁷⁰, ou dos mestres de Goa⁶⁷¹, as críticas ao estilo de governação “mole” de D. Afonso, e mais concretamente a acusação de inoperância face ao cerco de Ormuz de 1552, denotam um receio de que o Noronha não estivesse à altura do combate aos Turcos. Por esta razão, João Eanes, que também confirmava os devios de fundos do vice-rei, defendia que o rei enviasse à Índia alguém com o perfil de D. João de Castro.

⁶⁶⁷ Cf. Carta de Frei Diego Bermúdez a Frei Bernardo de Santa Cruz, Goa, 31.I.1551 – PUB. *Ceylon*, doc. 124, p. 570.

⁶⁶⁸ Cf. *Ibidem*.

⁶⁶⁹ Cf. Carta de Manuel Nunes Gato a D. Catarina, Goa, 20.XII.1552 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. V, doc. 54.

⁶⁷⁰ Cf. Carta de João Eanes a D. João III, Cochim, 29.I.1552 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. V, doc. 17, p. 105.

⁶⁷¹ Cf. Carta dos mestres de Goa a D. João III, Goa, 25.XI.1552 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. V, doc. 46, p. 219-220.

Pelo menos em dois dos casos apontados, o de Bermúdez e o dos mestres de Goa, são bem perceptíveis os interesses em jogo nas críticas feitas, podendo os restantes ser entendidas à luz da sociedade corporativa e de vínculos clientelares que caracterizou a centúria quinhentista. No que toca ao vigário geral dos Dominicanos, a não autorização por D. Afonso da construção de um mosteiro desta Ordem em Cochim, a despeito dos anteriores apoios de Jorge Cabral⁶⁷², e no quadro da crise financeira, a ordem do vice-rei de suspensão das obras no mosteiro dominicano de Goa, as quais ele próprio havia recomendado a Frei Diego, explicam o desagrado de Bermúdez em relação ao Noronha. Este chegara ao ponto de excomungar o vice-rei⁶⁷³, sendo provável que quando D. Afonso se queixou a D. Catarina dos excessos dos religiosos⁶⁷⁴, nomeadamente os constantes pedidos de mercês a que nem sempre podia aceder, tivesse em mente os casos de Bermúdez e da criação do Colégio jesuíta de Cochim, em 1551.

O caso dos mestres de Goa encontra uma justificação parcial nas interferências de D. Afonso nos poderes daquela Câmara⁶⁷⁵ e na própria vida da cidade, a propósito das obras na fortificação dos Reis Magos, apelada por D. Afonso de Castelo Real. Mas, e como já foi anotado, todas estas cartas de oposição situam-se cronologicamente entre os finais de 1551 e de 1552, isto é, foram escritas num momento percepcionado pela oposição a D. Afonso como de fraqueza, correspondente aos eventos ceilonenses e ao cerco de Ormuz. O desconhecimento de cartas de oposição a D. Afonso para os anos de 1553 e 1554, e a maior atenção do Noronha às diversas regiões do Estado da Índia, podem justificar o aparente desaparecimento da mesma. Todavia, muitas das críticas escritas em 1551-52 poderão explicar as motivações joaninas para a nomeação de D. Pedro Mascarenhas, realidade que analisaremos adiante. Por ora, importará analisar a percepção que D. Afonso teve desta oposição e que medidas adoptou para a enfrentar.

Em missiva a D. Catarina, datada de Janeiro de 1552, D. Afonso afirmava ser o melhor vice-rei que a Índia até ao seu tempo tivera⁶⁷⁶. Sendo certo que nessa afirmação o vice-rei apelava aos diferentes contextos da sua família, da sua vida reinol, dos seus feitos em Ceuta e da sua nomeação, cabe salientar que à mesma correspondeu também

⁶⁷² Cabral havia concedido a Bermúdez uma ermida para o local onde o convento iria ser construído.

⁶⁷³ Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Op. Cit.*, pp. 71-72.

⁶⁷⁴ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 20, p. 258.

⁶⁷⁵ Cf. Carta da Câmara de Goa a D. João III, Goa, 24.XII.1552 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. V, doc. 55, p. 303.

⁶⁷⁶ Cf. passagem inicial deste capítulo e nota 368.

uma clara estratégia política para não denotar fraqueza num momento particularmente difícil: o de justificar os acontecimentos ceiloneses. O tom em que a carta foi escrita e, mormamente, as diferenças de conteúdo informativo, quando comparadas com a enviada ao monarca, no mesmo dia, comprovam esta afirmação. Em 27 de Janeiro de 1552, D. Afonso desabafava com a rainha os seus agravos políticos e pessoais. No plano político, lamentava-se dos poderes que o rei concedera a Francisco Barreto os quais, dizia, “me desacreditarão de todo na Imdya”⁶⁷⁷, manifestando ainda a sua incapacidade para conter os abusos dos capitães de Ormuz (D. Álvaro de Noronha), Diu (Pêro Lopes de Sousa), Baçaim (Francisco Barreto), Malaca (D. Pedro da Silva) e de Sofala (Diogo Lopes de Mesquita). A seu ver, os excessos dos diferentes capitães só poderiam ser contidos se o rei nomeasse alguém que viesse provido de poderes totais. Se o nomeado não governasse bem, a atitude régia só poderia ser uma: “mande lhe cortar a cabeça”⁶⁷⁸. Em termos pessoais, a carta emana uma tônica de desilusão face às mercês régias e o caso de Francisco Barreto bem poderá ter estado na base do pedido afonsino para que lhe fosse enviado um sucessor em 1553. Boa parte das queixas de D. Afonso sobre D. Álvaro de Noronha, Francisco Barreto e D. Pedro da Silva encontram paralelo na carta de Botelho, o qual refere ainda os conluíus de D. António de Noronha e de João de Mendonça no trato malabar⁶⁷⁹. O vedor da fazenda afirmava também que o “Almandarim” “não deseja nem trabalha outra coisa senão acertar em tudo o que lhe parece serviço de Vossa Alteza, e lhe afirmo não leva vida sobre isso, mas não é poderoso para mais”⁶⁸⁰, apontando assim a mesma incapacidade que o próprio D. Afonso reconhecia.

O desconhecimento das cartas que D. Afonso terá redigido para o rei, em inícios de 1553 a partir de Diu e, em inícios de 1554 a partir de Cochim, impedem-nos nesta matéria, como noutras, de apurar como evoluiu a reacção do Noronha perante os seus detractores políticos. Dados posteriores, de Setembro-Outubro de 1554, indiciam que o momento de fraqueza afonsino, de 1552, foi ultrapassado, a despeito de ter enfrentado a oposição característica dos momentos de sucessão nessa mesma fase: ao regressar da Índia, D. Afonso não só trazia a vitória naval de 1554, com o prestígio que esta lhe

⁶⁷⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 20, p. 256.

⁶⁷⁸ Cf. *Ibidem*, p. 258.

⁶⁷⁹ Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. ALBUQUERQUE, Luís de, *Op. Cit.*, p. 73.

⁶⁸⁰ Cf. *Ibidem*, p. 64.

conferia, como a deixava, tudo o apontava, serenada. Porém, em 1555, o “Zelosíssimo”, tal como em 1551-52, tinha a complicada questão do Ceilão para justificar perante o rei. Embora não parecendo restar dúvidas quanto à polémica sobre essa expedição, julgamos que esta, ao seu tempo, tendeu a ser condenada pela “promiscuidade” das intervenções “conjuntas” dos poderes temporal e espiritual. Talvez por isso, Couto, no seu estilo discreto, acabe por concordar com essa linha de pensamento, condenatória das atitudes de D. Afonso no Ceilão⁶⁸¹ e, assim, tenha influenciado autores posteriores⁶⁸². Mas, antes de retomarmos estas questões, importará discutir em que medida o governo afonsino foi, ou não, marcado por uma “crise”.

III. 6. A “crise” de meados de Quinhentos

Analizadas as principais dinâmicas do vice-reinado afonsino, afigura-se-nos ser chegado o momento de retomarmos as questões iniciais: em que medida o vice-reinado de D. Afonso de Noronha poderá ser conotado como um período de “crise”? E, estando em face de uma “crise”, qual teria sido a sua natureza? Que implicações teria tido na governação do Noronha, e de que forma afectou as avaliações posteriores que sobre o seu vice-reinado foram feitas? Para principiar a resposta a estas perguntas torna-se necessário, em primeiro lugar, distinguir o discurso das fontes coevas e o discurso oficial da historiografia sobre o Estado da Índia em meados do século XVI. Face às primeiras, é inegável que, para a estrita cronologia de 1550 a 1554, as cartas de D. Afonso e de outros oficiais e fidalgos do Estado da Índia transpiram um ambiente de “crise”⁶⁸³. No entanto, do ponto de vista do “Almandarim” essa “crise”, poderia ser, em parte, ultrapassada mediante a sua acção governativa desde que o monarca o investisse de maiores poderes. Num certo sentido, quando o Noronha se lamentava à rainha do caso de Francisco Barreto e quando Simão Botelho afirmava que o vice-rei não dispunha de poderes suficientes, compreende-se que o Noronha tencionava para além de ser o agente de uma política centralizadora ao serviço do rei, governar não “à Nuno da Cunha” como o rei lhe recomendara, mas antes “à D. João de Castro”. A diferença residia, assim, em que D. Afonso de Noronha desejava apresentar ao rei uma extensa

⁶⁸¹ Afirma-o a estudiosa das Décadas de Couto: MONIZ, Maria Celeste, *Op. Cit.*, p. 195.

⁶⁸² Poderá ser o caso do Padre Fernão de Queiroz e de Manuel de Faria e Sousa, ambos condenando D. Afonso.

⁶⁸³ Além das cartas de D. Afonso e de Simão Botelho para os anos de 1551 e 1552, parecem-nos elucidativas desta constação as referidas cartas de Diogo Botelho Pereira ao barão do Alvito, em 1551 (Cf. Carta de Diogo Botelho Pereira ao barão do Alvito, Ilha Terceira, 16.VII.1551 – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 5), e de D. Jorge de Meneses, “O Baroque” a D. João III, em finais de 1554 (Cf. Carta de D. Jorge de Meneses a D. João III, Goa, 15.XII.1554 – ANTT, *CC I-94-54*).

lista de vitórias, tal como Castro fizera, em vez de se concentrar na administração concreta do Estado, à semelhança de Cunha. Estamos em crer que essa atitude de D. Afonso, que para todos os efeitos foi encarado no Reino e na Ásia como o sucessor de D. João de Castro, pode estar subjacente a algum discurso de “crise”, perceptível em certas missivas da época. Já o próprio Castro governara num tempo de crise político-militar, bem semelhante à que o Noronha enfrentou nos anos de 1551-1552, sendo conhecido o discurso da “crise” dos cronistas para o triénio de 1545-1548, se bem que neste também sejam exaltadas as vitórias obtidas por D. João⁶⁸⁴.

Para os contemporâneos de Castro e do Noronha, a “crise” teve, em nosso entender, diversas naturezas passíveis de identificação: uma “crise” político-militar, uma “crise” económico-financeira e uma “crise” de valores. Quanto à temática da “crise” político-militar, a simples recordação do contexto do segundo cerco de Diu e das guerras contra Bijapur foram o mote suficiente para a crítica à política dos Portugueses face aos potentados orientais e à sua própria organização militar⁶⁸⁵. A “crise” económico-financeira consubstanciou-se numa constante falta de fundos na Fazenda Real e no início de um longo processo de reformulação do trato pimenteiro no Índico⁶⁸⁶. Já a “crise” de valores, aquela sobre a qual a cronística, e em especial Diogo do Couto, nas suas *Décadas* e nos *Diálogos do Soldado Prático* tanto procurou chamar a atenção, foi talvez a que mais influenciou os contemporâneos de ambos os vice-reis. Sendo verdade que, desde a fundação do Estado da Índia, é possível documentar casos de abusos de capitães, de tensões entre oficiais do Estado, de rivalidades e disputas da fidalguia, de prepotências e conflitos entre candidatos à governação da Ásia Portuguesa, é bem possível que a imagem de liberalização excessiva que o governo de Martim Afonso de Sousa deixara tenha levado os contemporâneos de Castro a considerarem que por mais atitudes moralizantes e de imposição da ordem que este tivesse, a “crise” fosse já inevitável. Uma certa nostalgia da fase inicial do Estado da Índia e o desejo de a igualar, apesar de tal não ser considerado possível, podem também ter contribuído para acentuar essa imagem. Por fim, um outro factor, que cremos ter sido decisivo para explicar a crise de valores identificada pelos contemporâneos, não se refere tanto à entrada em

⁶⁸⁴ É bem conhecida a atenção que Gaspar Correia e Diogo do Couto dedicaram à análise do Segundo Cerco de Diu o qual, além de ser amplamente descrito em termos da evolução dos acontecimentos, possui uma lógica literária que o pretende celebrar como uma das grandes vitórias portuguesas no Oriente.

⁶⁸⁵ Vejam-se as considerações de Vítor Rodrigues em torno da situação militar do Estado da Índia na década de 1540, com a questão das companhias de ordenança: RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, pp. 235-245.

⁶⁸⁶ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A questão...”, pp. 37-206.

cena das ordens religiosas, mas sim ao extraordinário reforço de poder de que estas beneficiaram durante toda a década de 1540 e 1550. Este reforço, sempre aliado ao quadro da Contra-Reforma, também ela portadora de ideais de purificação e de redenção e remissão, pode assim ter contribuído para o reforço da imagem de “crise”.

Porém a “crise” para o governo de Castro e também para o de D. Afonso teve um claro sentido: o da maturação, reformulação e afirmação de novos rumos. Desde o tempo de Martim Afonso de Sousa que a cedência de Bârdéz e Salsete, a que se seguiram as lutas de D. João pela sua manutenção, configuravam já uma das vertentes do império em ascensão: a territorialização⁶⁸⁷. Na cronologia do Noronha, a territorialização e um maior investimento dos Portugueses na criação de áreas de controlo luso em redor das fortalezas tem o seu melhor exemplo no caso cingalês, e também na política afonsina face às Praças do Norte e na consolidação de posições em Goa. Aliás, sobre este assunto relembre-se que o Noronha levava ordem para avaliar a possibilidade de vender Salsete e Bardêz ao soberano de Bijapur. Apesar de desconhecermos o teor da resposta de D. Afonso ao rei, tudo indica que tenha opinado pela sua manutenção, ou seja, neste ponto, como em tantos outros, o Noronha prosseguiu as linhas traçadas por Castro. Estas analogias entre ambas as políticas, bem como diversas atitudes do “Zelosissimo” no Oriente, confirmam que, se encarava a si mesmo com o sucessor de D. João de Castro, o que também justifica a larga expectativa da sua nomeação. Porém, é impossível abstrair do contexto de crise político-financeira no Reino e das ameaças turcas no Oriente, que marcaram a sua indigitação e, por outro lado, de como D. Afonso procurou afirmar-se enquanto figura apostada em combater essa mesma “crise”. Todavia, essa aposta afonsina em identificar-se com Castro pode ter contribuído para a dura oposição que enfrentou e, ainda, induzir-nos a não diferenciar entre a “crise” da década de 1540 e a de 1550.

Ao discurso das fontes aliou-se o discurso historiográfico àcerca da “crise” de meados de Quinhentos, apesar de nos parecer haver ainda muito a estudar neste domínio, designadamente quanto à definição da sua natureza durante os diversos governos que a acompanharam. Sanjay Subrahmanyam encara a “crise” de meados do século XVI como associada, em parte, a eventos políticos-militares (problemática da transição de Martim Afonso Sousa para D. João de Castro; contextos diversos de ameaças militares à

⁶⁸⁷ Sobre as mutações no Império em meados do século XVI: COSTA, João Paulo, “O Império....”, p. 87-121.

presença lusa no Índico, em especial durante o governo de Castro) e a eventos económicos (a reestruturação do trato pimenteiro no Índico e os problemas na Carreira da Índia), razão pela qual interpreta as cartas de Botelho como um sintoma da dita “crise”, a qual levaria à necessidade de diferentes reformas⁶⁸⁸. Contudo, no que à década de 1550 diz respeito, Subrahmanyam apenas se refere à manutenção da “crise” económico-financeira, apoiando-se nas ideias de Vitorino Magalhães Godinho sobre os ciclos económicos de crise do império, sem explicitar devidamente a questão política⁶⁸⁹. Nesse ponto, apenas afirma que o Extremo Oriente, mormemente o estabelecimento português em Macau e o crescente reforço da presença comercial e missionária no Japão, foram a solução gizada pelo Estado da Índia para ultrapassar a “crise”⁶⁹⁰. Por sua vez, Luís Filipe Thomaz e Subrahmanyam demonstraram como inequivocamente as décadas de 1540 e 1550 assistiram à mencionada reformulação no trato pimenteiro⁶⁹¹. Apenas Vítor Rodrigues prestou maior atenção às dinâmicas político-militares da década de 1550, salientando a relativa acalmia política que então se viveu, a qual permitiu uma consolidação do Estado da Índia⁶⁹². Para além desta panóplia de considerandos, emerge a questão, mais complexa, de procurar percepcionar a “crise” em termos conjunturais, isto é, como é que esta se reflectiu nos sucessivos governos que abarcou.

Em nosso entender, o vice-reinado de D. Afonso de Noronha desenrolou-se num ambiente, encarado pelos seus contemporâneos como sendo de “crise”, provando-o os constantes sobressaltos que o marcaram (a questão de Ormuz, o Ceilão, o Malabar e Malaca), apesar de, na sua globalidade, a centralização política e as diferentes estratégias de D. Afonso terem contribuído para atenuar a situação delicada e iniciar mesmo uma pequena recuperação. Esta recuperação foi despoletada com a derrota infligida à armada de Seydi Ali Reis em 1554, o que motivou uma maior confiança por parte dos Portugueses nos anos seguintes, permitindo, assim, a concretização de estratégias de crescente investimento em determinadas áreas regionais, das quais destacamos uma maior intervenção portuguesa no Ceilão e, em especial, a maior atenção a Goa e às Praças do Norte, visível na consolidação de Diu e na questão da entronização do príncipe Meale, em 1555, nas conquistas de Assarim e Manorá, em

⁶⁸⁸ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático...*, pp. 112-145.

⁶⁸⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 119-120.

⁶⁹⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 144-145.

⁶⁹¹ Para a década de 1540: THOMAZ, Luís Filipe, “A questão...”, pp. 37-206; Para a década de 1550: SUBRAHMANYAM, Sanjay, “The trading world”, pp. 207-227.

⁶⁹² Cf. RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, p. 270.

1556, e por fim, de Damão, em 1559. Desta forma, defendemos que do estrito ponto de vista político-militar, o vice-reinado de D. Afonso de Noronha não foi marcado pela mesma tônica de “crise” que, mais tarde, se identificou para o período de 1565-1575, como ainda para o governo de Castro. A prová-lo, por exemplo, está o facto de, à morte de Castro, o controlo português sobre Bardêz e Salsete, ainda não estar totalmente garantido, o qual, como vimos, só Garcia de Sá assegurou pela via diplomática, rumo este que D. João sempre rejeitara. Ao invés, e como veremos, quando D. Afonso abandonou a Índia, nos anos seguintes não houve notícia de movimentações da parte turca, pelo menos até 1559, e os acontecimentos no Norte e no Malabar conheceram uma acalmia comparativamente ao que se tinha passado entre 1548 e 1554⁶⁹³. Também como constataremos, a consolidação que a governação do Noronha trouxe a certas áreas regionais (Golfo Pérsico, Praças do Norte e Malabar) foi prosseguida pelo efémero vice-reinado de D. Pedro Mascarenhas.

Apenas quanto à questão económico-financeira vislumbramos a possibilidade de estarmos perante um quadro de “crise”, embora consideremos tratar-se de uma “crise” conjuntural, não só decorrente dos ciclos económicos, como, acima de tudo, de uma “crise” que, já o mencionámos, foi superada a curto trecho pelas políticas de Francisco Barreto⁶⁹⁴. Neste âmbito, julgamos necessário que a historiografia preste maior atenção à década de 1550, como ainda defendemos que a “crise” que poderá ser identificada para esta década, reveste-se de uma natureza distinta da “crise” da década de 1540 ou da posterior crise de 1565-75. Ambas detêm uma índole político-militar, envolvendo contextos políticos mais alargados, e, talvez por isso, tenham registado maior duração. Por outras palavras, a “crise” de meados de Quinhentos surge assim como um conceito insuficientemente definido e, por vezes até ambíguo, à luz do qual vem sendo tranquilamente classificada uma fase histórica da Ásia Portuguesa, mas cuja importância não tem sido devidamente reconhecida. Apenas estudos concretos sobre a evolução política e financeira nos governos de Francisco Barreto e de D. Constantino de Bragança poderão ajudar a aprofundar a especificidade da “crise” da década de 1550. Por agora, a análise da sucessão e governo de D. Pedro Mascarenhas poderá contribuir para reforçar algumas das ideias propostas, embora estejamos conscientes que estudos sobre o Barreto ou o Bragança possam conduzir a conclusões diferentes.

⁶⁹³ Cf. VILA-SANTA, “D. Pedro Mascarenhas” e “Francisco Barreto” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* - <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁶⁹⁴ Cf. *Ibidem*.

Capítulo IV: Depois da Índia (1555-1573/1581)

“Viveo D. Afonso de Noronha pobre; e tanto, que depois de ser de setenta anos servio a Infante Dona Maria de seu Mordomo mór, e Governador de sua casa”
(*Ásia*, VII, i, 6)

IV. 1. “Grandes e boas nouas”: a sucessão de D. Pedro Mascarenhas, o regresso e as mercês (1554-1557)

A 16 de Setembro de 1554⁶⁹⁵, a chegada de D. Pedro Mascarenhas a Goa não induziu grandes inflexões no rumo da política oriental. Na verdade, o enquadramento global da nomeação de D. Pedro Mascarenhas, em boa medida comparável ao de D. Afonso de Noronha, bem como as ordens que recebera, tudo o aponta, não divergiam extraordinariamente das que “O Almandarim” trouxera em 1550⁶⁹⁶. Ambos os fidalgos apresentavam extensos currículos cortesãos e militares, pontado no caso de Mascarenhas com importantes missões diplomáticas, o que constitui mais um excelente exemplo de como a política régia, na década de 1550, apostou no envio de figuras prestigiadas para o Oriente⁶⁹⁷. Com o Noronha, Mascarenhas partilhava não apenas o desconhecimento da Ásia Portuguesa mas ainda a experiência em Marrocos e, sobretudo, sendo um homem da corte, que acabara de ser mordomo-mor do príncipe D. João, falecido a 2 de Janeiro de 1554, era uma figura sobejamente conhecedora das implicações daquela nomeação. Indigitado aos setenta anos numa fase em que dava já claros sinais de debilidade física, D. Pedro tentou escusar-se a partir, argumentando com a sua idade e o seu desconhecimento do Estado da Índia⁶⁹⁸, prevendo ainda que a viagem não fosse fácil. Porém, o monarca estava claramente apostado em enviá-lo para o Oriente pois considerava que, pela sua reconhecida autoridade⁶⁹⁹, seria o homem certo, para presidir a um tempo que se esperava de acalmia política⁷⁰⁰. Apesar disso, é bem possível que Mascarenhas tenha sido intencionalmente afastado do Reino por

⁶⁹⁵ Couto afirma que Mascarenhas chegou a 23 de Setembro (Cf. *Ásia*, VII, i, 3). Neste passo seguimos D. Afonso que na sua carta coloca a chegada de D. Pedro no dia 16 (Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Baía de Angra, 5.VIII.1555 – ANTT, CC I-96-50, fl. 1).

⁶⁹⁶ Desconhecemos o regimento que D. Pedro trazia, mas a avaliar pela sua acção no Oriente, é de prever que o monarca lhe tivesse ordenado a embaixada à Etiópia e o reforço das Praças do Norte.

⁶⁹⁷ Em 1558, partiu o fidalgo até então mais destacado: D. Constantino de Bragança, irmão do duque de Bragança. Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Constantino de Bragança” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* - <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁶⁹⁸ Cf. *Ásia*, VII, i, 3.

⁶⁹⁹ Cf. *Ibidem*.

⁷⁰⁰ D. João III devia informar-se dos acontecimentos orientais com o capitão de Chale, D. Bernardim da Silva e Meneses que, em 1554, escreveu ao rei uma carta com diversas recomendações. O rei respondeu informando-o da nomeação de D. Pedro. Cf. Carta de D. João III a D. Bernardim da Silva e Meneses, Lisboa, 20.III.1554 – ANTT, CC I-92-38.

figuras poderosas da corte lusa, então em mutação e, tal como Couto sugere⁷⁰¹, por ter alcançado um estatuto algo invejável.

Ao zarpar de Lisboa em finais de Março de 1554, Mascarenhas então já nomeado vice-rei, tinha procurado obter um alvará régio mediante o qual pudesse regressar ao Reino sem o comunicar previamente ao monarca⁷⁰². Não foi bem sucedido neste desiderato uma vez que o monarca tencionava usufruir dos seus serviços por mais tempo que o habitual⁷⁰³. Talvez também por isso, o rei tenha pedido ao infante D. Luís para o pressionar a partir afirmando que um deles teria de rumar à Índia⁷⁰⁴, acabando D. Pedro por ter de se resignar à vontade régia⁷⁰⁵. Pesou ainda na decisão do *Piedoso*, o facto de D. Pedro Mascarenhas não ter filhos e ser um fidalgo rico⁷⁰⁶, razão pela qual poderia eximir-se automaticamente da concessão de mercês à família de Mascarenhas. Isso mesmo explica a resistência que protagonizou em entregar a capitania-mor do mar da Índia a Fernão Martins Freire, sobrinho de D. Pedro, tendo chegado mesmo a equacionar a hipótese da sua extinção. Para tal, o rei decidira que Mascarenhas deveria submeter o assunto ao conselho de capitães⁷⁰⁷. Além de levar o ordenado de 8000 cruzados, a mercê do título de vice-rei a D. Pedro Mascarenhas era uma inevitabilidade não só face ao seu prestígio, amizade e dedicação ao monarca, como principalmente porque fora nomeado ainda num quadro de ameaça turca, o que, como já analisado, nos parece ter sido decisivo para a nomeação de anteriores vice-reis com D. João III.

É possível percepcionar nas circunstâncias da indigitação de D. Pedro, não só paralelismos com a de D. Afonso, em parte já apontados, mas também diferenças. A clara preocupação do soberano em nomear um fidalgo rico e sem filhos é contrastante com o caso do Noronha que, ainda em 1552, se queixou a D. Catarina de não ver os seus filhos despachados com tenças. Deste modo, as dificuldades financeiras do Reino influíram uma vez mais na nomeação do novo vice-rei. Este ainda levou consigo uma armada de seis navios, dois mil homens e a possibilidade de poder assentar soldos. Entre a comitiva que acompanhou o novo vice-rei seguiam dois fidalgos, os quais então

⁷⁰¹ Cf. *Ásia*, VII, i, 3.

⁷⁰² Cf. *Relações...*, pp. 425-427.

⁷⁰³ No documento anterior tal é afirmado. Cf. *Ibidem*.

⁷⁰⁴ Note-se neste caso o paralelismo com a nomeação de D. Garcia de Noronha, em 1538, a propósito da qual o infante D. Luís também estivera para partir para a Índia.

⁷⁰⁵ Cf. *Ásia*, VII, i, 3. Andrade também descreve os acontecimentos da época de igual forma (Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. CXI).

⁷⁰⁶ Cf. *Ásia*, VII, i, 3; Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. CXI.

⁷⁰⁷ Cf. *Ásia*, VII, i, 3.

iniciaram carreiras que terminariam em vice-reinados. Referimo-nos a D. António de Noronha, “O Catarraz”⁷⁰⁸, o vice-rei demitido por D. Sebastião em 1573, e D. Francisco Mascarenhas⁷⁰⁹, sobrinho de D. Pedro e primeiro vice-rei da Índia de D. Filipe I, em 1581. Este último capitalizou os serviços dos seus antepassados com a sua titulação condal. Também a intervenção do infante D. Luís na nomeação de D. Pedro espelha uma certa consonância com a indigitação de D. Afonso, apesar de no caso de Mascarenhas não termos encontrado referências à intervenção da rainha.

Assim, e do estrito ponto de vista do Reino, sustenta-se, até por factos adiante analisados, que D. Pedro Mascarenhas não foi nomeado para afastar explicitamente D. Afonso de Noronha da governança da Índia, tal como foi afirmado no século XVII⁷¹⁰. Se assim fosse, o Noronha teria tido ordem de prisão, o que não sucedeu⁷¹¹, e mais determinante, na armada de 1553, em que seguiram para D. Afonso as cartas de repreensão sobre o Ceilão, teria ido sucessor, como este aliás solicitara, ao invés de virem as sucessões da Índia. Acresce que as mercês ao “Zelosíssimo” e aos seus familiares desmentem à saciedade essa afirmação que, já vimos, se baseia na polémica quinhentista acerca da expedição cingalesa de 1551.

Chegado a Goa quando começavam a circular as primeiras notícias da vitória naval sobre a esquadra de Seydi Ali Reis, e sempre sensível às questões da etiqueta cortesã, D. Pedro não se limitou a cumprimentar o vice-rei cessante: empenhou-se em lhe transmitir pessoalmente os parabéns pela vitória do filho e em evitar os desacatos da fidalguia decorrentes nas sucessões⁷¹². Quando D. Fernando de Meneses aportou a Goa, em Novembro de 1554, o episódio repetiu-se, tendo D. Pedro organizado festas para comemorar a vitória⁷¹³. Todavia, a proximidade de D. Afonso a Mascarenhas não lhe permitiu partir em socorro do filho ou do combate às galés turcas estantes em Surrate pois Mascarenhas não o autorizara⁷¹⁴. A eclosão da polémica em torno da nomeação do seu sobrinho, Fernão Martins Freire, para a capitania-mor do mar da Índia, após o

⁷⁰⁸ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. António de Noronha” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* - <http://cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁷⁰⁹ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Francisco Mascarenhas” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* - <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁷¹⁰ Cf. QUEIROZ, Padre Fernão de, *Op. Cit.*, vol. I, liv. I, cap. 19. Segundo este autor, o infante D. Luís, sabendo do comportamento de D. Afonso em Ceilão, aprestara-se a partir de imediato para repor a ordem, tendo acabado D. Pedro por partir em sua substituição. Sobre o assunto Cf. nota 465.

⁷¹¹ Relembre-se o caso de Nuno da Cunha e da sua ordem de prisão aquando do seu regresso ao Reino.

⁷¹² Cf. *Ásia*, VII, i, 4.

⁷¹³ Cf. *Ibidem*.

⁷¹⁴ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Baía de Angra, 5.VIII.1555–ANTT, CC I-96-50, fl. 2.

conselho de capitães ter decidido pela manutenção do cargo, mas sem a aprovação daquela figura⁷¹⁵, revelam como D. Pedro era cioso da sua autoridade. Na realidade, D. Pedro não pretendia que o prestígio do Noronha interferisse na sua governação e, por isso, logo que terminaram os festejos em Goa, enviou, em Dezembro de 1554, o “Almandarim” para Cochim a fim de tratar da regulamentação das pazes com o soberano de Vadakenkkur e de preparar a carga das naus⁷¹⁶. Não obstante as dificuldades financeiras de então, agravadas pela perda da nau do vice-rei, onde vinha o cabedal desse ano, D. Pedro dispensou a D. Afonso um bom navio para a sua viagem.

Desta forma, quando D. Afonso partiu de Cochim, a 15 de Janeiro de 1555, o conflito com os Turcos conhecia uma acalmia momentânea, apesar do episódio da pilhagem dos navios vindos de Ormuz⁷¹⁷ e, por outro lado, a embaixada ao Preste João, que o Noronha tanto desejava encetar, tinha finalmente condições para se concretizar⁷¹⁸. Para a Etiópia dirigiu-se o primeiro contingente de Jesuítas, cuja acção naqueles domínios é bem conhecida da historiografia⁷¹⁹. Mas não era apenas face à problemática turca que o Estado da Índia dava sinais de acalmia o mesmo acontecendo no Norte, para o qual D. Pedro ordenara o reforço de Chaul e de Baçaim com homens e, tudo indica, acompanhava de perto a política de D. Diogo de Noronha em Diu. O apaziguamento da situação malabar e a consolidação de Diu, sob a forma da apropriação da totalidade dos rendimentos da alfândega, através de uma nova série de manobras político-militares de D. Diogo⁷²⁰, esta última em Abril de 1555, são acontecimentos ocorridos após a partida de D. Afonso. No entanto, nesta óptica, a política de Mascarenhas prosseguiu plenamente a afonsina: investimento nas praças do Norte, tentativa de contenção dos problemas no Malabar e prossecução do confronto com os Turcos, então reforçado com a embaixada à Etiópia. Apenas no tocante à entronização do príncipe Meale e das

⁷¹⁵ Cf. *Ásia*, VII, i, 4.

⁷¹⁶ Cf. *Ásia*, VII, i, 6.

⁷¹⁷ Solimão ordenara ao corsário Cáfar que fosse procurar a armada de Seydi Ali Reis e este, sabendo do sucedido, decidiu esperar as naus que vinham de Ormuz para Diu, apresando algumas. Cf. *Ásia*, VII, i, 5.

⁷¹⁸ Sobre a armada, delegação e acontecimentos decorridos no terreno veja-se: *Ásia*, VIII, i, 7-8.

⁷¹⁹ Cf. ALMEIDA, André Ferrand de, “Da demanda do Preste João à missão jesuíta da Etiópia: a Cristandade da Abissínia e os Portugueses nos séculos XVI e XVII” in *Lusitania Sacra*, nº 11, 1999, pp. 247-294.

⁷²⁰ Explorando rivalidades entre os senhores locais, em especial do Abiscão, capitão do Tartacão, senhor das terras em redor de Diu, D. Diogo conseguiu que Tartacão derrotasse o primeiro e com isso assegurou a paz na região e assenhoreou-se de metade dos rendimentos da alfândega de Diu (Cf. *Ásia*, VII, i, 8). O caso teve desenvolvimentos durante o governo de Barreto mas, para a descrição dos acontecimentos de Diu em 1555, veja-se a carta dos moradores de Diu a D. João III (Cf. ANTT, CC I-97-26).

guerras com Bijapur⁷²¹ Mascarenhas seguiu uma política distinta da de D. Afonso. Todavia, mesmo neste caso, importa ter presente que o Noronha sempre estivera atento à política dos sultanatos do Decão e a Vijayanagar.

A viagem de regresso de D. Afonso processou-se, ao que tudo aponta, com normalidade, encontrando-se a 5 de Agosto de 1555 ancorado na baía de Angra. Na armada do vice-rei cessante vinham as cartas de Mascarenhas para o monarca e para Pêro de Alcáçova Carneiro, bem como outras que não chegaram até hoje. Nas suas missivas Mascarenhas, era parco em informações pois remetia para os restantes capitães que as relatariam, preferindo antes escrever ao rei sobre o Colégio de São Paulo de Goa⁷²², e sobre a carga das naus ao secretário régio⁷²³. Entusiasmado com a prosperidade do Colégio jesuíta de Goa, o monarca ainda enviou uma carta a D. Pedro pedindo-lhe que tirasse inquirição da vida e milagres de Xavier⁷²⁴. Porém, esta carta não chegou a ser lida pelo vice-rei em virtude da sua morte, ocorrida em Junho de 1555.

Nos Açores, o Noronha foi bem acolhido pela armada das ilhas, à qual D. João III dera as habituais ordens de boa recepção e de entrega do comando da armada ao governador ou vice-rei cessante⁷²⁵. Na missiva que então dirigiu ao soberano, o “Almandarim” anunciava trazer “grandes e boas nouas”⁷²⁶, afirmando que a Índia estava pacificada e “muy deferemte do que achey e tão prospera que não cuído que o foy nunca mais nem tanto depois que he conquistada per V. A.”⁷²⁷. Exageros e encómios à parte, aos quais já vimos que o “Zelosissimo” se devotou enquanto foi vice-rei, parece-nos que esta afirmação poderá reflectir algum fundo de verdade. Tendo em conta a situação que D. Afonso encontrara na Índia, em Novembro de 1550, e aquela que deixou, em Setembro de 1554, a constatação de que a Índia estava mais pacífica é óbvia. Se estava tão próspera quanto dizia, tal poderá ser bastante discutível, mas o certo é que

⁷²¹ O conflito deflagrou devido a uma revolta interna em Bijapur, na qual os revoltosos pretendiam impôr a realeza de Meale, exilado em Goa. Mascarenhas acudiu ao caso, organizando solenes cerimónias de aclamação do príncipe e partindo em seguida para a guerra. Sobre o tema veja-se o assento de D. Pedro Mascarenhas com o Meale, no qual se estabelecia que os Portugueses ficariam com várias praças do Concão. Cf. ANTT, CC I-95-50. Para um enquadramento do conflito veja-se: SUBRAHMANYAM, Sanjay, “Notas sobre...” in *Op. Cit.*, pp. 265-290.

⁷²² Cf. Carta de D. Pedro Mascarenhas a D. João III, Goa, 7.I.1555 – BPE, cód. CVX/2-7, peça 8.

⁷²³ Cf. Carta de D. Pedro Mascarenhas a Pêro de Alcáçova Carneiro – ANTT, CC I-94-82.

⁷²⁴ Cf. Carta de D. João III a D. Pedro Mascarenhas, Lisboa, 28.I.1556 – BPE, cód. CVX/2-7, peça 14.

⁷²⁵ Assim que avistassem os navios da armada de D. Afonso, deveriam retirar a bandeira da gávea e obedecer à sua autoridade. O episódio da gávea só acontecera com Jorge Cabral em 1551. Martim Afonso de Sousa, em 1546, tivera a alçada da armada mas não a bandeira na gávea. Cf. ANTT, CSV, vol. III, fls. 497-499 e PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa...*, p. 267.

⁷²⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Baía de Angra, 5.VIII.1555 – ANTT, CC I-96-50, fl. 1.

⁷²⁷ Cf. *Ibidem*, fl. 1v.

nos anos seguintes, nomeadamente durante o governo de Barreto, os principais problemas militares do Estado da Índia já não se centraram na questão turca, mas antes no subcontinente indiano⁷²⁸. Porventura D. Afonso pretendia que o monarca interpretasse aquela afirmação precisamente no âmbito do conflito com os Turcos, para tal atestando a carta com detalhes sobre a batalha naval de D. Fernando de Meneses contra Seydi Ali Reis. Na ocorrência, não pretendia meramente vangloriar-se do seu feito mas, primordialmente, demonstrar que tinha cumprido a sua missão e que estivera à altura dos acontecimentos, embora, como vimos, alguma oposição o tenha considerado inapto para o cargo, facto do qual estaria ciente.

Ao regressar ao Reino, D. Afonso estaria consciente da sua situação e de que, tal como todos os anteriores governadores e vice-reis, teria de prestar contas da sua governação. O ano de 1555, quando o Noronha regressou a Lisboa, revelou-se um ano de mudanças marcado, por um lado, pela morte do infante D. Luís e, por outro, pela crescente debilidade física do rei, em parte precipitada por este acontecimento, a qual possibilitou que, nos anos finais do reinado joanino D. Catarina assumisse um papel cada vez mais importante no despacho⁷²⁹. As suas bem conhecidas tensões com D. António de Ataíde, 1º conde da Castanheira, e a morte do monarca a breve trecho, em Junho de 1557, confirmaram o novo ambiente político-cortesão, com o “partido da rainha” a hegemonizar-se perante os restantes, designadamente aquando da decisão sobre a regência na menoridade de D. Sebastião. D. Afonso deverá ter sido sensível a estas mudanças: enquanto cortesão, mormemente, como fidalgo estreitamente ligado a D. Catarina pela via do seu falecido irmão, pelo tom intimista da sua carta a esta em 1552, e ainda pelo facto da sua filha, D. Catarina de Eça⁷³⁰, e a mulher do sobrinho D. Antão, D. Inês de Castro⁷³¹, serem damas da Casa da Rainha.

A pretensão de D. Afonso de Noronha de concessão de tença a todos os seus filhos quando regressasse da Índia não foi satisfeita. Em contrapartida, o “Almandarim”, na qualidade de patriarca do seu ramo familiar, alcançou duas importantes benesses: sendo certo por um lado que, em data que não conseguimos definir, o “Zelosíssimo” passara a

⁷²⁸ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Francisco Barreto” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* - <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁷²⁹ Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. Catarina...*, pp. 315-316.

⁷³⁰ Foi donzela da rainha entre 1547 e 1553 tendo 10 mil reais de tença anuais. Para todas as questões relacionadas com mercês deste capítulo consulte-se o Anexo A: Mercês dos Noronhas.

⁷³¹ Foi donzela da rainha entre 1553 e 1559, com 10 mil reais de tença anuais.

receber uma tença anual de 140 mil reais⁷³², por carta régia de 6 de Maio de 1556, o monarca concedeu-lhe o direito de poder dispor livremente de 160 mil reais da tença para a sua herança⁷³³; por outro lado, por carta régia de 17 de Fevereiro de 1557, viu reconhecido o direito de D. Fernando de Meneses, a herdar automaticamente os direitos das comendas⁷³⁴ das Olalhas e São Miguel da Guerra, na Ordem de Cristo. Em 29 de Abril de 1555, sem que possamos ter certezas totais por o indivíduo não surgir identificado, foi passada carta de conselheiro a um D. Fernando de Meneses⁷³⁵, possivelmente o filho de D. Afonso. Por fim, e não menos importante, em contexto a explicitar adiante quando se explanar a evolução da Casa de Vila Real durante o reinado de D. Sebastião, D. Fernando de Meneses foi nomeado para capitão de Ceuta, provavelmente em Abril de 1557, em virtude da aposentação do marquês D. Miguel⁷³⁶. O documento que o nomeia é uma carta régia ao marquês, a qual, pelo tom imperativo em que foi escrita, parece denotar que a nomeação fora feita contra o parecer do destinatário. A 20 de Abril de 1557, ainda antes de D. João III falecer, D. Antónia de Mendonça, mulher de D. Fernando, recebeu ordem de embarque para Ceuta⁷³⁷.

Em conclusão, se bem que, quando regressou, D. Afonso não tenha alcançado o objectivo de obter tença para cada um dos seus filhos, pelo menos conseguiu encaminhar o seu primogénito e a sua filha mais nova, D. Catarina de Eça. Durante o reinado sebástico, o Noronha tentou assegurar os destinos de D. Miguel de Noronha, de D. Jorge de Noronha e de D. João de Eça. Tal não foi então possível mas após as várias vicissitudes por que passara com o seu primogénito na Índia, o “Almandarim” procurou

⁷³² O documento original (Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 30, fl. 195v.) é de difícil leitura. Porém, não parece corresponder a D. Afonso, sendo este livro dedicado ao ano de 1527. É possível que D. Afonso tenha passado a receber a tença ao entrar no cargo de aposentador-mor ou quando foi para Ceuta.

⁷³³ É provável que na ocasião tenha sido acrescentado em mais 20 mil reais anuais de tença, embora o documento não o refira. Alguns documentos da chancelaria de D. João III referentes a D. Afonso perderam-se ou não foram registados, razão pela qual este aparece já na chancelaria de D. Sebastião, tratando-se de um trespasse, pois o documento original é um alvará de tença a D. Jorge de Noronha, seu filho. Cf. *CDS DH*, liv. 33, fl. 19v.

⁷³⁴ O referido na nota anterior volta a suceder. Neste caso, o documento original trata-se de uma confirmação daquele direito, datada de Agosto de 1573, inserindo-se nas disputas familiares após a morte de D. Afonso, que analisaremos (Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 34, fl. 46). Malgradamente, o trespasse não refere quais as comendas. No entanto, pressupomos tratar-se das comendas de Cristo das Olalhas e São Miguel da Guerra, as quais se consubstanciariam em direitos nas vilas de Egas de Dornes, no termo Óbidos.

⁷³⁵ Cf. ANTT, *CDJ (Privilégios)*, liv. 3, fl. 315v.

⁷³⁶ Cf. Carta de D. João III a D. Miguel de Meneses, s.l., s.d. – ANTT, *CSV*, vol. IX, fl. 259. D. Afonso confirma em carta posterior que o filho foi nomeado ainda antes do *Piedoso* falecer (Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Santarém, 27.IV.1561 – ANTT, *CC I*-104-116).

⁷³⁷ A ordem foi dada a Fernão Álvares de Noronha. Cf. Carta de D. João III a Fernão Álvares de Noronha, Lisboa, 20.IV.1557 – ANTT, *CSV*, vol. IX, fl. 204.

empenhar-se na vigilância deste durante a sua estadia na capitania de Ceuta, onde, de certo, pretenderia que igualasse os seus feitos militares.

IV. 2. De novo Ceuta (1557-1564)

Para D. Afonso o regresso a Ceuta não só não foi desejado, como não foi operado em termos comparáveis aos da década de 1540, período em que a indefinição política norte-africana possibilitou a realização de feitos militares dignos da mercê régia. Todavia, o abandono das praças norte-africanas de Safim e Azamor, em 1541-42, e de Alcácer-Ceguer e Arzila, em 1549-50, não significou de forma alguma que a capitania de Ceuta deixasse de ser ameaçada na década seguinte pelos seus tradicionais inimigos da década de 1540: o alcaide de Tetuão, o rei de Fez, o Xerife e os Turcos. Mas a unificação política marroquina, sob a égide dos Sáadidas, alterou o cenário político norte-africano a partir da década de 1550, unificando Fez e os Sáadidas. Doravante, estes últimos, envolvidos em disputas internas e em rivalidades com o rei de Argel, procuraram combater ao máximo a infiltração turca nos seus domínios. Este facto foi, em certas circunstâncias, favorável aos Portugueses os quais, manejando as rivalidades locais, alcançaram alianças favoráveis aos seus interesses. Do ponto de vista de D. Afonso e dos seus filhos, a realização de feitos militares e as consequentes mercês tornavam-se assim mais difíceis de obter devido às alianças estabelecidas. O novo enquadramento cortesão, que vimos começar a despontar a partir de 1555, e consumir-se com a regência de D. Catarina, em Junho de 1557, também não se revelou durante este período favorável à concessão de mercês. Por outro lado, o crescente poder e influência dos religiosos em Ceuta, sobretudo com o reforço da atenção régia à questão dos resgates, muito visível durante a regência de D. Catarina, criou uma nova situação política, também ela desfavorável aos interesses afonsinos: o aumento da influência dos religiosos com as suas naturais consequências políticas, já analisadas para o caso asiático.

Em carta de Julho de 1556, o então capitão de Ceuta, Jorge Vieira, dava conta a D. João III de como a ameaça da armada do rei de Argel, então coligado com forças turcas, poderia ser danosa para a manutenção da cidade⁷³⁸. O constante perigo turco, que marcara a década de 1540, mantinha-se com a agravante do cenário político não se encontrar tão indefinido como estivera até 1549. Assim, quando D. Fernando de

⁷³⁸ Cf. Carta de Jorge Vieira a D. João III, Ceuta, 28.I.1556 – ANTT, CC I-98-101.

Meneses assumiu a capitania de Ceuta, possivelmente ainda em Março de 1557⁷³⁹, a ameaça turca conheceu um agravamento. Logo em Setembro, em carta à regente D. Catarina, Meneses solicitava o envio de mantimentos e munições para a cidade pois boa parte do anterior carregamento havia sido entregue ao capitão de Tânger, com maiores carências⁷⁴⁰. A necessidade de socorros era tanto mais premente quanto D. Fernando havia partido para Ceuta com ordens de contenção de despesas e, por outro lado, tendo em conta que o alcaide de Tetuão, aliado dos Turcos, iria ser atacado por forças do Xerife, o capitão argumentava com a oportunidade de reverter a ocasião em favor dos Portugueses.

No ano seguinte e em contexto algo incerto, a cidade foi atacada pelos “mouros”⁷⁴¹, tendo Vasco da Cunha ficado ferido⁷⁴² e D. Fernando logrado resistir devido à ajuda do capitão de Tânger⁷⁴³. Nesse ano, a ameaça da esquadra turca voltava a pairar, o que motivou D. Catarina a prover aquelas duas praças de tudo o necessário⁷⁴⁴. De entre as ordens régias seguia um conjunto de normas que estabeleciam rígidos controlos nas entradas e saídas da fortaleza, denotando uma crescente desconfiança no relacionamento com os muçulmanos⁷⁴⁵. No final do ano, e após ter recebido ordens da rainha para efectuar um resgate⁷⁴⁶, o filho de D. Afonso de Noronha noticiava que os padres enviados pela rainha à cidade tinham sido capturados pela armada turca, embora os resgates estivessem bem encaminhados⁷⁴⁷. Graças ao auxílio de Cide Hamet, “O Gago” soubera que o rei de Argel e os Turcos iam avançar sobre Ourão, momento que, graças aos auxílios de D. Francisco Coutinho⁷⁴⁸, aproveitou para continuar as obras na cidade. Em resposta a esta missiva, a regente enviou as instruções para a concretização do resgate em Velez⁷⁴⁹.

⁷³⁹ Cf. FRANCA, Alejandro Correa, *Op. Cit.*, cap. 20.

⁷⁴⁰ Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Catarina, Ceuta, 17.IX.1557 – PUB. *SOURCES*, vol. V, doc. XXIII, p. 64.

⁷⁴¹ Pelo contexto, parece tratar-se dos mouros de Tetuão.

⁷⁴² Cf. Carta de Vasco da Cunha a D. Catarina, Ceuta, 9.VIII.1558 – PUB. DRUMOND, Isabel e Paulo, *Op. Cit.*, p. 195. Partimos do pressuposto que Vasco da Cunha detinha algum cargo na cidade, embora não sabemos qual. Possivelmente seria o de adail.

⁷⁴³ Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Catarina, Ceuta, 9.VIII.1558 – ANTT, CC I-102-33.

⁷⁴⁴ Cf. DRUMOND, Isabel e Paulo, *Op. Cit.*, pp. 112-113.

⁷⁴⁵ Cf. *Ibidem*, p. 118.

⁷⁴⁶ Cf. Carta de D. Catarina a D. Fernando de Meneses, s.l., s.d. – ANTT, CSV, vol. X, fl. 8.

⁷⁴⁷ Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Catarina, Ceuta, 13.XII.1558 – ANTT, CSV, vol. X, fls. 48-49.

⁷⁴⁸ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Francisco Coutinho” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁷⁴⁹ Cf. Carta de D. Catarina a D. Fernando de Meneses, s.l., s.d. – ANTT, CSV, vol. X, fls. 53-53v.

A preocupação de D. Catarina com a assistência e resgate dos cativos levava-a a proibir D. Fernando de tocar no dinheiro da Misericórdia de Ceuta para fins militares, ordem que, nas cartas Meneses afirma sempre ter cumprido. Mas, em Outubro de 1559, uma missiva do provedor da Misericórdia acusava D. Fernando de desviar fundos da instituição em proveito dos seus negócios pessoais com a agravante, para a mentalidade da época, de relacionar o filho do “Almandarim” com o favorecimento de um conhecido cristão-novo da praça⁷⁵⁰. O imperativo de se fazer justiça sobre o caso, enviando um capitão de idade mais avançada, bem como o medo de retaliações por parte de D. Fernando, motivaram o seu autor a escrevê-la secretamente. A reacção de D. Catarina não deverá ter sido a melhor, pois, então, para além de se encontrar empenhada em auxiliar o alcaide de Tetuão contra as forças do Xerife, recebia também uma carta de Bernardim de Carvalho, capitão de Tânger, queixando-se de D. Fernando⁷⁵¹. Porém, a rainha terá adiado a resolução do caso visto 1559 ter sido um ano particularmente difícil no âmbito da sua regência⁷⁵².

Entretanto, Meneses dava provas do seu empenho na resolução dos problemas dos cativos, solicitando à rainha mais esmolas para estes e sugerindo que Frei André fosse cuidar dos resgates, enquanto Frei Roque ficaria na cidade prestando auxílio aos cativos estantes em Ceuta⁷⁵³. Apesar de desconhecermos a resposta a este pedido do capitão⁷⁵⁴, tudo aponta para que a regente o tenha satisfeito. O incidente de 1559 não fora, apesar de tudo, esquecido e, em 1561 reacendeu-se da pior forma. Em Abril desse ano, D. Fernando informava a rainha sobre uma derrota da armada turca, embora não fornecesse grandes pormenores⁷⁵⁵. Já ao pai, em carta do mesmo dia, “O Gago” noticiava que os Turcos iriam atacar Melilha e que ele iria embarcar para o Reino, razão pela qual lhe pedia que comunicasse à rainha o sucedido⁷⁵⁶. O motivo do seu embarque não era mencionado mas, por carta posterior de D. Afonso, percebe-se que D. Fernando temia

⁷⁵⁰ Cf. Carta do Provedor da Misericórdia de Ceuta a D. Catarina, Ceuta, 29.X.1559 – ANTT, CC I-103-127. Infelizmente, a carta encontra-se em mau estado o que não permitiu o apuramento de mais dados.

⁷⁵¹ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida, e perda do senhor rey D. Sebastião, o desejado de saudosa memoria*, Lisboa Ocidental, na oficina de António de Sousa da Sylvam, 1732, liv. I, cap. 5.

⁷⁵² Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. Catarina...*, pp. 340-342.

⁷⁵³ Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Catarina, Ceuta, 6.V.1560 – ANTT, CC I-104-20.

⁷⁵⁴ Por outra carta, D. Fernando pedia formalmente a autorização pois na carta anterior tratava-se de uma sugestão. Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Catarina, Ceuta, 6.V.1560 – ANTT, CC I-104-21.

⁷⁵⁵ Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Catarina, Ceuta, 24.IV.1561 – ANTT, CC I-104-111.

⁷⁵⁶ Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Afonso de Noronha, Ceuta, 24.IV.1561 – ANTT, CC I-104-112.

pela sua vida. Apresentando-se como “seu verdadeiro criado”⁷⁵⁷, o Noronha rogava à rainha que retirasse D. Fernando da cidade, onde este se encontrava há 4 anos, “com muitas fomes e muito gasto”⁷⁵⁸. Provavelmente ferido na sua honra, D. Fernando terá embarcado pois o pai apontava na missiva que a rainha deveria mandar averiguar o caso das queixas sobre D. Fernando, ao invés de dar ouvidos a quem não devia.

Insatisfeita com a atitude de Meneses, a rainha incumbiu D. Afonso da governança da praça, tendo o Noronha partido para esta em data que desconhecemos com exactidão⁷⁵⁹. Tal sucedeu porque D. Fernando se escusara a combater os Turcos, tendo D. Catarina optado por enviar o pai “por ser cavalheiro de mayor experiencia, e resolução para despertar, e advertir, com poderes amplos de ser obedecido em tudo”⁷⁶⁰. Uma vez ali chegado, o experiente “Almandarim” deu conta à rainha de como os Turcos estantes em Tetuão haviam debandado, sabendo da sua presença, e de como o alcaide da cidade temia que fosse em pessoa conquistá-la⁷⁶¹. Os habitantes de Tetuão, ainda ameaçados pelas forças do Xerife, com quem os Portugueses se encontravam em negociações para efectuarem mais resgates, preferiam que a cidade fosse ocupada pelos lusos do que pelas forças sáadidas. Numa altura em que, em Fez, se preparava um novo exército para marchar contra Tetuão, D. Afonso sugeria à rainha que enviasse o seu filho para conquistar a cidade, antes que os Turcos tirassem partido da situação, ocupando a praça. Desconhecemos se D. Fernando regressou a Ceuta de imediato mas o certo é que, se o fez, não foi da forma desejada pelo pai.

Em carta ao secretário Pêro de Alcáçova Carneiro, o Noronha, partido para Ceuta a contragosto, depreendendo-se que por considerar que após o seu vice-reinado seria digno de mais do que do cargo de “mero” capitão de Ceuta, relatava com amargura a forma injusta como considerava ter sido tratado pela rainha⁷⁶². Agradecendo todos os serviços que já lhe havia prestado, o Noronha solicitou ao secretário que procurasse impedir a rainha de tirar o filho da capitania de Ceuta pois tal seria “maior afronta que mandarme por a vergonha no pelourinho de lixboa”⁷⁶³. Não só já havia controlado a ira

⁷⁵⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Santarém, 27.IV.1561 – ANTT, CC I-104-106, fl. 1.

⁷⁵⁸ Cf. *Ibidem*.

⁷⁵⁹ Avaliando por acontecimentos posteriores, calculamos que deverá ter partido em finais de Julho de 1561.

⁷⁶⁰ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, liv. I, cap. 5, p. 29.

⁷⁶¹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Ceuta, 2.VIII.1561 – ANTT, CC I-105-13.

⁷⁶² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a Pêro de Alcáçova Carneiro, Ceuta, 28.VIII.1561 – ANTT, CC I-105-25.

⁷⁶³ Cf. *Ibidem*, fl. 1v.

do filho face a D. Catarina, como afirmava estar disposto a defendê-lo até ao fim. Se bem que uma vez mais, os dados disponíveis não permitam esclarecer totalmente o que então se passou, estamos convictos que a manobra cortesã encetada por D. Afonso terá colhido frutos, pois sabe-se que D. Fernando de Meneses apenas veio a ausentar-se de novo da cidade, em 31 de Março de 1562, deixando-a a cargo de João Álvares de Azevedo, contador dos ofícios de Tânger⁷⁶⁴. Ainda nesse ano, marcado pelo cerco de Mazagão⁷⁶⁵, a ameaça de 25 galés turcas à cidade foi contida e D. Fernando pelejou novamente contra os “mourous”⁷⁶⁶, derrotando-os em batalha, embora o seu exército debandasse, facto este ocorrido aquando do seu regresso à cidade em Agosto de 1562⁷⁶⁷. Uma nova ausência verificou-se no Outono de 1562, provavelmente devido à organização das Cortes desse ano, nas quais o marquês de Vila Real e D. Afonso estiveram presentes. Mas, tudo indica que D. Fernando tenha governado a cidade até à vinda de D. Pedro da Cunha, em 1564, pois o marquês D. Miguel, ali chegado em Dezembro de 1562, não permaneceu nesta durante muito tempo por motivo de doença, assumindo D. Fernando o governo interino⁷⁶⁸.

Desta forma, Ceuta marcou de novo os horizontes da vida de D. Afonso e da sua família, embora não da melhor forma. O fim da estadia de D. Fernando em Ceuta, não significou, contudo, que outros filhos de D. Afonso e membros da Casa de Vila Real, já durante o governo efectivo de D. Sebastião, entre 1568 e 1578, não viessem a demandar o Norte de África. Porém, em Novembro-Dezembro de 1562, a reunião das Cortes do Reino afigurou-se como um momento de definição de estratégias e prioridades para a Casa de Vila Real, motivo que cremos, terá levado D. Afonso a manifestar a intenção de sair da cidade. As suas ambições pessoais conjugadas com o desejo de maior intervenção política a isso o poderão ter impelido, visto que após o final da regência de D. Catarina, o Noronha apostou claramente na estabilidade da sua descendência.

IV. 3. Assegurar uma descendência (1562-1573/1581): a consolidação patrimonial e as políticas matrimoniais

Os anos finais da vida de D. Afonso, compreendidos entre 1562 e 1573, datas, respectivamente, do último acontecimento político de vulto para a vida do Reino no qual

⁷⁶⁴ Cf. DORNELAS, Afonso de, *Op. Cit.*, pp. 119-120. Cf. BNL, *Colecção Pombalina*, cód. 647, fl. 1.

⁷⁶⁵ Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. Catarina...*, pp. 345-346.

⁷⁶⁶ Uma vez mais presumimos serem os mouros de Tetuão.

⁷⁶⁷ Cf. FRANCA, Alejandro Correa, *Op. Cit.*, cap. 20.

⁷⁶⁸ Cf. *Ibidem*.

sabemos ter participado, e da sua morte, foram marcados pela tentativa de consolidação do património que adquirira, desde pelo menos a década de 1530. Essa consolidação foi acompanhada pela concretização dos casamentos dos seus filhos. Assim, ao falecer em Janeiro de 1573, o “Almandarim” podia, a despeito das disputas sucessórias que o seu falecimento originou, considerar que deixava a vida dos seus filhos minimamente encaminhada. A abundância de documentos de chancelaria para as décadas de 1560 e 1570 relativos ao “Zelosissimo” e aos seus filhos demonstram esta preocupação, mas denotam também a tentativa de afastamento em relação ao núcleo titular da Casa de Vila Real. Esta realidade não deverá constituir surpresa pois, apesar de no caso da criação da Casa de Linhares, em 1525, se ter anotado a pressão exercida pelos marqueses de Vila Real para o seu surgimento, também é sobejamente conhecido que D. António de Noronha, 1º conde de Linhares (1525-1551), procurou depois, todos os meios para se autonomizar da Casa de Vila Real. O mesmo veio a suceder quando o 3º conde de Linhares, D. Fernando de Noronha, faleceu em 1608, sem herdeiros, deixando o título e Casa a um descendente de D. Afonso de Noronha⁷⁶⁹, a fim de evitar que o condado de Linhares fosse integrado no já então ducado de Vila Real. Porém, para que se compreenda o contexto em que D. Afonso consolidou a sua Casa senhorial em detrimento da de Vila Real, é necessário atentar à evolução daquela desde os últimos anos do reinado de D. João III até ao consumar da União Ibérica.

Falecido D. Pedro de Meneses, em finais Julho de 1543⁷⁷⁰, D. Miguel de Meneses de imediato recebeu carta régia com o assentamento de marquês, conquanto o valor da tença de marquês não lhe fosse pago anualmente⁷⁷¹. Ainda nesse ano, o *Piedoso* passou-lhe a mercê de prover os ofícios de escrivão dos órfãos de Vila Real⁷⁷². No entanto, até 1547, e como já foi referido, e até pelas disposições testamentárias de D. Pedro, a Casa foi tutelada pelo irmão D. Nuno Álvares e pela esposa D. Beatriz de Lara. Apenas em 1547, com o casamento de D. Miguel, com D. Filipa de Lencastre, filha de D. Afonso de Lencastre⁷⁷³, comendador da Ordem de Cristo e embaixador de D. João III em Roma na

⁷⁶⁹ Trata-se de D. Miguel de Noronha, 4º conde de Linhares, o qual era bisneto de D. Afonso. Para esta questão e a descendência de D. Afonso consulte-se: Apêndice B: Ascendência e descendência de D. Afonso de Noronha (Ligação à Casa de Vila Real e de Linhares – Séculos XVI-XVII).

⁷⁷⁰ Esta informação encontra-se na carta de assentamento de D. Miguel (Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 55, fl. 132v., Lisboa, 2.XI.1543).

⁷⁷¹ Cf. *Ibidem*. Receberia um total de 1775 719 durante 5 anos em vez da tença anual de 322 858 reais.

⁷⁷² Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 5, fl. 16v., s.l., 1.XII.1543.

⁷⁷³ D. Afonso de Lencastre foi o secundogénito do 1º duque de Coimbra, D. Jorge de Lencastre.

década de 1550, D. Miguel recebeu formalmente o título de marquês⁷⁷⁴. Uma série diversa de confirmações acompanhou o momento do seu casamento⁷⁷⁵, já apazado em tempos de D. Manuel⁷⁷⁶.

Contudo, apesar da ligação à Casa de Aveiro, então em condições de disputar a primazia com os Bragança, como os acontecimentos do início do reinado de D. Sebastião demonstram⁷⁷⁷, a verdade é que D. Miguel padecia dos mesmos constrangimentos financeiros que já haviam marcado o marquesado do seu pai. Neste quadro entende-se que, em 1554, D. Beatriz de Lara tenha dirigido uma carta a D. Catarina, pedindo mercês para o seu filho D. Manuel de Noronha. Já então se vislumbrava que D. Manuel viria a ser o sucessor de D. Miguel, por este não ter filhos⁷⁷⁸. O seu juramento como herdeiro de D. Miguel de Meneses só foi assegurado após a morte de D. João III mas, entretanto, o 4º marquês de Vila Real recebeu algumas benesses régias⁷⁷⁹. Com a morte do *Piedoso*, em Junho de 1557, a Casa de Vila Real pareceu recuperar protagonismo político, pois D. Miguel só assinou o documento que confirmou a regência de D. Catarina quando D. António de Ataíde o fez, a 15 de Junho⁷⁸⁰. Apesar da dilação na confirmação do novo contexto político, nas cerimónias de levantamento de D. Sebastião D. Miguel de Meneses teve o direito de beijar a mão do jovem monarca logo a seguir ao duque de Bragança e ao seu herdeiro⁷⁸¹. Pouco após, D. Miguel participou no recebimento dos embaixadores de Espanha e de França, que vinham apresentar condolências pela morte de D. João III⁷⁸². Mas, não obstante, D. Miguel nesse ano ter sido alvo de diversas mercês⁷⁸³, entre elas

⁷⁷⁴ Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 71, fl. 299, Lisboa, 12.VII.1547.

⁷⁷⁵ Todas passadas em Lisboa, a 12 de Julho de 1547: Doação de Almeida (Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 71, fl. 299v.); Doação de Azurara (Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 71, fl. 301v.); Doação da portagem de Santarém (Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 71, fl. 301v.).

⁷⁷⁶ Esta informação encontra-se na carta de titulação de D. Miguel (Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 71, fl. 299, Lisboa, 12.VII.1547). Provavelmente o casamento estaria combinado desde o nascimento de ambos, ocorrido em data desconhecida.

⁷⁷⁷ Referimo-nos às movimentações antagónicas da nobreza em 1557, 1559 e 1562, polarizadas entre a Casa de Bragança e a Casa de Aveiro.

⁷⁷⁸ Cf. Carta de D. Beatriz de Lara a D. Catarina, s.l., 1554 – ANTT, *CC* I-94-65.

⁷⁷⁹ Carta para obrigar bens da coroa a dote e arras (Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 63, fl. 242, Lisboa, 20.VIII.1555); Alvará de venda de juro (Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 63, fl. 326, Lisboa, 10.X.1555).

⁷⁸⁰ Cf. CRUZ, Maria do Rosário, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992, p. 34.

⁷⁸¹ Cf. MENEZES, D. Manoel, *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sebastião decimo sexto Rey de Portugal*, Lisboa Ocidental, Oficina Ferreirinha, 1730, cap. XVII; MACHADO, Diogo Barbosa, *Memorias del rey D. Sebastião*, tomo I, Lisboa Ocidental, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1736, liv. I, cap. IV.

⁷⁸² Cf. *Relações...*, pp. 440-441.

⁷⁸³ Cf. Carta para não haver correição em suas terras (Cf. ANTT, *CDJ* (*Privilégios*), liv. 5, fl. 41, Lisboa, 12.VII.1557); Carta para não pagar dízimas nem portagens (Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 5, fl. 41v., Lisboa, 13.VII.1557); Carta para os ouvidores das suas terras conhecerem apelações e agravos (Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 5, fl. 41v., Lisboa, 13.VII.1557).

destacando-se o reconhecimento por parte da Coroa da sucessão de D. Manuel⁷⁸⁴, os acontecimentos seguintes comprovam a inequívoca perda de valimento de D. Miguel junto da regente.

De facto, em Janeiro de 1559, D. Miguel escrevia a D. Catarina, queixando-se que não usufruía do assentamento de marquês como o pai tivera, apenas recebendo o assentamento de conde de Alcoutim⁷⁸⁵. Na missiva, o marquês argumentava com a antiguidade da Casa, os muitos serviços do pai e de D. Nuno Álvares e mencionava mesmo que até D. Leonor de Noronha, dama da rainha relembre-se, já havia tentado interceder por ele. O pedido de D. Miguel para passar a usufruir do assentamento de marquês só foi atendido durante a regência do cardeal D. Henrique⁷⁸⁶, o que pode contribuir para explicar o seu apoio, no âmbito das Cortes de 1562, à regência do inquisidor-mor⁷⁸⁷. Na verdade, e demonstrando uma vez mais a perda de influência política da Casa, D. Miguel fora compelido a socorrer-se do auxílio do duque de Aveiro, também ele apoiante de D. Henrique, para se opor aos partidários de D. Catarina⁷⁸⁸.

A acrescer a estes dados, sabe-se ainda que D. Miguel de Meneses para além de alimentar os mesmos desejos de grandeza do avô e do pai⁷⁸⁹, ainda tentou tornar-se próximo do jovem D. Sebastião⁷⁹⁰. Porém, a estratégia encetada não produziu grandes resultados dado que até à data do seu falecimento, em Março de 1564, a D. Miguel de Meneses apenas foi atribuída uma mercê de baixo valor⁷⁹¹.

Quiçá apercebendo-se do insucesso da estratégia do seu irmão, D. Manuel de Meneses, 5º marquês de Vila Real desde Janeiro de 1565, enveredou por um rumo distinto. Ao invés de tentar aproximar-se do regente D. Henrique, concentrou-se em D. Sebastião. Tudo aponta para que tenha estado ausente da corte nos anos de 1565 a 1568, uma vez

⁷⁸⁴ Cf. WAGNER, Mafalda de Noronha, *Op. Cit.*, p. 29.

⁷⁸⁵ Cf. Carta de D. Miguel de Meneses a D. Catarina, s.l. 23.I.1559 – ANTT, CC I-103-40.

⁷⁸⁶ Cf. CRUZ, Maria do Rosário, *Op. Cit.*, vol. I, pp. 84-85.

⁷⁸⁷ Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 323.

⁷⁸⁸ Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 325.

⁷⁸⁹ Assim se depreende do episódio em que D. Miguel entra numa das suas terras e diz aos seus vassalos: “devagar, devagar, não vos afogueis, que todos ireis conçolados” (Cf. *Anedotas Portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista*, edição de Christopher Lund, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, pp. 144-145).

⁷⁹⁰ Teria dito ao jovem rei que não o deixaria ir a África sem deixar sete ou oito herdeiros (Cf. VELLOSO, J. M. de Queiroz, *D. Sebastião*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935, p. 94).

⁷⁹¹ Trata-se de um Alvará para nomeação de juizes de fora (Cf. ANTT, *CDS DH (Privilégios)*, liv. 2, fl. 295v., Lisboa, 21.II.1561).

que nem na coroação do *Desejado*, ocorrida a 20 de Janeiro de 1568, esteve presente⁷⁹². Mesmo assim, logrou a obtenção de duas tenças⁷⁹³, de um padrão de juro de 50 mil reais⁷⁹⁴ e ainda de duas confirmações⁷⁹⁵, tudo entre 1565 e 1569. A proximidade a D. Sebastião já era uma realidade em inícios de 1567, quando o rei autorizou a sua partida para a capitania de Ceuta⁷⁹⁶, tendo o novo marquês mostrado empenho no cumprimento de ordens régias referentes à fortificação de Caminha e Azurara⁷⁹⁷. A confiança de D. Sebastião no 5º marquês de Vila Real aumentou consideravelmente durante a década de 1570: em 1573, o monarca fez mercê à sua mulher, D. Maria da Silva, de um padrão de tença de 78 125 reais anuais⁷⁹⁸; no Verão de 1574, D. Manuel recebeu D. Sebastião em Ceuta, aquando da sua primeira deslocação ao Norte de África⁷⁹⁹; em 1576, o soberano passou-lhe carta de conselheiro⁸⁰⁰ e, por fim, mas não menos relevante, no ano de Alcácer-Quibir, o marquês escreveu ao *Desejado* que quatro mil homens chegariam para derrotar o Xerife⁸⁰¹, acabando por acolher o Xerife deposto, por ordem do monarca⁸⁰². Todavia, não participou na batalha de Alcácer Quibir embora viesse a ser um dos nobres mais agraciados com a União Dinástica.

Explicitada em linhas gerais a evolução da Casa de Vila Real até ao final do reinado de D. Sebastião, resta analisar como esta interagiu com o ramo do “Almandarim”. Do casamento de D. Afonso de Noronha com D. Maria de Eça resultou uma prole de cinco filhos, apesar de D. Afonso numa das suas missivas fazer referência a seis filhos⁸⁰³: D. Fernando de Meneses, D. Miguel de Noronha, D. João de Eça, D. Jorge de Noronha e D. Catarina de Eça. Pelo facto de D. Fernando de Meneses ser referido como “mancebo”, tanto no Oriente como depois durante a sua estadia na capitania de Ceuta, calculamos que

⁷⁹² Cf. *Relações...*, p. 438; MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, liv. I, cap. II; SANTOS, Frei Manuel dos, *História Sebástica*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedro Galram, 1735, liv. I, cap. III.

⁷⁹³ Padrão de 102 mil reais de tença (Cf. ANTT, *CDS DH*, liv. 18, fl. 270, Lisboa, 10.IX.1566); Padrão de 89 600 reais de tença (Cf. ANTT, *CDS DH*, liv. 41, fl. 285v., Lisboa, 16.V.1569).

⁷⁹⁴ Cf. ANTT, *CDS DH*, liv. 18, fl. 363, Évora, 25.VIII.1566.

⁷⁹⁵ Alvará das rendas da portagem de Santarém (Cf. ANTT, *CDS DH*, liv. 25, fl. 5v., Lisboa, 10.V.1569); Alvará de arrendamento da portagem de Santarém (Cf. ANTT, *CDS DH (Privilégios)*, liv. 4, fl. 285v., Lisboa, 15.V.1566).

⁷⁹⁶ Cf. Carta de D. Manuel de Meneses a D. Sebastião, Leiria, 10.II.1567 – ANTT, CC I-108-32.

⁷⁹⁷ Cf. SANTOS, Frei Manuel, *Op. Cit.*, cap. X.

⁷⁹⁸ Cf. ANTT, *CDS DH*, liv. 31, fl. 236v., Lisboa, 21.IV.1573.

⁷⁹⁹ Cf. VELLOSO, J. M. de Queiroz, *Op. Cit.*, p. 198.

⁸⁰⁰ Cf. ANTT, *CDS DH (Privilégios)*, liv. 2, fl. 120, Coimbra, 2.VI.1576.

⁸⁰¹ Cf. CRUZ, Maria Augusta, *D. Sebastião*, s.l., Círculo de Leitores, 2006, p. 263.

⁸⁰² Cf. SANTOS, Frei Manuel, *Op. Cit.*, cap. XXVI.

⁸⁰³ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim, 27.I.1552–PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 20, p. 260.

o casal só tenha começado a ter descendentes em meados da década de 1530. Isto significa que desconhecemos todas as datas de nascimento e morte dos seus filhos.

Quanto ao primogénito D. Fernando, acerca do qual se adiantaram alguns dados, há conhecimento que teve duas mulheres, das quais não recebeu descendência: D. Maria de Vilhena, filha do senhor de Unhão, Manuel Teles de Meneses, e de D. Margarida de Vilhena⁸⁰⁴; D. Antónia de Mendonça, filha de Manuel de Melo Coutinho, comendador de Torrados na Ordem de Cristo e vedor da princesa D. Maria, esposa de Filipe II⁸⁰⁵. Desconhecem-se as datas dos enlaces mas, ao partir para Ceuta, D. Fernando já era casado com D. Antónia⁸⁰⁶; esta fez-se freira após a morte do marido, em data posterior a 1573.

D. Miguel de Noronha, o secundogénito do casal, consorciou-se com D. Joana de Vilhena, filha do comendador-mor da ilha de Santa Maria, D. Francisco Coutinho, e de D. Filipa de Vilhena, filha de D. Diogo Lobo, 2º barão do Alvito⁸⁰⁷. Deste matrimónio resultou uma vasta prole, entre a qual cabe destacar o primogénito D. Afonso de Noronha. Este foi o vice-rei da Índia, nomeado em 1621 para suceder ao governador Fernão de Albuquerque, falecido na viagem para o Oriente, tendo ainda sido o pai de D. Miguel de Noronha, 4º conde de Linhares, vice-rei da Índia entre 1629 e 1635, depois feito por D. Filipe III duque de Caminha⁸⁰⁸.

Acerca de D. João de Eça nada se sabe, excepto que foi cónego em Ceuta, sendo provável que o fosse desde o tempo da capitania do irmão D. Fernando. Quanto a D. Jorge de Noronha consorciou-se com D. Isabel de Mendonça, herdeira do capitão da vila da Praia, na ilha Terceira, Antão Martins Homem, não se conhecendo descendência do casal⁸⁰⁹. Por fim, D. Catarina de Eça casou-se com o herdeiro do marquês de Ferreira, D. Rodrigo de Melo, em 1573, mas faleceu em Outubro desse ano sem descendência⁸¹⁰, vindo o marido a morrer em Alcácer Quibir.

À data do falecimento de D. João III, D. Afonso de Noronha usufruía, como analisado, de uma tença anual de 160 mil reais, sendo ainda comendador-mor das Olalhas e de São

⁸⁰⁴ Cf. *História Genealógica*, tomo V, p. 122.

⁸⁰⁵ Cf. *Ibidem*.

⁸⁰⁶ Esta recebeu ordem de embarque para Ceuta em 1557 (Cf. nota 725).

⁸⁰⁷ Cf. *História Genealógica*, tomo V, p. 123.

⁸⁰⁸ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Miguel de Noronha” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* - <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁸⁰⁹ Cf. *História Genealógica*, tomo V, p. 123.

⁸¹⁰ Cf. *Brasões*, vol. I, p. 463.

Miguel da Guerra; embora quanto a esta temática a documentação de chancelaria não nos permita avançar com certezas⁸¹¹. A elevada tença atribuída pelo *Piedoso* ao seu “sobrinho” justificou-se, em nosso entender, não apenas como remuneração dos seus serviços, mas igualmente como forma de compensar o fidalgo por não ter dado assentamento a todos os seus filhos. Nesta óptica compreendem-se ainda as mercês dispensadas a D. Fernando de Meneses. Durante a regência do cardeal D. Henrique e do governo efectivo de D. Sebastião, a família de D. Afonso assistiu à concessão de diversas benesses. Tal situação, quando comparada com os conturbados tempos da regência de D. Catarina, denota um afastamento em relação àquele que foi durante muito tempo um dos maiores apoios da família de D. Afonso e da Casa de Vila Real, sobretudo, durante os tempos de D. João III.

A indiciar esta afirmação, no que ao “Almandarim” diz respeito, encontram-se os problemas com a rainha, relatados para o ano de 1561, bem como o facto de D. Afonso ter estado presente nas Cortes de 1562. Ao contrário do sobrinho, D. Miguel de Meneses, 4º marquês de Vila Real que apenas chegara a 2 de Dezembro, o Noronha já ali se encontrava desde 12 de Novembro⁸¹². Após uma primeira eleição de seis representantes da nobreza, foi mesmo seleccionado para representar de novo a nobreza de entre vinte e quatro novos membros⁸¹³. A sua presença surge atestada nas próprias Cortes, partilhando o “Zelosissimo” o estrado com os restantes senhores e alcaides de terras do Reino, se bem que sem precedências⁸¹⁴. Desconhece-se, porém, o voto que deu. Mas as inclinações da Casa de Vila Real e as suas próprias motivações pessoais e familiares levam-nos a crer que terá optado pela regência henriquina. Não esqueçamos que uma das primeiras decisões do novo regente foi a de agraciar D. Miguel com a tença que tanto reclamava⁸¹⁵ e que, logo no ano de 1564, dois factos denotam a proximidade da Coroa à Casa: a confirmação da sucessão de D. Manuel de Meneses como 5º marquês de Vila Real e a nomeação de D. Antão de Noronha para o vice-reinado da Índia⁸¹⁶.

Do período da regência do cardeal D. Henrique datam ainda algumas tentativas de D. Afonso para deixar 100 mil reais da sua tença ao seu quarto filho, D. Jorge de Noronha,

⁸¹¹ Desconhecemos as cartas de atribuição das comendas a D. Afonso, que poderiam esclarecer este ponto.

⁸¹² Cf. BA, cód. 44-XIII-42, fl. 24.

⁸¹³ Cf. *Ibidem*, fl. 24; CRUZ, Maria do Rosário, *Op. Cit.*, vol. I, pp. 308-309.

⁸¹⁴ Ao lado, entre outros, de Martim Afonso de Sousa e D. Estevão da Gama. Cf. *Relações...*, p. 348.

⁸¹⁵ Cf. CRUZ, Maria do Rosário, *Op. Cit.*, vol. I, p. 84-85.

⁸¹⁶ Cf. Anexo A: Mercês dos Noronhas para as mercês de D. Antão de Noronha em 1564.

mas os protestos do primogénito, ainda em 1564, fizeram abortar a intenção do pai⁸¹⁷. Querendo galardoar a longa carreira de D. Afonso, e num momento próximo das reformas que D. Sebastião encetou nas Ordens Militares⁸¹⁸, o regente concedeu igualmente ao Noronha a comenda de São João da Castanheira, na Ordem de Cristo, em substituição da comenda de São Miguel da Guerra, mais antiga e menos rendosa⁸¹⁹. Algures, D. Afonso tinha sido acrescentado em mais 40 mil reais anuais à sua tença, auferindo assim 200 mil reais; por outro lado, o documento, datado de Maio de 1566, previa que enquanto D. Afonso não fosse provido daquela comenda recebesse outros 100 mil reais anuais, e beneficiasse ainda do pagamento de 55 622 reais de dívidas antigas da Coroa a si⁸²⁰. Novos privilégios de administração das suas comendas foram atribuídos ao velho fidalgo por D. Sebastião, em Março de 1569⁸²¹.

Para um monarca como D. Sebastião, nascido, crescido e educado num ambiente cortesão marcado pela exaltação dos feitos dos Portugueses no Norte de África e no Oriente, D. Afonso de Noronha podia afigurar-se como uma figura digna de grande respeito e merecedora de mercês pelos seus feitos militares. Talvez aqui se encontre o motivo de a grande maioria das mercês, até à morte de D. Afonso, datar deste período. Assim, ainda em Dezembro de 1569, D. Sebastião confirmou um aumento na tença de D. Afonso, do tempo de D. João III⁸²², permitindo-lhe que, em Abril de 1571, repartisse a sua tença da seguinte forma: 50 mil reais para D. Maria de Eça, 10 mil para o cavaleiro Jerónimo Abreu e os restantes 116 mil para os filhos, em divisão a definir⁸²³. De entre todos os filhos, inequivocamente o melhor posicionado junto do rei e do pai era D. Miguel de Noronha pois, em Julho de 1571, logrou obter de ambos o direito a herdar 50

⁸¹⁷ Cf. ANTT, *CDS DH*, liv. 33, fl. 19v., Almeirim, 6.II.1574. Trata-se de um padrão de 50 mil reais de tença a D. Jorge de Noronha.

⁸¹⁸ O processo de criação das chamadas comendas novas remonta a D. Manuel, mas o governo de D. Sebastião veio trazer novos dados. Cf. OLIVAL, Fernanda, “The Military Orders and the nobility in Portugal, 1500-1800” in separata *Mediterranean Studies*, s.l., XI, 2002, pp. 71-88 e OLIVAL, Fernanda, “Norte de África ou Índia? Ordens militares e serviços (século XVI)” in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, edição coordenada por Isabel Cristina F. Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 769-795.

⁸¹⁹ Cf. ANTT, *CDS DH*, liv. 20, fl. 337, Lisboa, 16.V.1566. Trata-se de um alvará de tença de 100 mil reais a D. Afonso de Noronha

⁸²⁰ Cf. *Ibidem*.

⁸²¹ Cf. ANTT, *CAOD*, liv. 1, fl. 136, Almeirim, 7.III.1569. Trata-se de uma carta de procuração.

⁸²² Tal informação surge-nos num padrão a D. Maria de Eça onde também se estabelece a divisão da tença de D. Afonso pelos seus herdeiros. D. Afonso tinha comprado a D. Pedro de Meneses, 66 mil reais de tença. Cf. ANTT, *CDS DH*, liv. 35, fl. 57v., 21.VIII.1574. Trata-se de um padrão de 56 mil reais a D. Maria de Eça.

⁸²³ Cf. *Ibidem*.

mil reais de tença anual⁸²⁴. Todavia, pouco depois, as despesas com a sua partida provável para Ceuta onde deve ter estado com o primo D. Manuel de Meneses, levaram-no a vender a tença ao irmão D. João de Eça, já na ocasião testamentário da mãe⁸²⁵. O irmão cedo delegou a tença no primogénito de D. Miguel, chamado D. Afonso de Noronha⁸²⁶, certamente em honra do avô. Por fim, e último momento em que se vislumbra a graça régia face ao “Zelosíssimo”, em Julho de 1572, celebrou-se o contrato nupcial de D. Catarina de Eça com D. Rodrigo de Melo nas “casas de D. Afonso de Noronha” em Lisboa⁸²⁷. O casamento, prometido desde D. João III, fora autorizado por D. Sebastião, que respondera favoravelmente ao seu pedido para lhe fazer mercê⁸²⁸. O dote de 30 mil cruzados para o enlace tinha por garantia a tença de 56 mil reais que o Noronha então auferia e ainda bens de D. Maria de Eça, adiante explicitados⁸²⁹.

Já bem próximo da ocorrência da morte de D. Afonso é possível entrever algumas das tensões detectadas anteriormente, designadamente para o episódio do casamento da filha. Com esse fim, D. Maria de Eça concedeu a D. Fernando de Meneses uma procuração de plenos poderes no tratamento do dote da irmã, para os quais apresentava como garantia os prazos da Golegã e as vinhagas no mosteiro de Lorvão⁸³⁰; mas, em Fevereiro de 1572, era o irmão D. Miguel de Noronha quem ficava na posse temporária do dote⁸³¹. Desconhece-se como terminou o caso do dote de D. Catarina de Eça. O empenho tenaz do Noronha em consorciar a filha com o herdeiro de uma das Casas mais agraciadas por D. Manuel I e por D. João III, os Tentúgal/Ferreira, gerando o descontentamento de D. Pedro de Meneses, gorou-se logo em 1573, com a morte da filha. No entanto, deverá ser registada a capacidade que D. Afonso teve de o concretizar, a poucos meses de falecer, contrariando-se assim a ideia do seu pouco valimento e pobreza. Por estes últimos anos, D. Afonso de Noronha era ainda mordomo-mor e governador da Casa da infante D. Maria, embora não possamos apresentar uma data concreta⁸³². Essa proximidade à infanta poderá ter contribuído para o tornar a aproximar do monarca.

⁸²⁴ Cf. Alvará de 50 mil reais de tença a D. Miguel de Noronha – ANTT, *CDS DH*, liv. 26, fl. 300v., Lisboa, 25.VII.1571.

⁸²⁵ Cf. Verba de 50 mil reais a D. João de Eça – ANTT, *CDS DH*, liv. 27, fl. 336v., Lisboa, 26.VII.1571.

⁸²⁶ Por influência de D. Maria de Eça. Cf. *Ibidem*.

⁸²⁷ Cf. ANTT, *15º cartório notarial de Lisboa*, livro de notas nº 9 do tabelião Belchior Montalvo, fl. 24.

⁸²⁸ Cf. *Ibidem*, fl. 26v.

⁸²⁹ Cf. *Ibidem*, fl. 25-25v.

⁸³⁰ Deverá ser de Janeiro de 1562. Cf. *Ibidem*, fl. 31, s.l., s.d.

⁸³¹ Cf. *Ibidem*, fls. 32-32v., s.l., 8.II.1572.

⁸³² Consultadas as diversas biografias da Infanta, entre as quais se destaca a mais recente (Cf. PINTO, Carla Alferes, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577). O mecenato de uma princesa renascentista*,

À data do falecimento de D. Afonso de Noronha, a 2 de Janeiro de 1573, quase todos os seus filhos estavam já encarreirados, sabendo-se que D. Sebastião ainda assistiu, em Alcoutim, em Fevereiro de 1573, ao luto da marquesa de Vila Real pela morte do “Zelosíssimo”⁸³³. D. Fernando de Meneses, por vezes identificado, nas Cortes de 1562, como alcaide-mor de Castelo Branco, embora julguemos que erradamente⁸³⁴, apesar dos agravos com D. Catarina, procurou que esta partilhasse o poder com o cardeal. As suas simpatias pelo inquisidor-mor tornaram-se pouco depois certas visto que, em Junho de 1567, foi oficialmente nomeado conselheiro do rei e, desta vez, identificado como filho de D. Afonso⁸³⁵. À morte do pai, herdou a comenda das Olalhas e, apesar de em 1574 ser possível que tenha participado num ataque a Larache⁸³⁶, não deve ter vivido até Alcácer Quibir. Em Agosto de 1573 passou à mulher, D. Antónia de Mendonça, um padrão de tença de 100 mil reais, delegando-lhe o direito à comenda das Olalhas⁸³⁷. Durante o ano de 1574, diversas complicações, envolvendo o processo de reforma das Ordens Militares, encetado pelo *Desejado*⁸³⁸, determinaram que não pudesse herdar a comenda das Olalhas, ficando apenas com a de São João da Castanheira⁸³⁹. Quem terá beneficiado de tudo foi já a sua mulher uma vez que não conhecemos mais referências ao primogénito de D. Afonso de Noronha.

Sobre a interessante figura de D. Miguel de Noronha, avô do homónimo vice-rei da Índia e 1º duque de Linhares, também as informações são vagas, apesar de apontarem para uma grande proximidade com D. Sebastião. Em 1565, aquando das festas organizadas em Lisboa por ocasião da partida de D. Maria de Bragança⁸⁴⁰ para o seu enlace em Itália com Alexandre Farnese, D. Miguel surge referenciado como capitão de

s.l., Fundação Oriente, 1999) não se encontrou qualquer informação. Na ANTT, também não existem registos da Casa da Infanta para este período. Pela referência de Couto (*Ásia*, VIII, i, 6) relativa à idade de D. Afonso, depreendemos que fosse mordomo-mor e governador da Casa, desde 1569.

⁸³³ Cf. LOUREIRO, Francisco de Sales, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*, s.l., Livros Horizonte, 1984, p. 123. Agradeço esta informação à Prof. Doutora Maria Augusta Lima da Cruz.

⁸³⁴ A chancelaria não guarda, relativamente ao primogénito de D. Afonso, qualquer mercê que o identifique enquanto tal. O alcaide-mor de Castelo Branco, outro D. Fernando de Meneses, tinha um filho chamado D. Diogo de Meneses (MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, liv. I, cap. II). O D. Fernando de Meneses, filho de D. Afonso de Noronha, como referido, faleceu sem deixar descendência.

⁸³⁵ Cf. nota 735 para o documento do tempo de D. João III. Carta de conselheiro de D. Fernando de Meneses – ANTT, *CDS DH (Privilégios)*, liv. 9, fl. 160, Lisboa, 11.VI.1567.

⁸³⁶ Não surge identificado. Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, liv. III, cap. IV.

⁸³⁷ Esta informação surge em ANTT, *CDS DH*, liv. 34, fl. 46, Lisboa, 17.X.1574. Trata-se de um Padrão de tença de 100 mil reais de tença a D. Fernando de Meneses.

⁸³⁸ Cf. nota 818.

⁸³⁹ Esta informação surge em ANTT, *CDS DH*, liv. 34, fl. 46, Lisboa, 17.X.1574. Trata-se de um padrão de tença de 100 mil reais de tença a D. Fernando de Meneses

⁸⁴⁰ D. Maria de Bragança/Portugal (1538-1577) era filha do infante D. Duarte, 4º duque de Guimarães e irmão de D. João III, e de D. Isabel de Bragança, primeira filha da união entre D. Jaime (1479-1532), 4º duque de Bragança, e D. Leonor de Mendonça da Casa castelhana de Medina-Sidónia.

uma das quatro companhias participantes no desfile⁸⁴¹. Devido à provável morte do irmão em 1574, foi comendador das Olalhas e de São João da Castanheira⁸⁴². Em Abril de 1575, recebeu de D. Sebastião carta de conselheiro⁸⁴³, sendo possível que já tivesse algum assentamento que a chancelaria não esclarece, visto que, em Dezembro de 1575, renunciou em D. Maria de Lemos 20 mil reais anuais da sua tença de 102 mil⁸⁴⁴. Por documento de 8 de Outubro de 1577 passado em Lisboa, o monarca nomeou-o capitão em Alcácer-Quibir⁸⁴⁵, surgindo nas crónicas mencionado como coronel. O número de homens que comandou o único descendente de D. Afonso em Alcácer-Quibir varia consoante as fontes⁸⁴⁶, assim como o papel que lhe é atribuído durante a batalha⁸⁴⁷, mas todas concordam que ficou cativo. Umas afirmam que chegou a ser um dos primeiros a reconhecer o corpo de D. Sebastião⁸⁴⁸, enquanto a maioria acorda que foi nomeado pelo Xerife para vir ao Reino negociar os resgates com D. Henrique. Nos anos de 1579, 1580 e 1581 foi uma figura-chave na construção política do Portugal dos Áustrias, comandando as forças do reticente D. Manuel de Meneses na invasão de 1581⁸⁴⁹ e procurando, pouco depois, concorrer com o valimento de D. João da Silva, conde de Portalegre⁸⁵⁰, junto de D. Filipe I. É, pois, plausível que o seu posterior ofício de aposentador-mor e copeiro-mor de D. Filipe I, assim como o seu governo de Ceuta⁸⁵¹ tenham lançado as bases para as carreiras do filho, D. Afonso de Noronha, e do sobrinho, D. Miguel de Noronha.

Quanto a D. Jorge de Noronha tudo indicia para que não tenha chegado a herdar os 50 mil reais que o pai lhe consignara, devido à oposição do irmão de D. Fernando, pois em

⁸⁴¹ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo II, liv. II, cap. XIII. Agradeço esta informação à Prof. Doutora Maria Augusta Lima da Cruz.

⁸⁴² Cf. *Título dos Noronhas*, fl. 97.

⁸⁴³ Cf. Carta de conselheiro a D. Miguel de Noronha – ANTT, *CDS DH (Privilégios)*, liv. 27, fl. 336v., Lisboa, 26.VI.1571.

⁸⁴⁴ Cf. Aposta de 82 mil reais de tença a D. Miguel de Noronha – ANTT, *CDS DH*, liv. 34, fl. 185v., Almeirim, 7.XII.1575.

⁸⁴⁵ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de D. Sebastião (1568-1573)*, 2ª edição, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1987, p. 437. Agradeço esta informação à Prof. Doutora Maria Augusta Lima da Cruz.

⁸⁴⁶ Varia entre 4000 (Cf. SOARES, Pero Roiz, *Memorial*, leitura e revisão de M. Lopes de Almeida, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1953, cap. 42), 3000 (Cf. RIBEIRO, Luciano (ed.), “Colectânea de documentos acerca de D. Sebastião” in *Stvdia*, nº5 (Janeiro de 1960), p. 247), 2500 (Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo IV, liv. I, cap. XVII) e 500 (Cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *Historia del Reyno de Portugal*, Ambers, em casa de Juan Baptista Verdussen, 1680, p. 308).

⁸⁴⁷ Para uns combate desde o início (Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, liv. V, cap. XVII), e para outros foi frouxo (Cf. SANTOS, Frei Manuel dos, *Op. Cit.*, liv. II, cap. XXXVII).

⁸⁴⁸ Cf. *Ibidem*, liv. II, cap. XL.

⁸⁴⁹ Cf. Carta do duque de Alba a Gabriel Zayas, s.l., 10.VIII.1580 – *CDIHE*, vol. XXXII, pp. 571-574.

⁸⁵⁰ Cf. Carta do duque de Alba a Gabriel Zayas, Lisboa, 29.IV.1581 – *CDIHE*, vol. XXXIV, pp. 279-280.

⁸⁵¹ Cf. *História Genelógica*, tomo V, p. 123. Desconhecemos as datas em que foi capitão de Ceuta.

Fevereiro de 1570, D. Sebastião assentou-lhe 60 mil reais de tença⁸⁵². Sempre próximo do *Desejado*, acompanhou-o nas suas duas jornadas africanas, indo com ele a Ceuta uma das vezes⁸⁵³. Ali serviu mesmo uma comenda, durante a capitania do primo D. Manuel de Meneses⁸⁵⁴. Apenas a doença o reteve em Arzila e o impediu de acompanhar o soberano a Alcácer-Quibir⁸⁵⁵, mas, após a morte do rei, foi um adepto incondicional da causa de D. Filipe I. De facto, foi dos primeiros a ceder à acção corruptora de D. Cristóvão de Moura⁸⁵⁶ e convenceu D. Manuel de Meneses a aderir à causa filipina⁸⁵⁷, quem sabe se não mesmo negociando as mercês que a Casa recebeu, depois de 1581, em especial, o desde sempre almejado título ducal. Promoveu ainda um encontro fracassado com o Prior do Crato⁸⁵⁸ e, sobretudo, afastou o primo deste, garantindo assim o sucesso da investida filipina⁸⁵⁹. Sem descendência, morreu pouco depois.

Por fim, duas notas finais impõem-se para mencionar os diferentes destinos de D. Maria de Eça e de D. André de Noronha. Quanto a D. Maria, há que destacar a sua proximidade a D. Catarina devido à aposta de juro que recebeu da regente, em Outubro de 1559⁸⁶⁰, posteriormente confirmada pelo cardeal regente, em Junho de 1563⁸⁶¹. Mas, mais notável, foi a forma como se apropriou de toda a anterior tença de D. Afonso. Começando por receber deste 56 mil reais de tença⁸⁶², através de um conflito com D. Fernando de Meneses e com D. Miguel de Noronha, assenhoreou-se dos restantes 116 mil reais de tença e até dos restantes 56 mil reais consignados ao sobrinho D. Afonso de Noronha⁸⁶³. É crível que tenha morrido pouco depois, desconhecendo-se o destino dos seus bens.

Outra figura relevante e cuja influência não deve ser menosprezada é a do bispo de Portalegre, D. André de Noronha, que poderá ter contribuído para a nomeação vice-real do irmão D. Antão, em 1564. Consultador da Mesa de Consciência e Ordens e anterior prelado da Igreja Matriz de Caminha onde, aliás, fundou o mosteiro da Misericórdia dos

⁸⁵² Cf. Alvará de 60 mil reais de tença a D. Jorge de Noronha – ANTT, *CDS DH*, liv. 26, fl. 219v., Lisboa, 25.II.1570.

⁸⁵³ Cf. *Títulos dos Noronhas*, fl. 98.

⁸⁵⁴ Cf. *História Genealógica*, tomo V, p. 123.

⁸⁵⁵ Cf. *Ibidem*.

⁸⁵⁶ Cf. POLÓNIA, Amélia, *D. Henrique*, s.l., Círculo de Leitores, 2005, p. 222.

⁸⁵⁷ Cf. Carta de D. Cristóvão de Moura a D. Filipe I, s.l., 14.IV.1579 – *CDIHE*, vol. VI, pp. 245-249; Carta de D. Filipe I a D. Cristóvão de Moura, s.l., 24.IV.1579 – *CDIHE*, vol. VI, p. 275-278.

⁸⁵⁸ Cf. POLÓNIA, Amélia, *Op. Cit.*, p. 237.

⁸⁵⁹ Cf. nota 848.

⁸⁶⁰ Cf. Aposta de juro de 100 mil reais a D. Maria de Eça – ANTT, *CDS DH*, liv. 7, fl. 54, s.l., 24.X.1559.

⁸⁶¹ Cf. Padrão de 100 mil reais de juro a D. Maria de Eça – ANTT, *CDS DH*, liv. 2, fl. 474v., s.l., 1.VI.1563.

⁸⁶² Cf. Padrão de 56 mil reais de juro a D. Maria de Eça – ANTT, *CDS DH*, liv. 35, fl. 57v., Lisboa, 21.VIII.1574.

⁸⁶³ Cf. *Ibidem*.

freires franciscanos, D. André de Noronha fora o deão de capela do príncipe D. João⁸⁶⁴. Com a morte do *Piedoso*, foi defensor da regência da rainha, sendo recompensado com o recentemente criado bispado de Portalegre quando D. Catarina deste transferiu D. Julian de Alva para Miranda⁸⁶⁵. Nas Cortes de 1562, foi a segunda figura da Igreja Portuguesa, seguindo o arcebispo de Lisboa⁸⁶⁶. Em 1569, foi o testamenteiro de D. Antão de Noronha, tendo sido igualmente próximo de D. Sebastião que o fez seu conselheiro, em Dezembro de 1570⁸⁶⁷, fixando-lhe ainda uma tença de 250 mil reais⁸⁶⁸. No início do reinado de D. Henrique foi a figura que lhe lançou a água benta na cerimónia da sua aclamação⁸⁶⁹. Porém, e tal como os primos, foi um apoiante da causa de D. Filipe I acabando, em 1581, por ser nomeado para o bispado de Placencia, em Castela, onde faleceu em 1586⁸⁷⁰.

De tudo o exposto e apesar de não termos prolongado o nosso estudo ao período da União Dinástica, conclui-se como e quanto, os diferentes ramos da Casa de Vila Real beneficiaram com a União Dual. Do ponto de vista de D. Afonso, que não assistiu a esses eventos, os seus últimos tempos foram marcados pela tentativa de consolidação do que adquirira durante toda a sua vida. Tratava-se, afinal, do percurso habitual de qualquer fidalgo que construía uma carreira cortesã e ultramarina, como foi o caso do Noronha: a perspectiva de enriquecimento pessoal, sempre aliada ao engradecimento pessoal e linhagístico, levavam à tentativa de estabilização material. No caso do “Zelosíssimo”, cremos possível que tenha mesmo almejado a um título condal. Não só tinha um currículo que o permitia, como e mais relevante que tudo, era senhor de terras e comendador. O que faltava então para ser feito conde? Tal como tantos outros homens que aspiraram a essa mercê é assaz conhecido como os meados da centúria quinhentista assistiram a um afunilamento das titulações⁸⁷¹. Além disso é conhecido como as figuras da expansão durante a dinastia de Avis, tirando Vasco da Gama, nunca alcançaram títulos. A rápida

⁸⁶⁴ Cf. CRUZ, Maria do Rosário, *Op. Cit.*, vol. II, p. 42.

⁸⁶⁵ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo I, liv. II, cap. XXX.

⁸⁶⁶ Cf. *Ibidem*, tomo II, liv. I, cap. XII.

⁸⁶⁷ Cf. Carta de conselheiro a D. André de Noronha – ANTT, *CDS DH (Privilégios)*, liv. 2, fl. 193v., Lisboa, 10.XII.1570.

⁸⁶⁸ Cf. Padrão de 250 mil reais de juro a D. André de Noronha – ANTT, *CDS DH*, liv. 29, fl. 9, Lisboa, 15.I.1572.

⁸⁶⁹ Cf. MOURA, Miguel de, *Chronica do cardeal rei D. Henrique e Vida de D. Miguel de Moura, escripta por elle mesmo*, anotações da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1840, cap. XVIII.

⁸⁷⁰ Cf. ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, edição de Damião Peres, vol. III, Lisboa, Livraria Civilização, 1968, pp. 644-645.

⁸⁷¹ Durante o reinado de D. Sebastião apenas foi concedido um título novo: conde da Calheta a Simão Gonçalves da Câmara, irmão do mestre do monarca, o jesuíta padre Luís Gonçalves da Câmara. Sobre a evolução das titulações veja-se: OLIVEIRA, Luís Filipe, RODRIGUES, Miguel Jasmins, “Um processo...” in *Op. Cit.*

morte de D. João III, aquando do seu regresso, as disputas da nobreza durante as regências de D. Catarina e de D. Henrique e, por fim, a política “africana” de D. Sebastião, não propiciaram a D. Afonso essa hipótese. A acrescer, estava ainda a sua origem familiar. O facto de provir de uma família que em dois casos concretos, D. Fernando de Meneses e D. Nuno Álvares Pereira, já reclamara títulos sem os alcançar, certamente não jogou a favor de D. Afonso.

Por todas estas circunstâncias, entendemos que os últimos anos do “Zelosissimo” não foram passados na pobreza, como Couto afirma, mas provavelmente numa expectativa constante de, no caso de não alcançar o desejado título, um dos filhos um dia o obter. E, de facto, essa meta foi atingida mais tarde, quando D. Miguel de Noronha, em 1608, foi reconhecido por D. Filipe II como 4º conde de Linhares, num contexto de União Dinástica. Para tal, contribuíram os acidentes da História é certo, mas relembrem-se também os serviços de gerações inteiras de Noronhas, entre os quais se encontrava o presente fidalgo. Finalmente, esboçada uma conclusão sobre a importância de D. Afonso de Noronha para a história da sua Casa, necessitando esta ainda de mais estudos biográficos de outras figuras, é momento de rumar de novo a Oriente e procurar perceber a importância do seu vice-reinado na década de 1550 e, em especial, para a História do Estado da Índia no século XVI.

Conclusão

O vice-reinado de D. Afonso de Noronha, rico em relevantes eventos políticos e militares, parece-nos ter constituído um momento decisivo na História do Estado da Índia no século XVI, se bem que, quando comparado com o mandato de outros governadores, não tenha ficado devidamente valorizado na memória historiográfica com o devido realce uma vez que esta dele guardou apenas pequenas referências⁸⁷². No entanto, julgamos demonstrado que a especificidade dos termos da nomeação do “Zelosissimo”, em 1549-1550, atesta, por si só, a importância deste vice-rei. Como mencionado, a partir de D. Afonso de Noronha todos os nomeados em Lisboa passaram a receber o título de vice-rei, parâmetro que novamente convida a encarar o quadriénio afonsino com redobrada atenção, obrigando a recolocar as questões enunciadas na Introdução: até que ponto este vice-reinado não espelhou um ponto de chegada e um ponto de partida? Em que medida a difícil transição da década de 1540 para a década de 1550, não espelha a presença de novas lógicas em afirmação, das quais uma das mais visíveis foi, sem dúvida, a territorialização? Não seriam, afinal, os tons de “crise” de meados deste século que a historiografia tendeu a ver este período a manifestação mais premente dessas mudanças?

Na verdade, a análise da política afonsina no Oriente conduz-nos a encará-la, em certos aspectos, como um ponto de chegada e um ponto de partida. Um claro exemplo, é-nos fornecido pelas Praças do Norte, com especial destaque para Diu. Defendemos que as vitórias alcançadas por D. João de Castro durante o seu governo foram incompletas e, a título de prova, demonstrámos que em 1551-52 estava em curso a preparação de um terceiro cerco àquela praça. A manifesta interdependência, ao longo do vice-reinado de D. Afonso de Noronha, entre a política de combate aos Turcos e a política seguida nas Praças do Norte, teve como consequência a estabilização da presença lusa em Diu. O que não se afirmou foi que, no momento preciso em que tal sucedeu - Abril de 1555 - durante o consulado de D. Pedro Mascarenhas, e sem que os contemporâneos disso tivessem consciência, se encerrava uma fase na História do Estado da Índia, iniciada em 1518, quando D. Manuel I ordenou, por regimento a Diogo Lopes Sequeira, a implantação de

⁸⁷² Uma exceção ao afirmado deve ser feita para o caso do Padre Georg S. J. Schurhammer o qual, na sua biografia de Francisco Xavier (Cf. SCHURHAMMER, Georg S. J., *Francis Xavier...*), analisa com interessante detalhe a figura de D. Afonso. Saliente-se ainda a atenção que Pinheiro Chagas, na viragem para o século XX, prestou ao Noronha (Cf. CHAGAS, Manuel Pinheiro, *Historia de Portugal popular e ilustrada*, 3ª edição, vol. IV, Lisboa, Empresa da Historia de Portugal, 1900, pp. 60-75).

uma fortaleza em Diu. Porém, ainda mais significativo que essa consolidação foi o fim da ameaça turca àquela praça, não tendo esta jamais sido confrontada com a eminência de ataque dos Turcos. A vitória naval de 1554 contra as forças de Seydi Ali Reis foi, assim, plena de consequências, não só no Golfo Pérsico mas, sobretudo, nas Praças do Norte, demonstrando a inviabilidade dos Otomanos se deslocarem com sucesso até à Índia. Por último, esta vitória, sobre a qual procurámos analisar o papel decisivo desempenhado pelo Noronha, teve consequências nos anos imediatamente seguintes, assistindo-se à expansão para as Praças do Norte, já referenciada durante os governos de Francisco Barreto e de D. Constantino de Bragança. Em suma, cremos que quanto a esta área, o vice-reinado afonsino inaugurou de facto uma nova fase na História político-militar do Estado da Índia, facilmente confirmada por eventos posteriores.

Uma outra área em que julgamos ter o vice-reinado de D. Afonso de Noronha contribuído decisivamente para a afirmação crescente de novas lógicas, designadamente a territorialização, prende-se com os casos de Ceilão e de Goa. Sobre o primeiro, polémicas à parte quanto à expedição ceilonense de 1551, retratou-se como coube a D. Afonso apresentar ao rei o parecer final sobre a (re)construção de uma fortaleza na ilha. Relembre-se que a presença portuguesa no Ceilão padecia, desde o desmoronamento da fortaleza local, em 1524, ordenado por D. Vasco da Gama, de um conjunto de vicissitudes as quais, já na década de 1540 contribuíram para criar a ideia de que o estabelecimento luso na ilha da canela assumia um carácter de inevitabilidade. Sabe-se que os eventos do governo de D. João de Castro não lhe permitiram concretizar a sua intenção de ir em pessoa à região durante o ano de 1547. Constatou-se ainda a relutância de Garcia de Sá em tratar dos assuntos ceilonenses e como, só com Jorge Cabral, se iniciou um tímido avanço⁸⁷³. Uma vez mais recaiu em D. Afonso de Noronha a responsabilidade de ser o agente desse tão propalado estabelecimento na ilha, conforme se viu na carta que enviou ao monarca em 1551. Com essa decisão, e tal como se assinalou, iniciou-se uma nova etapa da presença portuguesa no Ceilão, marcada pela crescente intervenção lusa nos assuntos internos do reino de Kotte. Desta forma, julgamos que a expedição de 1551, a despeito da polémica àcerca da acção do vice-rei, lançou, também aqui, as bases de uma nova fase da História do Estado da Índia.

No respeitante a Goa, a forma como D. Afonso de Noronha prosseguiu a fortificação da mesma, a divisão das paróquias de Bârdéz e Salsete, que encetou entre Jesuítas e

⁸⁷³ Referimo-nos à expedição de D. Jorge de Castro em 1550.

Franciscanos, e a sua atenta preocupação perante as guerras intestinas dos sultanatos indianos, mormemente se conjugada com a probabilidade de ter sido graças ao “Almandarim” que se mantiveram aqueles dois territórios contíguos à ilha de Goa apesar de não conhecermos documentos que o comprovem, demonstram, como também nesta área D. Afonso gizou uma política de territorialização.

Apenas em relação ao Malabar e à Insulíndia, a política afonsina parece não ter inovado substancialmente em relação às anteriores. No tocante à questão turca importa salientar que a vitória de 1554 para o Golfo Pérsico não foi tão decisiva quanto se poderá pensar, visto que, em 1559, D. Antão de Noronha, então capitão de Ormuz, teve de acudir ao cerco do Bahrein, lançado pelas forças otomanas. Porém, o simples facto de nessa época os Turcos já não arriscarem sair do Golfo comprova como, de alguma forma, a vitória de 1554 foi determinante na inibição turca de atacar directamente a Índia Portuguesa. Em breve, as negociações luso-otomanas conduzidas durante a década de 1560, em especial pelo vice-rei D. Francisco Coutinho, 4º conde de Redondo (1561-1564), viriam a selar essa nova fase.

Não menos importante do que já anteriormente foi afirmado e, porventura, mais determinante para a imagem que a historiografia tende a apresentar sobre o Estado da Índia nas décadas de 1550 e 1560, o vice-reinado de D. Afonso de Noronha foi marcado pela crescente afirmação política do poder dos religiosos, com especial enfoque para os Jesuítas. Esta afirmação, que não raras vezes colidia com os interesses políticos dos diversos agentes da Coroa no Oriente, tendeu a ser uma tónica dominante nas décadas seguintes, que tão só o período filipino procurou começar a conter. Se por um lado, a estreita ligação de D. Afonso de Noronha aos Jesuítas e aos Franciscanos prolongou o já sucedido no tempo de outros governadores e vice-reis, por outro, parece-nos ter criado as condições para a instauração de um espírito contra-reformista, até então ainda em esboço. As novas manifestações deste espírito não tardariam a chegar, designadamente durante o vice-reinado de D. Constantino de Bragança.

Assim, e como frequentemente ocorreu na História, os momentos considerados de “crise” podem ser interpretados como períodos de reestruturação e de afirmação de novas lógicas, permitindo-nos afirmar que, afinal, a década de 1550, tão conotada com essa “crise”, não assistiu a mais do que a uma reformulação. Aliás, este cenário coaduna-se

com a imagem do restante império português em meados da centúria quinhentista⁸⁷⁴: um império que crescentemente se territorializa e no qual o espírito de Contra-Reforma conhece uma expansão fulgurante, apoiada inequivocamente por D. João III e, mais tarde, pelas regências de D. Catarina e de D. Henrique.

Em conclusão, o vice-reinado de D. Afonso de Noronha, contextualizado em todas estas vertentes, asseverasse-nos ter sido, de facto, um ponto de partida para novas lógicas. Mas, o que se nos afigura mais notável é o facto das lógicas que D. Afonso traçou entre 1550 e 1554 terem sido prosseguidas e aprofundadas pelos seus sucessores, aspecto a registar, pois, não raras vezes, a História do Estado da Índia registou rupturas políticas difíceis de gerir, particularmente em momentos de sucessão⁸⁷⁵. Neste ponto, é admissível que novos estudos sobre a segunda metade da década de 1550 possam vir a sedimentar esta imagem de uma década de “reformulações e reestruturações”, que ensaiámos para o governo afonsino. É também nossa convicção que futuros estudos poderão vir a revelar que a consolidação vivida no Estado da Índia a partir da década de 1550, bem visível nas novas áreas de expansão acima referidas, poderá ter constituído um dos principais motivos para da crise de 1565-1575: a necessidade então sentida pelos diversos potentados orientais de unirem esforços para derrotarem definitivamente os Portugueses. Mas, por ora, ficaremos agradados se tivermos êxito em incutir duas ideias que consideramos fundamentais: a de que o “Zelosíssimo” foi percepcionado ao seu tempo como um verdadeiro sucessor de D. João de Castro e de como o próprio utilizou essa imagem a seu favor; por último, e não de somenos importância, a de que o vice-reinado de D. Afonso de Noronha, além de marcado por uma consolidação geral da presença portuguesa no Oriente, após os seus diversos sobressaltos, lançou novos trilhos que viriam a ser explorados nos anos seguintes. Por estes motivos, consideramos que a figura deste vice-rei não deverá permanecer na sombra devido aos feitos de D. João de Castro, cuja obra nunca colocámos em causa, tal como poderá acontecer com outras figuras referenciadas na Introdução (Francisco Barreto e D. Constantino de Bragança e D. Antão de Noronha e D. Luís de Ataíde). Por esta razão ainda, apontámos a importância da realização de estudos comparativos entre os diversos vice-reis e governadores.

⁸⁷⁴ Cf. COSTA, João Paulo, “O Império Português em meados do século XVI” in *Anais de História de Além-Mar. Homenagem a Luís Filipe Thomaz*, vol. III, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 87-121.

⁸⁷⁵ Vejam-se os casos das seguintes transições: Afonso de Albuquerque/Lopo Soares de Albergaria, D. Duarte de Meneses/D. Vasco da Gama, D. Henrique de Meneses/Lopo Vaz de Sampaio, Lopo Vaz de Sampaio/Nuno da Cunha, Nuno da Cunha/D. Garcia de Noronha e Martim Afonso de Sousa/D. João de Castro.

Fontes e bibliografia

Fontes e bibliografia

Documentação manuscrita:

Biblioteca da Ajuda

Códices de genealogias:

49 – XII – 39 – *Famílias de Portugal de Andrade Leitão*

49 – XIII – 20 – *Cópia das famílias por Damião de Góis*

Códices documentais:

44 – XIII – 42

49 – IX - 36

50 – IV - 1

50 – IV – 12

50 – V – 22

50 – V - 33

51 – VI – 37

51 – IX - 9

Biblioteca Nacional:

Código 1054 - *Título dos Noronhas* da autoria de D. Luiz Lobo, conde de Sarzedas, D. António Noronha e D. António Caetano de Sousa

Colecção Pombalina, código 647 – *Papeis avulsos*

Biblioteca Pública de Évora

Códices: CIII/2-21, CIX/2-1, CIII/2-26, CIII/2-20, CIII/2-22, CV/2-15 e CVX/2-7.

Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo:

Chancelarias Régias

Chancelaria de D. Manuel I (Doações, Ofícios e Mercês): livros 21, 36 e 39.

Chancelaria de D. João III (Doações, Ofícios e Mercês): livros 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71 e 72.

Chancelaria de D. João III (Privilégios): livros 1, 2, 3, 4 e 5.

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (Doações, Ofícios e Mercês): livros 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46.

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (Privilégios): livros 2, 4, 9 e 11.

Chancelaria da Ordem de Cristo: livros 1 e 4.

Corpo Cronológico

Maços da Parte Primeira: 3, 18, 20, 22, 23, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 48, 50, 51, 52, 54, 58, 59, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105 e 108.

Maços da Parte Segunda: 17, 79, 90, 241, 242, 244 e 248.

Maços da Parte Terceira: 16, 17

Colecção de São Vicente: volumes I, III, IV, VII, IX e X.

15º Cartório Notarial de Lisboa

Núcleo Antigo:

139 – Moradias da Casa Real:

Livro dos cavaleiros e escudeiros que andam na companhia do rei D. Manuel e seus pagamentos para os anos de 1504 a 1507 – 136^a

Pagamentos de moradias e soldos (1519) – 139

Livro das adições das moradias (1527) – 142

Pagamentos das moradias e soldos à guarda da câmara do rei e à capitania geral da gente de ordenança (1527-28) – 141

Alfabeto de um livro de moradias (Século XVI) – 140

Ementas da Casa Real – 122 e 123

Casa da Rainha D. Maria, segunda mulher de D. Manuel I (1513-1518) – 864

Casa da Rainha D. Catarina:

1543 – 143c

1550 - 143d

1553 – 145

1559 – 166

1565 – 171

1567 – 172

1572 – 174

1575 – 176

Casa do infante D. Luís:

1536 – 177

1538 – 178

1542 – 179

1543 – 189

1544 – 182

1545 – 181

1551 – 183

1552 – 184

1553 – 185

1554 – 185^a

1555 - 186

871 – Cartas Missivas de e para o rei: 1520-1630

Maços: 1, 2, 3 e 4.

876 – Cartas dos vice-reis e governadores da Índia : 1504-1588

Documentos: 85 e 129.

877 – Cartas dos governadores de África

Documentos: 15, 113, 141, 344, 372 3 439.

Fontes narrativas

ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1976.

Anedotas Portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista, edição de Christopher Lund, Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

ARANDA, P. Gabriel de, *Compendio de la Vida, i mas singulares virtudes del gran siervo de dios, i exemplar sacerdote el V. P. Fernando de Contreras, capellan del choro de la Santa Iglesia Patriarchal de Sevilla, colegial mayor de San Ildefonso, Universidade de Alcala, obispo electo de Guadix, i redemptor insignue de cautiuos christianos compvesto por el P. Gabriel de Aranda, religioso de la Compañia de Jesus, i sacado de la misma vida, que en volumen mayor escribio*, Sevilha, Thomas Lopez de Haro, 1689.

BARROS, João de, *Ásia dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, edição de Hernâni Cidade, 6^a edição, 4 volumes, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945-1948.

BAYÃO, Padre José Pereira, *Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida, e perda do senhor rey D. Sebastião, o desejado de saudosa memoria*, Lisboa Ocidental, na oficina de António de Sousa da Sylvam, 1732.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, 2 volumes, Porto, Lello Editores, 1979.

CARO, Padre Lucas, *Historia de Ceuta*, transcrição, introdução e notas de José Luís Gómez Barceló, Ceuta, Iluste Ayuntamiento de Ceuta, 1989.

CRUZ, Frei Bernardo da, *Chronica d'el-rei D. Sebastião*, 2 volumes, Lisboa, Escriptorio, 1903.

CORREIA, Gaspar, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, leitura, introdução, notas e índice de José Pereira da Costa, Braga, Academia das Ciências de Lisboa, 1992.

CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, 4 volumes, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975.

COUTO, Diogo do, *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram na conquista e descobrimentos das terras e mares do Oriente*, Décadas IV-XII, Lisboa, Livraria de San Carlos, 1973-1975.

COUTO, Diogo do, *Década Quarta da Ásia*, edição crítica anotada e coordenada por Maria Augusta Lima da Cruz, CNCDP, Fundação Oriente e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999.

COUTO, Diogo do, *O primeiro soldado prático*, edição de António Coimbra Martins, Lisboa, CNCDP, 2001.

COUTO, Diogo do, *O Soldado Prático*, 3ª edição, edição de M. Rodrigues Lapa, Livraria Sá da Costa, 1980.

Diogo do Couto e a Década Oitava da História da Ásia, edição de Maria Augusta Lima da Cruz, 2 volumes, Lisboa, CNCDP, 1994.

Ditos Portugueses Dignos de Memória: História Íntima do século XVI, anotações e comentários de José Hermano Saraiva, Póvoa do Varzim, Publicações Europa-América, s.d..

ESAGUY, José de, *O livro grande de Sampayo ou Livro dos vedores de Ceuta (1505-1670)*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1941.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicissimo rei D. Manuel*, prefácio e notas de Joaquim Teixeira Martins e David Lopes, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

GÓIS, Damião, *Crónica do príncipe D. João*, edição de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, UNL, 1977.

História dos Portugueses no Malabar por Zinadím, edição de David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

FRANCA, Alejandro Correa, *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta*, edição de Maria Carmen del Camino, transcrição de Maria Polores Morillo e introdução de Carlos Posac Mon, Ceuta, Ciudad Autónoma de Ceuta (Consejería de la Educación y Cultura), s.d.

Jean Nicot Ambassadeur de France en Portugal au XVIe siècle. Sa correspondence diplomatique inédite, edição de Edmond FALGAIROLLE, Paris, Augustin Challamel Editeur, 1897.

“Livro que trata das cousas da Índia e do Japão” in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, edição de Adelino de Almeida Calado, volume XXIV, Coimbra, 1957, pp. 36-133.

LUCENA, João de, *História da Vida do Padre Francisco Xavier*, 4 volumes, comentários de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa (Coleção Biblioteca da Expansão Portuguesa), 1989.

MACHADO, Diogo Barbosa, *Memorias del rey D. Sebastião*, 4 tomos, Lisboa Ocidental, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1736-1757.

MASCARENHAS, D. Jerónimo de, *História de la Ciudad de Ceuta. Sus sucessos militares, y politicos; Memorias de sus santos y prelados, y elogios de sus capitanes generales*, edição de Afonso de Dornelas, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918.

MENESES, D. Pedro de, *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa*, introdução de A. Moreira de Sá e tradução de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1964.

MENEZES, D. Manoel, *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sebastião decimo sexto Rey de Portugal*, Lisboa Ocidental, Oficina Ferreirinha, 1730.

MOURA, Miguel de, *Chronica do cardeal rei D. Henrique e Vida de D. Miguel de Moura, escripta por elle mesmo*, anotações da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1840.

OSÓRIO, D. Jerónimo, *Da vida e feitos de El-rei D. Manuel*, edição de Joaquim Ferreira, 2 volumes, Porto, Livraria Civilização, 1944.

PINTO, Fernão Mendes, *Peregrinação*, introdução e notas de Aníbal Pinto de Castro, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1984.

Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia: anónimo do século XVI, edição de Maria do Rosário Laureano Santos, Ericeira, Mar de Letras, 2003.

Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha do tempo em que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568), edição de Ernesto Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937.

REBELO, Padre Amador, “Relação da vida d’elrey D. Sebastião”, leitura, introdução e notas de Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, vol. II, Lisboa, 1977, pp. 3-84.

Relação dos Governadores da Índia (1571), edição de R.O.W. Goertz, Calgary, University Printing Series, 1979.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, s.l., Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991.

RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila. História inédita do século XVI*, edição de David Lopes, 2 volumes, Coimbra, Academia das Ciências, 1919.

QUEYROZ, Padre Fernão de, *Conquista Temporal e Espiritual de Ceylão*, 2 volumes, Colombo, H. C. Cottle, Government Printer, 1916.

SANTOS, Frei Manuel dos, *História Sebástica*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedro Galram, 1735.

SANTOS, Maria do Rosário Laureano (ed.), *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia: anónimo do século XVI*, Ericeira, Mar de Letras, 2003.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “A Crónica de D. João III de António Castilho” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, volume II, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pp. 317-403.

SOARES, Pero Roiz, *Memorial*, leitura e revisão de M. Lopes de Almeida, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1953.

SOUSA, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, 2 volumes, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952-54.

SOUSA, Manuel de Faria e, *Historia del Reyno de Portugal*, Ambers, em casa de Juan Baptista Verdussen, 1680.

SOUSA, Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa*, tradução de Manuel Busquets de Aguilar, 6 volumes, Porto, Livraria Civilização, 1945-1948.

SOUSA, Padre Francisco de, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, edição de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1978.

The Travels and adventures of the turkish admiral Seydi Ali Reis in India, Afghanistan, Central Asia, and Persia, during the years 1553-1556, edição de A. Vambéry, Londres, Luzac & Co, 1899.

TRINDADE, Frei Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente*, 3 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962.

Colectâneas documentais

ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Textos sobre o Estado da Índia*, Lisboa, Publicações Alfa (Colecção Biblioteca da Expansão Portuguesa), 1989.

ALVAREZ, Manuel Fernández (ed.), *Corpus Documental de Carlos V*, 5 volumes, Salamanca, Universidade de Salamanca, 1975-1981.

AZEVEDO, Pedro (ed.), *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, 2 volumes, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

BAIÃO, António, *Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

BARANDA, D. Pedro SAINZ, SALVÁ, D. Miguel (ed.), *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*, 84 volumes, Madrid, Imprenta de la Viuda de Calero, 1842-1885.

BIKER, Júlio Firmino Júdice, *Colecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia portuguesa fez com os reis e senhores de todas as partes da Ásia e África Oriental: desde o princípio da conquista até ao final do século 18*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-1887.

Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa, volumes 1-45, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1954-1971.

CENIVAL, Pierre de, RICARD, Robert (ed.), *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, primeira série – dinastia Sadiana, 5 volumes, Paris, Archives et Bibliothèques de Portugal, 1934-1951.

FELNER, Rodrigo José de Lima (ed.), *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1868.

FORD, J. D. M. (ed.), *Letters of John III King of Portugal 1521-1557*, Cambridge, Harvard University Press, 1931.

JACOBS, Hubert SJ (ed.), *Documenta Malucensia*, 3 volumes, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1974-1984.

REGO, António da Silva (ed.), *As Gavetas da Torre do Tombo*, 12 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.

REGO, António da Silva (ed.), *Documentação Ultramarina Portuguesa*, 5 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1967.

REGO, António da Silva (ed.), *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, 9 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1989.

REGO, António da Silva (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente (Índia)*, 13 volumes, Lisboa, CNPCDP, 1992-2000.

RIBEIRO, Luciano (ed.), *Registo da Casa da Índia*, 2 volumes, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954-55.

RIBEIRO, Luciano (ed.), “Colectânea de documentos acerca de D. Sebastião” in *Stvdia*, nº5 (Janeiro de 1960), pp. 135-257.

RIVARA, J. H. da Cunha (ed.), *Archivo Portuguez-Oriental*, 6 volumes, Nova-Goa, Imprensa Nacional, 1857-1877.

RUIZ-DE-MEDINA, Juan (ed.), *Documentos del Japon 1547-1557*, Roma, Instituto Histórico de la Compañía de Jesús, 1990.

SÁ, A. Basílio de (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente (Insulíndia)*, 5 volumes, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954-1958.

SANCEAU, Elaine (ed.), *Colecção de São Lourenço*, 3 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973-83.

SCHURHAMMER, Georg, WICKI, Joseph (ed.), *Epistolae S. Francisci Xaverii*, 2 volumes, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1945.

SCHURHAMMER, Georg S. J., VORETZSCH, E. A., *Ceylon zur Zeit des Königs Bhuvaneka Bahu und Franz Xavers 1539-1552*, 2 volumes, Leipzig, Verlag der Asia Major, 1928.

VIAUD, Aude (ed.), *Correspondence d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530 – Lope Hurtado de Mendoza*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

WICKI, Joseph (ed.), *Documenta Indica*, 18 volumes, Roma, Monumenta Historica Soc. Iesu, 1948-1988.

WITTE, Charles Martial de (ed.), *La correspondance des premiers nonces permanents au Portugal 1532-1553*, 2 volumes, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976-1980.

Bibliografia

ALDEN, Dauril, *The making of an enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press, 1996.

ALMEIDA, André Ferrand de, “Da demanda do Preste João à missão jesuíta da Etiópia: a Cristandade da Abissínia e os Portugueses nos séculos XVI e XVII” in *Lusitania Sacra*, nº 11, 1999, pp. 247-294.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, edição de Damião Peres, Lisboa, Livraria Civilização, 1968.

ALMEIDA, Justino Mendes de, “A armada de 1553” in *V Simpósio de História Marítima. A Carreira da Índia*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 247-250.

ALVES, Jorge Manuel Santos, *O domínio do Norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera – Pacém e Achém e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.

AQUARONE, J. B., *D. João de Castro: Gouverneur et Vice-Roi des Indes Orientales (1545-1548). Contribution à l'histoire de la domination portugaise en Asie et à l'étude de l'astronautique, de la géographie et de l'humanisme au XVI siècle*, 2 volumes, Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

ASCH, Ronald G., BIRKE, Adolf M., *Princes, Patronage and the Nobility: The Court at the Beginning of the Modern Age c. 1450-1650*, Oxford, Oxford University Press, 1991.

AUBIN, Jean, “La noblesse titrée sous D. João III: inflation ou fermeture?” in *Le Latin et L’Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, I volume, Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 371-383.

AUBIN, Jean, “Vieille noblesse et temps nouveaux. Les amertumes du 2º marquis de Vila Real” in *Le Latin et l’astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521*, edição póstuma organizada por Maria da Conceição Flores, Luís Filipe Thomaz e Françoise Aubin, volume III, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 61-101.

AYYAR, Krishna K. V., *The Zamorins of Calicut*, Calcutte, Norman Printing Bureau, 1938.

BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *D. Sebastião, rei de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006.

BIEDERMANN, Zoltán, *A aprendizagem de Ceilão. A presença portuguesa em Sri Lanka entre estratégia talassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598)*, dissertação de doutoramento policopiada apresentada à FCSH-UNL, Lisboa, 2005.

BOUCHON, Geneviève, THOMAZ, Luís Filipe, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l’Irraouaddy. Relation Portugaise Anonyme (1521)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian (Centro Cultural Português), 1988.

BOUCHON, Geneviève, “Dix ans d’histoire Indo-Portugaise (1978-1988): Billan et perspectives pour l’étude du XVIe siècle” in *La Découverte, le Portugal et l’Europe, Actes du Colloque*, Fundação Calouste Gulbenkian (Centro Cultural Português) e CNCDP, Lisboa-Paris, 1999, pp. 345-356.

BOUCHON, Geneviève, *L’Inde découverte, l’Inde retrouvée. 1498-1630. Études d’histoire indo-portugaise*, Lisboa e Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian e CNCDP, 1999.

BOUCHON, Geneviève, *Afonso de Albuquerque. O Leão dos Mares da Ásia*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000.

BOURDON, Léon, *Lés Débuts de l’Evangélisation de Ceylan vers le milieu du XVIe siècle d’après des documents récemment publiés*, Lisboa, Instituto Francês, 1936.

BRAGA, Isabel Drumond, “Luís Falcão nas capitanias de Ormuz e Diu” in *Trabalhos Históricos*, vol. XLI, 1990, pp. 15-35.

BRAGA, Isabel Drumond, “Uma via de resgate dos cativos cristãos em Marrocos: Ceuta” in BAEZA HERRAZTI, Alberto, *Ceuta Hispano-Portuguesa*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1993, pp. 273-288.

BRAGA, Isabel Drumond, *Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVII). Cativos e Regenados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, Instituto de Estudios Ceutíes, Ceuta, 1998.

BRAGA, Isabel Drumond, *Um espaço, Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2001.

BRAGA, Isabel, BRAGA, Paulo Drumond, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto Ceutíes, 1998.

BRAGA, Paulo Drumond, “D. Maria de Eça, capitã de Ceuta nos meados do século XVI” in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa, Actas do Congresso Internacional de Lisboa de 21-25 de Novembro de 1994*, I volume, s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1995, pp. 433-437.

BRAGA, Paulo Drumond, *D. João III*, Lisboa, Hugin, 2002.

BRANCO, Manuel da Silva Castelo, “As Ordens Militares na Expansão Portuguesa: Vice-Reis e Governadores da Índia que, no século XVI, tiveram os hábitos de Avis, Cristo e Santiago” in *As Ordens Militares em Portugal, Actas do 1º encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara Municipal, 1991, pp. 57-66.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.

BUESCU, Ana Isabel, *Catarina de Áustria (1507-1578). Infanta de Tordesilhas. Rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.

BUSTO, Guillermo Gozalbes Busto, “El Padre Contreras en Ceuta (1539-1545)” in *Transfretana* (revista del Instituto de Estudios Ceutíes), nº 5 (Novembro de 1993), pp. 37-59.

CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Colibri e Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004.

CARVALHO, Andreia Martins de, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)*, Lisboa, dissertação de mestrado policopiada apresentada à FCSH-UNL, 2006.

CARVALHO, Maria Paula, *A acção ultramarina de D. António de Ataíde 1º conde da Castanheira*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à FLUL e orientada pelo professor doutor Dias Farinha, Lisboa, 2001.

CARDIM, Pedro, CUNHA, Mafalda Soares, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (ed.), *Optima Pars: elites ibero-americanas no Antigo Regime*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005.

COSTA, João Paulo (coord.), *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, SHIP, 2000.

COSTA, João Paulo, “Dom Duarte de Meneses and the government of India (1521-1524)” in *Global Trends Proceedings of XI – International Seminar on Indo-Portuguese History*, Goa, 2003, pp. 129-143, pp. 95-116.

COSTA, João Paulo, “A política expansionista de D. João III (1521-1557): uma visão global” in *D. João III e o Mar. Ciclo de Conferências*, Academia de Marinha, Lisboa, 2003, pp. 7-37.

COSTA, João Paulo, “Os capitães-mores de D. João III” in *V Simpósio de História Marítima. A Carreira da Índia*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 213-231.

COSTA, João Paulo, “A estrutura de comando do Estado da Índia durante o governo de D. Henrique de Meneses” in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 307-318.

COSTA, João Paulo, *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.

COSTA, João Paulo, “O Império Português em meados do século XVI” in *Anais de História de Além-Mar. Homenagem a Luís Filipe Thomaz*, volume III, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 87-121.

COSTA, João Paulo, LACERDA, Teresa, *A interculturalidade na expansão portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2007.

COSTA, João Paulo, RODRIGUES, Vítor Gaspar, *Portugal y Oriente: El Proyecto Indiano del Rey Juan*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992.

COSTA, Melba Maria Olívia Ferreira Lopes da, *Nuno da Cunha, Governador da Índia (1528-1538)*, 2 volumes, Lisboa, tese de mestrado policopiada apresentada à FLUL, 1997.

CORREIA, José Manuel, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, CNCDP-INCM, 1997.

COUTINHO, Valdemar, “O condado de Vila Nova de Portimão” in *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia, Actas do colóquio internacional*, edição de João Paulo Costa e Vítor Gaspar Rodrigues, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 227-238.

COUTO, Dejanirah, “L’espionnage portugais dans l’empire ottoman au XVI^e siècle” in *La Découverte, le Portugal et l’Europe. Actes du Colloque de Paris, les 26, 27 et 28 de Mai 1988*, edição organizada por Jean Aubin, Paris, Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 243-267.

COUTO, Dejanirah, “Jerónimo Rodrigues ébauche d’une carrière orientale” in *Mare Liberum*, nº 6, Lisboa, CNPCP, Dezembro de 1993, pp. 89-96.

COUTO, Dejanirah, “No rasto de Hadim Suleimão Pacha: alguns aspectos do comércio do Mar Vermelho nos anos de 1538-1540” in *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos, Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição organizada por Artur Tedoro de Matos e Luís Filipe THOMAZ, Angra do Heroísmo, CHAM, 1998, pp. 483-508.

COUTO, Dejanirah, “Les Ottomans et l’Inde Portugaise” in *Vasco da Gama e a Índia, Conferência Internacional de 11 a 13 de Maio de 1998 em Paris*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1999, pp. 181-200.

COUTO, Dejanirah, “Un coup d’épée dans l’eau: la Memoria da tomada da fortaleza de Catifa et l’expédition à Bassorah (1551)” in *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, edição de

Dejanirah Couto e Rui Loureiro, Wiebaden, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 57-88.

COUTO, Jorge, *A construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do Início do Povoamento a Finais de Quinhentos*, Lisboa, Cosmos, 1997.

CRUZ, Maria Augusta Lima da, “O assassinio do rei de Maluco: reabertura de um processo” in *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente, Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Lisboa, CNPCDP, 1993, pp. 511-529.

CRUZ, Maria Augusta Lima da, *D. Sebastião*, s.l., Círculo de Leitores, 2006.

CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, *Lourenço Pires de Távora e a política portuguesa no Norte de África no século de Quinhentos*, 2 volumes, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à FLUL, 1988.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África” in *Mare Liberum*, nº 13-14 (Junho-Dezembro), 1997, pp. 123-199.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, *A Governação de D. João III: A Fazenda Real e os Seus Vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001.

CUNHA, Ana Cannas da, *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560)*, Lisboa, ANTT, 1995.

CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder: A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da, “Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI” in *Penélope*, nº 29, 2003, pp. 33-48.

CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Vice-reis, governadores e conselheiros de Governo do Estado da Índia (1505-1834): recrutamento e caracterização social” in *Penélope*, nº 15, 1995, pp. 91-120.

DESWARTE-ROSA, Sylvie, “Espoirs et désespoir de l’Infant D. Luís” in *Mare Liberum*, , nº 3, 1991, pp. 243-298.

DIAS, Pedro, *Arte Indo-Portuguesa: Capítulos da História*, Lisboa, Almedina, 2004.

DISNEY, Anthony, “The development during the reign of João III of communications between the Estado da Índia and Portugal via the Middle East”, *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 593-600.

DINIZ, Sofia, “D. Francisco de Lima, capitão de Goa” in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimónia, 2000, pp. 297-315.

FARINHA, António, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999.

FERREIRA, Ana Maria Pereira, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Edições Patrimónia, 1995.

FLORES, Jorge, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2004.

FLORES, Maria da Conceição, *Os Portugueses e o Sião no Século XVI*, CNCDP e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.

FONTOURA, Otília Rodrigues, *Portugal em Marrocos na época de D. João III - Abandono ou Permanência?*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

FRADE, Florbela Veiga, *A presença portuguesa nas ilhas de Maluco. 1511-1605*, dissertação de mestrado apresentada à FLUL, Lisboa, 2001.

FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo, LOPES, António, *Naufrágios e outras perdas da “Carreira da Índia” – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

GRAMMONT, Jean-Louis Bacqué, “L’apogée de l’Empire ottoman: les événements (1512-1606) in MANTRAN, Robert (dir.), *Histoire de L’Empire Ottoman*, Lille, Fayard, 1989, pp. 139-158.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Les Finances de l’État Portugais des Indes Orientales (1517-1635) – Matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian (Centro Cultural Português), 1982.

GODINHO, Rui Landeiro, *A Carreira da Índia: Aspectos e Problemas da Torna-Viagem (1550-1649)*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005.

GOERTZ, R. O. W., “The Portuguese in Cochin in the mid-sixteenth century” in *Indica*, vol. 23 (Março-Setembro), 1986, pp. 63-78.

GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

GUEDES, Maria Ana Marques, *Interferência e integração dos Portugueses na Birmânia, c. 1580-1630*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994.

LACERDA, Teresa, “A nobreza na Carreira da Índia no reinado de D. João III – uma avaliação social” in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 401-415.

LACERDA, Teresa, *Os capitães das armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*, dissertação de mestrado policopiada apresentada à FCSH-UNL, Lisboa, 2006.

LEÃO, Mário César, *A Província do Norte do Estado da Índia*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996.

LIVERMORE, Harold, "The crisis in Portuguese India of 1526" in *Stvdia*, nº 53, 1994, pp. 187-204.

LOBATO, Manuel, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, s.l., Instituto Português do Oriente, 1999.

LOPES, António, *D. Pedro Mascarenhas: introdutor da Companhia de Jesus em Portugal*, Braga, Editorial A. O., 2003.

LOPES, David, "Quebra da política expansionista: D. João III e o despejo dos lugares de África" in *A expansão em Marrocos*, s. l., Editorial Teorema, s.d., pp. 67-75.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, "D. João III e a génese da sociedade indo-portuguesa" in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 417-432.

LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas, "O Padre Luís Gonçalves da Câmara e D. Sebastião" in separata *O Instituto*, vol. CXXXVI, Coimbra, 1973.

LOUREIRO, Francisco de Sales, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*, s.l., Livros Horizonte, 1984.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, "O séquito e a casa de D. Catarina de Áustria: a família real, a Índia e os grupos de poder" in *D. João III e o Império, Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 175-184.

LUGAN, Bernard, *Histoire du Maroc*, Paris, Critérion, 1992.

MACEDO, Jorge Borges, *Um caso de luta pelo poder e a sua interpretação n'Os Lusíadas*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976.

MALEKANDATHIL, Pius, *Portuguese Cochim and the Maritime Trade of India 1500-1663*, Nova Deli, Manohar, 2001.

MAJUMDAR, R. C., *The History and Culture of the Indian People*, volume VII (The Mughul Empire), Bharatiya Vidya Bhavan, Bombaim, 1994.

MARQUES, A. H., SERRÃO, Joel (dir.), *Nova História de Portugal - Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coordenado por J. J. Alves Dias, volume V Lisboa, Editorial Presença, 1999.

MARQUES, Marisa Pires, SILVÉRIO, Silvina, "Diogo da Silva de Meneses e a política régia ultramarina" in *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia, Actas do colóquio internacional*, edição de João Paulo Costa e Vítor Gaspar Rodrigues, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 239-258.

MARTINS, António Coimbra, “Correia, Castanheda e as diferenças da Índia” in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXX, 1984, pp. 1-86.

MARTINS, Maria Odete Soares, *A missionação nas Molucas no século XVI: contributo para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente*, Lisboa, CHAM, 2002.

MATOS, Artur Teodoro de, “The financial situation of the State of India during the Philippine period : 1581-1635” in separata *Indo-Portuguese History : old issues, new questions*, New Deli, Concept Publishing Company, 1980.

MATOS, Artur Teodoro de, *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588: estrutura administrativa e económica: alguns elementos para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982.

MATOS, Artur Teodoro, *O orçamento do Estado da Índia 1571*, Lisboa, CNCDP, 1999.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal - Portugal no alvorecer da modernidade*, coordenado por Joaquim Romero de Magalhães, volume III, s.l., Círculo de Leitores, 1993.

MAURÍCIO, Padre Domingos, “A entrada dos jesuítas em Marrocos no século XVI” in *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, Livraria Portugália, 1945, pp. 225-295.

MAURÍCIO, Padre Domingos, “Vice-Reis e Governadores Xaverianos: D. Afonso de Noronha (Dezembro 1550 – Janeiro 1552)” in *Brotéria*, vol. LVIII, 1954 (1º semestre), pp. 581-603.

MAURÍCIO, Padre Domingos, “Vice-Reis e Governadores Xaverianos: Jorge Cabral: Ceilão e Malabar” in *Brotéria*, vol. LVIII, 1954 (1º semestre), pp. 210-232.

Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival, Lisboa, Livraria Portugália, 1945.

MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Notas sobre alguns engenheiros nas praças de África*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922.

MIRANDA, Susana Munch, “A administração da fazenda no Estado da Índia (1545-1560): vedores da fazenda e casa dos Contos” in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 319-335.

MIRANDA, Susana Munch, *A administração da Fazenda Real do Estado da Índia (1517-1640)*, dissertação de doutoramento apresentada à FCSH-UNL, Lisboa, 2007.

MONIZ, Maria Celeste, *Glória e Miséria nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.

MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, volume III (1539-1579), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1992.

MORENO, Humberto Baquero, “A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, 1970, pp. 47-103.

NEVES, Francisco Ferreira, *A Casa e Ducado de Aveiro: sua origem, evolução e extinção*, separata da revista Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. XXXVIII, Aveiro, 1972.

NEVES, José Cassiano, *S. Francisco Xavier e o embaixador D. Pedro Mascarenhas*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1952.

OLIVAL, Maria Fernanda, “The Military Orders and the nobility in Portugal, 1500-1800” in *Mediterranean Studies*, nº XI, 2002, pp. 71-88.

OLIVAL, Maria Fernanda, “Norte de África ou Índia? Ordens militares e serviços (século XVI)” in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, edição coordenada por Isabel Cristina F. Fernandes, Lisboa, Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 769-795.

OLIVEIRA, Luís Filipe, RODRIGUES, Miguel Jasmim, “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2ª dinastia” in separata *Revista de História Económica e Social*, nº 22 (Janeiro-Abril), 1988.

OZBARAN, Salih, *The Ottoman Response to European Expansion. Studies on Ottoman-Portuguese relations in the Indian Ocean and Ottoman administration in the Arab lands during the sixteenth century*, The Isis Press, Istambul, 1994.

PELÚCIA, Alexandra, “From Dom Garcia de Noronha do Dom João de Castro: appointment mechanisms for the government of the Estado da Índia” in *Global Trends Proceedings of XI – International Seminar on Indo-Portuguese History*, Goa, 2003, pp. 129-143.

PELÚCIA, Alexandra, “A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista” in *A Alta Nobreza e a fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, edição de João Paulo Costa e Vítor Gaspar Rodrigues, Lisboa, CHAM e IICT, 2004, pp. 279-300.

PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: A elite dirigente do Império Português nos reinados de D. João III e D. Sebastião*, dissertação de doutoramento apresentada à FCSH-UNL, Lisboa, 2007.

PEREIRA, António dos Santos, “O Império do Pão: o Mediterrâneo, a diplomacia e o abastecimento cerealífero de Portugal e das praças marroquinas nos anos de crise 1545-1546, 1547” in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 529-545

PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir” in *Nova História de Portugal: Do Renascimento à crise dinástica*, volume V, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação de João Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-336.

PIERIS, P. E., *Ceylon and the Portuguese 1505-1658*, Londres, Luzac & Co., 1920.

PIERIS, P. E., *Portugal in Ceylon 1505-1658*, Cambridge, W. Heffer & Sons Limited, 1937.

PINTO, Carla Alferes, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577). O mecenato de uma princesa renascentista*, s.l., Fundação Oriente, 1999.

PINTO, Paulo Jorge de Sousa Pinto, *Portugueses e Malaio: Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém 1575-1619*, Lisboa, SHIP, 1997.

POLÓNIA, Amélia, *D. Henrique*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.

RIBEIRO, Aquilino, *Constantino de Bragança VII Vizo-Rei da Índia*, Venda Nova, Bertrand Editora (Coleção Obras Completas de Aquilino Ribeiro), 1984.

RICARD, Robert, *Les Portugais et l'Afrique du Nord de 1521 à 1557. Extraits des "Annales de Jean III"*, Lisboa, Livraria Portugália, 1940.

RODRIGUES, Vítor Gaspar, *Sebastião Lopes Lobato: um exemplo de ascensão social na Índia Portuguesa de Quinhentos*, separata do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 234, Lisboa Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1992.

RODRIGUES, Vítor Gaspar, *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, trabalho apresentado para efeitos de prestação das provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, 2 tomos, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

RODRIGUES, Vítor Gaspar, *Da Goa de Albuquerque à Goa Seiscentista: Aspectos da Organização Militar da Capital do "Estado da Índia"*, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia e Instituto de Investigação Científica Tropical, separata nº 242, 2001.

RODRIGUES, Vítor Gaspar, "Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente" in *Anais de História de Além-Mar*, volume II, 2001, pp. 157-168.

RODRIGUES, Vítor Gaspar, "As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III", *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 185-195

SALDANHA, António de Vasconcelos e, *Iustum Imperium. Dos tratados como fundamento do império dos Portugueses no Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente e Instituto Português do Oriente, 1997.

SANCEAU, Elaine, *D. João de Castro*, 3ª edição, tradução de António Álvaro Dória, Porto, Livraria Civilização, 1978.

SANTOS, Catarina Madeira, "*Goa é a chave de toda a Índia*": *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, s.l., CNCDP, 1999.

SCHURHAMMER, Georg S. J., *Francis Xavier His life, his times*, 2º edição, 4 volumes, tradução de S. J. M. Joseph Costelloe, The Jesuit Historical Institute, Roma, 1973-1982.

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de D. Sebastião (1568-1573)*, 2ª edição, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1987.
- SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 2002.
- SILVA, Joaquim Candeias, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996.
- SMITH, Ronald Bishop, *Diogo Lopes de Sequeira*, Lisboa, s. n., 1975.
- SMITH, Ronald Bishop, *Lopo Soares de Alvaranga: better known as Albergaria*, Lisboa, Silvas-Coop., 1992.
- SOUCEK, Svat, “The Portuguese and the Turks in the Persian Gulf” in *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, edição de Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, Wiebaden, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 29-56.
- SOUSA, Esther Tiago de, “Capitães Portugueses nas Ilhas Molucas” in *Stvdia*, nº 43-44, 1980, pp. 183-281.
- SOUSA, Viterbo, “O Tesouro do Rei de Ceylão” in *Memória apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Academia, 1904, pp. 1-67.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português 1500-1700 – Uma História Política e Económica*, s.l., Difel, s.d..
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, “The Trading world of the western Indian Ocean, 1546-1565: A political interpretation” in *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos, Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Angra do Heróismo, CHAM, 1998, pp. 207-227.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, “Notas sobre um rei congelado: o caso de Ali bin Yusuf Adil Khan, chamado Maleação” in *Passar Fronteiras. II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais, séculos XV-XVIII*, edição de Rui Loureiro e Serge Gruzinski, Lagos, Centro de Estudos Gil Eanes, 1999, pp. 265-290.
- TAVIM, José Alberto, *Judeus e cristãos-novos em Cochim. História e Memória (1500-1662)*, Braga, Edições da APPACDM, 2003.
- TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, “Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedado, capitão de Safim” in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, coordenação de João Paulo Costa, Cascais, Patrimónia, 2000, pp. 159-206.
- TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, “Os primórdios da presença portuguesa em Baçaim – 1534-1554” in, *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 337-365.

TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, “Uma linhagem ao serviço da ideia imperial manuelina: Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia” in *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia, Actas do colóquio internacional*, edição de João Paulo Costa e Vítor Gaspar Rodrigues, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 109-174.

THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses em Malaca (1511-1580)*, dissertação de licenciatura apresentada à FLUL, 2 volumes, Lisboa, 1964.

THOMAZ, Luís Filipe, “L’idéé imperiale manueline” in *La Découverte, le Portugal et l’Europe – Actes du Colloque*, edição de Jean Aubin, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1990, pp. 35-103.

THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.

THOMAZ, Luís Filipe, “A crise de 1565-1575 na história do Estado da Índia” in *Mare Liberum*, nº 9, Junho de 1995, pp. 481-519.

THOMAZ, Luís Filipe, “A questão da pimenta em meados do século XVI” in *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos, Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Angra do Heroísmo, CHAM, 1998, pp. 37-206.

THOMAZ, Luís Filipe, “O Testamento Político de Diogo Pereira, O Malabar, e o projecto oriental dos Gamas” in *Anais de História de Além-Mar*, volume V, 2004, pp. 61-160.

VELLOSO, J. M. de Queiroz, *D. Sebastião*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

V Simpósio de História Marítima. A Carreira da Índia, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 213-231.

WAGNER, Mafalda de Noronha, *A Casa de Vila Real e a conspiração de 1641 contra D. João IV*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.

XAVIER, Ângela Barreto, “Tendências na Historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre os destinos da história social” in *Penélope*, nº 22, 2000, p. 141-179.

XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2008.

Obras de referência

CHAGAS, Manuel Pinheiro, *História de Portugal popular e ilustrada*, 3ª edição, IV volume, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1900.

DALGADO, Sebastião Rudolfo, *Glossário Luso-Asiático*, 2 volumes, Lisboa, Academia das Ciências, 1983.

Dicionário de História dos Descobrimentos, direcção de Luís de Albuquerque, 2 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

Dicionário de História de Portugal, direcção de Joel Serrão, 6 volumes, Porto, Livraria Figuerinhas, s.d.

DORNELLAS, Afonso de, *História e Genealogia*, IV volume, Lisboa, Caza Portuguesa, s.d.

FARIA (ed.), António Machado de, *Livro das linhagens do século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1957.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das famílias nobres de Portugal*, 12 volumes, Braga, Edição Carvalho de Basto, 1992.

Glossário Toponímico da antiga historiografia ultramarina portuguesa, pelo Visconde de Lgoa, I parte – Ásia e Oceânia, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1953.

HOLT, P. M., LAMBTON, Ann K. S., LEWIS, Bernard (ed.), *The Cambridge History of Islam*, volume 2A, Cambridge, Cambridge University Press, 1970.

MORAIS, Critóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, edição de Alexandre António Pereira de Miranda de Vasconcelos, António Augusto Ferreira da Cruz, Eugénio Eduardo, Andrea da Cunha e Freitas, 12 volumes, Porto, Livraria Fernando Machado, 1943.

SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, edição revista de M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida Editora, 1946-1955.

SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 6 tomos, Coimbra, Atlântida Editora, 1946-1954.

TÁVORA, D. Luiz Gonzaga de Lencastre e, *Dicionário das famílias portuguesas*, Lisboa, Quezta Editores, 1989.

ZÚQUETE, Afonso (dir.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 2 volumes, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.

ZÚQUETE, Afonso, *Tratado de todos os Vice-Reis e Governadores da Índia*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1962.

Entrada de sítios na internet

COSTA, João Paulo, “Acomodação Cultural” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, “D. António de Noronha” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, “D. Constantino de Bragança” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, “D. Francisco Coutinho” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, “D. Francisco Mascarenhas” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, “D. Miguel de Noronha” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, Nuno, “D. Pedro Mascarenhas” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, “Francisco Barreto” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

ANEXOS

ANEXO A: Mercês dos Noronhas (por grau de parentesco a D. Afonso de Noronha⁸⁷⁶)

Mercês de D. Afonso de Noronha (1525-1576)⁸⁷⁷

Mercê	Data da mercê⁸⁷⁸	Registo na Torre do Tombo	Observações
Carta de aposentador-mor do rei	Évora; 14 de Fevereiro de 1525	Chancelaria de D. João III, livro 36, fl. 87, microfilme 3456	Tratado como “muito amado sobrinho”. Refere os muitos serviços prestados e a compra do ofício por parte de D. Afonso. Não refere o ordenado que recebia.
Padrão de tença de 140 mil reais	24 de Fevereiro de 1527	Chancelaria de D. João III, livro 30, fl. 195v., microfilme 7091	Documento ilegível sendo impossível de identificar se se trata ou não de D. Afonso.
Provisão régia a favor de D. Afonso	Lisboa; 30 de Agosto de 1540 ou 1550?	Chancelaria de D. João III, livro 50, fl. 197v.	Dá razão a D. Afonso no conflito que este alimentava com os lagareiros de Dornes.
Carta porque lhe coutou o paul de Boboris	1545	Chancelaria de D. João III, livro 35, fl. 46, microfilme 1801	Terra no termo de Óbidos. É-lhe feita em atenção aos gastos que teve no aviamento das velas.
Doação da terra da Macieira e do concelho de Serém	Xabregas; 24 de Maio de 1548	Chancelaria de D. João III, livro 70, fl. 57, manual	Doação feita por ocasião da morte de António de Miranda, pai de D. Maria de Eça, esposa de D. Afonso. Não refere se a doação é hereditária ou não. Com jurisdição cível e crime de meio

⁸⁷⁶ Para os graus familiares a D. Afonso consulte-se a a genealogia intitulada Ascendência e Descendência de D. Afonso de Noronha (Séculos XVI-XVII).

⁸⁷⁷ Inclui todas as mercês feitas a D. Afonso de Noronha e as mercês que o próprio D. Afonso passou em relação aos seus familiares.

⁸⁷⁸ Sempre que possível colocou-se a referência ao local de emissão dos documentos e a sua data. Quando um dos elementos não é indicado significa que falta no documento consultado.

			até misto império.
Alvará para se conservar na posse de confirmar os juízes das vilas de Ega e Dornes	6 de Fevereiro de 1550	Chancelaria de D. João III, livro 62, fl. 15v., manual	Já surge identificado como cavaleiro da Ordem de Cristo.
Carta de vice-rei da Índia	Lisboa; 18 de Fevereiro de 1550	Chancelaria de D. João III, livro 69, fl. 41, microfilme 6780	
Carta para homenagem dos capitães de fortaleza da Índia	Lisboa; 1 de Abril de 1550	Chancelaria de D. João III, livro 69, fl. 43v., microfilme 6780	
Padrão de 2500 reais de juro em Santarém	11 de Maio de 1550	Chancelaria de D. João III, livro 57, fl. 317, microfilme 6895	Anterior pertença do mosteiro de Santarém que o rei lhe outorgou nesta data.
Alvará para a sua sogra cobrar a sua aposentadoria	2 de Julho de 1550	Chancelaria de D. João III, livro 62, fl. 79v., manual	Por “amdar fora deste Reino”. Identificado como cavaleiro da Ordem de Cristo e comendador-mor. A aposentadoria é entregue a D. Filipa de Ataíde sua sogra.
Alvará para confirmar juízes na vila de Dornes para D. Nuno Álvares Pereira	Lisboa; 30 de Agosto de 1550	Chancelaria de D. João III, livro 54, fl. 128, microfilme 1371	Trespasa esta mercê para o irmão.
Direito de heranças das tenças pelos filhos à hora da sua morte passado a D. Afonso de Noronha	Data do documento: 6 de Fevereiro de 1574 em Almeirim Treslado: 6 de Maio de 1556	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 33, fl.19v., microfilme 573	Trata-se de um alvará de 50 mil reais de tença a D. Jorge de Noronha, no qual se treslada alvará de D. João III a conceder a D. Afonso o direito dos seus filhos herdarem os seus 160 mil reais que tinha por dois padrões. Na época, D. Afonso tinha decidido deixar uma grande fatia a D. Jorge (100 mil reais) o que deu azo aos protestos de D.

			Fernando de Meneses em 1564. Por essa razão, D. Afonso deixava 50 mil reais de tença a D. Jorge por documento de 16 de Julho de 1567.
Direito de sucessão de sucessão nas comendas ao primogénito de D. Afonso de Noronha	Data do documento: Agosto de 1573 Treslado: 17 de Fevereiro de 1557 em Lisboa	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 34, fl. 46, manual e livro 33, fl. 170, microfilme 573	Trata-se de uma confirmação. Ambos os documentos tresladam alvará de D. João III em que foi concedido a D. Fernando de Meneses o direito de herdar as comendas de seu pai quando este falecesse.
Alvará de 100 mil reais de tença a D. Afonso de Noronha	Lisboa; 16 de Maio de 1566	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 20, fl. 337, manual	Referido como conselheiro do rei e comendador de São Miguel da Guerra, embora esta comenda não tivesse sido registada. À época tinha 200 mil reais de tença e a dita comenda. Abdicou desta. Foi-lhe atribuída a de São João da Castanheira que era nova dentro da Ordem de Cristo. Enquanto não a recebesse, teria este alvará de mercê. Devia ainda receber 55 622 reais de dívidas antigas. Em 21 de Julho de 1571, em Lisboa, esta tença foi dividida em duas de 50 mil reais para serem dadas ao filho D. Jorge de Noronha.
Padrão de 50 mil reais da sua tença para D. Jorge de Noronha	Data do documento: 6 de Fevereiro de 1574	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 33, fl.19v.,	Estabelece que D. Jorge herdaria 50 mil reais da sua tença quando

	Referência: 16 de Junho de 1567	microfilme 573	ele morresse por documento de notário de dia 16 de Junho de 1567. Isto após D. Fernando de Meneses se ter oposto a que ele herdasse 100 mil cruzados da tença em 1564.
Carta de procuração a D. Afonso de Noronha	Almeirim; 7 de Março de 1569	Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo, livro 1, fl. 136	Trata-se de uma carta em que o rei concede diversos privilégios de administração da sua comenda de São João da Castanheira, terra de Monforte de Rio Livre.
Padrão de 56 mil reais de tença a D. Maria de Eça	Data do documento: Lisboa; 21 de Setembro de 1574 Treslado: 5 de Dezembro de 1569 em Almeirim	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 35, fl. 57v., microfilme 2434	Refere a morte de D. Afonso a 2 de Janeiro de 1573. Neste padrão posterior a 1569, treslada-se um documento de 5 de Dezembro de 1569 de Almeirim pelo qual o rei reconheceu a D. Afonso o direito a 66 mil reais de tença que havia comprado ao seu irmão D. Pedro de Meneses. Este detivera uma tença de 450 320 reais. O processo envolveu negociações com a irmã D. Leonor de Noronha.
Padrão de 56 mil reais de tença a D. Maria de Eça, 10 mil reais para o cavaleiro Jerónimo Abreu e 116 mil reais para os filhos	Data do documento: Lisboa; 21 de Setembro de 1574 Treslado: Abril de 1571	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 35, fl. 57v., microfilme 2434	Trata-se do mesmo documento que o anterior em que D. Afonso estabeleceu que D. Maria de Eça ficaria com 56 mil reais, 10 mil reais para o “caualeiro de sua casa” Jerónimo Abreu e os filhos

			com os restantes 116 mil reais.
Alvará de 50 mil reais de tença a D. Miguel de Noronha	Lisboa; 25 de Julho de 1571	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 26, fl. 300v., microfilme 820	Trata-se de uma provisão que estabeleceu que o filho segundo D. Miguel de Noronha teria estes 50 mil reais de tença enquanto não fosse provido da comenda do pai.
Verba de 50 mil reais de tença a D. Afonso de Noronha	Lisboa; 26 de Julho de 1571	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 27, fl. 336v., microfilme 6406	Refere-se aos 50 mil reais que D. Miguel recebera. Este vendeu a tença ao irmão D. João de Eça por ocasião da sua ida a África. Como D. João de Eça era testamenteiro da sua mãe, D. Maria de Eça, estabeleceu que estes 50 mil reais ficariam para o seu sobrinho D. Afonso de Noronha, filho de D. Miguel de Noronha.
Procuração do casamento de D. Catarina de Eça	Lisboa; 21 de Julho de 1572	15º Cartório Notarial de Lisboa, livro de notas nº 9 do tabelião Belchior de Montalvo, fls. 24-28.	D. Afonso foi encarregue de pagar os 30 mil cruzados de dote. A garantia de pagamento era a tença de 56 mil reais de D. Afonso. Ficou como fiador e garante do pagamento do dote. Caso a filha moresse sem herdeiros, o dote ser-lhe-ia entregue. O casamento foi tratado por D. Afonso e autorizado pelo rei para lhe fazer mercê (fl.26v.).
Quitação a D. Afonso de Noronha	Almeirim; 4 de Março de 1575	Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo, livro 4, fl. 256	Serve para saldar dívidas do tempo de D. Afonso e declarar

			que os seus herdeiros podem herdar o que era dele.
Padrão de 56 mil reais de tença a D. Afonso de Noronha	Lisboa; 4 de Julho de 1576	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 39, fl. 109v., manual	Foi atribuída ao filho de D. Miguel de Noronha, D. Afonso de Noronha. Na ocasião, D. Afonso surge identificado como anterior vice-rei da Índia com 116 mil reais de tença. Por documento de 26 de Março de 1573 delegava estes 56 mil reais ao seu neto sob administração de D. Miguel. D. Maria de Eça contestou a decisão e ficou ela a gerir os 56 mil reais por documento de 23 de Maio de 1574. Entretanto morreu D. Maria e o documento previa esta tença para o neto e o pagamento de 407 768 reais em dívida.

Mercês da esposa D. Maria de Eça (1559-1574)

Mercê	Data da mercê	Registo na Torre do Tombo	Observações
Aposta de 100 mil reais de juro a D. Maria de Eça	24 de Outubro de 1559	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 7, fl. 54, microfilme 1587	Identificada como esposa de D. Afonso de Noronha, trata-se de uma postilha que está nas costas de um padrão passado a D. Maria possivelmente desta quantia.
Padrão de juro de 100 mil reais a D. Maria de Eça	1 de Junho de 1563	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 2, fl. 474v., microfilmes 886 e 886A	Identificada como esposa de D. Afonso de Noronha.

Provisão de D. Maria de Eça para que D. Fernando de Meneses possa tratar de toda a questão do dote	1572	15º Cartório Notarial de Lisboa, livro de notas nº9 do tabelião Belchior Montalvo, fl. 31	Por este documento concedeu plenos poderes ao filho para tratar do dote visto ela ter entregue à filha, por ocasião do casamento que se ia realizar, como parte do dote os prazos na Golegã e vinhagas no Mosteiro de Lorvão.
Padrão de 56 mil reais de tença a D. Maria de Eça	Lisboa; 21 de Setembro de 1574	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 35, fl. 57v., microfilme 2434	D. Afonso tinha-lhe passado um documento em Abril de 1571 pelo qual ela ficou com 56 mil reais de tença. Este só foi confirmado pela coroa a 23 de Maio de 1574. Mas nesta data, já D. Maria de Eça tinha ficado com todos os rendimentos de D. Afonso de Noronha como o documento refere, assenhoreando-se dos 116 mil reais que ele tinha deixado para os filhos.

Mercês do filho primogénito D. Fernando de Meneses (1555-1574)⁸⁷⁹

Mercê	Data da mercê	Registo na Torre do Tombo	Observações
Carta de conselheiro a D. Fernando de Meneses	Lisboa; 29 de Abril de 1555?	Chancelaria de D. João III (Privilégios), livro 3, fl. 315v., manual	Identificado como fidalgo da Casa Real, embora não identifique de quem se trata.
Direito a herdar as comendas a D.	Data do documento: 17 de	Chancelaria de D. Sebastião e D.	Trata-se das mercês que adiante

⁸⁷⁹ Os registos de chancelarias para D. Maria de Vilhena sua primeira esposa não correspondem em nenhum caso à sua primeira esposa.

Fernando de Meneses	Outubro de 1574 Treslado: 17 de Fevereiro de 1557	Henrique, livro 34, fl. 46, manual, livro 33, fl. 170, microfilme 573	elencaremos.
Nomeação para a capitania de Ceuta de D. Fernando de Meneses	Abril de 1557	Colecção de São Vicente, volume IX, microfilme 5218, fls. 204 e 259	Desconhece-se a data exacta da nomeação. Estes dois documentos são duas cartas de D. João III a Fernão Álvares de Noronha e ao marquês de Vila Real informando-os da dita nomeação.
Carta de conselheiro a D. Fernando de Meneses	Lisboa; 11 de Junho de 1567	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (Privilégios), livro 9, fl. 160, microfilme 718	Identificado como filho de D. Afonso de Noronha.
Provisão de D. Maria de Eça para que D. Fernando de Meneses possa tratar de toda a questão do dote	1572	15º Cartório Notarial de Lisboa, livro de notas nº9 do tabelião Belchior Montalvo, fl. 31	Por este documento concedeu plenos poderes ao filho para tratar do dote visto ela ter entregue à filha, por ocasião do casamento que se ia realizar, como parte do dote os prazos na Golegã e vinhagas no Mosteiro de Lorvão.
Padrão de 100 mil reais de tença a D. Antónia de Mendonça	Data do documento: Lisboa; 17 de Outubro de 1574 Treslado: 13 de Agosto de 1573	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 34, fl. 46, manual	Por este padrão de 100 mil reais de tença somos informados que a 13 de Agosto de 1573, D. Fernando passara um documento delegando o seu direito à comenda das Olalhas a D. Antónia de Mendonça, sua segunda esposa.
Padrão de 60 mil reais de tença a D. Fernando de Meneses	1574 mas anterior ao que se segue	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 33, fl. 170, microfilme 573	Letra difícil. Trata-se da atribuição desta tença em substituição das duas comendas que o pai tivera enquanto não lhe

			era concedida a de São João da Castanheira.
Padrão de 100 mil reais de tença a D. Fernando de Meneses	Lisboa; 17 de Outubro de 1574	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 34, fl. 46, manual	Nesta fase, D. Fernando já era comendador de São Miguel da Guerra, mas não podia herdar a comendas das Olalhas devido aos novos estatutos da Ordem de Cristo. O rei dar-lhe-ia a nova comenda de São João da Castanheira em atenção aos seus serviços e por morte do pai. Enquanto tal não acontecesse receberia esta tença.
Padrão de 100 mil reais de tença a D. Antónia de Mendonça sua esposa	Lisboa; 19 de Outubro de 1574	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 34, fl. 46v., manual	Trata-se do documento que se segue ao anterior pelo qual D. Antónia ficou com uma tença de 100 mil reais e D. Fernando com outra. No entanto, é possível que D. Fernando tivesse morrido pouco depois pois não interveio na sucessão às tenças do pai.
Moradias de D. Antónia de Mendonça	1550-1553	Moradores da Casa de D. Catarina – NA 143D (1550) e NA 145 (1553)	Identificada como donzela da rainha e filha de Manuel de Melo Coutinho com 10 mil reais anuais.

Mercês do filho segundo D. Miguel de Noronha (1563-1575)⁸⁸⁰

Mercê	Data da mercê	Registo na Torre do Tombo	Observações
Padrão de 50 mil reais de juro a D. Miguel de Noronha	Lisboa; 30 de Janeiro de 1563	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 17, fl. 225v., microfilme 1706	Não identifica quem é D. Miguel mas refere que parte desta tença se destinava a resgatar Lopo de Abreu, o que veio a acontecer em 1576, segundo referência à margem do documento.
Alvará de 50 mil reais de tença a D. Miguel de Noronha	Lisboa; 25 de Julho de 1571	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 26, fl. 300v., microfilme 820	Trata-se de uma provisão que estabeleceu que o filho segundo D. Miguel de Noronha teria estes 50 mil reais de tença enquanto não fosse provido da comenda do pai.
Verba de 50 mil reais de tença a D. Afonso de Noronha	Lisboa; 26 de Junho de 1571	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 27, fl. 336v., microfilme 6406	Refere-se aos 50 mil reais que D. Miguel recebera. Este vendeu a tença ao irmão D. João de Eça por ocasião da sua ida a África. Como D. João de Eça era testamenteiro da sua mãe, D. Maria de Eça, estabeleceu que estes 50 mil reais ficariam para o seu sobrinho D. Afonso de Noronha, filho de D. Miguel de Noronha.
Carta de conselheiro a D. Miguel de Noronha	Salvaterra; 28 de Abril de 1575	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 9, fl. 75, microfilme 718	Identificado como fidalgo da Casa Real.

⁸⁸⁰ As referências nas chancelarias a D. Joana de Vilhena não correspondem à sua esposa. Contêm ainda as mercês do seu primogénito, D. Afonso de Noronha.

Aposta de 82 mil reais de tença de D. Miguel de Noronha	Almeirim; 7 de Dezembro de 1575	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 34, fl. 185v., manual	Renunciou em D. Maria de Lemos 20 mil reais da sua tença de 102 mil reais, mas não identifica quem ela é.
---	---------------------------------	--	---

Mercês do filho terceiro D. João de Eça (1571)⁸⁸¹

Mercê	Data da mercê	Registo na Torre do Tombo	Observações
Verba de 50 mil reais de tença a D. Afonso de Noronha	Lisboa; 26 de Junho de 1571	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 27, fl. 336v., microfilme 6406	Refere-se aos 50 mil reais que D. Miguel recebera. Este vendeu a tença ao irmão D. João de Eça por ocasião da sua ida a África. Como D. João de Eça era testamenteiro da sua mãe, D. Maria de Eça, estabeleceu que estes 50 mil reais ficariam para o seu sobrinho D. Afonso de Noronha, filho de D. Miguel de Noronha.

Mercês do filho quarto D. Jorge de Noronha (1567-1570)⁸⁸²

Mercê	Data da mercê	Registo na Torre do Tombo	Observações
Padrão de 50 mil reais da sua tença a D. Jorge de Noronha	Data do documento: 6 de Fevereiro de 1574 Referência: 16 de Junho de 1567	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 33, fl.19v., microfilme 573	D. Afonso estabeleceu que D. Jorge herdaria 50 mil reais da sua tença quando ele morresse por documento de notário de dia 16 de

⁸⁸¹ Foi solteiro.

⁸⁸² As referências a D. Isabel de Noronha nas chancelarias não correspondem à sua esposa.

			Junho de 1567. Isto após D. Fernando de Meneses se ter oposto a que ele herdasse 100 mil cruzados de tença em 1564.
Alvará de 60 mil reais de tença a D. Jorge de Noronha	Lisboa; 25 de Fevereiro de 1570	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 26, fl. 219v., microfilme 820	Usufruíria desta tença enquanto não fosse provido de nada.

Mercês da filha quinta D. Catarina de Eça (1547-1572)⁸⁸³

Mercê	Data da mercê	Registo na Torre do Tombo	Observações
Donzela da rainha D. Catarina	1547-1553	Casa da Rainha D. Catarina – NA 143D, fl.17v., microfilme 4987 (1547), NA 145, fl. 9 (1553)	Identificada como filha de D. Afonso com 10 mil reais anuais.
Donzela da rainha D. Catarina	1572	NA 174, fl. 6	Ibidem mas esteve sem aparecer nos registos dos anos de 1559 a 1567, sendo esta a sua última referência pelo que não surge mais nos livros de moradias de D. Catarina até 1577.
Procuração para o casamento de D. Catarina de Eça com D. Rodrigo de Melo, conde de Tentúgal	Lisboa; 21 de Junho de 1572	15º Cartório Notarial de Lisboa, livro de notas nº 9 do tabelião Belchior Montalvo, fls. 24.	

⁸⁸³ Não confirmámos as mercês do seu esposo D. Rodrigo de Melo, conde de Tentúgal, por fazerem parte da história daquela Casa e não da Casa de Vila Real.

Mercês do irmão D. Nuno Álvares Pereira de Noronha e da sua esposa D. Maria de Noronha (1519-1559)

Mercê	Data da mercê	Registo na Torre do Tombo	Observações
Assentamento de 160 mil reais a D. Nuno Álvares	Évora; 23 de Agosto de 1519	Chancelaria de D. Manuel I, livro 36, fl. 86v., microfilme 6709	Identificado como filho do marquês de Vila Real.
Padrão de 89 660 reais de tença a D. Nuno Álvares	Coimbra; 24 de Outubro de 1527	Chancelaria de D. João III, livro 30, fl. 171v., microfilme 7091	Identificado como D. Nuno Álvares Pereira que à época tinha 99 660 reais de assentamento, então vendendo 10 mil reais a D. Mariana, mulher de D. Gutiere.
Carta de 150 mil reais de assentamento de tença a D. Nuno Álvares	Coimbra; 14 de Novembro de 1528	Chancelaria de D. João III, livro 14, fl. 106, manual	Cedeu do seu assentamento de 160 mil reais, 10 mil a uma D. Maria.
Carta de segurança de arras de D. Nuno Álvares e de D. Maria de Noronha	Lisboa; 11 de Agosto de 1529	Chancelaria de D. João III, livro 48, fl. 55v., microfilme 6948	Refere-se ao casamento com D. Maria de Noronha, filha do conde de vila nova de Portimão.
Confirmação de venda de bens dotais de D. Nuno Álvares	1532?	Chancelaria de D. João III, livro 32, fl. 93, microfilme 6942	Documento não correspondente.
Padrão de 130 mil reais de tença a D. Nuno Álvares	Lisboa; 29 de Maio de 1533	Chancelaria de D. João III, livro 14, fl. 130, manual	Vendeu 20 mil reais da sua tença de 150 mil reais a D. António Almeida, ficando com estes 130 mil reais de tença.
Cavaleiro do conselho do infante D. Luís de D. Nuno Álvares	1536-1545	Moradores da Casa do Infante D. Luís – NA 177, fl. 15 (1536), NA 178, fl. 13v. (1538), NA 179, fl. 16v. (1542), NA 180, fl. 13 (1543), NA 182 (incompleta), NA 181, fl. 16v. (1545).	Sempre com 3000 reais por mês até que no ano de 1545 surge com 4000 reais por mês.
Padrão de 100 mil reais de juro a D. Nuno Álvares	Lisboa; 20 de Agosto de 1539	Chancelaria de D. João III, livro 26, fl. 124v., microfilme 6480	Identificado como D. Nuno Álvares Pereira, o rei fez-lhe

			mercê desta tença de juro e herdade para todos os sucessores, no contexto de ajustes de contas devidos a D. Nuno.
Carta da comenda de São Silvestre de Requião a D. Nuno Álvares	Lisboa; 8 de Setembro de 1540	Chancelaria de D. João III, livro 40, fl. 223v.	Identificado como D. Nuno Álvares Pereira.
Carta da comenda de São Salvador de Serrães a D. Nuno Álvares	1541?	Chancelaria de D. João III, livro 31, fl. 130, manual	Identificado como D. Nuno Álvares Pereira. Comenda no arcebispado de Braga.
Carta de privilégio de fidalgo a D. Nuno Álvares	Lisboa; 23 de Outubro de 1542	Chancelaria de D. João III, livro 27, fl. 40v., microfilme 5279	Identificado como fidalgo da casa do infante D. Luís.
Carta de vedor da fazenda a D. Nuno Álvares	Lisboa; 10 de Dezembro de 1547	Chancelaria de D. João III (Privilégios), livro 2, 101, microfilme 6949	Identificado como conselheiro do rei, foi nomeado vedor da casa de D. Catarina com privilégios iguais aos vedores do Reino.
Padrão de 120 mil reais de tença a D. Nuno Álvares	Lisboa; 14 de Fevereiro de 1550	Chancelaria de D. João III, livro 66, fl. 54, microfilme 7015	Identificado como D. Nuno Álvares e membro do Conselho. Dos 160 mil reais de assentamento que tinha, 10 mil tinha vendido a D. Mariana, mulher de D. Gutierre. Outros 20 mil foram vendidos a D. António de Almeida, e por fim 10 mil haviam sido trespasados a Miguel Velho, cavaleiro fidalgo da Casa Real, por D. Nuno com autorização do rei. Ficava assim, D. Nuno com 120 mil reais de tença aqui estabelecidos.

Alvará para confirmar juízes na vila de Dornes a D. Nuno Álvares	Lisboa; 30 de Agosto de 1550	Chancelaria de D. João III, livro 54, fl. 128, microfilme 1371	Recebeu esta mercê que pertencia ao irmão e que ele lhe trespassa.
Mordomo-mor e governador da casa da rainha D. Catarina de D. Nuno Álvares	1553	Moradores da Casa da Rainha D. Catarina – NA 145, fl. 16	Com 103 707 reais de ordenado por ano. Em nota à margem refere que faleceu neste ano.
Padrão de 132 600 reais de juro na Guarda a D. Maria de Noronha	Lisboa; 22 de Agosto de 1539	Chancelaria de D. João III, livro 26, fl. 194, microfilme 5480 ou livro 48, fl. 55, microfilme 6948	Identificada como esposa de D. Nuno Álvares Pereira. O documento está riscado pelo que foi anulado. Havia recebido esta mercê por herança familiar.
Padrão de 50 mil reais de juro na alfândega de Lisboa a D. Maria de Noronha	Março de 1555	Chancelaria de D. João III, livro 63, fl. 212, manual	Identificada como esposa de D. Nuno Álvares
Padrão de 40 mil reais de juro a D. Maria de Noronha	Lisboa; 5 de Agosto de 1559	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 3, fl. 368v., microfilme 1597	Identificada como sobrinha e esposa do defunto D. Nuno Álvares Pereira.

Mercês do irmão D. João de Noronha e seus filhos naturais D. André de Noronha, D. Antão de Noronha e D. Leonor Lemos de Mendonça (1521-1572)

Mercê	Data da mercê	Registo na Torre do Tombo	Observações
Trespasse de tença a D. João de Noronha	Évora; 7 de Setembro de 1521	Chancelaria de D. Manuel I, livro 39, fl. 2v., microfilme 6710	Feita pelo pai D. Fernando de Meneses.
Homenagem prestada por D. Antão de Noronha ao marquês de Vila Real da capitania de Ceuta	17 de Dezembro de 1547	Códice na Biblioteca da Ajuda: 46 – IX – 13, fl. 71.	
Verba no almoxarifado de Aveiro de 112 500 reais a D. Antão de Noronha	Provavelmente pós 1550.	Chancelaria de D. João III, livro 59, fl. 77, microfilme 1151	Documento não correspondente.

Alvará de 30 mil reais de tença a D. André de Noronha	Lisboa; 9 de Maio de 1558	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 3, fl. 373, microfilme 1603	Por carta de 5 de Janeiro de 1545, D. João III tinha-lhe dado 45 mil reais de tença, aos quais depois acrescentou outros 30 mil reais no bispado da Guarda. Era agora dispensado desse rendimento naquele bispado e recebia esta tença enquanto não fosse provido de mais nada.
Carta da capitania de Ormuz a D. Antão de Noronha	Xabregas; 17 de Março de 1555	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 1, fl. 62, microfilme 1603	Passada por 3 anos, embora o livro seja do ano de 1557.
Verba da comenda de São Martinho de Sande e alvará de lembrança de comenda a D. Antão de Noronha	Lisboa; 24 de Março de 1563	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 2, fl. 133v., microfilmes 886 e 886A	
Alvará de 8000 cruzados de ordenado anual enquanto for vice-rei da Índia a D. Antão de Noronha	Lisboa; 30 de Janeiro de 1564	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 15, fl. 3, microfilme 1675	
Padrão de 112 500 reais de juro a D. Antão de Noronha	Lisboa; 5 de Fevereiro de 1564	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 13, fl. 55v., microfilme 794 e 794A	Documento riscado.
Carta de conselheiro a D. Antão de Noronha	Lisboa; 23 de Fevereiro de 1564	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (Privilégios), livro 4, fl. 259v., manual	
Carta de vice-rei da Índia a D. Antão de Noronha	Lisboa; 24 de Fevereiro de 1564	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 15, fl. 19v., microfilme 1675	
Alvará de lembrança de tença a D.	Lisboa; 23 de Março de 1564	Chancelaria de D. Sebastião e D.	Deixou 200 mil reais de tença à

Antão de Noronha		Henrique, livro 14, fl. 113, microfilme 819 e 819A	sua esposa D. Inês de Castro.
Carta de conselheiro a D. André de Noronha	Lisboa; 10 de Dezembro de 1570	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (Privilégios), livro 2, fl. 193v., manual	Identificado como bispo de Portalegre.
Padrão de 250 mil reais de juro a D. André de Noronha	Lisboa; 15 de Janeiro de 1572	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 29, fl. 9, manual	Com referências a D. Antão pelo meio.
Donzela da rainha a D. Inês de Castro	1553-1559	Moradores da Casa da Rainha D. Catarina – NA 145, fl. 10 (1553) e NA 166, fl. 8 (1559)	Identificada como filha do conde da Feira com 10 mil reais anuais.

Mercês da irmã D. Leonor de Noronha (1559-1563)⁸⁸⁴

Mercê	Data da mercê	Registo na Torre do Tombo	Observações
Donzela da rainha D. Catarina de D. Leonor de Noronha	1559	Moradores da Casa da Rainha D. Catarina – NA 166, fl. 6v. (1559)	Não surge identificada mas pode ser ela. Com 10 mil reais anuais.
Padrão de 10 156 reais de juro a D. Leonor de Noronha	Lisboa; 18 de Setembro de 1563	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 13, fl. 317, microfilme 794 e 794 A	Notícia o falecimento de D. Leonor de Noronha mas não a identifica.

Mercês do irmão D. Pedro de Meneses, 3º marquês de Vila Real (1523-1542)⁸⁸⁵

Mercê	Data da mercê	Registo na Torre do Tombo	Observações
Carta para Alcoutim, seu couto e homiziados a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 23 de Agosto de 1523	Chancelaria de D. João III, livro, fl. 179, microfilme 1792	Identificado como marquês de Vila Real.

⁸⁸⁴ Foi solteira.

⁸⁸⁵ Não confirmámos as mercês da sua esposa D. Beatriz de Lara.

Doação de Valença do Minho e Caminha a D. Pedro de Meneses	Évora; 5 de Novembro de 1524	Chancelaria de D. João III, livro 50, fl. 33, microfilme 3726	Identificado como marquês de Vila Real.
Padrão de 50 652 reais de tença a D. Pedro de Meneses	Évora; 5 de Novembro de 1524	Chancelaria de D. João III, livro 50, fl. 35, microfilme 3726	Identificado como marquês de Vila Real.
Padrão de 7230 reais de juro na alfândega de Viana a D. Pedro de Meneses	Évora; 21 de Março de 1525	Chancelaria de D. João III, livro 8, fl. 104, microfilme 2281	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação da dízima do pescado de Selir a D. Pedro de Meneses	Évora; 21 de Março de 1525	Chancelaria de D. João III, livro 72, fl. 140v., microfilme 59	Identificado como marquês de Vila Real.
Padrão de 453 280 reais de tença de marquês de Vila Real a D. Pedro de Meneses	Évora; 22 de Março de 1525	Chancelaria de D. João III, livro 8, fl. 104v., microfilme 2281	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação de Freixiel e Abreiro a D. Pedro de Meneses	Évora?; 13 de Junho de 1525	Chancelaria de D. João III, livro 8, fl. 117v., microfilme 2281	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação do castelo de Viana do Lima a D. Pedro de Meneses	Tomar; 12 de Agosto de 1525	Chancelaria de D. João III, fl. 118, microfilme 2281	Identificado como marquês de Vila Real.
Padrão de 300 mil reais de juro na alfândega de Viana a D. Pedro de Meneses	Évora; 22 de Março de 1526	Chancelaria de D. João III, livro 8, fl. 105, microfilme 2281	Identificado como marquês de Vila Real.
Padrão de 157 354 reais de juro na alfândega de Viana a D. Pedro de Meneses	Almeirim; 30 de Janeiro de 1528	Chancelaria de D. João III, livro 14, fl. 45v., manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta para que os tabeliães de Ranhados se chamem por ele a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 17 de Março de 1528	Chancelaria de D. João III, livro 14, fl. 123, manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação de Ranhados, sua jurisdição e direitos a D. Pedro de Meneses	Almeirim; 23 de Abril de 1528	Chancelaria de D. João III, livro 14, fl. 95, manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Padrão de 16 mil reais de tença a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 26 de Maio de 1528	Chancelaria de D. João III, livro 14, fl. 109v., manual ou livro 50,	Identificado como marquês de Vila Real.

		fl. 34v., microfilme 3726	
Carta para o seu ouvidor da Estremadura assistir em Coimbra e Santarém a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 3 de Julho de 1528	Chancelaria de D. João III, livro 14, fl. 131v., manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta para o seu ouvidor fazer correição e cartas de seguro a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 3 de Julho de 1528	Chancelaria de D. João III, livro 14, fl. 131v., manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta para pôr juízes nas suas terras e reguengos a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 3 de Julho de 1528	Chancelaria de D. João III, livro 14, fl. 131v., manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta para ter chancelaria dos seus ouvidores a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 22 de Agosto de 1528	Chancelaria de D. João III, livro 14, fl. 153, manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta de assentamento de conde de Valença a D. Pedro de Meneses	Almeirim; 2 de Setembro de 1528	Chancelaria de D. João III, livro 14, fl. 149, manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação da portagem e direitos reais na vila de Tavira a D. Pedro de Meneses	Évora; 5 de Novembro de 1528	Chancelaria de D. João III, livro 50, fl. 35v., microfilme 3726	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação da portagem de Santarém a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 28 de Abril de 1529	Chancelaria de D. João III, livro 41, fl. 64, microfilme 799 ou livro 72, fl. 161, microfilme 59	Identificado como marquês de Vila Real.
Padrão de 300 mil reais de tença a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 7 de Maio de 1529	Chancelaria de D. João III, livro 48, fl. 10v., microfilme 6948	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação da fortaleza de Lapela a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 9 de Outubro de 1529	Chancelaria de D. João III, livro 48, fl. 117v., microfilme 6948	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação de direitos reais de Valadares a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 17 de Outubro de 1529	Chancelaria de D. João III, livro 48, fl. 116v., microfilme 6948	Identificado como marquês de Vila Real.
Padrão de 15 954 reais de juro na	Lisboa?; 13 de Novembro de	Chancelaria de D. João III, livro	Identificado como marquês de

alfândega de Viana a D. Pedro de Meneses	1529	48, fl. 118, microfilme 6948	Vila Real.
Carta de compra das rendas de Leiria a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 20 de Julho de 1530	Chancelaria de D. João III, livro 39, fl. 126v., microfilme 1438	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta de privilégio da sua vila de Alcoutim a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 24 de Julho de 1530	Chancelaria de D. João III, livro 52, fl. 177v., microfilme 1792	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta para o castelo de Lapela ser couto e gozar dos privilégios de Marvão a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 13 de Agosto de 1530	Chancelaria de D. João III, livro 52, fl. 179v., microfilme 1792	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta de compromisso entre a vila de Victoria e Leiria a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 24 de Agosto de 1530	Chancelaria de D. João III, livro 52, fl. 178v., microfilme 1792	Identificado como marquês de Vila Real.
Padrão de 153 280 reais de tença a D. Pedro de Meneses	Almeirim; 30 de Dezembro de 1530	Chancelaria de D. João III, livro 36, fl. 29, microfilme 3465	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta para prover o ofício de juiz dos órfãos em Alcoutim a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 2 de Agosto de 1532	Chancelaria de D. João III, livro 18, fl. 81, microfilme 7011	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação de Azurara e seu couto a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 26 de Setembro de 1532	Chancelaria de D. João III, livro 16, fl. 44, microfilme 6128	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação de Alcoutim a D. Pedro de Meneses	Santarém; 16 de Junho de 1536	Chancelaria de D. João III, livro 50, fl. 36v., microfilme 3726	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta para a sua lezíria junto a Valada de Coutada a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 6 de Dezembro de 1536	Chancelaria de D. João III, livro 50, fl. 42, microfilme 3726	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação das saboarias de Leiria a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 25 de Fevereiro de 1540	Chancelaria de D. João III, livro 40, fl. 104, manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Padrão de 200 mil reais de juro na alfândega do Porto a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 12 de Agosto de 1539	Chancelaria de D. João III, livro 26, fl. 201, microfilme 6480	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta de privilégio das saboarias	Lisboa; 11 de Maio de 1540	Chancelaria de D. João III, livro	Identificado como marquês de

de Leiria a D. Pedro de Meneses		40, fl. 104v., manual	Vila Real.
Carta de conselheiro a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 19 de Julho de 1540	Chancelaria de D. João III (Privilégios), livro 4, fl. 102, manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Padrão de 100 mil reais de juro no almoxarifado do Porto a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 2 de Janeiro de 1542	Chancelaria de D. João III, livro 38, fl. 20, manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Padrão de 15 954 reais de juro na alfândega de Viana a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 2 de Janeiro de 1542	Chancelaria de D. João III, livro 38, fl. 21v., manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta para apresentar Juíz dos órfãos em Almendra a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 6 de Março de 1542	Chancelaria de D. João III, livro 38, fl. 70, manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação da lezíria do Galego no termo de Santarém a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 17 de Julho de 1542	Chancelaria de D. João III, livro 38, fl. 110, manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação da vila de Canelas a D. Pedro de Meneses	Lisboa; 18 de Novembro de 1542	Chancelaria de D. João III, livro 38, fl. 171v., manual	Identificado como marquês de Vila Real.

Mercês do sobrinho D. Miguel de Meneses, 4º marquês de Vila Real (1543-1564)⁸⁸⁶

Mercê	Data da mercê	Registo na Torre do Tombo	Observações
Carta de assentamento de marquês de Vila Real a D. Miguel de Meneses	Lisboa; 2 de Novembro de 1543	Chancelaria de D. João III, livro 55, fl. 132v., microfilme 19	O assentamento era de 322 858 reais. D. Pedro de Meneses havia falecido no final de Julho de 1543. Durante 5 anos deveria ainda receber 1775 719 reais.

⁸⁸⁶ Não foram encontradas quaisquer referências a mercês nas chancelarias à sua esposa D. Filipa de Lencastre.

Carta para prover os ofícios de escrivão dos órfãos de Vila Real a D. Miguel de Meneses	1 de Dezembro de 1543	Chancelaria de D. João III, livro 5, fl. 16v., microfilme 3653	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta de marquês de Vila Real a D. Miguel de Meneses	Lisboa; 12 de Julho de 1547	Chancelaria de D. João III, livro 71, fl. 299, microfilme 6469	Refere casamento com D. Filipa de Lencastre, dama da rainha. Este estava prometido desde o tempo de D. Manuel, mas nesta altura já se encontravam casados. É dado de juro e herdade como sempre acontecera.
Doação de Almeida e suas rendas a D. Miguel de Meneses	Lisboa; 12 de Julho de 1547	Chancelaria de D. João III, livro 71, fl. 299v., microfilme 6469	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação de Azurara a D. Miguel de Meneses	Lisboa; 12 de Julho de 1547	Chancelaria de D. João III, livro 71, fl. 301v., microfilme 6469	Identificado como marquês de Vila Real.
Doação da portagem de Santarém a D. Miguel de Meneses	Lisboa; 12 de Julho de 1547	Chancelaria de D. João III, livro 71, fl. 301v., microfilme 6469	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta para obrigar bens da coroa a dote e arras a D. Miguel de Meneses	Lisboa; 20 de Agosto de 1555	Chancelaria de D. João III, fl. 242, microfilme 1151	Documento apresentado ao rei pelo marquês e por D. António de Ataíde.
Alvará para venda de juro a D. Miguel de Meneses	Lisboa; 10 de Outubro de 1555	Chancelaria de D. João III, livro 63, fl. 326, manual	Venda feita pelo marquês a Lopo de Almeida.
Carta de capitão e governador de Ceuta a D. Miguel de Meneses		Chancelaria de D. João III, livro 31, fl. 315, manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta para não haver correição em suas terras a D. Miguel de Meneses	Lisboa; 12 de Julho de 1557	Chancelaria de D. João III (Privilégios), livro 5, fl. 41, manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta para não pagar dízimas nem portagens a D. Miguel de Meneses	Lisboa; 13 de Julho de 1557	Chancelaria de D. João III (Privilégios), livro 5, fl. 41v., manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta para os ouvidores das suas	Lisboa; 13 de Julho de 1557	Chancelaria de D. João III, fl.	Identificado como marquês de

terras conhecerem apelações e agravos a D. Miguel de Meneses		41v., manual	Vila Real.
Alvará para nomeação de juízes de fora a D. Miguel de Meneses	Lisboa; 21 de Fevereiro de 1561	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (Privilégios), livro 2, fl. 295v., manual	Identificado como marquês de Vila Real.

Sobrinho D. Manuel de Meneses, 5º marquês de Vila Real (1565-1576)

Mercê	Data da mercê	Registo na Torre do Tombo	Observações
Carta de apresentação do título de marquês de Vila Real a D. Manuel de Meneses	Lisboa; 20 de Fevereiro de 1565	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 18, fl. 218, microfilme 1703	O irmão D. Miguel falecera em finais de Março de 1564. Recebeu de assentamento o mesmo que o irmão: 322 858 reais.
Padrão de 50 mil reais de juro a D. Manuel de Meneses	Évora; 25 de Agosto de 1566	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 18, fl. 363, microfilme 1704 e 1704A	Identificado como marquês de Vila Real embora o documento surja riscado.
Padrão de 102 mil reais de tença a D. Manuel de Meneses	Lisboa; 10 de Setembro de 1566	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 18, fl. 270, microfilmes 1704 e 1704A	Identificado como marquês de Vila Real.
Alvará das rendas da portagem de Santarém a D. Manuel de Meneses	Lisboa; 10 de Maio de 1569	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 25, fl. 5v., microfilme 6921	Mercê que já o irmão tivera.
Alvará para arrendamento da portagem de Santarém a D. Manuel de Meneses	Lisboa; 15 de Maio de 1566	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (Privilégios), livro 4, fl. 143, manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Padrão de 89 600 reais de tença a D. Manuel de Meneses	Lisboa; 16 de Maio de 1569	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 41, fl. 285v., manual	Identificado como marquês de Vila Real.
Carta de conselheiro a D. Manuel de Meneses	Coimbra; 2 de Junho de 1576	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (Privilégios), livro 2, fl.	Não surge identificado como marquês de Vila Real, podendo

		120, manual	tratar-se do bispo de Coimbra com o mesmo nome.
Padrão de 78 125 reais a D. Maria da Silva, marquesa de Vila Real	Lisboa; 21 de Abril de 1573	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livro 31, fl. 236v., manual	Identificada como marquesa de Vila Real.

ANEXO B: Cronologia do vice-reinado de D. Afonso de Noronha (1550-1554)

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
<u>1550</u>							
Outubro					<p>17 – Chegada de D. Afonso ao Ceilão</p> <p>27 – Partida de D. Afonso de Ceilão</p>		
Novembro				<p>10 – Chegada de D. Afonso a Cochim</p> <p>Chegada de D. Afonso a Bardela</p> <p>- Nomeação de João de Mendonça para a capitania-mor do</p>			

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
				Malabar			
Dezembro				- Polémica da nomeação de Luís Figueira em Cochim			25 – Início do cerco de Geilolo
<u>1551</u>							
Janeiro			- Partida da armada de Luís Figueira para o Mar Vermelho, estando D. Afonso em Goa	- D. Afonso despacha Gaspar Luís da Veiga para a África Oriental para tirar informações do ouro de Cuama e reconhecer Madagáscar - 20 – Partida de D. Afonso para Goa, visitando Chale e Cananor - Em Chale, D.	Guerra Kotte/Sitawaka		

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
				Afonso nomeia D. António de Noronha, capitão-mor do Malabar até ao Verão			
Fevereiro				- 14 – Ataque dos naires a Cochim defendido por Jorge Cabral e Manuel de Sousa Sepúlveda	Guerra Kotte/Sitawaka		
Março		- Derrota e morte de Luís Figueira no Mar Vermelho	- Embaixada do Baxá de Baçorá a Goa - Conselho de capitães da Índia em Goa		Guerra Kotte/Sitawaka		18 – Negociações de paz com Geilolo 26 – Assinatura das pazes em Geilolo 27 – Entrada dos Portugueses em Geilolo
Abril			- 1 – Partida da armada de Goa de				

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
			<p>D. Antão de Noronha para retomar Catifa</p> <p>- D. Afonso, ordena prisão dos capitães sobreviventes</p> <p>- Nomeação de D. Garcia de Meneses para as Molucas e partida da sua armada na qual segue D. Rodrigo de Meneses e ainda Gil Fernandes de Carvalho provido da capitania da carreira das Molucas</p>				
Maio			- Caso de D. Diogo de				

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
			Noronha, “O Corcôs” que pede ajuda ao vice-rei para sair da terra de mouros em Chaul				
Junho			- 27 - D. Afonso, em Goa, é informado dos acontecimentos de Ceilão			- 11 – Início do cerco de Malaca - Morte de D. Garcia de Meneses em comabte em Malaca	
Julho		- Final do mês - Chegada de D. Antão de Noronha a Catifa - Partida de Piri Reis de Suez	- Conselho de capitães da Índia decide a sua ida a Ceilão			- Chegada de D. Álvaro de Ataíde a Malaca vindo do Pegu	

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
						- Chegada de Bernardim de Sousa e Cristóvão de Sá a Malaca	
Agosto		6 – Chegada de D. Antão a Baçorá				<ul style="list-style-type: none"> - Assalto decisivo do inimigo - Finais do mês – Final do cerco - Finais do mês - Partida de Gemes Barreto para as Molucas 	
Setembro		- Partida de D. Antão de Noronha de Ormuz,	- 10 – Chegada da	- Em Cochim, D. Afonso encarrega		- 26 – Chegada de	

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
		passando por Mascate	armada da Índia	Manuel de Sousa Sepúlveda dos preparativos da armada que irá para o Reino em inícios de 1552 Finais do mês – Partida de D. Afonso para Ceilão		abastecimentos a Malaca	
Outubro		- Passagem de D. Antão de Noronha por Baçaim	- Finais do mês – Chegada de D. Antão de Noronha a Goa onde é nomeado capitão-mor do Malabar	- 15 - Chegada de D. Diogo de Almeida a Cochim	- Expedição de D. Afonso no Ceilão - Nomeação de D. João Henriques, da criação de D. Afonso, para Kotte - Fernão de Carvalho		- Chegada de D. Rodrigo de Meneses a Ternate

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
					nomeado para iniciar construção da fortaleza		
Novembro				<ul style="list-style-type: none"> - Acção de D. Antão no Malabar - Chegada de D. Afonso a Cochim e reunião do conselho dos capitães 			- Chegada de Gemes Barreto às Molucas
Dezembro				- Expedição do Chembé			- Derrube da fortaleza de Tidore
<u>1552</u>							
Janeiro				<ul style="list-style-type: none"> - Nomeação de D. António de Noronha para a capitania-mor do Malabar - 24 - D. Afonso 			

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
				recebe Xavier em Cochim - Partida de D. Afonso para Goa			
Fevereiro				– 3 - Partida da última nau para o Reino de Cochim			- Embarque de D. Rodrigo de Meneses e Bernardim de Sousa para a Índia já desavindos - Sucessão em Ternate de Baltasar Veloso
Março			- Conselho dos capitães reunido por D. Afonso em Goa - D. Fernando de Meneses nomeado capitão-mor do Malabar para garantir				

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
			carragemanto da pimenta de 1553				
Abril			<p>- Partida de Goa da armada de Francisco Lopes de Sousa para as Molucas com a provisão do cravo e de D. Álvaro de Ataíde nomeado capitão do mar de Malaca</p> <p>- Socorros para Malaca enviados por D. Afonso</p> <p>- 17 – Partida de Francisco Xavier de Goa para Malaca</p>		- Morte de D. João Henriques e sucessão de Diogo de Melo Coutinho		
Maior		- D. Álvaro de Noronha informado da vinda de					

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
		Piri Reis					
Junho						- Chegada de D. Álvaro de Ataíde a Malaca	
Julho							
Agosto	- Morte de Manuel de Sousa Sepúlveda	- Inícios do mês – Simão da Costa parte para avisar D. Afonso da chegada de Piri Reis - Cerco e queda de Mascate	- Finais do mês – D. Afonso informado do cerco de Ormuz - Partida de D. Diogo de Noronha, “O Corcôs” e de D. António de Noronha em socorro de Ormuz		- Prisão de Trivele Pandar		

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
Setembro			<ul style="list-style-type: none"> - Em Goa, D. Afonso prepara armada de socorro a Ormuz - Discurso na Câmara de Goa - 8 – D. Afonso recebe 20 mil pardaus de empréstimo da Câmara de Goa 	8 – Chegada da armada da Índia de 1552 a Cochim			- Chegada de Francisco Lopes de Sousa a Ternate com provisão do cravo
Outubro		<ul style="list-style-type: none"> - 19 – Início do cerco de Ormuz - 31 – Fim do cerco de Ormuz 	<ul style="list-style-type: none"> - D. Afonso, em Goa, nomeia D. Duarte de Eça para o Ceilão - Finais do mês – Partida de D. Afonso de Goa para o Norte 			<ul style="list-style-type: none"> - Residência de D. Pedro da Silva -Licenciado Francisco Álvares capitão de Malaca por demissão de 	- Expedição jesuíta a Camafo

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
						D. Pedro	
Novembro		<ul style="list-style-type: none"> - Saque de Queixome - Finais do mês – Chegada de D. Antão de Noronha a Ormuz 	<ul style="list-style-type: none"> - Chegada de D. Afonso a Diu - Reunião do conselho de capitães da Índia - D. Antão de Noronha despachado com armada para o Golfo Pérsico 		<ul style="list-style-type: none"> - Chegada de D. Duarte de Eça a Ceilão 	<ul style="list-style-type: none"> - D. Álvaro de Ataíde assume a capitania de Malaca 	<ul style="list-style-type: none"> - Disputa em Ternate pela capitania entre Cristóvão de Sá e Filipe de Aguiar
Dezembro			<ul style="list-style-type: none"> - D. Afonso em Baçaim manda Francisco Barreto tratar da carga das naus - Nomeação de Francisco de Sá de Meneses para Baçaim e de D. 	<ul style="list-style-type: none"> - Francisco Barreto retira-se para Cochim 	<ul style="list-style-type: none"> - Conversão de Trivele Pandar e sua fuga da prisão - Deposição de D. Duarte de Eça e sucessão de Fernão de Carvalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Episódio do desentendimento sobre a partida da embaixada de Xavier em Malaca 	

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
			Diogo de Almeida para Diu		- Chegada de D. Pedro da Silva e Bernardim de Sousa a Ceilão		
<u>1553</u>							
Janeiro				- Chegada de D. Pedro da Silva e de Bernardim de Sousa a Cochim - Francisco Barreto compra cravo e drogras em vez de pimenta para a carga das naus			
Fevereiro		- Preparativos de D. Antão para guerrar a armada de Piri Reis que consegue escapar	- Regresso de D. Afonso a Goa - D. Afonso despacha Pêro de Ataíde Inferno				

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
			para o Golfo Pérsico - D. Afonso inocenta D. Pedro da Silva de acusações				
Março			- Francisco Barreto regressa a Goa		- Ataque do corsário turco ao Coromandel e costa da Pescaria		
Abril			- D. Afonso envia o licenciado Gaspar Jorge a Malaca averiguar o caso de D. Rodrigo de Meneses e de D. Álvaro de Ataíde - D. Jorge de Eça provido da		- Finais do mês - Partida de Gil Fernandes de Carvalho de Cochim para o Coromandel		

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
			capitania da carreira das Molucas				
Maio		<ul style="list-style-type: none"> - Chegada de Pêro de Ataíde Inferno a Ormuz - D. Antão de Noronha entra na capitania de Ormuz e dá a sua armada a D. Diogo de Noronha, “O Corcôs” 					
Junho							
Julho							
Agosto		<ul style="list-style-type: none"> - Saída da armada turca de Sanjakkbey de Baçorá - Finais do mês – Combate de Gonçalo Pereira, “OMarramaque” com a armada turca - Regresso da armada 			<ul style="list-style-type: none"> - Vitória de Gil Fernandes de Carvalho no Coromandel 		

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
		turca a Baçorá					
Setembro				- Chegada da armada da Índia de 1553 na qual vinha Luís de Camões, a carta de repreensão de D. João III e as vias de sucessão			
Outubro							
Novembro			- Em Goa, D. Afonso nomeia Afonso Pereira de Lacerda para o Ceilão, levando jóias aprendidas em 1551 - Prisão temporária de Bernardim de	- Chegada da nau da Índia de Rui Pereira da Câmara a Cochim			

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
			<p>Sousa</p> <p>- Partida de D. Afonso para Cochim</p> <p>- Ataque aos mouros de Cide Elal por D. Diogo de Almeida em Diu</p>				
Dezembro		- Nomeação de Seydi Ali Reis para comandar a armada turca de Baçorá	- 12 – D. Jorge de Meneses, “O Baroque” assume a capitania de Diu	<p>- Chegada de D. Afonso em Cananor onde nomeia D. Jorge de Meneses, “O Baroque” para depôr D. Diogo de Almeida</p> <p>- Chegada de D. Afonso a Cochim</p> <p>- Reunião de dois</p>			

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
				conselhos dos capitães da Índia - Expedição do Chembé			
<u>1554</u>							
Janeiro				- Regresso de D. Afonso a Cochim onde trata da carga das naus - Regresso de D. Afonso a Goa - 15 – Partida da última nau para o Reino sob a capitania de D. Álvaro de Noronha que viria a morrer na viagem			

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
Fevereiro		- Chegada de Seydi Ali Reis a Baçorá	<p>- D. Afonso em Goa prepara armada para D. Fernando de Meneses ir ao Mar Vermelho e Golfo Pérsico</p> <p>- Resolução do caso de Bernardim de Sousa</p> <p>- Nomeação de Bernardim de Sousa para a capitania de Ormuz</p> <p>- Sentença de prisão para D. Álvaro de Ataíde a executar pelo licenciado António</p>				

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
			Rodrigues de Gâmbôa - Nomeação de D. António de Noronha para a capitania de Malaca - Nomeação de Jorge de Mendonça para a capitania de Chaul - Nomeação de Henrique de Macedo para a capitania de Cananor - Nomeação de D. Duarte de Eça para as Molucas				

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
			- Nomeação de D. Diogo de Noronha para a capitania de Diu				
Março			<ul style="list-style-type: none"> - Partida de D. Fernando de Meneses - Partida de Bernardim de Sousa para Ormuz -D. Afonso envia reforços de 300 homens para Diu e 500 para Ormuz - 16 – Chegada do corpo de Xavier a Goa 	- Entrega das posses territoriais ao rajá de Vadakenkkur			

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
Abril		<ul style="list-style-type: none"> - Expedição de D. Fernando de Meneses contra fartaquins de Dofar - Partida de D. Diogo de Noronha de Ormuz 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrada de D. Diogo de Noronha na capitania de Diu - Escaramuça com Cide Elal - Morte de Fernão de Castanhoso em batalha 				
Mai		<ul style="list-style-type: none"> - Entrada de Bernardim de Sousa na capitania de Ormuz - Chegada de D. Fernando de Meneses a Ormuz, após passar por Mascate e Bahrein 	<ul style="list-style-type: none"> - Cerco temporário de Diu - Negociações com o regente do Guzerate que confirma as pazes 				
Junho							
Julho		<ul style="list-style-type: none"> - Espias enviados a Baçorá 					

Ano/Região	África Oriental	Golfo Pérsico e Mar Vermelho	Praças do Norte e Goa	Malabar	Ceilão e Costa da Pescaria	Malaca	Molucas
Agosto		- Saída da armada turca de Baçorá - 25 – Início da batalha naval e fuga de 9 galés da armada de Seydi Ali Reis					
Setembro		- Deambulações de Seydi Ali Reis pelo Norte 16 – Chegada de D. Pedro Mascarenhas a Goa					

Capitães e capitánias

Sofala

Diogo de Mesquita

Mocambique

Não se conhece.

Mascate

João de Lisboa (1551-52)

Ormuz

D. Álvaro de Noronha (1550-1553)

D. Antão de Noronha (1553-1554)

Bernardim de Sousa (1554-?)

Diu

Pero Lopes de Sousa

D. Diogo de Almeida (1553)

D. Jorge de Meneses, “O Baroque” (1553-1554)

D. Diogo de Noronha (1554-?)

Bacaim

Francisco Barreto (1549-1552)

Francisco de Sá e Meneses (1552-?)

Goa

D. Francisco de Lima (1550-51)

D. João Lobo (1551?-1555)

Gaspar de Melo Sampaio (1555-?)

Chaul

Vasco da Cunha (?-1551)

João de Mendonça (1551-1554)

Jorge de Mendonça (1554-?)

Chale

Luís Xira Lobo (1550-1551)

Bernardim da Silva de Meneses (1551-1554?)

Cangranor

João Pereira (em vida)

Cananor

António de Sá (?-1554)

Henrique de Macedo (1554-?)

Coulão

Bernardo da Fonseca (em vida?)

Cochim

João Afonso de Sequeira (1551-1553)

João da Fonseca (1553-1554)

Ceilão

Gaspar de Azevedo

D. João Henriques (1551-1552)

Diogo de Melo Coutinho (1552)

D. Duarte de Eça (1552)

Fernão de Carvalho (1552-1553)

Afonso Pereira de Lacerda (1553-?)

Malaca

D. Pedro da Silva da Gama (1548-1552)

Francisco Álvares (1552)

D. Álvaro de Ataíde da Gama (1552-1554)

D. António de Noronha (1554-1556)

Ternate

Cristóvão de Sá (1549-1550)

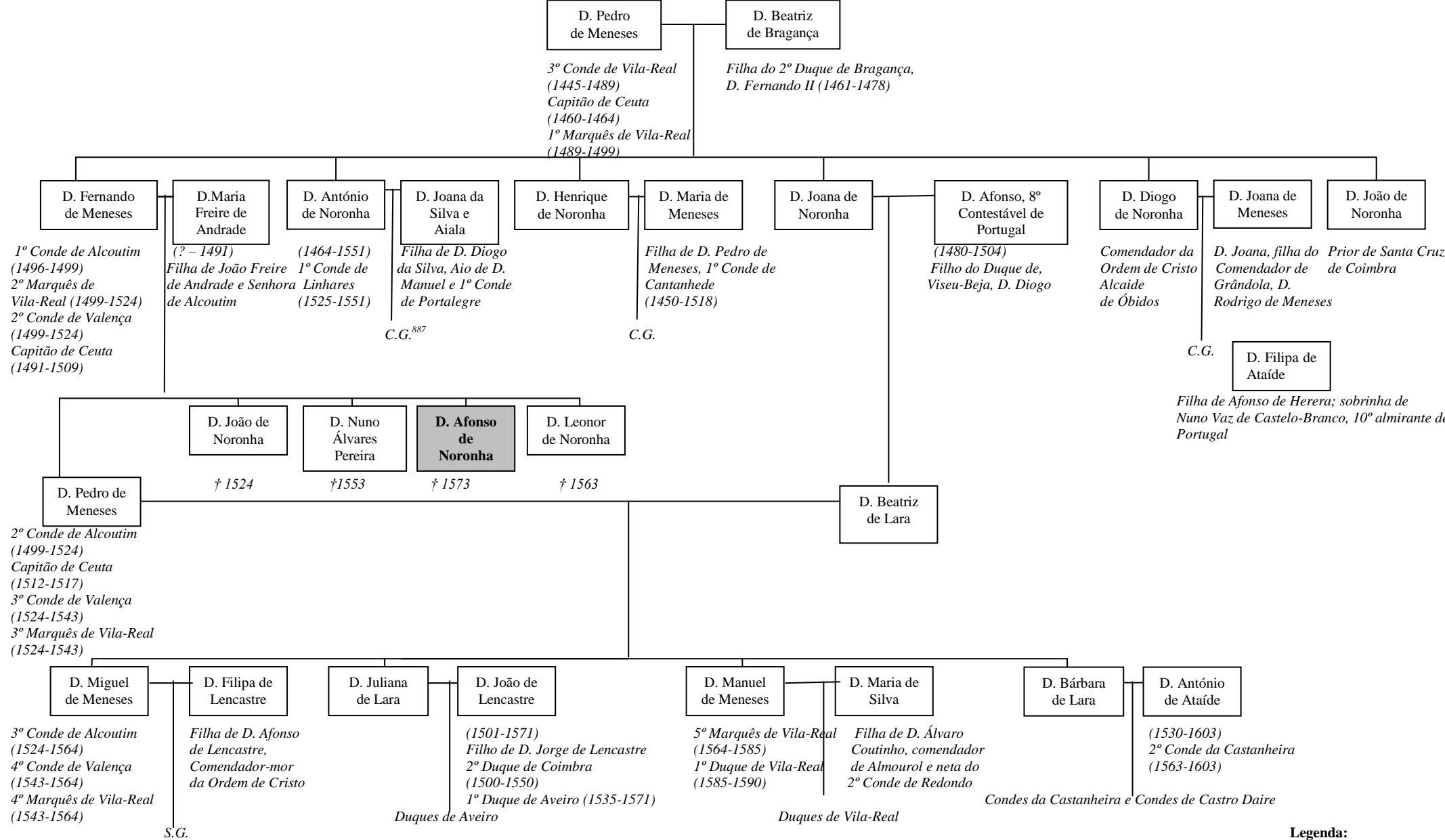
Bernardim de Sousa (1550-1552)

Baltasar Veloso (1552)

Francisco Lopes de Sousa (1552-1553)

Cristóvão de Sá (1553)

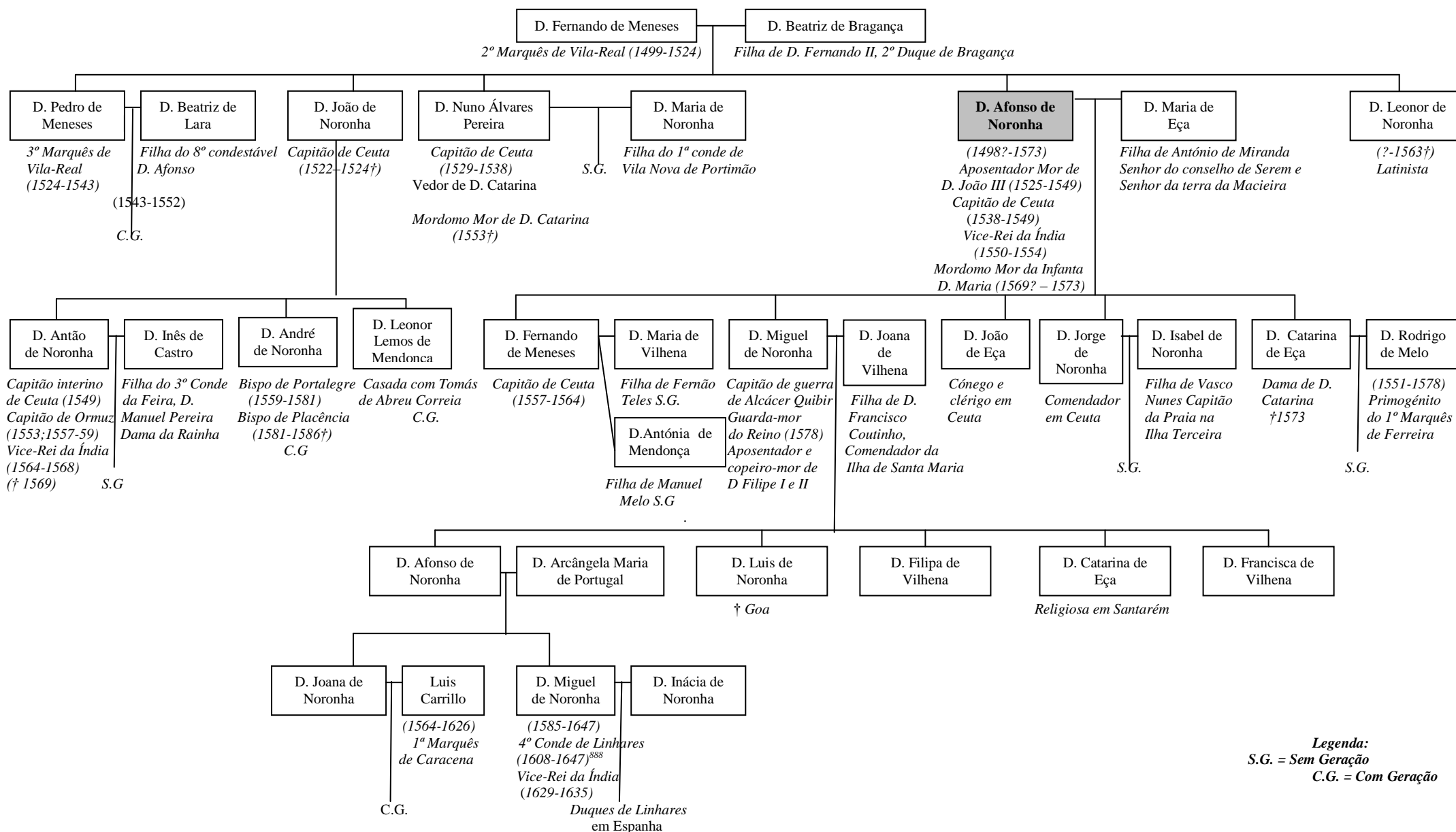
Apêndice A: Genealogia dos Marqueses de Vila Real (Século XVI)



Legenda:

⁸⁸⁷ Entre a geração deste casamento destaca-se D. Francisco de Noronha, 2º conde de Linhares (1557 – 1574). O filho segundo deste, D. Fernando de Noronha, foi o 3º conde de Linhares (1574-1608) que morreu sem descendência.

Apêndice B: Ascendência e descendência de D. Afonso de Noronha (Ligação à Casa de Vila-Real e de Linhares – Séculos XVI-XVII)



Legenda:
S.G. = Sem Geração
C.G. = Com Geração

⁸⁸⁸ Foi o 4º conde de Linhares por nomeação de D. Fernando de Noronha, 3º conde de Linhares (1574-1608) que morreu sem descendência. Eram primos em 3º grau pois D. Fernando era neto do 1º conde de Linhares e D. Miguel trineto do 1º conde de Linhares.